



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

**NOS CAMINHOS DO IMPÉRIO:  
a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos**

**Neuma Brilhante Rodrigues**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina Kirschner**

**Tese de Doutorado**

**Brasília**

**Julho - 2008**

Neuma Brilhante Rodrigues

NOS CAMINHOS DO IMPÉRIO:  
a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina Kirschner

Banca Examinadora:

Presidente da Banca:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina Kirschner – His-UnB

Examinadores:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Barreto de Souza (His-UFRRJ)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Selma Pantoja Alves (His-UnB)

Prof. Dr. Amado Luiz Cervo (His-UnB)

Prof. Dr. José Luiz Franco (CDS-UnB)

À minha Mãe

Cunha Matos is a military man, and a soldierly looking person, about forty, with a very determined careless air, and speaks with great freedom and energy, accompanied by much personal action. He is a violent oppositionist.

R. Walsh, 1830

O Sr. Marechal Raimundo José da Cunha mattos era de estatura além da ordinária, mas seco do corpo; era dotado de fisionomia móvel e falava, escrevia e andava com rapidez e facilidade: inimigo do ócio, punha em atividade as pessoas que o cercavam, e era por isso o terror dos empregados indolentes das repartições que ia dirigir. Na avançada idade em que faleceu conservava-se robusto e ágil, mas uma compleição, que prometia tão longa duração, foi cortada pela saudade, mostrando até o fim de sua vida a bondade natural do seu coração que jamais se desmentiu.

Pedro de Alcântara Bellegarde, 1839.

## Agradecimento

Em minha trajetória nestes anos de doutorado, pude contar com o apoio de pessoas e instituições que tornaram este trabalho menos árduo.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Tereza Cristina Kirschner, que esteve presente em minha vida acadêmica desde a graduação. Pude contar com seu rigor acadêmico, com seu apoio e amizade. A ela devo também a sugestão de incluir os arquivos portugueses em minha pesquisa, o que se demonstrou essencial.

Em Lisboa, fui muito bem recebida no Centro de História do Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, e pelo Prof. Dr. Pedro Cardim. Nossas conversas foram sempre instigantes e agradáveis. Agradeço também ao Prof. Dr. Fernando Dores Costa, a quem devo importantes sugestões de fontes e de bibliografia sobre a história militar portuguesa. Também em Lisboa pude contar com

O apoio institucional recebido do CNPq e da Capes viabilizou esta pesquisa. Ao primeiro agradeço a bolsa de doutorado e, à segunda, a ‘bolsa sanduíche’ em Portugal.

O trabalho de pesquisa é bastante solitário. Contudo, pude contar com o apoio de bons amigos. Entre esses, agradeço em especial a Andréia Firmino e Chris Pastorino. Em Portugal, as saudades de casa foram amenizadas por novas e preciosas amizades. Graça, Jorge, Rita e Elisa acolheram-me como a alguém da família. Cláudia, Cátia, Ruth, Alfredinho e Gustavinho deram-me uma casa acolhedora e muito divertida.

Gostaria de agradecer à minha família. Meus pais e irmãos sempre se puseram ao meu lado, preocuparam-se com minhas dificuldades, ajudaram do modo possível e se alegraram com cada conquista.

Por fim, agradeço ao Roberto, um dos meus maiores incentivadores. A ele devo horas e horas de conversas sobre minha pesquisa, a leitura dos meus textos, o apoio para minhas viagens de pesquisa e o olhar sempre atento e amoroso.

## **Resumo**

O marechal de campo Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839) acreditava que era necessário conhecer para reformar e que o mérito deveria ser o principal critério de ascensão profissional. Teve contato com a Ilustração na Real Casa Pia de Lisboa da época de Anastácio da Cunha. Na Escola Regimental de Artilharia do Algarve foi treinado com base nas idéias e práticas implantadas pelo Conde Lippe. Foi veterano da guerra do Roussillon, serviu em São Tomé e Príncipe, foi governador de Armas de Goiás, deputado na Assembléia Legislativa do Império Brasileiro e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A adesão dos funcionários régios desta geração à causa brasileira esteve ligada a sua identificação com o projeto reformista de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Eles viam no Brasil a possibilidade da construção de um novo e vasto Império.

Palavras-chave: história militar – biografia – Raimundo José da Cunha Mattos

## ABSTRACT

The field marshall Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839) believed in knowing to change and on merits as the main criteria to professional success. He had contact with Enlightenment in the Real Casa Pia de Lisboa in Anastacio da Cunha's time. In the Algarve Artillery Regiment School had contact with ideas and practices from Count Lippe, was a veteran of the Roussillon War, served in São Tomé e Príncipe, served as military governor of Goiás, congressman and one of the founders of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. The participation of royal officers from this generation in Brazilian's independence is connected to their belief in d. Rodrigo de Souza Coutinho's project of a Mighty Portuguese-Brazilian Empire based on economic reciprocity and the Empire of Brazil was the way they saw to achieve the 'Poderoso Império'.

Key-word: military history – biography – Raimundo José da Cunha Mattos

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA, FORMAÇÃO E INFLUÊNCIAS</b>	<b>9</b>
<b>1.1 UMA FAMÍLIA DE MILITARES</b>	<b>10</b>
1.1.1 CONDE LIPPE EM PORTUGAL	14
RESULTADOS PARCIAIS E EXPECTATIVAS FRUSTRADAS	28
<b>1.2 RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS: FORMAÇÃO</b>	<b>32</b>
1.2.1 PARA A UTILIDADE DO ESTADO E “GLÓRIA À NAÇÃO”	33
1.2.2 ESCOLA REGIMENTAL DO FARO	50
<b>CAPÍTULO 2 – CAMINHOS DE UM SOLDADO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS</b>	<b>56</b>
<b>2.1 CUNHA MATTOS NO ROUSSILLON E NA CATALUNHA (1793 – 1795)</b>	<b>57</b>
2.1.1 O CONFLITO – BREVES NOTÍCIAS	57
2.1.2 MEMÓRIAS POLÍTICAS, MILITARES E BIOGRÁFICAS	63
<b>2.2 CUNHA MATTOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1797-1815)</b>	<b>79</b>
2.2.1 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: PANORAMA HISTÓRICO	80
2.2.2 PRIMEIROS ANOS DE CUNHA MATTOS NA CAPITANIA	86
2.2.3 CUNHA MATTOS E O GOVERNO DE LUÍS JOAQUIM LISBOA (1805-1815)	90
2.2.4 VULNERABILIDADE DE SÃO TOMÉ ANTE OS CONFLITOS EUROPEUS	110
<b>CAPÍTULO 3 – UM SOLDADO ENTRE DOIS IMPÉRIOS</b>	<b>120</b>
<b>3.1 CUNHA MATTOS EM PERNAMBUCO (1817-1819)</b>	<b>121</b>
3.1.1 CUNHA MATTOS NO TREM DE ARTILHARIA	124
3.1.2 A REORGANIZAÇÃO DAS TROPAS E RECRUTAMENTO	126
<b>3.2 NA CORTE</b>	<b>132</b>
3.2.1 O ARSENAL REAL DO EXÉRCITO	132
3.2.2 “COM VISTAS DE SER ÚTIL À PÁTRIA”	134
3.2.3 “VERDADES QUE DECLARO COM A PENA”	143
<b>3.3 CUNHA MATTOS EM GOIÁS</b>	<b>158</b>

<b><u>CAPÍTULO 4 - PELO AMOR À PÁTRIA</u></b>	<b>179</b>
<b>4.1 CUNHA MATTOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1826-1833)</b>	<b>179</b>
4.1 DO GOVERNO DAS PROVÍNCIAS	181
4.1.2 PARA O BEM DA INDÚSTRIA NACIONAL	185
4.1.3 RECRUTAMENTO	190
4.14 CUNHA MATTOS: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	197
<b>4.2 UM HOMEM DE LETRAS</b>	<b>210</b>
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	<b>221</b>
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b>	<b>225</b>
<b>FONTES</b>	<b>225</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>229</b>

## **Siglas**

AHEG – Arquivo Histórico Estadual de Goiás

AHM – Arquivo Histórico Militar de Lisboa

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AN – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT – Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

APEJE - Arquivo Público do Estado de Pernambuco

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional



## **Introdução**

A temática da construção do Brasil como Estado independente, tanto em seu aspecto institucional como no da criação gradual de uma nação brasileira, tem sido foco de um número crescente de pesquisas historiográficas. Historiadores que se dedicam à escrita da história política do Brasil vão buscar as origens da cultura política nas primeiras décadas dos oitocentos, marcadas pelas disputas que envolviam diferentes projetos de soberania e diferentes formas de organização do Estado.

Mas quem foram aqueles construtores? Quem eram os homens que, num momento de grandes mudanças políticas, se viram obrigados a reajustar valores, ideais, fidelidades e identidades? Que tipos de experiências traziam para pensar o país que ‘criavam’ e nele viver? Em que tradições políticas estavam inseridos? Foi instigada por tais questões que me propus a estudar a trajetória de vida de Raimundo José da Cunha Mattos, um dos personagens daquela época.

Minha tese situa-se nesse contexto de renovação da história política que atualmente se debruça sobre o período de formação do estado-nação brasileiro e pretende pensar as relações possíveis entre as trajetórias dos funcionários régios e as mudanças políticas do período. Esses estudos partem da idéia de política como um ‘lugar’ onde ações e representações articulavam-se para definir os projetos que orientavam a experiência desses que se viam como construtores de um novo país.

O estudo de trajetórias de vida, ou biografias, é uma possibilidade legítima de compreensão do passado, e está também relacionado ao retorno da narrativa, à aproximação da história com a literatura e às análises em escala micro<sup>1</sup>. Todavia, é preciso destacar que não se trata aqui de narrar episódios da vida de um personagem a fim de apresentá-la como um caminhar retilíneo e coerente, nem, tampouco, de uma abordagem determinista segundo a qual o contexto social definiria as ações humanas.<sup>2</sup>

A trajetória de vida remete à idéia de percurso, de *movimento do sujeito social por diferentes lugares no campo social*, sendo esse entendido, na concepção de Bourdieu, como um espaço de relações materiais e simbólicas. Para alcançarmos os sentidos desse percurso, é necessário tentar perceber como os sujeitos são afetados pelas diversas identificações geradas pelos jogos sociais.<sup>3</sup>

O que se pretende, portanto, é acompanhar o trânsito constante entre o individual e o social, entre o homem e seu contexto, buscando perceber o personagem biografado como ser fragmentado, múltiplo e marcado por sua própria historicidade.

Cunha Mattos ocupou diferentes lugares sociais ao longo de sua trajetória de vida.<sup>4</sup> Nasceu na cidade de Faro, no Algarve, em 2 de novembro de 1776, filho de um oficial de baixa patente. Estudou na Casa Pia de Lisboa, onde teve o primeiro contato com as Luzes.

Entrou na vida militar em 1790 aos 14 anos de idade, assentou praça na Companhia de Artífices e Ponteiros do Regimento de Artilharia do Algarve, em Faro. Aos 17 anos, enfrentou o Exército Francês nos campos de batalha. Aos 20, integrou uma frotilha que foi estabilizar

---

<sup>1</sup> Esse ressurgimento da biografia é discutido em SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/207.pdf>, acessado em 18/10/2005. Nesse mesmo ano, o volume 17 da Revista Brasileira de História foi dedicado também às biografias, 1997. As relações entre o social e o individual também seriam abordadas por Gilberto Velho em: “Ciências Sociais e biografias individuais”, in: *Estudos Históricos*, n. 38, 2006.

<sup>2</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Op. Cit, p. 12.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Papirus: Campinas, 1996, p. 139.

<sup>4</sup> Referências à vida de Cunha Mattos são encontradas em diversas publicações, principalmente aquelas ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre essas obras, destacam-se: BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1839. Explorando mais sua faceta militar, encontramos a obra de Alfredo Pretextato Silva, *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1906-1907. Sobre sua atuação na província de Goiás, encontramos o rico trabalho de Americano Brasil, “Cunha Matos em Goiás: 1823-1826”. Revista do IHGB, t. 96, vol. 150, 1927, 177-251, cuja principal virtude é conter a transcrição de parte da correspondência do então governador de armas de Goiás. Outro trabalho bastante rico é o de Feijó Bittencout, *Instituto Histórico: os fundadores*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938. Esse trabalho se destaca por sua abordagem mais ampla, pretendendo analisar não apenas Cunha Mattos, mas o grupo ao qual pertencia, com suas alianças políticas e expectativas em relação ao jovem país. Em 1831, uma descendente de Cunha Mattos publicou sua biografia: SOARES, Gerusa. *Cunha Mattos, 1776-1839*. Paulo, Pongetti e cia: Rio de Janeiro, 1931.

uma colônia africana, de onde só sairia 19 anos depois. Chegando ao Brasil, atuou em Pernambuco contra grupos que ameaçavam a manutenção da unidade do império luso-brasileiro e, em 1822, aderiu à chamada ‘causa brasileira’.

Tendo assumido a condição de brasileiro, foi para Goiás, mais uma vez trabalhando para a conservação da unidade de um império, agora o do Brasil. Em 1826, voltou para a Corte, onde assumiu a cadeira de Deputado pela Província de Goiás até 1833. Cunha Mattos licenciou-se, contudo, por quase dois anos da Assembléia Legislativa para ir a Portugal em meados de 1831, no período das guerras liberais portuguesas, de onde retornaria no início da sessão legislativa de 1833. Ele não seria reeleito deputado e, afastado da política, dedicou-se às letras, vistas como um caminho ou instrumento de intervenção na sociedade. Faleceu na Corte do império do Brasil em 1839, como marechal-de-campo do Exército brasileiro.

É preciso observar, contudo, que esse exército era muito distinto do atual, caracterizado como um corpo uniforme, dirigido por oficialato profissional. Ele era organizado então a partir de um fragmentado repertório normativo, que alinhavava diferentes tradições militares e que lhe atribuía uma dimensão institucional plural e regionalista.

Cunha Mattos casou-se, em 1805, com sua prima Maria Venância Fontes Pereira de Mello. Estiveram, contudo, separados durante os primeiros dez anos de casamento. Esta situação alterou-se apenas com a vinda da família para o Brasil. Aqui, eles voltariam a se separar entre os anos de 1823 e 1826, ou seja, no período em que Cunha Mattos esteve em Goiás. Maria Venância parece ter desfrutado de muita autonomia. Ela voltaria a se casar com Tomas Vianna, antigo amigo da família e retornaria à Portugal.

Ele teve três filhos com sua esposa: Grácia Hermelinda, Libânio Augusto e Maria Eugênia. A primeira nasceu em Lisboa, os outros nasceram, respectivamente, em Recife e no Rio de Janeiro.

D. Grácia morreria poucos meses antes de seu pai, solteira. Era conhecida por sua inteligência e formação intelectual. Escrevera um livro de máximas voltado para as mulheres brasileiras e foi secretária particular de seu pai.<sup>5</sup> Libânio Augusto seguiria os passos de Raimundo José. Tornou-se oficial do Exército, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e deputado pela província de Goiás. Seus descendentes fazem parte dos quadros militares brasileiros até a atualidade. Maria Eugênia era também solteira quando seu

---

<sup>5</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras Célebres*. Garnier: Rio de Janeiro, 1862, pp. 156-163. Referências aos trabalhos de Grácia Ermelinda são frequentemente encontradas nos textos que tratavam de seu pai. Gerusa Soares reproduziu em seu livro o opúsculo de Grácia.

pai morreu. Casou-se com o espanhol José Mateus de Mendia y Elorza e partiu para Portugal junto com d. Venância e Thomas Vianna. Os seus descendentes se nobilitariam em Portugal e na Espanha.

Cunha Mattos também teve filhos fora do casamento. António Henriques e Isabel Teodora eram filhos dele com Maria Quaresma, da ilha do Príncipe em África. O primeiro casou-se com uma filha de Joaquim José Lisboa, governador da capitania de São Tomé e Príncipe durante a maior parte do tempo em que Cunha Mattos lá esteve. Viveu toda a vida na Ilha, entrando na vida militar e chegando ao posto de coronel. Foi governador interino da ilha por alguns meses no ano de 1869, e eleito Presidente da Comissão de Recenseamento eleitoral da Ilha do Príncipe no ano seguinte. Foi ainda governador da Fortaleza de Santo António da Ponta da Mina e presidente da Câmara Municipal.<sup>6</sup> Não foram encontrados documentos que indicassem que ele manteve contato com esses filhos após sua saída de São Tomé. Além desses, havia possivelmente um terceiro chamado Alexandre Manoel da Cunha Mattos, para o qual ele solicitou ao Rei uma graça no mesmo ano em que se retirou de São Tomé<sup>7</sup>.

Apesar destes dados obtidos sobre a sua família, é preciso observar que nenhum documento pessoal foi localizado no âmbito desta pesquisa, a despeito inclusive de contatos feitos com alguns de seus descendentes. Apenas suas *Memórias políticas, militares e biográficas* contêm algumas poucas referências pessoais. A ausência desse tipo de informação resulta, necessariamente, em incômodos hiatos e silêncios num trabalho de cunho biográfico. Portanto, a vida pública de Cunha Mattos tornou-se o objeto principal desse trabalho.

Ele circulou por um diversificado conjunto de contextos ao longo de sua vida. Foi testemunha de complexos acontecimentos. Tal particularidade reforçou o papel de Cunha Mattos como ‘fio de Ariadne’ na pesquisa e na elaboração da tese. Optei por acompanhar de muito perto suas atividades e sua perspectiva dos acontecimentos. Assumi, portanto, o risco de tratar de modo insuficiente as conjunturas ante o receio de me perder nelas.

Cunha Mattos foi também um homem de muitos interesses. Coube-me estabelecer prioridades entre eles, e minha decisão foi focar os acontecimentos políticos de seu tempo. Era um homem inquieto, que se manteve em constante atividade ao longo da vida. Tal característica pessoal resultou na elaboração de um vasto conjunto de textos de naturezas diversas: memórias, correspondências oficiais, folhetins, discursos e uma considerável obra

---

<sup>6</sup> MELLO, José Brandão Pereira de. (capitão) “O coronel António Henriques da Cunha Mattos (1810-1890)”. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 18, 1948.

<sup>7</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 50, doc. 20.

publicada. Essas foram as principais fontes usadas na tese. Além dos textos escritos por Cunha Mattos, consultei também repertórios normativos e textos políticos e filosóficos da época.

A idéia inicial da tese estava circunscrita à analisar a trajetória de Cunha Mattos no Brasil, entretanto, com o avanço dos trabalhos percebeu-se a necessidade de compreender o seu espaço de experiência bem como as tradições por ele valorizadas a fim de compreender o seu horizonte de expectativas para o Império do Brasil. Os capítulos 1 e 2 atendem a esta necessidade.

As imbricadas relações entre o passado, presente e futuro naquele contexto fizeram das categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* importantes instrumentos na leitura dos documentos e na elaboração do presente texto. Embora não possuam significantes definidos na “história vivida”, para usar uma expressão do autor, não há ação humana na qual experiências e expectativas não estejam relacionadas.<sup>8</sup>

Mais concretamente, por um lado, cada ser humano e cada comunidade tem um espaço de experiência a partir do qual se age, onde acontecimentos passados estão presentes ou podem ser lembrados, e, por outro lado, sempre se age com referência a um específico horizonte de expectativas.<sup>9</sup>

O significado das experiências está diretamente relacionado ao horizonte de expectativas. A partir desse, o passado é compreendido no presente e o futuro é trazido para o hoje. O horizonte de expectativas, por seu turno, é informado pela experiência e é constantemente alterado a partir de novas vivências, que podem trazer expectativas diferentes. Os projetos e desejo alternativos, não concretizado, fazem também parte do espaço de experiência.

---

<sup>8</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contraponto: PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2006. Paul Ricoeur, em comentários sobre essa categorização de espaço de experiência e horizonte de expectativas, chamou a atenção para o poder imagético dos mesmos. A palavra espaço tem em si a idéia de um lugar mais ou menos delimitado, cujo conteúdo não é definido, com diversas possibilidades de percursos. Esse caráter aberto do espaço dá um sentido plural às experiências ali contidas, independentemente de serem individuais ou coletivas. No que se refere ao horizonte de expectativa, ainda seguindo as idéias de Ricoeur, a expressão nos remete à imagem de um porvir aberto, repleto de possibilidades e mesmo de indefinições. Essa conotação é dada tanto pela idéia de horizonte – cujo sentido é marcado pela “potência de desdobramento e de superação” – quanto pela de expectativa – “amplo o bastante para incluir (...) todas as manifestações privadas ou comuns que visem ao futuro”. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Papirus Editora: São Paulo, 1997.

<sup>9</sup> Idem. *The practice of Conceptual History*. Stanford University Press: Stanford, 2002, p. 111.

Portanto, ao estudar a atuação de Cunha Mattos como sujeito histórico no momento da independência do Brasil, foi preciso considerar que sua trajetória foi marcada pela atualização da grandiosidade do passado de Portugal por intermédio da utopia de construção de outro império igualmente poderoso. Essa utopia foi gradualmente transferida, inclusive em termos geográficos, do reino de Portugal, pequeno entre os da Europa, para a grandiosidade e novidade da América.<sup>10</sup>

Para pensar a trajetória de Cunha Mattos, foi essencial considerar o fato de que suas ações e escritos haviam sido produzidos com o objetivo de intervir na realidade política e social de seu tempo<sup>11</sup>. O discurso como instrumento de intervenção esteve presente em toda a obra do personagem. As mudanças políticas e sociais são acompanhadas pela atualização do vocabulário e pela criação de neologismos que, por sua vez, alteram o espaço de experiências e alteram os horizontes de expectativas. A realização de ações positivas e a atualização do vocabulário político são elementos presentes em toda a produção de Mattos e de seus interlocutores.

Partindo dessas considerações, *cultura política* e *tradição* apresentam-se como importantes instrumentos de análise das transformações vivenciadas no âmbito do momento histórico de Mattos.

*Cultura política* deve ser entendida aqui como o conjunto de discursos e práticas que caracterizam a atividade política, a partir da qual indivíduos e grupos negociam, articulam e disputam solicitações consideradas justas. É a partir da idéia de cultura política que devemos procurar os significados dos termos usados pelos atores políticos. Novos e velhos significados são articulados na prática, mas sempre dentro de um arcabouço limitado que define as intenções possíveis dos atores políticos ao lhes proporcionar os meios de que disporão para concretizá-las. Nesse sentido, categorias como lealdade, pacto, representação, entre outras, foram atualizadas a partir das novas experiências vivenciadas no mundo ocidental de então.

*Tradição*, por sua vez, é compreendida aqui no sentido de um referencial de idéias relativamente flexível, cujas bases são suscetíveis de “recriações dentro da própria tradição”.

---

<sup>10</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. *Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Livraria Sette Letras Editora: Rio de Janeiro, 1994.

<sup>11</sup> Sobre a idéia do discurso político como forma de intervenção, ver SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

Assim, “as continuidades, os afastamentos, as recriações passam a fazer parte de uma longa tradição que se refaz permanentemente (...)”.<sup>12</sup>

As interpretações dadas por Cunha Mattos, que orientavam sua atuação política no contexto da transição de um império a outro, estavam marcadas pela tradição política lusitana e, ao mesmo tempo, lhe permitiam reconhecer o novo. Essa perspectiva o levou a perceber seu tempo como um tempo de transição.

Os capítulos da tese foram organizados cronologicamente. O primeiro foi dedicado aos fatores que influenciaram a formação do personagem. A seleção dos temas tratados seguiu indicações dadas pelo próprio Cunha Mattos em suas já mencionadas *Memórias políticas, militares e biográficas*. Busquei mostrar a trajetória de seus antepassados diretos, que serviram sob as ordens do célebre conde Lippe. Cunha Mattos se definia como um herdeiro militar daquele período. Também consta do primeiro capítulo a passagem de Cunha Mattos pela Casa Pia de Lisboa, instituição formada a partir dos valores da Ilustração portuguesa. Por fim, foram feitas algumas considerações sobre o ensino na Escola Regimental do Algarve. Cunha Mattos atribuiu a essas experiências um peso decisivo em sua formação moral e intelectual.

No segundo capítulo, apresento a atuação de Cunha Mattos durante os anos de agitação na Europa em decorrência dos desdobramentos da Revolução Francesa e do governo de Napoleão. A primeira parte está dedicada à sua participação na Divisão Auxiliadora do Exército da Coroa de Espanha na Campanha do Roussillon e da Catalunha, quando teve sua primeira e mais significativa experiência nos campos de batalha, retratada nas *Memórias*. Minha opção foi analisar a narrativa de Cunha Mattos, e não a guerra propriamente dita. A segunda parte do capítulo discorre sobre sua atuação em São Tomé e Príncipe, onde fez um rápido progresso na carreira e onde atuou como funcionário régio envolvido nas pretendidas reformas de racionalização da administração colonial.

O terceiro capítulo é dedicado aos primeiros dez anos de Cunha Mattos no Brasil. Não foram localizados documentos referentes aos dois primeiros anos. As informações iniciais referem-se à sua escolha como integrante da força regalista enviada a Pernambuco em 1817. Dois anos depois, foi transferido para o Rio de Janeiro. O capítulo aborda a importante passagem da independência do Brasil, buscando situar Cunha Mattos naqueles anos

---

<sup>12</sup> KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Voltaire: a conquista da felicidade terrena”. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. Contexto: São Paulo, 2003, p. 358-359

conturbados. A parte final do capítulo refere-se à sua atuação como governador de armas da província de Goiás.

O último capítulo focaliza a atuação de Cunha Mattos na Câmara dos Deputados e como letrado. Naquela assembléia ele participou ativamente dos principais debates do país e esteve diretamente ligado a algumas das controvérsias que resultaram na queda do imperador d. Pedro I. Através dos discursos, foi possível ter acesso a muitas informações referentes às suas idéias políticas e econômicas, bem como a suas dúvidas e expectativas em relação ao futuro do Brasil. Com o fim de seu segundo mandato, Cunha Mattos continuou sua intervenção política, mas no campo das idéias. Ele atuou em instituições que buscaram promover o crescimento do Brasil e a unidade do seu território pela construção de um discurso legitimador. Esse período da vida de Cunha Mattos foi o que recebeu mais atenção dos estudiosos, muito em decorrência de sua participação na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa instituição construiu sua memória ressaltando a sua atuação como um homem de letras.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que uma de minhas intenções ao escrever esta tese foi 'dar voz' a Cunha Mattos. Nesse sentido, optei por fazer uso de abundantes citações das fontes selecionadas. Espero que tal procedimento forneça aos leitores elementos suficientes para fazerem suas próprias avaliações das idéias apresentadas. Seguindo a sugestão do professor Emanuel Araújo, optei por modernizar a grafia das fontes citadas.

## **Capítulo 1 – Família, formação e influências**

Cunha Mattos escreveu, possivelmente em finais da década de 1820, uma pequena autobiografia. Ao escrever tal obra, ele construía uma memória específica de si mesmo, a partir da qual seria poderia ser entendido no presente e lembrado no futuro. Nesse sentido, ele destacou seu pertencimento a uma família simples, constituída por valorosos soldados. Ele seria herdeiro de uma tradição familiar de militares que prestaram bons serviços à Coroa, de uma disciplina advinda das reformas implantadas no exército português pelo Conde Lippe e como um produto de instituições como a Real Casa Pia de Lisboa e a Escola Regimental do Algarve. O objetivo deste capítulo é aprofundar estas questões e contextos e contribuir para o entendimento do espaço de experiência do personagem.

## 1.1 Uma família de militares

Meu pai chamava-se Alexandre Manoel da Cunha Mattos, natural de Estremoz, no Alentejo, o qual era filho de Francisco Xavier de Mattos, Tenente do Regimento de Artilharia da mesma Província, nascido na cidade de Portalegre, e de Antonia Eugenia da Cunha, natural da vila de Borba. Minha mãe chamava-se Isabel Theodora Cecília Ignácia de Oliveira, natural da vila de Alegrete, e foi filha de João Fontes, nascido em Olivença, e Maria Eugenia, natural de Arronches. Estes são os nomes dos meus ascendentes de que tenho notícia, e entendo que nenhum pretendia qualificar-se como ramo de alguma grande família de Portugal.

Raimundo José da Cunha Mattos apresentou-se assim em suas *Memórias políticas, militares e biográficas*<sup>1</sup>, escritas possivelmente por volta do final da década de 1820. Ele retratou-se então como um homem oriundo de família simples, constituída por soldados. Preocupou-se também em desvincular sua ascensão profissional e social da “economia de favores”<sup>2</sup> que marcava o Antigo Regime.

Alexandre Manuel foi soldado e assentou praça no Regimento de Artilharia de Estremoz tal como fizera seu próprio pai, Francisco Xavier. Raimundo José veio a ser parte da terceira geração da família a ingressar nos quadros da artilharia portuguesa. Antônio de Mattos Bento, bisavô paterno de Raimundo José, também servira nas tropas lusas, mas na milícia, chegando a capitão do Terço de Infantaria da comarca de Portalegre.<sup>3</sup>

As três gerações da família Cunha Mattos mencionadas nas *Memórias* conheceram realidades militares muito distintas. Francisco Xavier de Mattos era um soldado da ‘antiga

---

<sup>1</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias políticas, militares e biográficas*. BNRJ, Seção de Manuscritos, 10, 2, 016. A partir daqui, resumidamente, *Memórias*.

<sup>2</sup> HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. Em: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal: o antigo regime*. Editorial Estampa: Lisboa, 1998, p. 340.

<sup>3</sup> Carta patente de 9 de setembro de 1726. Seção de Processos Individuais do Arquivo Histórico Militar de Portugal, AHM/DIV/3/7 – Mattos, Raimundo José da Cunha. A força militar portuguesa era então organizada em três linhas. A primeira era formada por tropas pagas e regulares. Os soldados eram recrutados, preferencialmente, entre os que ausência não comprometesse as atividades econômicas e sociais. A segunda linha era constituída pelas milícias, ou corpos auxiliares. Estes corpos não eram remunerados e o tempo de serviço era pré-determinado. Sua função era auxiliar as tropas pagas e, eventualmente, substituí-las. A terceira linha era formada pelos Corpos de Ordenanças, recrutados entre os homens maiores de 18 anos de menores de 60. Seriam convocados apenas nas situações de urgência. Esse Corpo foi até 1650 a base da organização militar portuguesa.

geração’, cuja vida militar antecedeu ao projeto reformista do conde Lippe. Seu filho Alexandre Manoel assentou praça no segundo ano de implantação das reformas que prometiam, entre outros, a valorização do mérito pessoal na carreira militar e quanto à concessão de premiações materiais e honoríficas. Raimundo José, por sua vez, serviu em outro momento de transição e optou por atuar fora do reino de Portugal durante quase toda a carreira, o que resultou em promoções que o levaram aos mais altos postos militares.

<b>Quadro Hierárquico da Artilharia do Exército – 1763<sup>4</sup></b>	
Oficiais gerais	Marechal do Exército Tenente-general Marechal de campo Brigadeiro
Oficiais superiores	Coronel Tenente-coronel Sargento-mor (Major)
Oficiais intermediários	Capitão Primeiro-tenente Segundo-tenente
Oficiais inferiores	Sargento Furriel
Praças	Cabo de esquadra soldado

Até início dos oitocentos em Portugal, a fidalguia era hegemônica na ocupação dos postos mais elevados.<sup>5</sup> O pertencimento ao mais alto escalão da sociedade era uma credencial

<sup>4</sup> Elaborado a partir do Plano de Artilharia de 15 de julho de 1763. Disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=108&id\\_obra=73&pagina=45](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=45), acessado em: 8/07/2006. Poucas alterações seriam feitas nesta organização básica durante o tempo em que Cunha Mattos serviu. Sobre isto, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1999, p.52.

<sup>5</sup> Segundo Nuno Monteiro, houve uma alteração no que se refere às origens dos oficiais durante o comando de Lippe, quando a grande nobreza foi superada pelas locais e pelos oficiais estrangeiros. Contudo, aquele índice estaria mais relacionado à presença dos oficiais estrangeiros nos quadros militares portugueses do que ao acesso de pessoas sem distinção de nascimento aos postos do alto comando. Entretanto, já no período que antecedeu à queda de Pombal, foi percebida a recuperação dos índices de participação dos titulares nos postos de comando. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Nobreza e hierarquia militar”, in: HESPANHA, António Manuel. *Nova História Militar de Portugal. Vol. II*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, pp. 101-105.

para se chegar ao generalato, embora não fosse a única. Os pretendentes aos ofícios militares deveriam demonstrar um mínimo de qualidades condizentes com a atividade guerreira, o que fazia com que os postos não chegassem a ser explicitamente hereditários.

A ascensão na carreira militar tinha como outro obstáculo significativo o reduzido número de quadros superiores de comando nos exércitos. No período anterior às guerras da Revolução Francesa, quando foram criados os Estados-Maiores – ou seja, um corpo de oficiais especializados para dar suporte formal aos postos de comando – todos os oficiais precisavam estar vinculados a um regimento.

Os grupos intermediários da sociedade pouco se interessavam pela carreira das armas. O predomínio da fidalguia no alto comando do Exército tornava difícil o progresso dos demais. Além disso, os postos de oficiais de baixa patente eram dados a agregados da fidalguia, o que diminuía sua capacidade de agregação de distinção social.

Tais circunstâncias criaram oportunidades de mobilidade social através da carreira militar para os soldados advindos das camadas mais baixas.<sup>6</sup> Ascender aos postos de oficiais intermediários nas tropas de linha, ordenanças e milícias significava alcançar a base da nobreza<sup>7</sup> e, conseqüentemente, ter acesso a outras formas de distinção, tais como os hábitos de cavaleiros das ordens militares. As armas foram o caminho para a ascensão social experimentada pelos Cunha Mattos.

Francisco Xavier de Mattos alcançou o posto de 1º tenente de uma importante praça militar após uma carreira relativamente curta. Raimundo José buscou apresentar o avô como possuidor de credenciais meritórias que justificavam seus sucessos. Ele seria um soldado preocupado com sua instrução numa época em que a ignorância dos oficiais portugueses e de toda a nobreza chocava os estrangeiros contratados para a organização do Exército, fato especialmente observado durante o governo do marquês de Pombal. Entre os conhecimentos

---

<sup>6</sup>COSTA, Fernando Dore. “Fidalgos e Plebeus”, in: HESPANHA, António Manuel. *Nova História Militar...*, p. 107.

<sup>7</sup>Sobre a nobreza portuguesa no período estudado, ver a vasta obra de Nuno Monteiro, em especial *O crepúsculo dos grandes*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda: Lisboa, 1998. Esse autor demonstrou o alargamento da nobreza portuguesa pela adoção da concepção de “nobreza civil ou política”, levando à criação de “múltiplas e diversificadas fronteiras de estatuto no seu interior”. A larga base da nobreza portuguesa era constituída a partir de critérios variáveis e locais, o que lhe concedia um caráter fluido e pouco eficaz na atribuição de distinção social no âmbito do reino, embora permitisse a mobilidade social numa cultura política “genericamente hostil” à sua ocorrência. MONTEIRO, Nuno. “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime.” Em: *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2º), p. 335-368.

dominados por ele estariam as matemáticas, consideradas como um dos pilares da “ciência da guerra”, “... indispensavelmente necessárias na Artilharia e Engenharia...”<sup>8</sup>:

Meu avô paterno foi um dos mais instruídos oficiais da Escola de Artilharia do Alentejo<sup>9</sup> antes da entrada do conde de La Lippe em Portugal, e estou lembrado de ver em minha casa um grande número de manuscritos seus sobre matemáticas.<sup>10</sup>

As qualidades intelectuais atribuídas a Francisco Xavier por seu neto resultaram de seus esforços pessoais, mas também da existência de uma “escola de artilharia” no Alentejo, ou seja, de um esforço do Reino de Portugal em oferecer formação mínima para o seu oficialato.

As preocupações da Coroa portuguesa quanto à formação de seus artilheiros remontavam às Guerras de Restauração, quando fora criada em Lisboa, no ano de 1647, a primeira “escola de artilharia”, a *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar* na Ribeira das Naus.

Tais aulas espalham-se por diferentes possessões ultramarinas portuguesas em resposta à necessidade de melhorar a defesa dos territórios. Assim, foram criadas Aulas de Fortificação em Salvador, em 1696; no Rio de Janeiro, em 1698; em Goa, Angola e São Luís, em 1699; em Recife e no Minho, em 1701; e em Belém, em 1758, já no período pombalino.

A expansão das aulas também ocorreu no reino. O decreto de 1701 determinou a criação de *Academias de Fortificação* nas províncias e definiu que, apesar de essas instituições terem como objetivo a formação de engenheiros militares, seria facultada a frequência de oficiais dos regimentos e de nobres em geral. Os alunos militares que se destacassem teriam preferência na promoção aos postos.

A criação dessas aulas relacionava-se a um processo que, já em meados do século XVIII, levou a guerra a ser “pensada como uma tecnologia”, segundo Rui Bebianno. Dessa perspectiva, o domínio de um conjunto completo de saberes permitiria a condução racional dos conflitos bélicos e, por conseguinte, o controle de seus desdobramentos. Tal convicção

---

<sup>8</sup> Conde Lippe, citado em RIBEIRO, José Silvestre. História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia, Academia das Ciências de Lisboa: Lisboa, 1871-1914, tomo I, 306.

<sup>9</sup> A alusão à “Escola de Artilharia do Alentejo” não é muito clara. É difícil determinar se dizia respeito a uma escola propriamente dita ou a uma tradição, visto que não foi possível encontrar uma instituição com esse nome.

<sup>10</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*

estava associada ao meio intelectual em que circulavam os principais teóricos daquele século, marcado pela concepção da possível “manipulação metódica do real”.<sup>11</sup> Conforme aquele autor, houve então uma revalorização da atividade militar e o início de sua profissionalização. Este processo duraria quase dois séculos e seria repleto de reveses.

Os oficiais e soldados que freqüentavam as aulas serviram no reino e nas possessões portuguesas. Foram responsáveis pela edificação de prédios militares e ainda de igrejas, casarios e cadeias, entre outros. Coube também a eles um papel importante na representação cartográfica dos territórios da Coroa. Rui Bebiano creditou ao estabelecimento dessas aulas a multiplicação de escritos sobre a guerra, desde compêndios de matemática e geometria para uso militar até propostas de reformas destinadas a melhorar a condição e a imagem dos militares com vista a aumentar a adesão voluntária às tropas.

Esses esforços, contudo, não seriam suficientes para a preparação dos corpos militares portugueses. Quando o conde Lippe assumiu o comando do Exército em 1762 encontrou as tropas despreparadas e os equipamentos obsoletos.

Francisco Xavier, Alexandre Manoel e Raimundo José, três gerações de uma mesma família, tiveram suas vidas impactadas pelas ações empreendidas pelo conde Lippe. O primeiro chegou a servir sob seu comando durante a guerra. Alexandre Manoel assentou praça imediatamente após a implantação dos novos regulamentos e serviu sob as ordens diretas de alguns dos colaboradores mais próximos do conde. E Cunha Mattos se sentia um herdeiro das reformas implantadas pelo conde nos 15 anos em que ele e oficiais de sua confiança comandaram o exército português.

### **1.1.1 Conde Lippe em Portugal**

#### A Guerra Fantástica

A guerra trouxe à tona a gravidade da situação militar portuguesa, conhecida de perto por Francisco Xavier e Alexandre Manoel. Ficara patente a inadequação do modelo de exército existente, a incapacidade dos oficiais, a falta de estrutura física, a desorganização da

---

<sup>11</sup> BEBIANO, Rui. “Os imaginários, os valores e os ideais da guerra.” In: HESAPANHA, António Manuel. *Nova História militar de Portuga...*, pp. 36-62. Ver também: Sobre a produção de textos acerca dos mais diversos aspectos da experiência militar portuguesa até o final dos setecentos, ver: BEBIANO, Rui. *A pena de marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Minerva Coimbra: Coimbra, 2000.

logística e o estranhamento da população frente ao serviço militar. Era urgente a organização de forças capazes de se imporem ante aos bem preparados agressores.

A vulnerabilidade bélica de Portugal levou Sebastião Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal, a buscar apoio estrangeiro, prioritariamente da Inglaterra.<sup>12</sup> Durante todo o conflito, houve uma intensa troca de correspondência e freqüentes negociações entre os governos português e britânico, cabendo a esse o fornecimento de todo tipo de equipamentos para a guerra, indo da artilharia às barracas usadas pelos soldados e oficiais, passando por homens e um empréstimo de duzentas mil libras para pagamento do material adquirido. Além do apoio financeiro, a Inglaterra aceitou enviar 6 mil soldados de infantaria e um regimento de cavalaria ligeira com cerca de 500 homens.

Entre as primeiras solicitações feitas ao aliado inglês estava a indicação de oficiais estrangeiros para os postos de comando das tropas, iniciativa entendida como necessária diante da incapacidade dos oficiais portugueses de conduzirem um conflito segundo os parâmetros modernos da guerra. Para Latino Coelho, aqueles oficiais eram mais cortesãos do que militares.<sup>13</sup>

O conde de Oeiras iniciou os esforços de ajustamento do Exército português à guerra moderna ainda em abril daquele ano, ou seja, antes da chegada dos oficiais estrangeiros. Pelo alvará de 5 de abril de 1762, o rei determinara a adequação da nomenclatura dos postos, até Brigadeiro, “... com que a dito respeito observam todas as outras Nações da Europa...”<sup>14</sup>

A principal indicação do rei Jorge III foi a do príncipe reinante Wilhelm von Schaumburg-Lippe, que deveria ocupar o posto de marechal-general do Exército português. A escolha de seu nome exigiu grande ponderação política, que levou em consideração seus méritos como veterano da Marinha Britânica na campanha de 1745 contra os otomanos e o fato de ter sido um dos comandantes da Artilharia dos Aliados na Guerra dos Sete Anos.

---

<sup>12</sup> Entre outros: COSTA, Fernando Jorge Dors. *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*. Dissertação de doutoramento em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, SALES, Ernesto Augusto Pereira. *O conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de História Militar, 1936; COELHO, José Maria Latino. *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*. Vol. III. Imprensa Nacional: Lisboa, 1874.

<sup>13</sup> “...não existiam generais que pudessem exercitar o comando num exército moderno, (...) capazes de serem soldados, mas totalmente desprovidos do saber e da experiência das modernas guerras européias...”. COELHO, José Latino. *História política e militar de Portugal...* p. 74.

<sup>14</sup> Alvará de 5 de abril de 1762, disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=1214](http://www.iuslusitaniae.fsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=1214), acessado em 25/03/2006.

O conde apresentava ainda a importante singularidade de ser o soberano de um principado autônomo, com circulação na corte de Frederico, o Grande, e freqüentador dos palácios do rei Jorge III. Essa posição social contribuía para abrandar possíveis resistências à sua autoridade por parte da fidalguia portuguesa.

Os documentos de então destacavam essa sua condição de soberano, enquanto silenciavam sobre seu nascimento em Londres, suas ligações familiares com a corte inglesa<sup>15</sup> e sua passagem pelo exército do rei Jorge. Isso sugere um esforço no sentido de diminuir a importância inglesa na condução do conflito.

A escolha de Lippe, portanto, amenizava eventuais resistências da fidalguia portuguesa diante da maciça presença de tropas inglesas em território luso. Além disso,

a contratação de um estrangeiro para dirigente máximo do Exército teria a vantagem suplementar de anular quaisquer veleidades que pudessem emergir da ocupação desse lugar se a ele fosse chamado um indivíduo da fidalguia da corte.<sup>16</sup>

A nomeação de um comandante estrangeiro para as tropas portuguesas também era uma opção política que favorecia o conde de Oeiras, pois evitava o surgimento de uma liderança militar de peso entre fidalgos portugueses que pudessem vir a disputar com ele as graças reais.

Chegando a Lisboa no dia 3 de julho de 1762, o conde Lippe foi nomeado por um alvará do dia 10 do mesmo mês. No documento, a escolha do nome foi justificada por suas “eminentes qualidades, merecimentos e experiências militares”. Esperava-se que seu comando trouxesse para os exércitos portugueses “a distinta reputação” decorrente das “tão claras e distintas provas nas Guerras da Europa em que [ele] foi empregado”.<sup>17</sup>

A contratação de oficiais e soldados era uma prática comum no cenário europeu, no qual homens que dominavam a ‘ciência da guerra’ disponibilizavam seus serviços aos

---

<sup>15</sup> Havia insinuações de que era filho bastardo do rei inglês.

<sup>16</sup> COSTA, Fernando Dóres. “Guerra no tempo de Lippe e de Pombal”, In: HESPAÑA, António Manuel. *Nova História militar de Portugal* ....., p. 334.

<sup>17</sup> Alvará de 10 de julho de 1762, Carta Patente do Conde Lippe, disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=106&id\\_obra=73&pagina=1517](http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/verlivro.php?id_parte=106&id_obra=73&pagina=1517), acessado em 25/03/2006.

diferentes soberanos. Durante a Guerra Fantástica, Portugal contratou 54 oficiais, entre eles o marechal-general e dezesseis outros oficiais generais.<sup>18</sup>

Entre os oficiais estariam os dois últimos comandantes de Francisco Xavier de Mattos no Alentejo: James Pattison e Guillaume Louis Antoine de Valleré, comandantes do Regimento de Artilharia de Estremoz. Já Alexandre Manoel da Cunha Mattos serviria durante vários anos sob o comando de outros oficiais estrangeiros que chegaram a Portugal com Lippe, entre eles Christian Frederich von Weinholtz, James Ferrier e Simon Fraser.

A chegada dos oficiais não significou, contudo, o final dos problemas portugueses. Desde o primeiro momento, Portugal enfrentaria dificuldades na formação de suas tropas, cujo contingente era muito inferior ao prometido aos aliados ingleses. O esforço para aumentar o contingente deparou-se com a ojeriza da população diante do recrutamento e da vida militar, sentimento que podia ser medido pelo altíssimo índice de deserção. Para Ernesto Sales, tal quadro resultava de um conjunto de fatores:

soldados mal vestidos, mal alimentados e mal pagos, [que] eram forçados a permanecer nas fileiras durante anos e anos, uma dezena deles e por vezes mais ainda, razões porque procuravam libertar-se de tão duro serviço desertando sempre e sempre.<sup>19</sup>

A situação repercutiu no Parlamento inglês e foi entendida como demonstração da falta de disposição dos portugueses para defender seu país, o que dificultou a liberação do empréstimo anteriormente negociado entre as Coroas e ameaçou a própria missão militar inglesa.

Lippe e seus oficiais auxiliares entenderam inicialmente o grande índice de desertores como decorrente da incapacidade do Exército de manter as tropas. Os oficiais estrangeiros consideravam imprescindível a regularização do pagamento dos soldos. Todos eles acreditavam, inclusive o próprio conde Lippe, que a principal causa da saída das fileiras era a busca de meios de subsistência, e isso os impedia, moralmente, de aplicar punições mais duras. A inoperância da Vedoria Geral<sup>20</sup> no fornecimento de víveres agravava a situação. A

---

<sup>18</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Comandos militares e elites sociais.” In: idem, *ibidem*. p. 103.

<sup>19</sup> SALES, Ernesto Augusto Pereira. *O conde de Lippe em Portugal...*, p. 50.

<sup>20</sup> A criação da Vedoria Geral, juntamente com a contadoria e a pagadoria-geral, em 1645, visava a controlar os custos das tropas. “O vedor-geral ficava encarregado de: arrolar os soldados; fazer o seu registo biográfico, criminal e militar; controlar os requisitos de provimento dos oficiais; pagar os soldos e outras despesas da guerra;

atualização dos soldos, contudo, não teria os resultados esperados e medidas mais severas passaram a ser implementadas.

Essa realidade, todavia, não se restringia às forças portuguesas. O encorajamento da deserção nas tropas inimigas era uma tática de guerra amplamente usada: os soldados eram atraídos com o pagamento de recompensas, a promessa de compra de armas e de emissão de passaportes. Segundo correspondência inglesa, as tropas invasoras perderiam cerca de 35% de seus homens devido às deserções ao longo da campanha.<sup>21</sup>

É importante ressaltar que os desertores não eram considerados traidores nem covardes, conotações que só vieram a ganhar ao longo dos séculos XIX e XX, quando se estabeleceu um código cultural militar em torno dos conceitos de patriotismo, masculinidade e companheirismo. Fernando Dores Costa considera que a deserção no século XVIII “corresponde antes a um fenômeno de insubmissão massiva.”<sup>22</sup>

Nesse sentido, as iniciativas de desencorajar o abandono das fileiras iam de encontro à percepção da sociedade em geral, que via o estilo militar como um mundo estranho e considerava natural que os insatisfeitos o abandonassem. Esse estranhamento em relação à vida militar faria com que muitos defendessem os vadios e os filhos dos soldados como os mais adequados às tropas. Enquanto as armas poderiam dar alguma utilidade aos primeiros, os segundos estariam, de antemão, adequados a elas.

A deserção era um dos mais graves aspectos da indisciplina das tropas. Contudo, Lippe apontou a desobediência dos oficiais portugueses como ainda mais grave. Esses foram alvos de diversas reclamações feitas pelo conde a Sebastião José de Carvalho e Melo. As orientações dadas pelo conde eram ignoradas pelos seus subordinados portugueses, levando-o a ter que repeti-las em diversas correspondências. Um modo de diminuir as resistências à ocupação dos postos de comando por estrangeiros foi designar como seus auxiliares nobres portugueses que aceitassem seguir suas orientações. Entre as principais demonstrações de insubordinação dos generais portugueses estava a capitulação de praças de guerra, que eram entregues sem resistência durante o conflito.

---

tratar com os assentistas que forneciam os abastecimentos (nomeadamente, pão, palha, cevada e fardamentos).” HESPANHA, António Manuel. “A administração militar”. In: idem, *A nova história militar de Portugal...*, p. 175.

<sup>21</sup>COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão, aversão e ...*, p. 107.

<sup>22</sup>COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar.” In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5º), p. 979.

A defesa das províncias do norte pelas tropas regulares fracassou inteiramente, permitindo a ocupação de Bragança e Chaves, em Trás-os-Montes. Contudo, se a atuação das tropas regulares foi ineficaz na defesa das povoações, a ação do que Dores Costa chamou de “violência popular” foi essencial, sendo descrita por uma testemunha francesa como resultado do “ódio mortal” contra os invasores, em razão do qual

...não lhes perdoam a soldados das tropas, nem a vivandeiros e marchantes, e no princípio até os desertores matavam, reputando-os espias. Nenhum paisano, nem pelo maior interesse, leva mantimentos à praça, e os vivandeiros não são ousados a vir buscá-los fora sem escolta de mais de 30 homens, porque de menor número nenhum volta para a praça.<sup>23</sup>

A manutenção dos postos conquistados pelas tropas franco-espanholas demonstrou-se inexecutável diante da resistência local. A ação dos populares armados foi premiada pelo rei conforme solicitação do conde Lippe, que engajou os habitantes locais nas áreas geográficas em que podiam ser mais eficazes.

A ação mais arrojada das tropas luso-britânicas foi o ataque às linhas de abastecimento dos adversários, que abrangiam as cidades de Cáceres, Badajoz, Valença de Alcântara e Mérida, levando o conflito para o território espanhol. Tal ofensiva teve como objetivo declarado a elevação do moral das tropas portuguesas. Com o deslocamento parcial do teatro de guerra para território inimigo, parte da força adversária foi obrigada a recuar para defender aquela frente. Uma consequência inesperada, mas muito bem-vinda, foi o levante em Badajoz em decorrência de um ataque ao seu entorno, demonstrando o desgaste que se estabelecera na estremadura espanhola. Era previsto um ataque mais forte, que envolveria 17 batalhões de infantaria e quatro regimentos de cavalaria, mas foi abortado devido à incapacidade logística de Portugal para fornecer os víveres.

Ao longo de boa parte do conflito, nada apontava para o eventual sucesso das tropas luso-britânicas. Havia a consciência de que, se o conflito fosse duradouro, Portugal necessitaria de novos auxílios dos aliados britânicos.

---

<sup>23</sup> Citado por VICENTE, António Pedro. “Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal – 1762-1796”, Separata do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n. 41, 1971, p. 134.

Em finais de novembro, as hostilidades chegaram ao fim e a paz foi definida pelo tratado de Fontainebleau, assinado em 10 de fevereiro de 1763. No que dizia respeito a Portugal e Espanha, ficou determinado que todos os territórios conquistados durante o conflito seriam devolvidos na exata situação em que estavam antes, tanto na Europa quanto na América, onde também houvera embates. Assim, após meses de conflito e com uma reviravolta resultante da estratégia concebida por Lippe, a Guerra Fantástica chegou ao fim sem grandes enfrentamentos.

Um dos fatores que contribuíram para o sucesso luso-britânico foi a desorganização do comando espanhol, marcado pela multiplicidade de planos de ataques e troca de comando e pelo desconhecimento do território inimigo, realidade que viria a se repetir no contexto da Guerra do Roussillon e da Catalunha, como observaria Raimundo José da Cunha Mattos décadas depois.

#### As Reformas

O final da luta em terras portuguesas e da Guerra dos Sete anos trouxe mudanças significativas no equilíbrio de poderes europeu. A Inglaterra saiu como a grande vencedora do conflito. Sua hegemonia nos mares e a enorme influência no continente tornavam-se explícitas. O poderio inglês ameaçava então, inclusive, seu tradicional aliado Portugal, dependente de seus domínios oceânicos.

Apesar dos sucessos da guerra, as relações entre Inglaterra e Portugal ficaram estremecidas. O Parlamento Inglês resistiu em deixar cumprir os acordos estabelecidos entre as Coroas. A crítica situação das tropas e a dependência do apoio da Inglaterra vividos ao longo do conflito chegaram ao ponto de o conde de Oeiras orientar Melo e Castro a propor a entrega aos britânicos dos seus “estabelecimentos em Goa, e mais possessões na costa do Malabar e Coromandel mediante a soma de um milhão de libras esterlinas e ficando os ditos estabelecimentos hipotecados a esta quantia.”<sup>24</sup> Medida muito grave que encontrou a resistência do plenipotenciário português em Londres. Ele pediu esclarecimentos e, após a confirmação da ordem, optou por não apresentá-la, argumentando que não era o momento de

---

<sup>24</sup> Carta do conde de Oeiras a Melo e Castro de 4 de setembro de 1762, apud COSTA, Fernando Dores. “Guerra no tempo de Lippe e de Pombal”, in: HESPANHA, António Manuel. *Nova História militar de Portugal* ....., p. 343.

se apresentar novos pedidos, visto que a questão das duzentas mil libras ainda estava em discussão e o final da guerra parecia estar próximo, tornando desnecessária e inútil tamanha perda. Portugal percebeu que as ajudas emergenciais poderiam custar muito caro e que poderiam faltar em circunstâncias futuras. Outro ponto de tensão entre os tradicionais aliados Portugal e Inglaterra foram as humilhações resultantes do criticável comportamento dos soldados ingleses em território português. Além disto, o já referido poder naval inglês explicitava a vulnerabilidade do “império marítimo português”.

Diante disso, Sebastião José de Carvalho e Melo compreendeu que a existência de um exército bem preparado era uma questão de máxima importância para Portugal, da qual dependia a segurança da Coroa e dos vassallos. A presença do conde Lippe em Portugal foi entendida por Oeiras como uma oportunidade ímpar para tal empreendimento. Ele foi então convidado a permanecer em Portugal e a efetivar uma radical reorganização das forças militares. Seu trabalho teria como um dos principais objetivos a aculturação das tropas, ou seja, a sua militarização.

Para Dores Costa, a continuidade de Lippe em Portugal foi “um ato de autoridade” que deve ser entendido como parte da política disciplinadora da nobreza empreendida pelo futuro marquês de Pombal<sup>25</sup>. Foi também uma das facetas da proposta de modernização do reino, implantada no sentido de aproximar Portugal das demais nações européias.

Lippe ocupou o posto de Marechal-general do Exército Português entre os anos de 1762 e 1777, quando de sua morte. Entretanto, ele permaneceu em Portugal apenas por aproximadamente dois anos, entre 1762 e 1764. Retornaria ao em 1767 e ali permaneceu por aproximadamente seis meses. Durante o restante do tempo, ele esteve em seu principado e, de lá, acompanhava a situação das tropas portuguesas por uma constante correspondência com Sebastião de Carvalho e oficiais.

As reformas propostas pelo conde Lippe pautaram-se na experiência da guerra, marcada pelo despreparo, da indisciplina e da insubordinação dos soldados e dos oficiais, bem como das falhas de abastecimento e pagamento das tropas.

Várias mudanças foram instituídas sob seu comando por alvarás e decretos, além de regulamentos, artigos de guerra, memórias e planos que possuíam força de lei. Tratou-se de criar, assim, um novo repertório normativo organizado no período em que o conde Lippe foi o marechal-general dos exércitos portugueses. A importância de se observar este repertório para

---

<sup>25</sup> COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais...* p. 228 e ss.

as tropas foi confirmada pelo conde em 1773, em correspondência para Portugal quando estava em seu principado:

as Leis da Disciplina, da Tática e da Economia Militar formam o objeto essencial dos Regulamentos: da exata e contínua observância das Leis e Regulamentos é que depende o bom Estado das Tropas, isto é, sua Aptidão para a Guerra.<sup>26</sup>

A ordem, para Lippe, teria como principal fonte o cumprimento exato dos regimentos, não devendo haver espaço para interpretações particulares. Esse repertório normativo pode ser compreendido como parte dos esforços de ordenamento das normas empreendido por Pombal e seus colaboradores, que aspiravam a um “direito harmonicamente disposto em uma compilação que escapasse à confusão e à transitoriedade...”.<sup>27</sup> A lei da boa razão de 1769 seria o marco de tal projeto durante a última fase do Antigo Regime português.

Francisco Xavier teve seus últimos anos de serviço regidos pelo Plano de Artilharia organizado por Lippe em 1763. Seu posto de primeiro-tenente da 6ª Companhia de Artilheiros do Regimento de Artilharia de Estremoz foi confirmado pela patente de 20 de julho daquele ano, passando a receber o soldo de 7.200 réis mensais, conforme estipulado. Também em obediência às determinações do conde Lippe, ele seria reformado em 1764.<sup>28</sup>

Essa reforma resultou em dificuldades para Francisco Xavier, que ficou em situação financeira bastante delicada e dependendo de favores dos familiares de sua esposa, segundo depoimento de Cunha Mattos.

Como ele ficasse reformado por ocasião da Paz de 1763 e tinha vários parentes religiosos da Congregação dos Agostinhos Descalços, ficou recebendo uma ração do Convento desta ordem em Estremoz; é que minha Avó era engomadeira ou remendadeira (...) do claustro.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> *Memória sobre os exercícios de meditação militar para se remeter aos senhores Generais e Governadores de Províncias*. Lisboa: Oficina de João António da Silva, 1782, p. 3.

<sup>27</sup> HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Almedina: Porto, 2004, p. 34.

<sup>28</sup> ANTT, Conselho de Guerra – Decretos. Decreto de 20 de julho de 1763 e Decreto n. 138 de 1 de setembro de 1764, respectivamente.

<sup>29</sup> MATTOS, Raimundo José da. *Memórias políticas...*

Os bons serviços e o esforço pessoal para a aquisição de conhecimentos, conforme testemunho de seu neto, não foram, portanto, recompensados em termos materiais, e Francisco Xavier acabou dependendo dos vínculos familiares com religiosos e do trabalho de sua esposa para obter o sustento.

A necessidade de medidas que garantissem a dignidade dos militares reformados – pela idade ou por alguma ocorrência em serviço que lhes impedisse continuar na ativa – foi defendida no Regulamento dos Regimentos da Infantaria também criados por Lippe em 1763. Ele considerava que a situação humilhante em que muitos dos militares reformados se encontravam, chegando ao ponto de dependerem de esmolas, infamava igualmente a corporação militar. No entanto, somente décadas depois seria criado o montepio, em 1795, para garantir o sustento dos familiares no caso de morte dos militares. Alexandre Manoel deixaria para a filha Rufina o seu montepio.

A situação delicada em que se encontrava Francisco Xavier não impediria que seu filho Alexandre Manoel assentasse praça no mesmo regimento em que ele servira. Pode-se inferir que a presença de Lippe e suas propostas ampliaram as expectativas de benefícios para os que entravam nas tropas, o que deve ter sido particularmente sentido durante o período em que o conde conduziu pessoalmente suas reformas, sob os auspícios do poderoso conde de Oeiras.

A experiência profissional de Alexandre Manoel sofreu, portanto, forte influência das reformas de Lippe. O regimento em que servia estava sob o comando de Valleré, um dos principais colaboradores de Lippe no projeto de aculturação militar das tropas lusas. Oficial de grande notoriedade, Valleré foi um dos poucos estrangeiros que mantiveram seus postos de comando com o advento da chamada *Viradeira*.

A primeira norma relacionada à reestruturação militar de Portugal foi o alvará de 25 de janeiro de 1763, que determinou que Lippe fosse tratado no reino e em todas as possessões lusas por Alteza, “sem exceção de lugar ou de pessoa”. Tal medida fundamentava-se, segundo o alvará, nos laços de consangüinidade existentes entre os soberanos europeus e mostrava, “por todos os modos possíveis, a grande e distinta estimação” de d. José I pelo príncipe reinante de Schamburg-Lippe.<sup>30</sup> Reforçava-se assim a autoridade do reformador, cujo

---

<sup>30</sup> Alvará de 25 de janeiro de 1763, disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=115&id\\_obra=74&pagina=357](http://www.iuslusitaniae.fsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=115&id_obra=74&pagina=357), acessado em 27/02/2006.

prestígio decorreria tanto de sua ascendência quanto do reconhecimento de seu trabalho, apesar das críticas e objeções que sofreu ao longo da guerra.

A premiação dos soldados e oficiais que desempenhavam bem suas obrigações era uma das propostas das reformas. Nesse sentido, o *Plano de Artilharia de 1763* determinava que os “oficiais portugueses das Companhias de Bombeiros, Mineiros e Artilheiros” que se distinguissem por seus estudos e préstimos seriam gratificados com aumento dos vencimentos. Tal aumento seria gradual e proporcional ao conhecimento “que cada um mostrar” ao ser submetido a um “rigoroso exame da sua ciência”. Àqueles que dominassem “perfeitamente o que pertencer às suas diversas aplicações” seria concedido o dobro dos soldos. Parecia, portanto, o início de novos tempos, nos quais o mérito seria recompensado.<sup>31</sup>

O treinamento das tropas deveria ser constante, de modo a estarem sempre em condições de responder imediatamente a eventuais ameaças ao reino. O sucesso na guerra dependeria da interiorização das manobras e da atenção diante do perigo, o que seria alcançado pela repetição constante dos exercícios e pela criação de um estado de alerta permanente que manteria os soldados sempre a postos. As relações hierárquicas deveriam ser reforçadas e o grau de exigência e de responsabilidade aumentaria de acordo com a patente, sendo criada uma rede de obediência:

Os oficiais superiores obrigarão aos Capitães, e estes aos seus Subalternos, a que ponham todo o esforço para que na sua Companhia não haja Soldado algum que não saiba manejar com destreza as suas armas, que não seja perfeitamente instruído da sua obrigação, e capaz de satisfazer a ela em toda a sua extensão.<sup>32</sup>

Os oficiais estrangeiros atuaram, desde o início da campanha, como agentes multiplicadores de uma nova postura militar cuja marca principal era a disciplina das tropas. A ação dos oficiais seria crucial, já que era deles a responsabilidade pela disciplina de todos os subordinados. A autoridade dos comandantes de todas as patentes deveria ser legitimada pelo preparo técnico, pela capacidade de liderança, pela retidão do caráter, pela disciplina e

---

<sup>31</sup>Conde Lippe. *Plano de Artilharia*. Disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=108&id\\_obra=73&pagina=45](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=108&id_obra=73&pagina=45), acessado em 27/02/2006.

<sup>32</sup> LIPPE, conde de. *Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de infantaria dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima*. Secretaria de Estado: Lisboa, 1763, p. 69.

pela obediência aos superiores e às determinações normativas - qualidades que não eram garantidas pelo nascimento, mas conseqüências do esforço pessoal de cada oficial.

A relação entre nobreza e oficialato aparece invertida nos novos regulamentos. Enquanto na tradicionalmente a origem nobre praticamente garantia a ocupação de um alto posto militar, na perspectiva dos regimentos o cumprimento do dever poderia *nobilitar* o oficial: “devendo o ponto de honra animar aos Oficiais mais do que algum outro motivo, todo o Oficial de Patente assinada pela Real Mão será reputado nobre”<sup>33</sup>.

Essas aspirações resultaram em confrontos com os representantes da velha ordem. Os generais portugueses que se viam como proprietários de ofícios foram os maiores críticos de tais propostas, e entraram em sérios confrontos com os ‘oficiais profissionais’, cujos comportamentos eram considerados atos de desrespeito às suas dignidades. O apoio dado a Lippe pelo conde de Oeiras impediu a ocorrência de resistências mais explícitas, mas os oficiais descontentes boicotavam, no cotidiano de seus regimentos, muitas das ordens do marechal-general, numa espécie de resistência passiva.

Para Lippe e seu ajudante-general, Johann Friedrich Böhm, os oficiais lusos eram despreparados e agiam guiados por grande má-vontade, originando-se aí a indisciplina geral das tropas. A vaidade e a indolência eram tidas como as principais razões da “pouca afeição”, nas palavras de marechal-general, da fidalguia pelos estrangeiros, levando-a, muitas vezes, a agir de modo contrário aos interesses do Estado.

A resistência dos oficiais era um grande obstáculo, pois a eles eram atribuídas a manutenção da ordem e a preparação das tropas, o que exigia a constante observação dos subordinados. Tal atribuição requeria dos oficiais generais visitas regulares aos regimentos sob sua responsabilidade e o encaminhamento ao marechal-general de relatórios mensais sobre a situação. Competia também aos comandantes de cada arma a solicitação de tudo o que fosse necessário para mantê-la em ordem e pronta para responder a qualquer perigo.

A rede de vigilância contaria com instrumentos criados com o intuito de manter o alto escalão constantemente informado sobre as condições das tropas. Entre tais instrumentos estavam os relatórios com informações sobre os oficiais, os mapas dos efetivos e os livros de regimentos. Tais recursos permitiriam o controle à distância. Os exercícios de campo seriam o teste final do estado das tropas, assistidos pelo próprio soberano.

---

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, 163.

O treinamento dos recrutas era de suma importância, dependendo deles a consolidação da nova cultura militar que estava sendo criada. Os exercícios deveriam ser ensinados gradualmente e sem violência, principalmente aos recrutas com dificuldades de compreensão ou estrangeiros. Os oficiais não deveriam “atemorizar, nem desgostar” os recrutas com o uso de “expressões injuriosas”; ao contrário, esses deveriam ser cativados para que cumprissem suas funções por “amor”. Portanto, o tratamento deveria pautar-se pela “docilidade e brandura”.<sup>34</sup> O treino militar sistemático inculcaria a obediência na mente e no corpo do soldado, até que fosse alcançada a “cega e pronta obediência” às ordens superiores.

As reformas atingiram também a justiça militar. Foi determinada a criação de Conselhos de Guerra em cada regimento, substituindo as auditorias de guerras das províncias, tribunal militar de segunda instância criado em 1643. Nesse mesmo ano, haviam sido criados os Conselhos de Guerra, até então a instância máxima dos tribunais militares.

A partir de outubro de 1763, cada um passaria a ter um auditor letrado. Os conselhos de guerra eram os fóruns privilegiados para o julgamento de quaisquer crimes praticados por militares. O objetivo principal era evitar a demora e os debates decorrentes das disputas de competência entre a justiça civil e a militar. Para a manutenção da disciplina, era necessário que a punição dos subordinados fosse rápida e eficaz, reforçando o aspecto exemplar da pena. Além disto, ter foro especial era um sinal de distinção e um primeiro passo no processo de separar militares de civis.

As normas que serviam de base ou de leis fundamentais em todos os Conselhos de Guerra eram os Artigos de Guerra, que regiam todos os militares.<sup>35</sup> O tema principal dos Artigos era a manutenção da subordinação, determinando duras punições para aqueles que agissem em oposição aos seus superiores; diversas faltas eram puníveis com a morte.

O conde Lippe insistiria em seus escritos que aos Conselhos de Guerra caberia exclusivamente a aplicação da lei, “sem acrescentarem ou diminuírem nem uma só palavra” para abrandar ou aumentar as penas. Os casos que merecessem a benevolência real, após serem julgados com toda a precisão segundo os Artigos de Guerra e demais regulamentos militares, seriam levados à presença do soberano. De tal obediência à lei dependia toda a disciplina militar.

---

<sup>34</sup> LIPPE, conde de. *Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de infantaria...*, p. 227.

<sup>35</sup> HESPANHA, António Manuel. “Disciplina e jurisdição militares.” In: Idem, *Nova história militar...*, pp. 62-67.

Após dois anos em Portugal, o conde retornou a seu principado em setembro de 1764, mantendo o posto de marechal-general do Exército de Portugal até sua morte, em 1777. Não receberia soldo por tal posto. Contudo, diversos e caros presentes lhe foram entregues no momento de sua partida.

A continuidade do trabalho foi confiada inicialmente ao ajudante-general Johann Friedrich Böhm, indicado pelo conde Lippe. Mesmo à distância, o conde acompanhou os sucessos das tropas através de correspondência mantida com Sebastião José de Carvalho e Melo e com diversos oficiais. Em setembro de 1767, retornou a Portugal e lá permaneceu durante alguns meses. Na ocasião, foram realizados os exercícios no campo dos Olhos d'Água na presença do rei, do conde de Oeiras e da primeira nobreza. O desempenho dos soldados e oficiais mereceu os maiores elogios.

As reformas cruzariam o oceano. Em 1767, a necessidade de reorganização das defesas da colônia tornou-se tarefa urgente. Era preciso que o trabalho de disciplinarização e organização das tropas instaurado no reino se estendesse às possessões portuguesas na América. O tenente-general Böhm recebeu do conde Lippe a difícil tarefa de levar para o além-mar os novos regulamentos e o código de guerra. O trabalho teve início no Rio de Janeiro, nova sede daquelas importantes possessões. A organização das defesas da cidade tornara-se urgente em razão de rumores quanto à possibilidade de um ataque britânico<sup>36</sup>. Depois de reorganizadas as forças locais, Böhm deveria dedicar-se à estruturação das defesas da colônia, com atenção especial às regiões disputadas com a Espanha<sup>37</sup>.

A efetividade das reformas foi bastante limitada. Dos dois lados do Atlântico, a formação de um exército moderno deparou-se com a resistência dos homens que viam na rigidez prussiana um sistema de opressão inadequado ao caráter português. As críticas nesse sentido já haviam sido ouvidas durante a permanência do conde em terras lusas, principalmente no que dizia respeito à dureza de seus códigos de guerra. Nas décadas seguintes, as mesmas idéias seriam repetidas por nomes como Gomes Freire de Andrade.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Sobre esse tema, ver ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império...*, obra citada, p. 94 e ss. Keneneth Maxwell classificou as “preocupações” pombalinas em relação ao seu antigo aliado como “bastante fora de propósito”. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997, p. 124 e ss.

<sup>37</sup> Adriana Barreto de Souza abordou a expedição comandada por Böhm no primeiro capítulo de sua tese de doutoramento: *Caxias e a formação do império brasileiro*. Programa de Pós-graduação em História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>38</sup> Gomes Freire apresentou um plano de reforma do exército, que iniciou com uma crítica à tendência da aplicação de organizações e táticas militares importadas sem o questionamento acerca da adequação das mesmas “ao seu gênio e País”. Tal aplicação cega de métodos alheios ocorreria em consequência do desconhecimento do princípio de que a organização dos exércitos deveria estar de acordo com a “Constituição Civil deste e encerra a

O ano de 1777 trouxe mudanças importantes na política portuguesa. A morte de d. José I levava Pombal a pedir demissão de suas funções, o que foi imediatamente aceito pela nova soberana, d. Maria I. Também foi o ano da morte do conde Lippe, substituído no posto de marechal-general pelo duque de Lafões, de volta a Portugal após longo exílio determinado pelo marquês.

O governo de d. Maria I introduziu mudanças na organização militar portuguesa, marcadamente com a saída de muitos oficiais gerais estrangeiros cujos lugares foram ocupados por membros da fidalguia de primeira grandeza. Houve também a revisão de processos que haviam condenado oficiais por conduta inapropriada durante a guerra de 1762, principalmente os envolvidos na capitulação de praças de guerra.

A chamada *Viradeira* não significaria, contudo, o retorno à situação anterior às reformas empreendidas por Lippe. Tal como nas demais áreas do governo, seria um ajustamento aos interesses e valores da nova soberana e dos grupos a ela ligados. Muitas das iniciativas pombalinas viriam a ter continuidade no reinado de d. Maria e na regência de d. João.

## **Resultados parciais e expectativas frustradas: a trajetória de Alexandre Manoel da Cunha Mattos**

Raimundo José da Cunha Mattos era um grande admirador das reformas de Lippe, mas considerava que os resultados haviam ficado aquém do esperado. A experiência de seu pai, Alexandre Manoel, demonstrava algumas dessas limitações.

Alexandre Manoel assentou praça na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia de Estremoz e partiu para o Algarve em 1775, quando a companhia foi transferida para Faro. Eram atribuições de sua companhia a manutenção e construção das fortalezas e dos fortes; a feitura, organização e administração dos apetrechos bélicos; a construção das pontes nas campanhas – atribuição específica dos pontoneiros - e o embarque e desembarque dos provimentos, entre outras.

O estatuto militar da companhia foi confirmado pelo Plano da Artilharia de 1763. Ele determinava a obrigatoriedade do uso dos uniformes militares pelos Artífices, que estavam

---

base de qualquer Constituição Militar.” ANDRADE, Gomes Freire de. *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército relativo à população, agricultura e defesa do país*. Nova Officina de João Rodrigues Neves: Lisboa, 1806, p. V.

“sujeitos às mesmas leis e à mesma Disciplina Militar”. Durante a guerra do ano anterior, a falta de conservação e de reparos dos edifícios militares e das muralhas havia sido considerada um grave obstáculo para a defesa das praças de guerra, agravado pela recusa dos soldados em cumprir tais tarefas.

Alexandre Manuel seria comandado em quase toda a sua carreira por oficiais muito próximos ao conde Lippe. O Regimento do Algarve foi particularmente influenciado pela ação de tais oficiais, tendo sido comandado entre 1764 e 1774 por Christian Frederich von Weinholtz, principal tradutor da correspondência do conde após seu retorno ao principado. Weinholtz foi substituído pelo coronel James Ferrier e pelo tenente-coronel Simon Frazer, ambos chegados a Portugal durante a guerra de 1762. O afastamento dos oficiais estrangeiros fez com que o comando do regimento passasse para o tenente-coronel José Nunes da Costa Cardoso e, posteriormente, para o brigadeiro Teodósio da Silva Rebocho, ambos reconhecidos pelos seus conhecimentos técnicos e pela rigorosa preocupação com a disciplina.

As companhias de artífices, seguindo o mesmo Plano, deveriam ser empregados nas obras no Trem de Artilharia das províncias quando não estivessem ocupadas em obras nos seus regimentos.<sup>39</sup> Em obediência a esta determinação, a Companhia de Artífices e Pontoneiros do Regimento de Faro foi destacada para o Arsenal Real do Exército, em São Julião da Barra. Alexandre Manoel e sua família transferiram-se, então, para Oeiras em 1778.

Raimundo José não destacou nenhum evento mais significativo nas poucas referências que fez à carreira do pai. Embora tenha feito questão de destacar as capacidades intelectuais do avô, não encontramos nenhuma referência nesse sentido acerca de seu pai. De fato, ao retratá-lo, parece pretender demonstrar somente as dificuldades que ele havia enfrentado.

A progressão de Alexandre Manoel na carreira foi bastante lenta. Atuando como militar durante 55 anos, morreu no posto de tenente, ou seja, na mesma posição em que seu pai havia sido reformado após apenas 28 anos de tropa. Faltava-lhe ascendência e, ao que parece, conhecimentos que justificassem o acesso a outros postos. Contudo, as atestações feitas por seus superiores o retratariam como um cumpridor de seus deveres.

Em uma dessas declarações, o sargento-mor da artilharia no Arsenal Real dos Exércitos, Rodrigo Lobo Pimentel de Vabo, informou detalhadamente sobre o cotidiano das atividades desempenhadas por Alexandre Manoel quando era furriel sob seu comando no Algarve, no ano de 1794:

---

<sup>39</sup> Alvará de 15 de Julho de 1763.

Certifico que sendo eu Capitão e Comandante da Companhia de Artífices e Pontoneiros da Artilharia do Algarve, destacada na Corte, era nela Furriel de Pontoneiros Alexandre Manoel da Cunha Mattos, o qual, por nomeação minha e aprovação do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Duque de Lafões, Marechal-general dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima, e junta à Sua Real Pessoa, passou a Furriel de Artífices em que o propus, pelo achar tão pronto nas suas obrigações, servindo a Sua Majestade com Grande desembaraço, atividade, zelo, préstimo, obediência, agilidade, enfim, com muita honra e recomendável conduta, de sorte que em muitas diligências particulares e circunstanciadas em que o encarreguei em postos destacados que ele comandou nas muitas e diferentes fainas e trabalhos de lidar com Artilharia, embarcando-as e desembarcando-as nas Naus e Fragatas de Guerra dos Navios que as traziam de fora, na fatura e construções dos Espaldões no Alfeite para a prova das peças novas; na arrumação dos trens, parques, armazéns, pilhas de balas, conduções e diligências de pólvora, e em tudo o mais concernente a tão importante serviço de que o dito Furriel era encarregado, e de que eu o incumbia, sempre achei nele uma distinta responsabilidade e desempenho da sua obrigação [...] Lisboa, quatorze de setembro de 1794.<sup>40</sup>

Apesar de Cunha Mattos ter descrito seu pai como um soldado com poucas recompensas pelos serviços prestados, Alexandre Manoel foi condecorado com o Hábito da Ordem de Santiago da Espada em 1798. Dez anos antes, as ordens militares haviam recebido novos regulamentos, com o objetivo de adequá-las aos novos tempos e reforçar a sua “decência e dignidade”. Tais regulamentos determinavam que o hábito da ordem de Santiago fosse, ‘em regra’, destinado aos “magistrados, até o lugar do desembargador dos agravos”. Contudo, ficou aberta a possibilidade de ser usado na premiação de “outros serviços que parecerem dignos dela, segundo a qualidade e importância das pessoas, dos empregos e dos serviços.”<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> ANTT, Decretos do Ministério do Reino, maço 60, ano 1778, processo 420.

<sup>41</sup> Alvará de 19 de junho de 1789.

O pedido de mercê de Alexandre Manuel foi reforçado pelos testemunhos de seus bons serviços, comprovados por diversos atestados de seus superiores, pelo tempo já passado nas tropas e pelos serviços prestados por seu pai, Francisco Xavier.

O contraste entre a carreira de Alexandre Manoel e a de seu filho é enorme. Raimundo José ocupava um posto superior ao do pai já em 1798, quando foi promovido a tenente. Cinco anos depois, era capitão do Regimento de Artilharia de São Tomé. O serviço em alguma possessão ultramarina significou para muitos soldados a oportunidade de alcançar postos militares mais altos: foi esse o caminho escolhido por Raimundo José.

Diante do exemplo de seu filho, e certamente por ele estimulado<sup>42</sup>, Alexandre solicitou ao Conselho Ultramarino o posto de capitão-mor da Ilha de São Tomé em janeiro de 1805. Seu pedido foi justificado em termos do longo tempo de serviço e da qualidade das tarefas por ele executadas. A necessidade de superar a difícil situação em que se achava, “muito pobre, obrigado a sustentar sua numerosa família, e com poucos meios de o poder conseguir com honra”, também foi evocada. Por fim, Alexandre Manuel observaria que seu filho encontrava-se servindo como comandante da fortaleza de São Sebastião naquela ilha.<sup>43</sup>

Nesta ocasião, os seus superiores diretos afirmaram, em conjunto, a competência e a responsabilidade daquele oficial subalterno: não apenas era cumpridor de suas obrigações, como das responsabilidades que iam para além de seu posto, mantendo seus subordinados em constante prontidão para a defesa dos interesses reais. Por fim, declaram que o tenente comportava-se “com muita honra, zelo do Real serviço, exemplar conduta, e por tudo digno do nosso crédito e merecedor de qualquer graça que seja servido fazer-lhe S. A. R.”. O documento foi assinado pelos tenentes-coronéis Rodrigo Pimentel do Vabo, José Nunes da Costa Cardoso e Carlos Julião. Apesar de todo esse apoio, o pedido não foi aceito, tendo por resposta apenas a fórmula: “Não há que deferir”.

Em 1810, Alexandre Manoel teve outra oportunidade de demonstrar seus méritos. O então coronel-de-artilharia Manoel Ribeiro de Araújo incumbiu ao segundo-tenente a missão de “comandar efetivamente a Guarda, que então se destinou para segurança dos Armazéns do Forte”. Tal serviço durou 258 dias e foi desempenhado com “a maior atividade e inteligência”, estando ele sempre pronto ao cumprimento do dever. A confiança do coronel nesse subordinado justificava-se pelas “provas evidentes” de suas habilidades, subordinação e prontidão no serviço do arsenal. Foi também considerado “muito fiel e zeloso na boa

---

<sup>42</sup> Na ocasião, Raimundo José encontrava-se em missão em Lisboa, onde permaneceu durante quase um ano.

<sup>43</sup> AHU\_ACL\_CU\_070\_CX 38 , D 1.

arrecadação e segurança da Real Fazenda”. Além dessas virtudes no desempenho de suas obrigações militares, era também merecedor de respeito devido à “exemplar conduta civil, qualidades que o fazem preferível para ser empregado em diligências de ponderação”<sup>44</sup>

A última representação feita por Alexandre Manoel dizia respeito à sua promoção para capitão. A portaria que encaminhava a representação e os respectivos documentos “aos governadores do reino de Portugal e dos Algarves”, responsáveis pela aplicação dos exames exigidos para a efetivação das promoções, foi assinada em 7 de outubro de 1817. Em 19 de novembro do ano seguinte, Alexandre Manoel faleceria sem que tal promoção tivesse sido concedida.

## **1.2 Raimundo José da Cunha Mattos: formação**

Ao se dar crédito à imagem construída por Cunha Mattos sobre seu pai, esse esteve bastante desiludido quanto aos benefícios do serviço militar. Esse sentimento o teria levado a buscar dar ao seu filho uma educação que o permitisse seguir uma carreira longe das armas: “Meu Pai, reconhecendo o pouco que nesse tempo (1784) prometia a carreira militar, e lembrado dos desfavores da fortuna, tanto contra meu Avô como contra ele mesmo, decidiu-se a que eu me aplicasse à cirurgia...”<sup>45</sup>

A educação do filho seria uma das prioridades de Alexandre Manoel, que desejava oferecer-lhe “uma educação própria dos homens honrados”. Enviou Raimundo José a uma escola de primeiras letras, “não obstante os limitados meios” de que dispunha.

Logo depois, Alexandre Manuel usou de seus contatos Manoel Pereira do Amaral, capitão da Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia da Corte para conseguir que seu filho freqüentasse as aulas da Casa Pia de Lisboa, cujo projeto pedagógico havia sido elaborado por uma elite identificada com valores iluministas. Aquele capitão era um dos muitos oficiais da artilharia que circularam com desenvoltura pela ‘república das letras’, e seus escritos foram considerados por Rui Bebiano como “ainda plenamente imbuídas do espírito minucioso e pesadamente normativo da escola de Lippe...”<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Idem. Certidão datada de 20 de maio de 1811.

<sup>45</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*, obra citada.

<sup>46</sup> BEBIANO, Rui. “A evolução teórica.” In: HESPANHA, António Manuel. *A nova história militar...*, p. 135.

A fase final de formação de Cunha Mattos deu-se, contudo, nas aulas do Regimento de Artilharia do Algate, para onde seguiu com seu pai em 1790.

### **1.2.1 Para a utilidade do Estado e “Glória à Nação”: a Real Casa Pia de Lisboa nos tempos de Pina Manique**

Entre os 8 e 14 anos de idade, Cunha Mattos desfrutou um ambiente orientado pelos valores das luzes no Colégio de São Lucas do Castelo de São Jorge.<sup>47</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva considerava a criação da Casa Pia como um dos grandes feitos de d. Maria I. Segundo ele, o ingresso naquela instituição permitia aos mais desfavorecidos ‘filhos’ da soberana ter acesso à educação moderna e aos seus benefícios:

Para asilo da pobreza e orfandade, para desterro da mendicidade, cancro que há longos séculos rói e devora os Estados da Europa, cria no Castelo de S. Jorge uma Casa Pia, onde também a mocidade é instruída nos Elementos das Ciências e das Belas Artes, e donde saíram depois muitos moços de talentos, que foram brilhar em Coimbra e na Itália.<sup>48</sup>

Diogo Ignácio de Pina Manique foi o idealizador e maior protetor daquela instituição, que veio a ser um dos braços da Intendência Geral de Polícia da Corte e Reino.

A criação da intendência era parte do processo de formação do que Foucault chamou de governamentalidade, que tem como uma das principais características a constituição de um corpo de saberes específicos que instrumentalizavam o soberano e seus assessores no exercício do poder, cujo foco principal passava a ser a população<sup>49</sup>. Governar deixava de ser,

---

<sup>47</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias históricas...*, obra citada.

<sup>48</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e Silva. Elogio acadêmico da Senhora d. Maria Primeira, recitado por José Bonifácio de Andrada e Silva em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, aos 20 de março de 1817. Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito: Rio de Janeiro, 1839, grifo meu.

<sup>49</sup> Foucault definiu governamentalidade como: “1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se

primariamente, a distribuição da justiça, ganhando espaço a noção de governo político, ou seja, de cuidado com a gestão da *res publica*. As ações do governo orientavam-se cada vez mais para fins determinados, a partir de uma razão própria do Estado, com vista a libertar o reino de seus inimigos internos e externos.<sup>50</sup>

Eram atribuições da Intendência Geral de Polícia a promoção da disciplina pública, o aumento da população, a promoção da saúde, a regularidade do comércio e o incentivo à agricultura e às manufaturas. Diogo Inácio de Pina Manique assumiu sua direção 20 anos depois de criada. Sua nomeação foi imediatamente seguida pela publicação do alvará de 15 de janeiro de 1780, que ampliou a autoridade do intendente geral, confirmou seu estatuto de ministro e determinou que passasse também a ocupar lugar no Conselho Real.

Ele sintetizou suas atribuições nos seguintes termos: “O primeiro objeto do mesmo Intendente de Polícia é conciliar o amor dos vassallos para com seu Príncipe e o deste para com o daqueles.”<sup>51</sup> A reabilitação de criminosos e o cuidado com as crianças desprovidas foram considerados como formas de manifestação desse amor.

A criação da Casa Pia vinculou-se ao surgimento de sociedades econômicas motivadas pela necessidade de aumentar o grau civilizacional de Portugal. Isso exigia tanto a integração daqueles considerados ‘marginais’ na boa sociedade quanto a educação dos jovens. A transformação de elementos nocivos em súditos úteis exigia a disciplinarização dos corpos e a educação para o trabalho, tornando-os pessoas capazes para o desempenho de atividades consideradas importantes para o engrandecimento de Portugal.

A Casa Pia contava com numerosos segmentos. Para a recuperação dos adultos, havia oficinas onde mestres contratados ensinavam a homens e mulheres as tarefas da tecelagem de “lonas, brins, cabos de laborar, tecidos de algodão e seda, meias, panos de linho e fiações para todas estas manufaturas”. Existiam ainda duas casas de correção, uma para cada sexo. Aqueles que fossem “corrigidos” eram encaminhados para outra instalação, onde aprenderiam as “obrigações de Católicos Romanos, as Civis e a obediência cega que devem ter aos

---

tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.” FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade” in: *Microfísica do Poder*. Graal: Rio de Janeiro, 1999, 292.

<sup>50</sup> SUBTIL, José. “Os poderes do centro: Governo e Administração.” In: HESPANHA, António Manuel (org.) *História de Portugal, vol. IV – O Antigo Regime (1620-1807)*. Editorial Estampa: Lisboa, 1998, PP. 141-173.

<sup>51</sup> ANTT, Fundo: Intendência Geral de Polícia, Livro III, 25 de Janeiro de 1793.

Príncipes que felizmente nos governam.”<sup>52</sup> O intendente apontava o grande número de casamentos entre os detentos como indício do bom resultado das ações da Casa Pia.<sup>53</sup>

Organização da Casa Pia de Lisboa	Nome da Casa	Público	Principais atividades
	Casa de Força N. S. do Carmo	Homens, mendigos e vadios	Fabricação de enxárcia <sup>54</sup> e tecelagem de lona, brim, linho, algodão e meias de seda e algodão.
	Casa da Correção de S. Margarida de Cortona	Mulheres	Costura e fiação de linho e de algodão
	N. S. da Conceição	Mulheres	Oriundas da casa de Santa Margarida que optaram pela vida religiosa
	S. José	Meninos de tenra idade	Tratados por mulheres e educados
	Casa de Educação de S. António	Meninos	Aulas de catecismo e as primeiras letras
	Colégio de São Lucas Evangelista	Rapazes	Aproximadamente 185 alunos, estudavam latim, francês, inglês, anatomia, desenho, arquitetura, botânica e farmácia <sup>55</sup>
	S. Diogo	Rapazes	Alemão
	S. Isabel	Meninas	Aulas de Catecismo, leitura e escrita, costura e tecelagem de linho e algodão, e bordado

Repartições da Casa Pia no ano de 1794.<sup>56</sup>

Para os órfãos que fugiam da instituição, também havia duas Casas, uma para cada sexo, nas quais recebiam instruções quanto à sua condição e sofriam “pequena correção” para que melhorassem o comportamento.

<sup>52</sup> ANTT, Fundo: Intendência Geral de Polícia, Livro I, p. 337. Carta ao Arcebispo de Tessalônica, Frei Inácio de São Caetano. A criação da Casa Pia foi determinada por Ordem Régia de 20 de maio de 1780.

<sup>53</sup> Em 1785, foram realizados 91 casamentos de órfãos na Casa Pia. Os recém-casados que quisessem estabelecer-se nas regiões despovoadas do Alentejo e Algarve recebiam teares.

<sup>54</sup> Conjunto dos cabos fixos que sustentam os mastros e dão acesso às vergas nas embarcações à vela.

<sup>55</sup> Foram estudar em Coimbra 76 alunos oriundos deste colégio no ano de 1794.

<sup>56</sup> Elaborada a partir das informações contidas em: SILVA, César da. *Real Casa Pia de Lisboa*. Typographia Brito Nogueira: Lisboa, 1896, pp. 31-32.

Ações compreendidas como caridosas também eram realizadas pela Casa Pia. Sua botica, por exemplo, fornecia remédios feitos por ela aos pobres da corte encaminhados pelos párocos, médicos ou pelos delegados de bairro. Eram ainda fornecidos alimentação e vestuário aos que viviam honestamente. Foi determinada pelo próprio d. João VI a distribuição diária de “580 rações a pessoas que, tendo servido a Sua Majestade e ao Estado, estão inabilitadas para poderem ganhar com que se mantenham”. Muitos militares encontravam-se nessa condição.<sup>57</sup>

## **José Anastácio da Cunha e sua proposta de educação ilustrada**

A notoriedade da Casa Pia foi alcançada com o trabalho de instrução realizado com crianças e jovens, sendo chamada por Latino Coelho de “universidade plebéia.”<sup>58</sup> Raimundo José da Cunha Mattos foi um dos egressos da Casa Pia que vieram a desempenhar importantes funções no império português.

A organização dos estudos da Real Casa Pia estava a cargo de José Anastácio da Cunha. Ele era artilheiro, matemático e poeta. Estudara no colégio da Congregação dos Oratorianos<sup>59</sup> e ali tivera seus primeiros contatos com as matemáticas e com a filosofia natural. Em 1764, José Anastácio assentou praça no Regimento de Artilharia de Valença do Minho.

O ambiente intelectual daquele regimento era muito instigante. Soldados nacionais e estrangeiros liam e debatiam Voltaire, Bayle, Hobbes, Helvétius, Holbach, Meslier, Diderot, entre outros, em reuniões e tertúlias. José Anastácio da Cunha aparecia freqüentava tais debates e foi o responsável pela tradução de poesias e de outros textos que circulavam pelo regimento.

---

<sup>57</sup> ANTT, Fundo: Intendência Geral de Polícia, Livro III, 25 de Janeiro de 1793.

<sup>58</sup> COELHO, José Maria Latino. *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*. Vol. II. Imprensa Nacional: Lisboa, 1885, p. 99.

<sup>59</sup> A Congregação do Oratório de S. Filipe Néri contou com a proteção de d. José I e de seu primeiro-ministro. Tal apoio materializou-se como uma renda anual de 12 mil cruzados e a doação dos recursos necessários à montagem de um moderno Gabinete de Física Experimental e de uma biblioteca com aproximadamente 24 mil volumes.

Tais práticas tornaram Valença do Minho um dos principais núcleos de divulgação das idéias ilustradas em Portugal<sup>60</sup> e um importante espaço de “desarticulação dos tradicionais mecanismos de reconhecimento cultural e social”.<sup>61</sup>

José Anastácio se destacou por seus conhecimentos de matemática e física. Em 1773, foi indicado pelo próprio Pombal para ocupar a cátedra de geometria na Faculdade de Filosofia e Matemática da Universidade de Coimbra recém-reformada.

Em carta a Francisco Lemos, o marquês de Pombal buscou demonstrar que o dito tenente da Companhia de Bombeiros da Artilharia do Minho estava credenciado a ocupar a vaga de professor, apesar de nunca haver freqüentado universidades:

O dito militar é tão eminente na Ciência Matemática, que tendo-o eu destinado a ir à Alemanha aperfeiçoar-se com o Marechal-General, que me tinha pedido dois ou três moços Portugueses para os fazer completos, me requereu o Tenente-General Francisco MacLean que não o mandasse, porque ele sabia mais que a maior parte dos Marechais dos exércitos de França, de Inglaterra, e da Alemanha; e que é um daqueles homens raros, que nas Nações cultas costumam aparecer.<sup>62</sup>

José Anastácio teve dificuldades para se adequar à universidade. Fazia questão de dar aulas com sua farda de oficial de artilharia, ao invés de usar as casacas tradicionais, e chegou a afirmar que não era um homem de letras, e sim um soldado.<sup>63</sup>

Como oficial ilustrado, o tenente de Valença do Minho continuou em Coimbra freqüentando reuniões e tertúlias, agora com outros professores da universidade e jovens fidalgos, tais como os irmãos d. Rodrigo, d. Domingos e d. José António de Souza Coutinho, d. José Maria de Souza, primo dos anteriores e herdeiro do Morgado de Mateus, entre outros.

A influência de José Anastácio na formação desses jovens era constantemente lembrada, tal como mostra a carta em que d. Rodrigo de Souza Coutinho, então em Turim,

---

<sup>60</sup> RAMOS, Luís A. de Oliveira. “A irreligião filosófica na província vista no Santo Ofício pelos fins do século XVIII”, in: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Universidade do Porto, n. 5, 1988, p. 173-188.

<sup>61</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Livros Horizonte: Lisboa, 2003, p. 93.

<sup>62</sup> Citado em QUEIRÓ, João Filipe. “José Anastácio da Cunha: um matemático a recordar, 200 anos depois”. Disponível em: <http://www.mat.uc.pt/~jfqueiro/cunha.pdf>, consultado em 02/04/2007.

<sup>63</sup> ESTRADA, Maria Fernanda. “José Anastácio da Cunha: Vida e Obra” In: RALHA, Maria Elfrida (org.) *José Anastácio da Cunha. O tempo, as Idéias, a Obra e... Inéditos*. Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga: Braga, 2006, p. 99 – 127. Raimundo José da Cunha Mattos, principalmente em sua participação como Deputado do Império do Brasil cinco décadas depois, repetiria freqüentemente essa idéia.

lamentava profundamente a morte de seu mestre com o amigo João Bezerra Seixas, então Ouvidor da Comarca de Vila Rica:

Vós podeis adivinhar o triste e melancólico estado em que me deixa a notícia da morte do nosso divino Anastácio, considerando a terna amizade que nos unia a este grande homem ao qual todos nós devíamos muito, tendo sido formados pelas suas luzes e pelas suas lições (...) Foi ele que nos ensinou a amar a virtude e a estimarmos-nos reciprocamente...<sup>64</sup>

Em 1778, logo após a queda de Pombal, José Anastácio da Cunha foi preso e condenado pela Inquisição de Coimbra, acusado de deísmo, tolerantismo, indiferentismo, amancebamento, leitura de livros proibidos, participação nas exéquias fúnebres de um cão e de não ir à missa.

Pombal promovera uma drástica reformulação da Inquisição em Portugal em 1774 e ampliou o controle do Estado sobre aquele tribunal. Os “heréticos da filosofia e contra os mações”, considerados inimigos da fé e do trono, passaram a ser os principais objetos de sua ação.<sup>65</sup> O novo regimento introduziu alterações processuais expressivas: terminou com o segredo das testemunhas; os tormentos estariam restritos aos casos dos réus negativos (que negavam a culpa apesar das evidências) e os diminutos (que confessavam apenas parte das culpas); proibiu as sentenças de morte baseadas no depoimento de uma só testemunha, bem como os autos-de-fé públicos.<sup>66</sup>

Em seu processo<sup>67</sup>, José Anastácio reconheceu haver traduzido, de Voltaire, a oração final do *Poema da Lei Natural e Maomé*, e também *A oração universal*, de Alexander Pope. Para além dessas, foram-lhe atribuídas as traduções de Anacreonte, Virgílio, Horácio, Racine, Montesquieu e Shakespeare, entre outros<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> SILVA, André Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Volume I. Centre Culturel Calouste Gulbenkian Lisbonne: Paris, 2002, p. 642.

<sup>65</sup> RAMOS, Luís A. de Oliveira. “A irreligião filosófica ...”, p. 173 - 174.

<sup>66</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. Annablume: São Paulo; UFJ: Juiz de Fora, 2006, p.134.

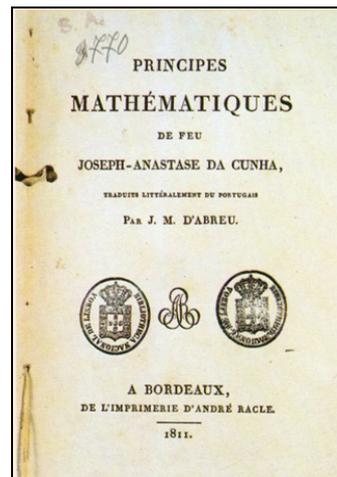
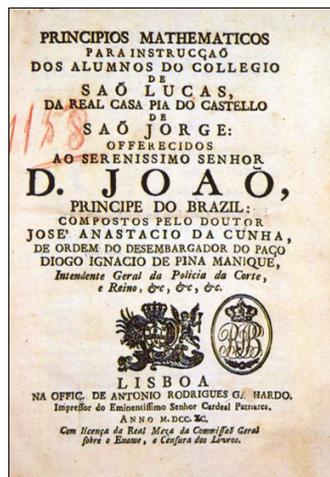
<sup>67</sup> FERRO, João Pedro (ed.) *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra*. Introdução, transcrição e notas. Palas: Lisboa, 1987.

<sup>68</sup> MALATO, Maria Luísa & MARINHO, Cristina Alexandre (Ed.). *José Anastácio da Cunha: obra literária, Vol. 1, Poesia*. Porto: Campo das Letras, 2001. Idem, *ibidem*, vol. 2, 2006.

José Anastácio foi condenado à prisão por três anos na Casa da Congregação dos Oratorianos e quatro anos de degredo em Évora. Teve sua biblioteca confiscada e foi proibido de voltar a Coimbra e a Valença do Minho. Ao final dos três anos de reclusão na instituição onde começara seus estudos e onde contou com a companhia do recém-retornado Teodoro de Almeida – oratoriano célebre por seus estudos de filosofia natural e que estivera exilado de Portugal no final do período pombalino – José Anastácio da Cunha teve seu degredo perdoado, em inícios de 1781. Logo depois, foi convidado por Pina Manique para dirigir os estudos na Casa Pia.

Em Coimbra, escreveu obras sobre matemática e artilharia. Ainda em Valença do Minho, sob ordens de superiores militares, escreveu *Ensaio sobre as Minas e Carta Fisico-Matemática sobre a Teórica da Pólvora em Geral, e a Determinação do Melhor Comprimento das Peças em Particular – 1769*. Graças à primeira, apresentada ao conde Lippe, foi promovido e teve seu soldo duplicado em respeito ao alvará de 15 de julho de 1763.

Durante a reclusão junto aos oratorianos e o trabalho na Casa Pia, José Anastácio escreveu o que veio a ser sua obra-prima: *Princípios Matemáticos, para instrução dos alunos do Colégio de São Lucas, da Real Casa Pia do Castello de São Jorge*. Publicada primeiramente em forma de fascículos, a versão completa veio a público em 1790, sob os auspícios de Pina Manique<sup>69</sup>. Um dia depois de terminar a última revisão do livro, José Anastácio faleceu. Era o dia 1º de janeiro de 1787.



Princípios Matemáticos de José Anastácio da Cunha, publicados em Lisboa em 1790. Edição francesa, publicada em Bordeaux, com tradução de João Manoel de Abreu, em 1811.

<sup>69</sup> A análise matemática desse livro foi feita por João Queiró. QUEIRÓ, João Filipe. “José Anastácio da Cunha: um matemático a recordar...”, obra citada.

Pina Manique e José Anastácio da Cunha compartilhavam o ideal da educação como meio de aperfeiçoamento humano e social, com especial ênfase na “utilidade social da ciência”<sup>70</sup>. A crença na igualdade natural de todos os homens justificava os esforços de Pina Manique para criar um ambiente no qual aqueles que nascessem nas condições mais adversas possíveis - e “que, a não terem esta educação, viriam muitos deles a serem Ladrões, outros a perecerem na tenra idade e outros a adquirirem moléstias com que serviriam de peso ao Estado” - não apenas se tornariam úteis ao Estado, como serviriam de Mestres aos Grandes do reino<sup>71</sup>.

Os valores da Ilustração orientaram José Anastácio da Cunha na organização dos planos de estudo da Casa Pia, apresentados ainda em 1781 e implementados durante todo o período em que Pina Manique esteve à frente da Casa.

O plano de estudos organizado por José Anastácio da Cunha ordenou as atividades didáticas por critérios etários e de gênero. Os alunos mais velhos e adiantados freqüentavam o Colégio São Lucas, dedicado aos estudos científicos.

Cada uma das escolas possuía seu próprio regulamento, que estabelecia as rotinas diárias e os respectivos planos de estudos. O dia dos internos era dividido entre cuidados e higiene pessoal, refeições, orações e lazer. No Colégio São Lucas, por exemplo, os alunos tinham dois recreios ao longo do dia, antes das principais refeições. O responsável por aqueles momentos de liberdade era o reitor, que, além de não perder de vista os alunos, deveria procurar “os melhores meios” para que cada intervalo fosse “o mais ativo e o mais livre que a conservação da saúde dos alunos e a decência permitirem.”<sup>72</sup>

Os Colégios dedicavam-se aos cuidados e à educação dos órfãos. Deve-se observar que na categoria ‘órfão’ estavam incluídas as crianças cujos progenitores não tinham condições de se responsabilizar por elas, fosse por questões econômicas, morais ou por viverem em locais distantes.<sup>73</sup> Os colégios eram internatos.

---

<sup>70</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal...*, p. 55.

<sup>71</sup> ANTT, Intendência Geral de Polícia. Correspondência. Livro III, p. 18.

<sup>72</sup> *Regras para os estudos e colégio da Real Casa Pia de Lisboa*. ANTT, Intendência Geral da Polícia, Papéis diversos, maço 3, n. 71, publicadas em: TAVARES, Adérito e PINTO, José dos Santos. “Documentos”. In: *Pina Manique: um homem entre duas épocas*. Casa Pia de Lisboa: Lisboa, 1990.

<sup>73</sup> Em documento provavelmente datado de 1828, encontramos a “Relação dos Órfãos que existem na Real Casa Pia, dos quais os Pais são vivos, declarando seus nomes e lugar de residência e empregos”. Como pais dos órfãos, encontramos: 1 major, sargentos, capitães, escrivão da Alfândega, criados da casa real, criadores, pilotos, soldados, 1 cirurgião, pedreiros, agricultores, mendigos e ausentes.

Apesar de a principal meta ser a educação de órfãos, os professores poderiam aceitar qualquer pessoa que quisesse assistir às aulas, desde que com autorização do intendente. Tal prática manteve-se até 1860, quando a Casa Pia passou a abrigar exclusivamente órfãos.<sup>74</sup> Os documentos a que se teve acesso não permitem afirmar se Cunha Mattos passou algum tempo como aluno interno do colégio São Lucas ou se freqüentou apenas o externato.

No Castelo de São Jorge, a educação dos meninos era dividida entre Estudos Menores, oferecidos no Colégio Santo Antônio, e as Classes Científicas para aqueles que demonstrassem capacidades. Os estudos menores, segundo o plano de Anastácio da Cunha, seriam divididos em classes de ler, escrever e contar; desenho; línguas latina, francesa e inglesa. Os alunos considerados aptos passavam a freqüentar as Classes Científicas. As aulas de inglês e francês eram ministradas por estrangeiros.

O Colégio São Lucas recebeu especial atenção de José Anastácio. Ao ingressarem nas Classes Científicas, os alunos optavam por um dos dois cursos oferecidos: de matemática ou física. O primeiro era dividido em matemática pura; mecânica e ótica; e astronomia. Como disciplinas “adjuntas ao curso de matemática” estavam ainda geometria prática e navegação, engenharia e artilharia. O curso de física, por sua vez, era constituído de aulas de história natural e física experimental; química e princípios de várias artes, como metalurgia, tinturaria e agricultura; e, como curso adjunto, farmácia.

A ampliação dos estudos foi rápida. O colégio oferecia aulas mais profissionalizantes, franqueadas ao público que tivesse interesse e algum conhecimento prévio. Ensinava-se, por exemplo, a língua alemã e escrituração mercantil. Também foi aberto um curso de cirurgia, com aulas de “anatomia especulativa” oferecidas no próprio Castelo e aulas práticas no Hospital São José.

O sucesso da área cirúrgica da Casa Pia foi muito significativo. Alguns dos alunos foram enviados a Copenhague, Edimburgo e Londres para aprimorar seus conhecimentos em obstetrícia. Tal atitude justificava-se pelo grande número de óbitos resultantes das complicações durante e após o parto em todo o reino. Segundo os propósitos da Casa Pia, tais alunos atuariam como propagadores do seu saber ao voltarem para Portugal, alguns dando aulas no Castelo de São Jorge.

Raimundo José da Cunha Mattos freqüentou essas aulas no hospital, estimulado pelos desejos do pai de que se tornasse um conceituado médico:

---

<sup>74</sup> SILVA, César da. *Real Casa Pia de Lisboa...*, obra citada, p. 20.

Meu Pai (...) decidiu-se a que eu me aplicasse à cirurgia para ao depois estudar Medicina na Universidade de Coimbra, ou ir freqüentar as grandes Escolas de Edimburgo, Londres ou Copenhague, para onde haviam ido alguns colegiais, que muito honraram o Estabelecimento Patriótico da Casa Pia do Castelo de São Jorge. Com efeito (...), [estudei] Latim, Francês, Inglês, Anatomia e Cirurgia, umas coisas no Colégio e outras no Hospital de São José, cujas aulas íamos freqüentar: não fui dos melhores estudantes, mas era tido como um dos mais aplicados.<sup>75</sup>

Cioso por sua imagem de estudioso, Cunha Mattos observou que, se não teve condições de classificar-se entre os alunos da Casa Pia que brilharam na República das Letras, não lhe faltou o mérito do esforço.

Os estudos médicos não foram os únicos que levaram casapianos ao exterior. Os alunos que se sobressaíram em desenho e escultura puderam ter aulas de aperfeiçoamento em Roma. Mas as invasões napoleônicas na Itália fizeram com que os jovens artistas fossem transferidos para Florença e, de lá, retornassem a Lisboa.

Raimundo José da Cunha Mattos teve no Colégio São Lucas a oportunidade de contato com um ensino centrado nas disciplinas exatas e experimentais. Toda a estrutura do ensino oferecido pela Casa Pia pautava-se na concepção de utilidade e na promoção de saberes importantes para a formação de um novo homem, útil ao Estado. A formação desse homem não se dava apenas através do currículo. Todas as atividades desenvolvidas no Colégio São Lucas deveriam inspirar a formação de homens com “*brio e espírito nobre*”. Aos professores, mestres, lentes e empregados da Casa Pia foram atribuídos importantes papéis na criação de um ambiente que, por seu caráter exemplar, deveria inculcar nobreza naqueles jovens.

José Anastácio considerou necessário esclarecer que estava se referindo a uma *nobreza* específica: “bem entendido que se lhes deve explicar [aos alunos] e mostrar freqüentemente em que consiste a verdadeira honra e verdadeira nobreza”. Depreende-se dessa observação que, para o autor, existia uma falsa nobreza, e a ‘verdadeira’ poderia ser produzida pela compreensão e pelo exemplo, já que não se tratava de um traço nato.

---

<sup>75</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*

A nobreza hereditária portuguesa, a fidalguia, era conhecida por seu comportamento soberbo, pelo desprezo diante de instituições e leis e pela indolência, sendo considerada nociva ao Estado. Seus críticos apontavam que tal comportamento era resultante da inexistência de uma relação entre o merecimento pessoal e o recebimento de prêmios, privilégios e imunidades: esses eram concedidos independentemente do desempenho.

Esses pensadores não eram contrários à existência da nobreza, base de do regime monárquico, mas acreditavam na urgência de sua “refundação”, para usar uma expressão de Fernando Dores Costa.<sup>76</sup> Era preciso valorizar uma nobreza legitimada pelo mérito e não pelo acaso do nascimento, e esse processo necessariamente passava pelo esforço pessoal de cada um para se provar merecedor.

Compartilhando tais concepções, José Anastácio da Cunha entendia haver uma nobreza verdadeira: “deve-se lhes fazer evidente que a verdadeira honra e a nobreza da alma se estribam e fundam na *verdade, probidade e demais virtudes morais e na sincera e eficaz diligência de ser útil à Pátria e, em geral, ao próximo.*”<sup>77</sup>

A proposta de estudos elaborado da Casa Pia estava bastante próxima da apresentada nas célebres *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, escritas em 1760 por António Ribeiro Sanches, um dos grandes nomes da ilustração portuguesa do século XVIII.<sup>78</sup> Formado em medicina pela Universidade de Salamanca, viveu a maior parte da vida fora de Portugal depois de ter sido denunciado à Inquisição por práticas judaicas. Sanches era um ativo defensor da laicização do ensino, o que ele defendeu nas mencionadas *Cartas sobre a educação da mocidade* e no *Método para aprender e estudar medicina*, de 1763.

Esse escrito foi publicado pouco depois do fechamento das escolas jesuítas, no contexto da reforma da educação promovida por Pombal. Ribeiro Sanches defendia que a educação era uma questão do Estado, que se beneficiaria com a existência de súditos instruídos. Preocupava-lhe a articulação entre educação e poder.<sup>79</sup>

Ele defendia a coerência entre o tipo de Estado e a educação. As pretensões reformistas pombalinas, portanto, exigiam a formação de um novo súdito, para o que a educação seria fundamental.

---

<sup>76</sup> COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões...”, obra citada, p. 1010.

<sup>77</sup> *Regras para os estudos e colégio...*, obra citada.

<sup>78</sup> Essa obra é considerada um marco na renovação da educação em Portugal, juntamente com os *Apontamentos para a Educação de um menino Nobre* (1734), de Martilho de Mendonça, e *Verdadeiro método de estudar* (1746), de Luís António Verney.

<sup>79</sup> GOUVEIA, António Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina. In: HESPANHA, Antonio Manuel. *História de Portugal...*, obra citada, p. 378.

Um das principais críticas de Ribeiro Sanches à sociedade portuguesa dizia respeito às aspirações de pretensão dos nobres de serem premiados por haverem nascido em determinada família. Tal costume era um grande e nocivo equívoco, origem de vários dos principais problemas portugueses. A criação de privilégios e imunidades decorrentes do nascimento seria a causa de “costumes depravados”, da soberba e da falta de limites que caracterizavam os atos daquela parcela da sociedade. A seu ver, a nocividade de tal sistema era agravada pela infeliz prática de os nobres reproduzem os hábitos da fidalguia.

A garantia de recebimento de prêmios, por seu turno, levava ao descaso diante do cumprimento das obrigações, à desobediência aos magistrados e ao próprio soberano, “vício maior que pode haver numa Monarquia”. Por fim, “perde-se toda a idéia da igualdade, da justiça e do bem comum que deve existir no ânimo do mais ínfimo Súdito.”<sup>80</sup>

Diante disso, Ribeiro Sanches propunha a fundação de escolas militares voltadas para a educação de jovens nobres – proposta que veio a inspirar a fundação do Colégio dos Nobres –, cujo objetivo último seria promover a idéia de mérito:

Que a Nobreza e a Fidalguia fiquem tão bem instruídas, e tão bem morigeradas que obedeçam às Leis Pátrias, à subordinação dos Maiores, e que percam aquela idéia de que devem ser premiadas por descenderem de tal ou tal causa: e que fiquem no hábito de pensarem que só pelo seu merecimento chegarão.<sup>81</sup>

A influência de Ribeiro Sanches em toda a concepção do Colégio São Lucas é evidente.

Vicente António de Oliveira, um dos professores do Colégio, escreveu nos finais dos setecentos uma memória intitulada *Sobre os meios de evitar as deserções*. No texto, o autor associou o problema sistêmico da deserção aos abusos e privilégios da nobreza. Argumentou que o acaso, único fator que levava alguém a nascer em determinado grupo, não era razão legítima para a distinção e a preferência na ocupação de cargos e postos de comando, no caso específico dos militares. Para completar os prejuízos de tal hereditariedade, agregava o autor, o orgulho fazia com que a fidalguia desprezasse aqueles poucos que alcançavam altas

---

<sup>80</sup> SANCHES, António Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2003, p. 25. Disponível em [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/cartas\\_educacao\\_mocidade.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf), acessado em 12/12/2007.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, p. 58. Grifo meu.

posições sociais por suas próprias aptidões e esforços<sup>82</sup>. Ele concluiu que a criação de prêmios e distinções poderia motivar os fidalgos a cumprir melhor suas obrigações, considerando-se que a vaidade, uma das principais forças que impulsionam o homem, os levaria sempre a buscar o destaque das premiações.

Para a formação dessa nova nobreza, os pensadores ilustrados que se voltaram para a educação destacaram a necessidade de que a aprendizagem se desse desde a mais tenra idade. A criação de um ambiente que promovesse a educação moral, intelectual e física dos jovens também está presente nas Cartas de Ribeiro Sanches.<sup>83</sup>

Com foco no cultivo dos homens nobres, José Anastácio da Cunha determinou em seu Regulamento que os alunos fossem tratados de modo a alimentar o respeito por si e pelo próximo:

Os meninos tratarão uns aos outros por vocemecê e por senhor; e assim os tratarão os guardas e criados do Colégio e da Casa Pia. Os Lentos, Professores e demais pessoas de autoridade pertencentes ao Colégio e à Casa os tratarão por vocemecê, porém não por senhor. Logo, porém, que um aluno for admitido a qualquer dos dois cursos ou à Classe de Engenharia, ninguém o tratará senão por vocemecê e senhor.<sup>84</sup>

O intendente, “como Pai dos Alunos da Casa Pia”, era o único “naturalmente excetuado” dessa norma.

O ambiente deveria ser marcado pela ponderação, o controle e a estima: “ninguém se atreverá a injuriar aluno algum”. As repreensões, por sua vez, “por mais ásperas que seja necessário fazê-las, devem ser graves e decentes.” A escola era considerada moderna porque pautada nos saberes úteis, em consonância com o que havia nos reinos mais civilizados da Europa: “A razão, a experiência e o exemplo das mais modernas e melhores Escolas reprovam todo castigo corporal, como também todo castigo que humilha demasiadamente e envilece.” Buscava-se a obediência pela razão e pelo amor, ao invés de pelo terror.

---

<sup>82</sup> Sobre a memória de Vicente António de Oliveira, ver: COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões...”, obra citada.

<sup>83</sup> Nesses escritos está o modelo do ensino a partir do que chamou de pensões, o aproveitamento dos alunos como professores nas escolas onde fossem necessários, o envio dos mais destacados para aprimoramento nas Universidades da Europa. Também era prevista a existência de alunos porcionistas, que não viveriam em sistema de internato.

<sup>84</sup> *Regras para os estudos e colégio...*, obra citada.

Todos os esforços empregados por Pina Manique e seus colaboradores baseavam-se na concepção de que “entre os Indigentes e Órfãos desamparados há gênios tão superiores, que serviriam de Glória à Nação, se esta lhes desse a mão para continuarem as suas aplicações”.<sup>85</sup>

A formação desse ‘homem nobre’ era completada pela escolha de mestres que compartilhavam com o inspetor de estudos e com Pina Manique a mesma visão formadora da educação. As “classes científicas” contaram durante o período do intendente com um primoroso quadro de professores, “sem que houvesse outros Mestres mais hábeis para a Educação da Mocidade”<sup>86</sup>. Quando Raimundo José da Cunha Mattos entrou no Colégio São Lucas, o plano de estudos, com seu respectivo quadro de professores, era o seguinte:

Curso de Matemática	Disciplinas	Professores
	Matemática pura Mecânica e ótica Astronomia	João Manoel de Abreu Vicente Antônio de Oliveira Custódio Gomes de Villas Boas
	Disciplinas adjuntas	Professores
	Geometria prática e navegação	Monsieur Paganinni
	Engenharia e artilharia	conde Francisco Ferreri
Curso de Física	Disciplinas	Professores
	História natural e física experimental Química e os princípios de várias artes como metalurgia, tinturaria e agricultura	Manoel Luiz Alves de Carvalho Manoel Joaquim Henriques de Paiva
	Disciplina adjunta	Professor
	Farmácia	Manoel Joaquim Henriques de Paiva

Disciplinas e professores do Colégio São Lucas da Real Casa Pia de Lisboa no ano de 1783.

<sup>85</sup> Ofício a Martinho de Melo Castro, 04 de setembro de 1786, ANTT, Fundo Intendência Geral de Polícia, livro II, p. 263.

<sup>86</sup> Professores dos Colégios da Real Casa Pia de São Jorge do Castelo – 7 de Fevereiro de 1783. ANTT, Intendência Geral de Polícia - Papéis Diversos – Documentos relativos à Casa Pia de Lisboa, e outros papéis diversos, Maço (589) 5, Doc. 85.

Muitos desses professores eram militares e, mais especificamente, artilheiros. Alguns seriam promovidos a altos postos do oficialato na virada do século. Outros ingressaram na Academia Real das Ciências e ocuparam importantes empregos régios em áreas técnicas.

João Manoel de Abreu, professor de matemática pura, foi discípulo de Anastácio da Cunha desde os tempos de Viana do Minho. Havia sido condenado pela Inquisição em 1778 e também recolhido a uma casa religiosa. Antes da morte de seu mestre, entrou no curso de matemática da Universidade de Coimbra e veio a ser professor da Academia Real da Marinha e sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa. Esforçou-se em divulgar a obra de Anastácio da Cunha no exterior, apresentando-a em sociedades acadêmicas. Vivendo em Bordeaux durante alguns anos, publicou uma edição em francês da obra-prima de Anastácio em 1811.

Vicente António de Oliveira, professor de mecânica e ótica, era da Companhia de Bombeiros do Regimento de Artilharia de Estremoz. Em 1792, quando aluno do 4º ano de matemáticas em Coimbra, foi condenado “de modo leve” pela Inquisição devido às suas idéias sobre a tolerância religiosa e por outras acusações.<sup>87</sup> Viria a ser professor da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e ocupou o posto de tenente-general do Exército português no século XIX.

Manoel Joaquim Henriques de Paiva fora aluno de Vandelli e era sobrinho de Ribeiro Sanches. Foi condenado pela Inquisição em 1781, também acusado de deísmo, apostasismo, tolerantismo e indiferentismo. Sua carreira como homem de ciências foi notável. Ainda muito jovem, em companhia do pai e do irmão, estava entre os fundadores da Academia Científica do Rio de Janeiro. Em 1801, foi um dos responsáveis pela observação das reações à vacinação contra a bexiga, por ordem do Príncipe. Os resultados do trabalho foram publicados na *Gazeta de Lisboa* em outubro daquele ano<sup>88</sup>. Em 1785, ele publicara *Farmacopéia lisbonense ou coleção dos simplices, preparações e composições mais eficazes, e de maior uso*. No início do século seguinte, foi nomeado médico da Real Câmara e deputado da Real Junta de Proto-Medicato, censor na Mesa do Desembargo do Paço, e honrado com a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Acusado de apoiar os franceses durante a primeira invasão, perdeu as

---

<sup>87</sup> RAMOS, Luís A. de Oliveira (Ed.). “Sobre os ilustrados da Academia de Coimbra”. Em: idem. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques. Vol. II*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2001, p. 323.

<sup>88</sup> ALMEIDA, António de. “Anaes Vaccinicos de Portugal.” *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Typographia da Academia: Lisboa, 1816, p. 45.

prerrogativas e foi condenado ao degredo na Bahia, sendo perdoado em 1816. Faleceu em Salvador, em 1829, como professor de farmácia do curso médico-cirúrgico.<sup>89</sup>

Francisco Ferreri, da cadeira de artilharia e engenharia, era primeiro-tenente do Regimento de Artilharia de Valença do Minho, onde foi lente de fortificação e artilharia, e amigo de longa data de José Anastácio. Pina Manique interveio diretamente junto ao secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra, Aires de Sá e Melo, para que recebesse uma licença de um ano para ensinar fortificação a “alguns rapazes instruídos nos princípios de Geometria com inclinação para a Fortificação”<sup>90</sup>.

Custódio Gomes de Villas Boas, professor de astronomia do Colégio São Lucas, era oficial da artilharia e engenheiro. Escreveu, nos anos de 1794 e 1795, a *Descrição Topográfica das Comarcas Fronteiras da província do Minho e do Mapa da Província de Entre Douro e Minho*. Foi morto em Braga durante as invasões napoleônicas.

Por fim, Manoel Luiz Alves de Carvalho, da cadeira de história natural: nascido no Brasil, transferiu-se para o Rio de Janeiro com a corte, onde coordenou a fundação da Academia Médico-cirúrgica da Corte e do Estado do Brasil, da qual seria diretor dos estudos.

Nos anos em que Cunha Mattos estudou no Colégio São Lucas da Casa Pia, a instituição era conduzida por ilustrados que iniciavam suas carreiras ou que se encontravam em situação desfavorecida por terem sido condenados pela Inquisição. Alguns eram conhecidos leitores de livros proibidos e foram, em algum momento, considerados divulgadores de idéias perigosas. Contudo, tais homens encontravam-se na Casa Pia sob os auspícios do temido Pina Manique.

O intendente esforçou-se para conseguir meios que garantissem a qualidade dos trabalhos da Casa Pia e, após a morte de Anastácio da Cunha, assumiu a responsabilidade pelos estudos. Manteve os planos iniciais elaborados por Cunha, mas providenciou a expansão das atividades da Casa com a abertura de aulas públicas, como seria a Academia de Nu.

Em janeiro de 1805, pouco antes de falecer, Pina Manique apresentou uma síntese dos resultados obtidos pela Casa desde sua criação. A inclusão de muitos dos egressos em

---

<sup>89</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. Em: *Educar, Curitiba*, n. 25, p. 39-57, 2005, p. 52.

<sup>90</sup> ANTT, Fundo da Intendência Geral de Polícia, Livro, I. Correspondência de 9 de abril de 1782.

importantes empregos régios seria o principal indicador de que o modelo de educação implantado por ele e por José Anastácio da Cunha havia sido muito bem sucedido:<sup>91</sup>

Recontar os progressos que tem feito a Casa Pia no decurso de 23 anos, que está estabelecida, sustentando-se da indústria, economias e esmolas que antigamente concorriam à mesma Casa e o fruto que se tem tirado deste estabelecimento, dos alunos dos Colégios da Casa Pia. Tem esta quatro Lentes atuais com Cadeiras na Universidade de Coimbra, três na Academia da Marinha e Fortificação, e um Oficial desta, atualmente empregado na edificação da Praça d'Almeida; Brigadeiros; Oficiais nos Corpos de Artilharia; e do exército, na Brigada Real da Marinha; Capitães Tenentes, Capitães de Fragata, muitos mestres e prelados nas ordens regulares, até um Arcebispo. – Além disto muitos Artistas, na Pintura Francisco Vieira, Domingos de Sequeira e Manoel Dias; na Escultura, João José de Aguiar e outros, como é constante a V. Ex<sup>a</sup>, que ouviu dizer ao grande Escultor do rei da Prússia, que o dito Aguiar era já contemplado em Roma como grande Escultor da Europa; na Gravura o Valle, que está na Casa da Moeda, e outro na Impressão Régia; outro no Jardim Botânico; e o Ilmo Exmo Sr conde de Villa Verde também viu em Roma Colégios das Belas Artes. Tem em si a Casa Pia mais de 700 pessoas, em que se compreendem órfãos de um e outro sexo, moços desamparados pelos Pais, aplicados já nas Artes e manufaturas, e Cirurgia nas Aulas do Hospital Real, e ao Comércio, à Fortificação e à Marinha nas Aulas respectivas e nas do Colégio dos Nobres, à Física e Matemática, e outros aprendendo na mesma Casa a ler, escrever e contar, e as línguas vivas, a Gramática Latina e o Desenho.

No final da vida, Pina Manique teve grandes dificuldades para manter seu projeto. Os tempos eram difíceis e os colégios no estrangeiro já haviam sido fechados. O reino sofrera com a Guerra das Laranjas em 1801. As pressões advindas das disputas de poder na Europa

---

<sup>91</sup> Pina Manique desejava conseguir o apoio do secretário de Estado do reino, conde de Vila Verde, para solucionar uma longa disputa legal entre a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro referente ao destino da herança do comerciante António de Souza Ribeiro, residente no Brasil, mas que deixara em testamento seus bens para a Casa Pia de Lisboa. A disputa teve início em 1799 e só veio a ser resolvida após a morte do intendente. O valor disputado era de 26.331\$379 réis, suficientes para o pagamento das dívidas e o sustento temporário da Casa.

napoleônica exigiam do governo grandes montantes, e a Casa Pia havia perdido sua participação na loteria da Santa Casa de Misericórdia. Havia uma inflação elevada, e, para tornar a situação ainda mais delicada, a fundação da Real Cordoaria da Junqueira substituíra as oficinas criadas por Pina Manique para a produção de lonas, brins e tecidos de algodão, que haviam sido uma das fontes de renda da Casa Pia.

Com a morte de Pina Manique, em 30 de junho de 1805, a Intendência ficou a cargo de Lucas de Seabra da Silva. Uma de suas primeiras medidas foi ajustar os gastos aos rendimentos disponíveis. O foco da instituição passou a ser o que hoje se chamaria de cursos profissionalizantes, as “Artes Liberais e Mecânicas”, cujo ensino era menos dispendioso e, “posto que menos graduados na estimação civil, nem por isso são menos úteis ao Estado”. Em sua opinião, não era mais necessário fazer investimentos na formação de médicos ou professores de ciências naturais, cuja quantidade já seria suficiente, e, apesar de existirem grandes talentos “na confusão da última classe de Cidadãos”, ponderava sobre a raridade dos mesmos. Por fim, propôs o fechamento do estabelecimento em Coimbra, o que foi aprovado por d. João VI com a exigência de que os alunos que comprovassem condições intelectuais de continuar os estudos recebessem um auxílio para sua manutenção.

Em finais de 1807, a Casa Pia foi fechada e o Castelo de São Jorge ocupado pelas tropas de Junot. Encerrava-se assim a primeira fase da história da instituição.

### **1.2.2 Escola Regimental do Faro**

Raimundo José da Cunha Mattos teve sua formação fortemente influenciada pela proposta educacional de José Anastácio da Cunha. A continuidade de seus estudos na Escola Regimental de Faro reforçaria os valores iluministas que absorvera na Casa Pia. Em julho de 1790, foi tirado do colégio por iniciativa do pai. Estava com quase 14 anos e, possivelmente, prestes a concluir os estudos.

Alexandre Manuel voltara para o Algarve em decorrência da transferência da Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia de Faro, na qual servia. Decidiu levar consigo o filho mais velho, deixando o resto da família em Lisboa. Resolveu também que Raimundo José deveria entrar como soldado voluntário no mesmo regimento em que servia.

Os estudos de Cunha Mattos foram complementados na cidade de Faro. Ele continuaria a dedicar-se à cirurgia no hospital militar da cidade, tendo conseguido autorização

do comandante do regimento. Com a chegada dos rumores sobre a possibilidade de Portugal ver-se envolvido numa guerra em decorrência dos acontecimentos na França, abandonou definitivamente a área médica<sup>92</sup>

Todos conheceram que mais cedo ou mais tarde teríamos guerra, e por isso eu entendi que seria mais vantajoso fazê-la como militar combatente com as Armas na mão do que como Facultativo de saúde, tratando os enfermos nos Hospitais. Este meu juízo passou a ter execução e conseqüentemente larguei os Estudos Médicos e passei a freqüentar os estudos militares na Aula do Regimento de que era Lente o Tenente Coronel José Nunes da Costa Cardoso.

As armas, portanto, foram uma opção sua quando chegou à fase adulta. A atuação como cirurgião do Exército era, para usar uma expressão de Cunha Mattos, “menos militar”, e parece que isso não lhe agradava. O fato de ter passado de ‘aluno esforçado’ de cirurgia a um dos mais destacados aspirantes de artilharia do seu regimento indica que estava bastante motivado com a nova carreira.

A formação recebida na Casa Pia seria enriquecida pelos conhecimentos técnicos necessários ao bom desempenho de suas novas funções nas aulas do regimento. Essas aulas foram criadas no contexto da guerra de 1762 e confirmadas pelas reformas militares de Lippe.

As escolas regimentais faziam parte do conjunto de instituições laicas de ensino criadas por Pombal. Seguiam uma concepção prática do conhecimento, oferecendo aulas técnicas especificamente destinadas a capacitar os soldados para o bom desempenho de suas atividades. As aulas teóricas e práticas abordavam temas como a movimentação nos campos de batalha, a coleta de informações e o mapeamento de terrenos e regiões.

A criação de aulas dessa natureza para o Regimento de Artilharia da Fortaleza de São Julião da Barra, em Oeiras, foi determinada pelo alvará de 9 de abril de 1762. Os soldados seriam obrigados a freqüentar as duas horas de aulas oferecidas três vezes por semana. O recebimento dos soldos ficava vinculado ao cumprimento dessa obrigação. A promoção a postos superiores ao de sargento seria vedada àqueles que não apresentassem a “certidão de exame feito publicamente por Professores da mesma Artilharia, na presença do General desta

---

<sup>92</sup> As impressões causadas pela revolução na França e as conseqüências políticas e militares para Portugal serão tratadas no próximo capítulo.

Corte e Província.”<sup>93</sup> Os professores responsáveis pela aula seriam oficiais indicados pela Junta dos Três Estados, com vencimentos iguais aos do mestre da Aula de Estremoz e pagos em acréscimo ao soldo relativo ao posto.

Com o início da guerra, tal proposta não foi posta em prática. No ano seguinte, contudo, foi aprimorada pelo conde Lippe e agregada ao *Plano que Sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, estudos e exercícios das aulas dos Regimentos de Artilharia*<sup>94</sup>. Havia a preocupação de que os artilheiros dominassem os conhecimentos exigidos para a manipulação dos armamentos.

A artilharia, na qual os Cunha Mattos serviriam, mereceu atenção especial do conde. Ele considerava que dela dependia, cada vez mais, o poder de um exército. Isso exigia uma primorosa formação dos soldados e oficiais, e a perfeição das tropas dependia de uma capacitação específica que abrangesse conhecimentos de química, aritmética, trigonometria, topografia e edificação, entre outros.

Durante as aulas, os oficiais dos regimentos também deveriam instruir-se nas questões relativas a seus postos. Deveriam ser capazes de formular e executar planos de ataque e de defesa assim que lhes fossem solicitados, o que exigia conhecimentos dos “Parques e Equipagens da Artilharia de todas as espécies e operações dela”.<sup>95</sup>

Os professores seriam escolhidos dentro do próprio regimento e nomeados pelo soberano, ficando responsáveis pela tradução e explicação das obras indicadas no plano. Por tal trabalho, além do soldo relativo aos postos que ocupavam, recebiam 20 mil réis por mês.

O conde Lippe definiu os conteúdos e os livros que deveriam ser usados pelos alunos. A Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra deveria providenciar a tradução e publicação das obras que não estivessem em português. Qualquer alteração na lista oferecida pelo conde Lippe era veementemente rejeitada:

... proibindo de baixo da pena de expulsão das Aulas e dos Regimentos que algum soldado ou Oficial deles compre ou retenha, havendo-os comprado outro algum Livro da Profissão que não sejam os que ficam acima determinados para os seus Estudos, defendendo o mesmo Senhor

---

<sup>93</sup> Alvará de 19 de abril de 1762, criando o Regimento de Artilharia da Corte, disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=105&id\\_obra=73&pagina=1215](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=1215), acessado em 8/05/2006.

<sup>94</sup> AHM, 3/5/1/11.

<sup>95</sup> Idem, ibidem.

de baixo da referida pena, que os sobreditos Oficiais e soldados se apliquem a outras algumas obras ou que delas se possa usar nas Lições nos Argumentos ou nos Exercícios das Aulas.<sup>96</sup>

Os artilheiros tinham aulas de matemática, bombardeio, composição de fogos de artifício, minas, engenharia e fortificação, minas e bombas, operações e manobras. Os livros usados em tais aulas eram todos estrangeiros, trabalhos reconhecidos e amplamente usados nas escolas congêneres internacionais. Havia um predomínio da literatura militar francesa.

O reconhecimento dos autores selecionados não impediu que as escolhas de Lippe fossem criticadas. Em 1764, José Anastácio da Cunha considerou que a obra de Dulacq, usada nas aulas de bombardeio, continha erros.<sup>97</sup> Mas, apesar das ponderações de Anastácio, que chegaram ao conhecimento do marechal-general, a lista de livros determinada por Lippe continuou em vigor durante décadas. Em 1786, o brigadeiro e comandante do Regimento de Artilharia da Corte, Christianno Frederico de Weinholtz, enviou à Secretaria da Guerra o pedido de substituição de algumas daquelas obras em decorrência de terem se tornado obsoletas. Seu pedido só veio a ser aceito após longas ponderações.<sup>98</sup>

Raimundo José da Cunha Mattos considerava que as aulas haviam sido decisivas em sua vida profissional:

Com efeito, apliquei-me às Matemáticas pelos compêndios do Mr Bellidor de que se fazia uso na nossa aula, e ao mesmo tempo freqüentava os exercícios de Infantaria e Artilharia em que o meu Regimento era deputado superior aos da sua Arma em razão do zelo e autoridade do seu chefe, Brigadeiro Reboxo.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>97</sup> O episódio da análise dessa obra é bastante curioso: “Pedi-me o capitão de mineiros do meu regimento a minha opinião sobre o que vários autores tinham publicado acerca das minas: dei-lha por escrito muito sem segunda intenção que nem deixei em meu poder cópia. Entre outras coisas mostrei alguns erros de Mr. Dulacq, autor que o marechal [conde Lippe] tinha recomendado aos artilheiros e engenheiros, o que nem eu nem talvez pessoa alguma do meu regimento então sabia. Depois passando o marechal por Almeida, aonde eu estava, houve quem inocentemente e cuidando que me fazia um grande bem, ofereceu a minha dissertação ao conde de Lippe, que naturalmente se julgou insultado. Apesar de partir então para Buckemburg ainda duvidoso da minha inocência, deixou recomendado que se me dobrasse o soldo e me adiantassem.” Citado em QUEIRÓ, João Filipe. “José Anastácio da Cunha: um matemático a recordar...”, obra citada, p. 2.

<sup>98</sup> Requerimento do Brigadeiro Christianno Frederico de Weinholtz, 1786. AHM, 3/5/2/24.

<sup>99</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*

Note-se que a obra de Bellidor ainda continuava a ser usada como manual em 1790, apesar de uma ordem régia de 1786 haver mandado substituí-la. A solicitação de alteração das indicações bibliográficas de Lippe apresentada pelo brigadeiro Weinholtz tratou tal obra com bastante ponderação. Solicitou que o Curso de Matemática de Bellidor fosse substituído ou, pelo menos, que sua tradução, repleta de erros, fosse corrigida. Argumentou que aquele era o momento mais adequado para fazê-lo, pois a edição estava esgotada.

Além disto, continuava o brigadeiro, o livro de Bellidor tinha 40 anos de uso na França quando fora adotado em Portugal. As escolas de artilharia e da marinha francesas já estavam usando os cursos organizados por Bezout especialmente para elas. Essas obras seriam muito mais completas, atualizadas e perfeitamente adequadas aos estudos militares. Ele solicitava, por fim, que elas fossem adotadas em Portugal, onde já se encontravam traduzidas e publicadas pela Universidade de Coimbra. Seus argumentos foram acatados e a substituição autorizada.

Obsoleto ou não, o conhecimento adquirido no curso de Bellidor trouxe benefícios a Cunha Mattos, que continuaria a mencioná-lo como um elemento definidor de sua condição de homem letrado.

O Regimento de Artilharia de Faro alcançou excelente reputação sob a direção do brigadeiro Reboxo. Os artilheiros formados nas aulas e nos exercícios práticos eram conhecidos como soldados valorosos e possuidores de conhecimentos preciosos. A elaboração de mapas e de descrições geográficas também eram atividades desempenhadas com maestria pelos soldados: o mapeamento do Algarve foi, em grande parte, realizado por eles. Vários dos soldados oriundos daquele regimento foram admitidos na Academia da Marinha.<sup>100</sup>

A influência destas atividades na carreira de Cunha Mattos foi notável. A maior parte dos trabalhos de cunho acadêmico feitos por ele seria baseada em informações coletadas sobre as regiões por onde passava e na elaboração de mapas. As cadernetas que levou para os campos de guerra do Roussillon e da Catalunha estavam repletas de anotações sobre a região, com esboços de mapas e dos movimentos das tropas.

Raimundo José considerava sua passagem por aquele regimento uma experiência marcante, mencionada freqüentemente em diferentes momentos de suas *Memórias* ou nas solicitações de promoção. O orgulho de pertencer àquele corpo fica evidente no relato que fez do encontro com um senhor – “a quem chamavam Doutor” – que ficou bastante admirado

---

<sup>100</sup> LOPES, João Baptista da Silva. *Corografia ou memória econômica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*. Academia das Ciências de Lisboa: Lisboa, 1841, p. 74

com seu conhecimento das obras de Bellidor, Bureau e Euclides, com sua familiaridade com as línguas francesa e inglesa e com ele possuir “outros estudos que raras vezes se encontravam naquele tempo (e hoje menos ainda) em um simples soldado de 16 anos de idade.”<sup>101</sup> Cunha Mattos fez questão de responder que o seu não era um caso isolado: naquele regimento existiam muitos outros estudantes melhores que ele, e todos aspirantes a postos de general.

A passagem de Cunha Mattos pelo Regimento do Algame e, particularmente, suas aulas foi constantemente usada por ele em suas solicitações junto às autoridades da monarquia e para justificar suas pretensões de ser reconhecido como homens de letras.

Ao final de aproximadamente quatro anos naquele Regimento, Cunha Mattos teria a oportunidade de colocar seus ensinamentos em prática nos campos de batalha na França e na Espanha e, logo depois, na longínqua capitania de São Tomé e Príncipe. Ali, ele atuaria como militar e como agente administrativo do Império português.

---

<sup>101</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias ...*, obra citada.

## **Capítulo 2 – Caminhos de um Soldado do Império Português**

Os anos de formação de Raimundo José Cunha Mattos imbuíram-no do espírito reformista e o capacitaram a cumprir suas obrigações militares e administrativas com distinção. Os primeiros reflexos dessa formação seriam vistos em sua participação na Guerra do Roussillon e da Catalunha, em 1793, quando participou dos conflitos contra o exército revolucionário francês.

Tendo como pano de fundo a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, a geração de militares à qual pertencia vivenciou o aumento das expectativas de ascensão social pelas armas. Aqueles conflitos exigiram de Portugal grandes esforços bélicos e levaram à reestruturação dos exércitos dos demais Estados europeus, ao aumento dos efetivos e, conseqüentemente, à criação de novos postos de comando.

Na fronteira entre França e Espanha, Raimundo José teve sua mais significativa experiência nos campos de batalha. O jovem cabo-de-esquadra seria condecorado por sua atuação e, ao final da guerra, junto com todos os demais combatentes, foi agraciado por d. João VI com a prioridade nas promoções.

O serviço das armas conduziu Raimundo José para longe de Portugal: os Pirineus, depois São Tomé e Príncipe e, finalmente, o Brasil. Ele esteve em São Tomé entre 1797 e 1815, período fortemente marcado pela presença de d. Rodrigo de Sousa Coutinho no governo. Cunha Mattos foi o principal responsável pela segurança da ilha e, entre 1805 e

1815, desempenhou funções administrativas como principal colaborador do governador Luís Joaquim Lisboa.

## 2.1 Cunha Mattos no Roussillon e na Catalunha (1793 – 1795)

Quando eclodiu a Guerra do Roussillon (1793-1795), o cabo-de-esquadra Cunha Mattos saiu de Portugal pela primeira vez. Era então voluntário do Regimento de Artilharia da Divisão Auxiliadora à Coroa Espanhola. Essa experiência nos campos de batalha contribuiu significativamente para a formação de seu caráter, para o progresso na carreira militar e para ampliar seu entendimento sobre a época em que vivia.

A campanha do Roussillon e da Catalunha ocorreu na região limítrofe entre a Espanha e a França em resposta à declaração de guerra aos espanhóis feita pela Convenção francesa. Isso foi em fevereiro de 1793. O principal objetivo dos embates era a tomada da região do Roussillon e de sua principal cidade, Perpignan e usá-la como moeda de troca nas negociações entre a Coroa espanhola e a França.

No primeiro ano da campanha, os embates limitaram-se à região francesa do Roussillon, mas a derrota do Exército luso-espanhol na Montanha Negra, em finais de 1794, deslocou a ação para a região da Catalunha. O conflito chegou ao fim com a assinatura do Tratado da Basileia entre França e Espanha, em julho de 1795.

Raimundo José da Cunha Mattos expôs sua visão da participação portuguesa nesse conflito no manuscrito *Memórias históricas, políticas e biográficas*<sup>1</sup>. Diante da riqueza dessa fonte, optou-se por priorizar a sua análise e não se pretendeu escrever uma história daquela guerra. Contudo, para facilitar a compreensão do contexto da guerra e documento, em especial, será apresentada uma síntese do conflito.

### 2.1.1 O Conflito – breves notícias

O envolvimento português num conflito tão distante de suas fronteiras era consequência da política de reaproximação implementada pelas Coroas ibéricas ao final da

---

<sup>1</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias históricas...*, obra citada.

Guerra dos Sete Anos. A assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, e o tratado de aliança defensiva assinado no ano seguinte entre Portugal e Espanha fizeram parte daquele processo, coroado pelos casamentos reais que, em 1785, atualizaram os laços de família historicamente existentes entre as monarquias ibéricas.

A aliança entre as Coroas ibéricas oferecia a Portugal alguma tranqüilidade em relação ao perigo de invasão de suas fronteiras, tanto na Europa quanto na América. De acordo com os planos, a situação lhe daria maior autonomia em relação à poderosa Inglaterra. A Espanha, por sua vez, contaria com a ajuda ou, pelo menos, com a neutralidade lusa no caso de possíveis disputas com os ingleses.

Os esforços diplomáticos portugueses estavam direcionados para a ratificação de sua política de neutralidade continental, o que resultou na assinatura de convenções também com a Rússia, líder da liga de neutralidade formada na época da guerra de independência dos Estados Unidos. Essa política, no entanto, seria obstada pela Revolução Francesa e por seus desdobramentos.

A primeira fase das mudanças ocorridas na França foi acompanhada com curiosidade por uma parte da população lusa e, de modo especial, por alguns funcionários régios simpáticos às propostas reformistas da monarquia. A *Gazeta de Lisboa* publicou textos de apoio ao movimento francês, enviados por seu correspondente em Paris. Ele noticiava, com grande entusiasmo, algumas das iniciativas da Assembléia dos Estados Gerais, tal como a determinação da extinção dos direitos tradicionais sobre a terra.<sup>2</sup> O próprio embaixador português em Paris, d. Vicente de Sousa Coutinho, manteve a rainha informada sobre os acontecimentos, dada a curiosidade por ela manifestada. D. Vicente comentou em correspondência ao ministro da Guerra e de Negócios Estrangeiros que muita coisa boa encontrava-se nos cadernos da Assembléia dos Estados Gerais que ele enviava a Lisboa, e chegou mesmo a criticar Luís XVI por ignorar as “vozes reformadoras dos franceses.”<sup>3</sup>

Tal condescendência começou a diminuir na medida em que os embates se radicalizaram, e chegou a termo quando a proposta de reforma da monarquia deu lugar à implantação da república. A sucessão dos acontecimentos silenciou a *Gazeta* e intensificou o

---

<sup>2</sup> PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, o Clemente*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2006, p.48 e ss.

<sup>3</sup>BORGES, João Vieira. *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*. Instituto de Altos Estudos Militares. Ed. Atena: Estoril, 2000, p. 172.

esforço da Intendência Geral de Polícia para conhecer e punir aqueles que quisessem divulgar idéias sediciosas.

Os reinos europeus agitaram-se, mas a mobilização das potências contra os revolucionários só ocorreria depois das execuções de Luís XVI e Maria Antonieta. O regicídio cristalizou o consenso sobre o que fazer com a França: era preciso punir exemplarmente os culpados e restaurar a ordem monárquica.

O envolvimento da Espanha na questão francesa decorreu dos laços familiares que ligavam os dois tronos. O rei Carlos IV solicitou o apoio português em nome dos mesmos laços de família e dos tratados assinados naqueles anos. Ainda assim, a política de neutralidade portuguesa foi veementemente defendida pelos embaixadores lusos desde os primeiros momentos da mobilização espanhola contra a França, quadro que somente seria alterado com a decisiva entrada em cena da Grã-Bretanha. Vendo seus dois principais aliados envolvidos na guerra e pressionando d. João, Portugal não teve como se manter ausente. Novas convenções foram estabelecidas e constituiu-se uma tríplice aliança para atender à condição imposta por Portugal<sup>4</sup>.

A convenção assinada pelos portugueses e espanhóis caracterizou como defensiva a campanha do Roussillon e da Catalunha, o que permitiu a Portugal participar dos embates na condição de potência auxiliar e aliada, mas sem ser obrigado a declarar guerra à república francesa. Esses esforços para manter oficialmente a política de neutralidade, mesmo que por sutilezas contratuais, sugerem, segundo Valentim Alexandre, que a participação portuguesa na Guerra do Roussillon deveu-se a uma completa impossibilidade de resistir às pressões das aliadas Espanha e Inglaterra, e não por questões ideológicas<sup>5</sup>.

Acertada a participação portuguesa no conflito, passou-se à organização da Divisão Auxiliar. O tenente-general graduado João Forbes Skelater foi designado comandante-em-chefe, sendo auxiliado por um numeroso Estado-Maior. A Divisão Auxiliar contou com o efetivo de aproximadamente 5.400 homens<sup>6</sup> distribuídos em três brigadas de infantaria e uma de artilharia, da qual Raimundo José da Cunha Mattos fazia parte.

---

<sup>4</sup> Com a Espanha, foi assinada a *Convenção provisional* em 15 de julho de 1793, e a convenção com a Inglaterra foi firmada em setembro. CASTRO, José Ferreira Borges de (org.) *Collecção dos Tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao presente*. Tomo IV. Imprensa Nacional: Lisboa, 1857, p. 10 – 17; 20.

<sup>5</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Edições Afrontamento: Porto, 1993, p. 97 e ss.

<sup>6</sup> SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. Compêndio de história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834. Tomo I.

A Divisão Auxiliar agregava militares da geração de Lippe e jovens oficiais que atuariam de modo significativo nos sucessos portugueses naquela conturbada passagem de século. Alguns nobres estrangeiros também participaram como voluntários na primeira fase da campanha.

As tropas portuguesas embarcaram para o Roussillon entre os dias 18 e 20 de setembro de 1793. Partindo das cidades de Lisboa e Lagos, chegaram ao porto de Rosas, na Catalunha, no início de novembro.

O Exército aliado era comandado por d. Antônio Ricardos Carrillo, general espanhol experiente e bem conceituado. A campanha teve início com a ofensiva francesa em finais de março de 1793, mas a reação espanhola rapidamente inverteu a situação e dominou o vale do rio Tech e algumas fortalezas no litoral, marcando posições em boa parte do Roussillon. No entanto, a perda de soldados espanhóis ao longo dos primeiros meses de conflito e os reforços mandados da França logo demonstraram a precariedade das posições conquistadas pelos hispânicos.

A campanha estava nesse ponto quando a Divisão Auxiliar chegou à Catalunha em finais de 1793. Nas instruções reais ao tenente-general<sup>7</sup> Forbes, foi reafirmada a subordinação da Divisão ao comando espanhol. As tropas portuguesas receberiam o mesmo tratamento que as espanholas. Contudo, no caso de delitos, os soldados seriam julgados de acordo com as leis e regulamentos do Exército português, exceção feita aos crimes de lesa-majestade, de moeda falsa ou de resistência às justiças, casos em que os militares seriam punidos pelas próprias leis do país.

Conforme previsto no acordo, a Divisão Auxiliar portuguesa foi diluída no contingente espanhol de aproximadamente 33.500 homens. O efetivo, contudo, seria rapidamente reduzido pelas mortes, prisões e deserções.

A chegada dos portugueses dera novo ânimo ao general espanhol, que traçou um plano de avanço da linha de ataque. A Divisão Auxiliar destacou-se em importantes e difíceis batalhas, merecendo calorosos elogios dos oficiais espanhóis. Apesar disso, o tratamento dado aos portugueses no cotidiano da campanha seria matéria de muitas reclamações à Corte em Lisboa.

---

Imprensa Nacional: Lisboa, 1866, p. 512 e ss. Ver também: BORGES, João Vieira. *Intervenções militares portuguesas...*, op. cit, p. 185.

<sup>7</sup>SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal. Compêndio de história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834. Tomo I.* Imprensa Nacional: Lisboa, 1866, pp. 163-182.

Em dezembro, os exércitos se recolheram aos acampamentos de inverno. Os portugueses tiveram que enfrentar o clima rigoroso dos Pirineus em condições muito adversas devido às falhas da logística espanhola, que os havia deixado sem agasalhos e alimentos suficientes. Além disso, a extensão da linha de defesa exigia grandes esforços físicos das tropas de vigilância, situação agravada pelos ataques de camponeses. Parte do oficialato voltou para Lisboa e Madri, e muitos não regressaram àquele teatro de guerra.

O ano de 1794 seria desastroso para os aliados. O novo general francês, Dugomier, rapidamente conseguiu reconquistar parte do território, primeiramente os do litoral, dificultando o reabastecimento e os reforços do Exército aliado concentrado nas montanhas.

A morte do general Ricardos em Madri colocara d. Luis Fermin de Carvajal y Vargas, conde de la Unión, no comando do Exército aliado. Nascido em Lima, o general contava com a simpatia dos soldados, mas seus críticos o consideravam inexperiente. Retornando ao campo de batalha em abril, encontrou as tropas numa situação que se demonstraria insustentável. As investidas francesas de 29 de abril, cinco dias após seu retorno, resultaram na caótica retirada dos ibéricos da região de Ceret. A linha defensiva reorganizada por Unión provou-se insuficiente e, em meados de maio, o Exército aliado foi expulso do Roussillon. O conflito havia chegado às portas da Catalunha.

As perdas humanas e materiais foram enormes. A Divisão Auxiliadora foi particularmente atingida, pois, encarregada de dar cobertura à retirada, perdeu quase toda a artilharia em campo. A situação obrigou Forbes a solicitar a Lisboa que negociasse a retirada dos portugueses, visto não haver mais condições de se manterem em combate, mas a Espanha negou-se veementemente a qualquer acordo com Portugal.

Os aliados estabeleceram uma linha de defesa na entrada das montanhas da Catalunha e conseguiram mantê-la até novembro, quando ocorreram violentos embates entre os exércitos. Deles resultaram uma nova retirada aliada e as mortes do general Dugomier e do conde de la Unión, substituídos, respectivamente, por Perignon e por d. José de Urrutia.

Urrutia reorganizou seu Exército e restabeleceu o ânimo e a disciplina dos soldados. A Divisão Auxiliadora, então com pouco mais de 2.000 homens, formou o corpo de reserva juntamente com tropas espanholas e foi posicionada perto da povoação de Olivas, onde havia sido instalado o quartel-general aliado.

O novo comandante manteve-se cauteloso. Os ataques que organizava eram pequenos e bem calculados. Conseguiu retomar várias posições espanholas dos franceses e deslocar os

embates para o território inimigo. Os reforços enviados por Barcelona, principalmente os somatenes<sup>8</sup>, foram de grande auxílio na nova fase do conflito.

O movimento espanhol, contudo, era muito limitado pela falta de conhecimento do terreno e pela resistência dos populares. Em Puig-cerdá, por exemplo, os cidadãos revoltosos enfrentaram os soldados aliados com armas, água quente e azeite. Em represália, muitos deles foram degolados, e parte da população feminina foi violada, como forma de punição. Em outra ocasião, a retirada da cavalaria espanhola deixou exposta a infantaria, que acabou passada a fio de espada.

A continuidade da guerra tornava-se insustentável para a Espanha. A Coroa enfrentava crescentes revoltas contra o recrutamento, que atingia um entre cada cinquenta *vencinos*. Diante do esvaziamento dos cofres reais, as despesas do Estado estavam sendo pagas com títulos que chegaram a 150 milhões de cruzados. Não havia homens, recursos nem crédito que possibilitassem a manutenção da guerra.

A Espanha retomou então negociações de paz com a França, à revelia de Portugal e da Inglaterra. A proposta de paz espanhola foi rapidamente aceita pela França, empenhada em diminuir suas frentes de batalha. O Tratado da Basileia foi assinado pelos dois países determinando a retirada da França do território espanhol (Rosas, Figueras e S. Fernando), o que seria compensado com a entrega aos franceses da parte espanhola da ilha de S. Domingos. O acordo previa a liberação de todos os prisioneiros de guerra, inclusive dos mais de mil portugueses.

A desmobilização e os preparativos da partida das tropas portuguesas deram-se logo depois de encerradas as hostilidades. A Divisão Auxiliadora chegou a Lisboa no início de dezembro de 1795. O desembarque ocorreu em meio a festejos aos quais estiveram presentes o príncipe d. João, d. Carlota Joaquina e fidalgos. Pelo decreto régio do dia 17 daquele mês, o príncipe regente concedeu vários prêmios e distinções aos membros da divisão: os participantes no conflito teriam preferência nas promoções e receberiam o bônus de dois soldos, e os que haviam sido prisioneiros de guerra tiveram mais meio soldo por cada mês passado em poder do inimigo.

---

<sup>8</sup> Eram paisanos armados, equivalente às ordenanças. Foram descritos por Cunha Mattos como muito velozes e ágeis, o que fazia deles grandes combatentes nos terrenos irregulares das montanhas. Essas forças estavam ligadas a Barcelona.

### 2.1.2 Memórias políticas, militares e biográficas

As já mencionadas *Memórias* de Cunha Mattos foram escritas no Brasil durante o Primeiro Reinado.<sup>9</sup> Seus parágrafos conduzem o leitor a constantes idas e vindas entre Portugal nos finais do século XVIII e o Brasil nos primeiros anos do império, nem sempre deixando claro qual dos períodos está sendo o principal objeto de análise.

O texto está incompleto. Suas últimas páginas narram os malogros das investidas dos peninsulares no dia 18 de fevereiro de 1795, oito meses antes do final do conflito. Na última página, está escrito: “fim do 1º volume”, o que indica a intenção de continuar a narrativa. Entretanto, não há indícios da existência de outros.

As *Memórias* são o documento de cunho mais pessoal que encontramos durante a pesquisa sobre os Cunha Mattos. As primeiras páginas têm um tom despretensioso e incluem lembranças dos antepassados diretos e dos primeiros anos de vida de Raimundo José. Entretanto, por detrás de uma aparente despreocupação com a narrativa, suas palavras têm o objetivo de deixar registrada uma imagem bastante particular de si mesmo: um homem cujos sucessos e reconhecimentos advinham de méritos e esforços pessoais. Ele esforçou-se em desvincular sua trajetória profissional do pertencimento a redes clientelares.<sup>10</sup> É esse o fio condutor de toda a sua narrativa da guerra.

Deve-se observar que Cunha Mattos construiu uma carreira militar muito bem-sucedida. É bem provável que fosse brigadeiro do Exército brasileiro quando redigiu o manuscrito. Ele utilizou sua “coleção de memórias” - anotações feitas nos campos de batalha, “por ordem cronológica, ao mesmo passo que [os eventos] se iam verificando”,<sup>11</sup> - como a principal fonte para reconstruir o passado, recorrendo também às lembranças pessoais que trazia dos anos da juventude. Há uma defasagem de cerca de três décadas entre os acontecimentos vividos e registrados por Cunha Mattos nas cadernetas e a narrativa posterior.

A sensação de distância temporal entre os fatos e seu registro pode ter sido ainda mais ampliada em função das experiências vividas por Cunha Mattos e seus contemporâneos ao longo daquelas décadas. Acontecimentos políticos e sociais exigiram de homens como ele

---

<sup>9</sup> Elas não foram datadas, mas algumas referências a acontecimentos históricos permitem tal suposição. Cunha Mattos comentou, por exemplo, acerca das nobilitações de Francisco de Paula Leite de Sousa e de Manuel Inácio Corte Real, ambas ocorridas em 1823 em Portugal. Cunha Mattos não tinha conhecimento da morte de Corte Real, ocorrida em outubro de 1832.

<sup>10</sup> HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. Em: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal...*, obra citada, pp. 339-349.

<sup>11</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*, obra citada.

adesões políticas, reconstruções identitárias e deslocamentos geográficos que, necessariamente, conduziram a avaliações e reavaliações dos próprios desejos e projetos, ou seja, à construção de novos horizontes de expectativas<sup>12</sup>. Por sua vez, as experiências vividas naqueles primeiros anos do Brasil independente deram origem a novas expectativas que levariam à resignificação do passado, numa relação dinâmica e reflexiva que, registrada num presente, ligava o passado da monarquia portuguesa ao futuro do império brasileiro.

Nessa perspectiva, as experiências adquiridas não seriam ‘imutáveis’, na medida em que novas experiências poderiam alterar a compreensão do vivido. Por outro lado, elas conduziram a novas expectativas, alterando o ‘futuro histórico’ do jovem país e daqueles que nele viviam. As tensões criadas a partir das relações entre experiências e expectativas orientariam os “agentes concretos nas suas ações relacionadas aos movimentos sociais e políticos.”<sup>13</sup>

Os tempos eram novos, como também os homens. Esse sentimento de mudanças foi expresso por Cunha Mattos num tom reflexivo: “os tempos têm alterado os costumes, ou os costumes têm alterado os tempos”. E, pelo que essa afirmativa sugere, não lhe parecia que as mudanças haviam chegado ao fim.<sup>14</sup>

As revoluções do último quartel do século XVIII trouxeram a sensação de que se vivia um tempo novo: a modernidade. Uma de suas características era a sensação de aceleração, construída a partir de uma vivência específica de tempo na qual se ampliava a distância entre as expectativas e as experiências. O tempo, portanto, ganhava em si uma qualidade histórica, caracterizada pela tensão entre as diferentes dimensões temporais. Tal relação daria sentido ao presente, e seu significado extrapolaria a experiência física do tempo.

Assim, as experiências acumuladas por Cunha Mattos entre a guerra e a escrita de suas memórias abriam-lhe novas perspectivas para a interpretação do passado: as experiências de

---

<sup>12</sup> “Espaço de experiências” e “horizonte de expectativas” são duas categorias formais apresentadas por Koselleck. Para este autor, não há ação humana que não envolva experiências e expectativas: “... cada ser humano e cada comunidade têm um espaço de experiência a partir do qual se age, onde acontecimentos passados estão presentes ou podem ser lembrados, e, por outro lado, sempre se age com referência a um horizonte de expectativas específico.” Essas categorias metahistóricas não possuiriam, entretanto, significados definidos na “história vivida”, para usar uma expressão do autor. KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History*. Stanford University Press: Stanford, 2002, p. 111.

<sup>13</sup> Idem. *The practice of Conceptual History ...* Obra citada, p. 111., p. 127. Sobre as relações entre espaços de experiências e horizontes de expectativa, ver: Idem. *Passado futuro*. Contraponto/Ed. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2006, p. 312.

<sup>14</sup> KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History ...* Obra citada, principalmente os capítulos “The Eighteenth Century as the Beginning of Modernity” e “Concepts of Historical Time and Social History”.

guerra anotadas pelo jovem cabo-de-esquadra português seriam relidas e narradas pelo brigadeiro do Exército brasileiro.

A narração da guerra do Roussillon e da Catalunha que encontramos nas *Memórias*, conclui-se, revela a articulação do passado e do futuro no momento da narrativa, e não a forma como foram vistos os episódios no momento do acontecer. As lembranças de Cunha Mattos foram selecionadas a partir das experiências e das expectativas de seu tempo presente, sendo ocasionalmente evocadas para destacar algumas situações dos primeiros anos de independência e apontar os impactos que vieram a ter sobre sua carreira e sua vida privada.

Raimundo José escreveu as *Memórias* “com o duplicado intuito de deixar Biografia e Memórias”. A junção dessas duas diferentes “classes de história”, para usar suas palavras, trazia soluções confortáveis para ele.

Ao classificar o texto como biográfico, ele assumiu a perspectiva pessoal da narrativa, focada em suas próprias ações. Confessava assim o caráter duplamente parcial da obra: seria escrita a partir do seu ponto de vista e, conseqüentemente, estaria limitada pelo horizonte de um jovem cabo da artilharia:

... posto fora do alcance das notícias que se adquirem nos círculos dos oficiais instruídos dos Corpos ou dos Quartéis Gerais (...) e por isso não é de admirar que as notícias que apresento sejam mui limitadas, e não saiam da pequena esfera em que eu girava no princípio de minha mocidade, contando apenas 17 anos de vida sem grandes conhecimentos estratégicos, sem livros, sem Mapas ... .<sup>15</sup>

O autor contornou a parcialidade de sua narrativa ao considerá-la também uma memória histórica, ou seja, como um texto monográfico elaborado a partir de critérios relacionados ao mundo das ‘ciências’ e, conseqüentemente, portador de ‘verdades’.<sup>16</sup> Assim, ele reivindicava seu lugar como personagem, mas também como colaborador na construção de um saber sobre aquele conflito.

---

<sup>15</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*, obra citada..

<sup>16</sup> A elaboração de memórias acadêmicas ou administrativas foi estimulada pelo governo português a partir do século XVIII como modo de reunir informações úteis à administração régia. CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. “As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII”. Em: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 63, 2002. Editora UFPR, disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2689/2226>, acessado em 9/4/2008. Instituições como a Academia das Ciências de Lisboa e, muito posteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reservariam grandes espaços em suas publicações para esse tipo de estudos.

Essa ambição exigia e, ao mesmo tempo, legitimava o uso da bibliografia que conseguiu juntar sobre o tema, apropriando-se de outras memórias e alargando suas perspectivas e sua capacidade de análise. Com isso, seu olhar passava a constituir um ponto de observação privilegiado e original: a perspectiva do soldado estudioso e informado.

Por se tratar de um trabalho autobiográfico, o autor pôde se permitir algumas liberdades na narrativa dos avanços e das desventuras das tropas, tal como o uso de anedotas e ironias que conferem ao texto uma vivacidade difícil de ser encontrada em propostas mais formais.

Cunha Mattos destacou outra qualidade de sua versão: a justeza. Seu estatuto de soldado o liberava de compromissos, responsabilidades e de possíveis acusações pelos descaminhos da guerra:

Se as relações dos mortos do Exército Francês apresentadas pelos seus adversários fossem verdadeiras, há muitos anos que a França estaria despovoada. Outro tanto aconteceria à Espanha se as relações dos Generais Franceses não faltassem à verdade. Portanto, quando eu digo que houve certo número de mortos, deve entender-se que fui bem informado e declaro exatamente as carnalidades, ou aponto aquilo que se fez público nas ordens do dia a respeito de acontecimentos que não foram por mim presenciados.<sup>17</sup>

A leitura do documento sugere que a insistência de Cunha Mattos em demonstrar a veracidade dos fatos que narrava relacionava-se às suas intenções de autovalorização. Retratava-se como um homem formado em ambientes imbuídos de valores modernos, identificado com as propostas de racionalização da administração, com o apreço pelo saber útil, pela obediência às leis e pela valorização do mérito como principal critério para a ocupação de cargos.

Nesse sentido, seu manuscrito pode ser lido como a história do confronto entre dois tipos distintos de exército: um aristocrático e outro moderno. Em sua narrativa, as tropas espanholas envolvidas no conflito serviriam como exemplo dos vícios e perigos decorrentes da concepção aristocrática de Exército, enquanto a Divisão Auxiliadora – especialmente a artilharia – seria retratada como uma ‘tropa ideal’ imbuída de valores modernos e com

---

<sup>17</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memórias...*, obra citada.

aspirações profissionalizantes interpretadas a partir de um espaço de experiência pós-napoleônico.

O autor das *Memórias* comparou as tropas portuguesas e as espanholas em diferentes circunstâncias, ressaltando, sempre que possível, a superioridade das primeiras:

Os nossos oficiais e soldados tinham um aspecto mais militar, mais elegante do que se encontrava nas tropas Castelhanas: os fidalgos que serviam no nosso Exército não tinham aquele orgulho que é tão ordinário nos Cavalheiros Espanhóis: a disciplina entre nós é mais severa, a moral menos relaxada, e o direito de nascimento e a falta de corpos reais ou privilegiados fazia com que tivéssemos melhores oficiais.<sup>18</sup>

No caso da artilharia, os oficiais das duas Coroas foram colocados no mesmo patamar, com alguma vantagem para os espanhóis. Todavia, os soldados portugueses dessa arma seriam, em sua opinião, muito superiores aos congêneres hispânicos:

Os oficiais de Artilharia podiam disputar em conhecimentos com os alunos da célebre Academia de Segóvia, e os simples oficiais inferiores e soldados [portugueses] desta Arma reputavam-se muito superiores aos práticos, mas não teóricos, oficiais inferiores e soldados dos Regimentos de Artilharia Espanhola, que pela constituição desta Arma não podem ser promovidos a oficiais na Península Ibérica.<sup>19</sup>

Portanto, a dita superioridade era interpretada com resultando do processo de formação de seus corpos militares, e não da índole do povo espanhol. O que estava sendo elogiado, de fato, eram as Escolas Regimentais criadas pelo conde Lippe, nas quais se pressupunha que os simples soldados portugueses da artilharia recebiam uma sólida formação teórica e prática.

Os regulamentos da artilharia portuguesa previam como critérios para ascensão na carreira o tempo de serviço e a aprovação em exames. Tal medida permitia, em princípio, que

---

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*.

soldados de origens menos favorecidas alcançassem os altos postos militares através da comprovação de seus méritos. Na percepção de Cunha Mattos, a situação espanhola era muito diversa:

Os filhos de um Grande de Espanha assentando Praça nas Guardas do Corpo, Guardas Espanholas ou Carabineiros reais têm a certeza de um pronto acesso aos Postos de elevadas graduações, donde possam para os Corpos ordinários do Exército levando consigo muita ignorância e muito orgulho. Os Fidalgos que se habilitam nas mesmas guardas procuram imitar quanto é possível as ações dos grandes e os oficiais de fortuna encontram neles competidores, rivais, ou suplantadores terríveis, que lhes tiram toda a esperança de subirem aos primeiros Postos do Exército. O nascimento dá a uns o direito de ser generais e a outros impõe um título de exclusão aos elevados Empregos Militares.<sup>20</sup>

Cunha Mattos usou as circunstâncias de sua primeira promoção como exemplo do papel do mérito na vida daqueles que desejassem progredir naquele idealizado Exército português:

Aproximava-se o tempo de nosso embarque para a Baía de Rosas, mas faltavam três cabos de esquadra para a Brigada (...) e, com efeito, apresentando-me eu, e mais dezesseis candidatos para sermos examinados pelos majores comandantes de Brigada e capitão Pedro da Cunha, tive a fortuna de ser plenamente aprovado, assim como um filho do Major Cony – Jacinto Desidério Cony – que ao depois deu provas para passar a cadete, e outro soldado do Regimento de Artilharia do Algarve, por nome Francisco José Guimarães, por alcunha o Espoleta, homem que nunca foi conhecido, ou cuja ida ao Algarve, e o seu assentamento de Praça, sempre foram misteriosos. Este indivíduo por desgosto que teve durante a Campanha da Península requereu Reforma e existe com boa fortuna na vila de Setúbal.

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

A necessidade de ser aprovado em exames teóricos e práticos para ganhar uma promoção é apresentada como ilustração das diferenças existentes entre aquele exército e a realidade das tropas brasileiras do início da independência, marcado pelos favorecimentos.

Os resultados desse pretendido rigor seriam comprovados, segundo Cunha Mattos, pela superioridade das tropas portuguesas em relação às espanholas. A seu ver, a capacitação dos soldados e, especialmente, dos artilheiros portugueses tivera sua primeira grande demonstração na defesa da vila de Ceret e de seus arredores em finais de novembro de 1793.

Nas *Memórias*, Cunha Mattos ressaltou aquele embate para ilustrar o bom desempenho dos portugueses e também para mostrar como se distinguira pessoalmente, sendo alvo da atenção e dos elogios de um oficial espanhol.<sup>21</sup>

Os artilheiros portugueses, em cujo número eu entrava, ficamos servindo as Peças da Bateria da Ponte, e pelas boas pontarias que fizemos, conseguimos desmontar quase todas as bocas de fogo com que os inimigos até então haviam fulminado as Tropas que ali se achavam. Os Espanhóis conheceram logo a grande diferença que havia entre os seus e os nossos Artilheiros, e os franceses que foram prisioneiros não cessavam de dizer que em toda a duração da Guerra contra a Espanha, nunca viram fogo tão vivo, tão bem dirigido e tão aturado. ... [O tenente-general d. Pedro de Mendinueta] vendo o desembaraço com que eu apontava uma peça de calibre 12 contra um dos Redutos Franceses de que desmontei o obus e duas peças que faziam estragos horrorosos nos soldados espanhóis que estavam na Ponte, perguntou qual era o meu Posto, e sabendo que apenas servia como Cabo de Esquadra, exclamou com a costumada ênfase espanhola = Caballero! Se usted serbisse a El Rey de Hespanha, passaria a l'istante a Capitan, por las proezas que ha hecho diante de mis ojos! = não passei a Capitão, como por hipérbole arábica desejava o General Mendinueta, mas fui gratificado com um

---

<sup>21</sup> Na noite anterior, aproveitando-se da chuva, soldados franceses haviam se deslocado em direção à vila sem que o movimento fosse entendido pelas tropas aliadas. Diante do aumento efetivo de pessoas que ali passavam, os sentinelas chamaram os oficiais superiores, que concluíram erroneamente tratar-se de camponeses. Cunha Mattos acusou Gomes Freire de acreditar naquela “triste fatalidade, imprudente confiança que não se devia esperar de um guerreiro prático e teórico como o Coronel Freire...”.

vintém por dia por decreto de 25/4/1794 em atenção ao meu bom valor e serviço.<sup>22</sup>

Cunha Mattos referia-se à gratificação com o soldo de furriel que recebera por seu desempenho naquela batalha. Durante as décadas vindouras, encontram-se referências a esse prêmio nas diversas solicitações que apresentou às secretarias de Governo relativas à sua vida profissional.

Ele explicou os sucessos alcançados pela Divisão Auxiliadora como decorrentes decorriam, em grande parte, da qualidade de seus oficiais. Entre esses, d. Francisco Xavier de Noronha mereceu especial consideração nas páginas das *Memórias*, sendo descrito como “inseparável companheiro de nossos soldados”. Teve uma conduta impecável mesmo nos momentos mais críticos, como o da retirada das tropas das montanhas dos Pirineus após forte ataque dos franceses.

Esse general tinha em comum com o memorialista uma origem modesta e o fato de haver alcançado altos postos militares em virtude de seu reconhecido saber e pela zelosa condução dos assuntos sob sua responsabilidade. O mérito de d. Francisco Xavier foi reconhecido pelo príncipe regente, que o premiou com a patente de tenente-general ao final da guerra e o designou para importantes ofícios nos anos que se seguiram, inclusive o de membro da Junta Administrativa encarregada de reger o reino de Portugal entre a partida de d. João VI e a chegada de Junot.

No início daquela guerra, o general Francisco Xavier de Noronha era um dos poucos oficiais portugueses com experiência nos campos de batalha. Essa particularidade foi observada por Cunha Mattos:

O Exército Português que foi auxiliar à Coroa de Espanha e que pelo seu valor se cobriu de eterna glória no campo de Batalha, podia ser considerado como um corpo de hábeis veteranos, que com mui poucas exceções nunca tinham visto, mas sabiam fazer a guerra logo que a ocasião se apresentasse.

---

<sup>22</sup> SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo.... tomo I*. Obra citada, pp. 535 e ss. FERREIRA, Nuno Simão. “A presença portuguesa na Campanha do Rossilhão... obra citada, p. 255-156.

Cunha Mattos listou o “general d. António Soares de Noronha”, o “marechal d. Francisco Xavier de Noronha” e o “coronel Gomes Freire” como os únicos oficiais que haviam participado de algum confronto bélico<sup>23</sup> anteriormente à campanha do Roussillon e da Catalunha, os dois primeiros sob o comando do lendário conde Lippe, e Gomes Freire como voluntário a serviço da Rússia. “Os demais não tinham conhecido a guerra, mas a vontade de atuarem com honra e determinação levava a uma ação honrosa.” Ele silenciava quanto aos demais que atuaram em campanhas fora de Portugal, nos exércitos dos reinos aliados, e os que estiveram sob as ordens de Lippe na Guerra Fantástica.

Ele associava, assim, bom desempenho militar e honra. Tal associação remontava ao período em que a própria existência da nobreza legitimava-se por suas atribuições guerreiras. Com a modernização dos exércitos e a abertura de espaço para aqueles que não vinham das grandes casas, os critérios para o recebimento de distinções foram alterados, tornando possível desvincular serviço militar e nobreza de nascimento. Isso ganhou cada vez maior vulto durante o longo processo de profissionalização das armas.

A honra tem por condição a vontade de se distinguir, não sendo desprovida de interesses nem conduzida apenas por um desejo de auto-sacrifício. Para Montesquieu, ela era a força que fazia mover todas as partes dos corpos políticos na monarquia e levava os homens a agirem em favor do bem comum quando em busca de suas próprias recompensas.<sup>24</sup> Se para ele a aristocracia era o principal grupo articulado pela noção de honra, para Napoleão isso se aplicava ao corpo militar.

A honra militar estava relacionada à interiorização de padrões de conduta que incluíam a retidão do comportamento, o cumprimento das normas e as devidas demonstrações de bravura<sup>25</sup>. Os debates sobre a motivação para o serviço militar ocorridos na segunda metade dos setecentos em Portugal e em outros países europeus conduziram à idéia de que a honra seria um fator de motivação muito eficaz. Ela levaria os soldados a atuações constantes, conseqüentes, e garantiria uma melhor interiorização da disciplina, aspecto muito mais

---

<sup>23</sup> Entretanto, além desses encontravam-se entre os oficiais mais velhos outros veteranos que também haviam lutado sob o comando de Lippe, tais como João Correia de Sá, António Franco Abreu, João Jacob de Mestral.

<sup>24</sup> Montesquieu. *De l'esprit des lois*. Tome I, P. Pourrat F<sup>res</sup>: Paris, 1831, p. 70.

<sup>25</sup> LYNN, John A. “Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815”. Em: *French Historical Studies*, Vol. 16, No. 1. (Spring, 1989), p. 158. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0016-1071%28198921%2916%3A1%3C152%3ATAAOHT%3E2.0.CO%3B2-E>. p. 153, acessado em: 03/10/2007.

importante para os novos exércitos do que a obediência cega, e sem iniciativa, que antes se obtinha pelo medo.<sup>26</sup>

O reforço da hierarquia, a exigência de que as promoções se dessem de modo gradual, a aplicação de exames e a revalorização das ordens militares foram medidas tomadas pela Coroa portuguesa para dar visibilidade aos “... sinais de honra que expressam uma trajetória social ascendente”<sup>27</sup> nos quadros militares do reino de Portugal.

No caso específico do Roussillon, as instruções ao general Forbes Skelater autorizavam-no a punir os faltosos de acordo com os regulamentos e também lhe concediam a faculdade de “premiar toda a ação extraordinária de valor” praticada por oficiais ou soldados. Tal premiação poderia ter caráter pecuniário – como o pagamento de soldos extra – ou consistir na indicação a graças e a mercês. Apesar de ter sido um dos beneficiados, Cunha Mattos não aprovou o modo como tal política foi colocada em prática, pois teria fomentado a “inveja”, “a maledicência” e as “inimizades” entre os soldados.

Cunha Mattos justificou sua participação na guerra como consequência de sua busca pessoal de reconhecimento e de honra. O Regimento de Artilharia destinado à campanha, segundo ele, fora organizada pela agregação de duas companhias de soldados voluntários enviadas por cada um dos quatro regimentos de artilharia do reino, de acordo com a “ordem do dia de 1º de agosto de 1793”.<sup>28</sup> Tal dinâmica divergiu da empregada pelas demais armas participantes da campanha, cujos contingentes formaram-se pelo envio de alguns regimentos pré-existentes em Portugal e que viriam a ser completados por homens de diferentes praças.<sup>29</sup>

Cunha Mattos interpretou o modo peculiar de formação da artilharia como decorrente das expectativas da Coroa em fazer boa figura ante os espanhóis: “... o governo pretendia apresentar em Companhia a flor da Artilharia Portuguesa, um corpo que rivalizasse em instrução, e todo outro merecimento, com os brilhantes e científicos oficiais da Artilharia Espanhola.”

A artilharia era vista como a ‘arma científica’ e ocupava espaço cada vez mais importante nos teatros de guerra. A boa atuação dessa força poderia elevar a imagem militar

---

<sup>26</sup> COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar.” In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5º), p. 988 e ss.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 993.

<sup>28</sup> O major e professor da Academia de Fortificação José António da Rosa fora designado primeiro comandante da Brigada de Artilharia, sendo o major António Teixeira Rebelo, do Regimento de Artilharia da Corte, o segundo comandante.

<sup>29</sup> Conforme Soriano, na data da saída das tropas para a guerra, faltava um total de 523 homens para completar o regimento, sendo esse número alcançado com o envio de um segundo comboio para a Catalunha. SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra...*, obra citada, p. 515.

portuguesa e, talvez, desestimular futuras iniciativas hispânicas no caso de haver algum revés na política de alianças. Era preciso, portanto, arregimentar o melhor daquela arma e torná-la capaz de – no mínimo – se igualar aos reconhecidos pares espanhóis.

A concepção de tão distinto corpo militar não poderia estar vinculada ao serviço compulsório, que por si exclui qualquer possibilidade de premiação. O voluntariado era apresentado como um sinal de distinção, sendo destacado constantemente pelos soldados e oficiais que buscavam recompensas por seus serviços. A observação de que ele assentara praça voluntariamente seria uma constante nos longos anos de serviço de Cunha Mattos.<sup>30</sup>

O exército idealizado por Cunha Mattos reuniria a reconhecida garra dos soldados portugueses à tão desejada disciplina militar. É preciso observar, contudo, que ele não estava sozinho ao elogiar a atuação portuguesa nessa campanha<sup>31</sup>, sendo encontradas referências ao comportamento profissional das tropas de Portugal naquele conflito em outros escritos da época. Para ele, a determinação diante da luta teria sido estimulada também pela causa em questão: “os melhores desejos de se distinguirem na causa que respeitavam sagrada: todos queriam mostrar aos franceses que sabiam vingar as injúrias feitas ao Trono e ao Altar”.

As qualidades desse exército retratado por Cunha Mattos contrastariam, em sua narrativa, com a desorganização, indisciplina e irracionalidade das tropas espanholas. Ele usou a escolha do conde de la Unión como comandante em chefe das tropas após a morte do general Ricardos de Castillos como o caso mais emblemático dos perigos das promoções sem a observância dos critérios militares.

[O conde de la Unión,] ajudado de poderosas intrigas e proteções, conseguiu o comando do mesmo Exército, de preferência a muitos Tenentes-generais que, sendo mais antigos do que ele, vieram a ficar debaixo de suas ordens, e por isso talvez as coisas tomaram o desastrado caminho que adiante se há de mostrar.

---

<sup>30</sup> Rodrigues Cordeiro, em um tratado de 1740, buscou a generalização da concepção nobilitante do serviço voluntário: “Os soldados nobres referem-se a si mesmos como «soldados voluntários», o relato dos primórdios dos seus serviços assinala-os como tendo «assentado praça voluntariamente...».” COSTA, Fernando Dores. “O bom uso das paixões”, obra citada, p. 1001.

<sup>31</sup> Estão de acordo com esta imagem os livros de Gomes Freire, a narrativa do Marquês de Alorna e a correspondência de Forbes para Lisboa. Elogios também estão presentes em páginas da *Gazeta de Madri* – discretas, como reclamariam alguns oficiais portugueses –, assim como na correspondência entre os gabinetes de Madri e Lisboa. Ver: FERREIRA, Nuno Simão. “A presença portuguesa na Campanha do Rossilhão...”, op.cit; BORGES, João Vieira. *Intervenções militares portuguesas...*, op. Cit; ANDRADE, Gomes Freira de. *Memoire raisonnée sur la retraite de l’armée combinée espagnole et portugaise du Roussillon, effectuée sous les Ordres du Comte de l’Union, le 1<sup>er</sup> Mai 1794 avec un exposé des premières opérations de la campagne, 1795.*

Cunha Mattos considerou ilegítima, portanto, a nomeação do conde. Em sua opinião, essa condição de ilegitimidade do comandante em chefe resultou na indisciplina dos oficiais e na própria derrota na Campanha. Essa situação haveria se desdobrado na calamitosa retirada das tropas da região de Ceret em abril de 1794.

Ele acusou os comandantes de não terem tomado as medidas necessárias para garantir a segurança de tropas, hospitais e equipamentos durante a evacuação da região. Os franceses teriam se aproveitado dessa situação para tomarem as vias de mais fácil acesso e obrigaram as tropas ibéricas a se dirigirem para Collo de Portall, “único lugar por onde podia escapar-se”. A retirada dos espanhóis dava-se “na mais completa debandada”. Durante essa situação, “no meio de tanto tumulto, só as Tropas Portuguesas conservavam o sangue frio, resultado do seu valor e de uma disciplina muito regular[...].”

A opinião de Cunha Mattos sobre o comando geral das tropas piorava: “O conde de la Unión, com quem se podia disputar a bravura de um bom soldado, ajuntava à muita ignorância todo o orgulho próprio de um cortesão e favorito espanhol.” Esta era a razão dos infortúnios das tropas, segundo ele.

A imagem negativa do conde de la Unión criada por Cunha Mattos parece ter sido influenciada pelo livro de Gomes Freire de Andrade, que considerou a retirada um grave erro do conde. Pareciam-lhe incompreensíveis as circunstâncias escolhidas: perto da vitória, à luz do dia, diante de um inimigo apenas pouco superior em forças, deixando para trás as armas, equipagens e hospitais. Segundo Gomes Freire, tal descaminho ocasionara a perda, em apenas sete dias, de todo o terreno ocupado no Roussillon desde o início da campanha.<sup>32</sup>

A versão de Cunha Mattos seria menos enfática em relação à responsabilidade do conde. Ele observou que esse assumiu o comando quando a região já se encontrava sob o controle das tropas inimigas. Os generais Amarillas e d. Pedro de Mendinueta teriam mais culpa, pois a eles coubera o comando das forças aliadas durante os meses que se passaram entre a retirada de Ricardos e a chegada do conde. Por fim, a retirada havia sido apoiada pelo Conselho de Guerra.

---

<sup>32</sup> “O objetivo da memória escrita por Gomes Freire era oferecer uma breve análise da conduta do conde de l’Union nesta retirada e nas operações que a precederam, afim de ver se, por acaso, a ambição e o interesse de um General, que a intriga põe à frente da armada, sem considerar a falta de talento e de experiência deste, não seria a causa primitiva do desastre que a armada sofreu na retirada e de modo algum a inferioridade das suas forças em relação às do inimigo, à qual os partidários do Conde de l’Union pretendem lhe atribuir.” ANDRADE, Gomes Freire de. *Memoire raisonné sur la retraite de l’armée...*, obra citada, p. 4.

Cunha Mattos concluiu que o fracasso das manobras de retirada deveu-se à indisciplina espanhola, que atingia, inclusive, seus oficiais.

O comandante-em-chefe deu as melhores instruções para a retirada: nomeou os Generais da vanguarda, centro e retaguarda: se eles não cumpriram os seus deveres, se os espanhóis se debandaram, que culpa teve o General União da indisciplina ou imoralidade de um Exército que havia menos de oito dias era por ele comandado?<sup>33</sup>

Os oficiais espanhóis foram, portanto, descritos nas *Memórias* como incompetentes, despossuídos de visão estratégica e inábeis no comando, e os soldados, embora valentes, como homens que debandavam nos momentos críticos.

As pequenas e grandes críticas feitas aos espanhóis nas *Memórias* contrastam com a imagem, no mínimo respeitosa, relativa aos franceses. Os comandantes franceses teriam demonstrado maior senso de oportunidade e possuíam melhores conhecimentos estratégicos. As tropas inimigas eram mais disciplinadas, fiéis aos seus ideais, corretas no tratamento dos prisioneiros e feridos, e possuíam grande capacidade de recuperação diante de situações adversas. Contavam ainda com uma logística eficiente, que, com poucas exceções, manteve as tropas bem alimentadas e bem equipadas.

Aos olhos de Cunha Mattos, o respeito entre as tropas portuguesas e francesas era mútuo. Os valorosos lusos seriam reconhecidos por sua capacidade de ataque e pela disciplina das tropas: “Os oficiais espanhóis e as Tropas Francesas reconheciam que os soldados Portugueses eram mui superiores em disciplina e instrução às Tropas espanholas.”

O vigor com que os soldados franceses enfrentavam seus inimigos conquistou a admiração do jovem Cunha Mattos, ao ponto de entender-se obrigado a dar testemunho disso em suas memórias:

Cumpre que eu neste lugar dê testemunho do entusiasmo com que os Franceses sustentavam a nova ordem de coisas que haviam

---

<sup>33</sup> Ele fez questão de expressar uma opinião neutra com relação às disputas existentes entre as versões do conflito, a do conde de la Unión e a de Gomes Freire. Para tanto, buscou demonstrar que ambos tinham qualidades, mas grandes defeitos. Ambos também teriam mortes violentas, o primeiro atingido por uma bala de um soldado francês em retirada e o segundo, “o célebre Gomes Freire”, “morto ignominiosamente em uma Força no alto [...] da Torre de S. Julião da Barra de Lisboa, em 1818, para que não existisse um general que transtornasse os misteriosos projetos de Lord Beresford.”

estabelecido no seu País, para desmentir aqueles que diziam em Portugal que o Povo da França era oposto à Revolução.

Cunha Mattos vivera um momento marcante da história militar, experimentando nos campos de batalha as primeiras novidades trazidas pela Revolução Francesa no que se referia à concepção e organização dos exércitos e da própria guerra. Carl von Clausewitz afirmou que, com a Revolução, a guerra “tornou-se subitamente de novo uma questão do povo...”: o soldado tornava-se cidadão, e a nação, combatente. Tal novidade acarretou o aumento dos recursos disponíveis para o confronto, elevando-os a um nível até então desconhecido<sup>34</sup>. Os sucessivos esforços de recrutamento feitos na França nos primeiros anos da revolução resultaram na formação de um Exército que alcançava o impressionante número de mais de um milhão de combatentes em 1794. Após um declínio significativo de soldados em 1798, Napoleão elevou o contingente para próximo de dois milhões de homens entre 1800 e 1814<sup>35</sup>.

Era o início da guerra absoluta, marcada por ações ofensivas cujo objetivo era a destruição dos adversários, e não mais a tomada de posições. À rigidez tática e estratégica característica dos exércitos organizados segundo o modelo prussiano, a Revolução opôs a paixão de um grande contingente de soldados que lutavam não por questões de gabinete, mas pela defesa do povo. Para Clausewitz, Napoleão só veio a sofrer reveses quando o povo dos Estados que se opunham à França entrou na guerra, primeiro de forma espontânea na Espanha, e depois na Alemanha.

A noção de que se tratava de um novo tipo de guerra está nas Instruções reais para o comandante-em-chefe João Forbes Skaleter. Após afirmar que a condução das tropas no Roussillon e na Catalunha deveria seguir os regulamentos portugueses, o general foi advertido quanto à incompatibilidade entre alguns pontos dos mesmos e o conflito que se deflagrava: “sendo porém hoje manifesto em todos os serviços que algumas disposições do antigo regulamento prussiano, que serviu de base ao português, são absolutamente impraticáveis diante do inimigo...”.<sup>36</sup> Fazia-se necessária a adaptação de alguns procedimentos.

---

<sup>34</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Martins Fontes: São Paulo, 2003, p. 847. Este tratado sobre a guerra começou a ser escrito ainda em 1816, sendo publicado em 1832.

<sup>35</sup> LYNN, John A. “Forum: Toward an Army of Honor....”

<sup>36</sup> SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal. Compêndio de história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*. Tomo III: Coleção de documentos históricos oficiais citados no primeiro e segundo volume da primeira época desta obra. Imprensa Nacional: Lisboa, 1879, p. 181

Os combatentes da república francesa mostraram lutar por uma causa que entendiam como sua, pela qual estavam dispostos a morrer no calor do campo de batalha ou a serem executados em cenas que revelavam a covardia dos soldados ibéricos. Assim foi retratado por Cunha Mattos.

Os soldados franceses capturados se recusavam – sob a mira das baionetas – a gritar ‘Viva a Espanha e Portugal’, respondendo: ‘vive la liberté, vive la Republique; f... de Portugais, tua, tue moi, vive la Patrie = e desgraçadamente alguns dos nossos soldados tiveram a barbaridade de assassinar, a sangue frio, depois do combate, a vários Franceses que se mostravam corajosos defensores da sua Pátria.

Tal comportamento, ainda segundo Raimundo José, havia sido condenado pelos oficiais superiores do exército aliado. Sua posição pessoal diante dos inimigos a quem combateu durante praticamente dois anos nas duras condições dos Pirineus orientais também pode ser explicada pelo fato de os franceses haverem lutado em nome de valores modernos que, ao final três décadas, seriam parcialmente adotados pela Monarquia Constitucionalista Brasileira, ‘lugar’ da escrita das *Memórias*.

A ausência de detalhes sobre os conflitos entre o tenente-general Forbes Skelater e o coronel Gomes Freire constitui uma óbvia lacuna na narrativa de Cunha Mattos. A idealização da Divisão Auxiliadora não permitiu a narração de eventos que pudessem macular a imagem tão bem talhada por ele. Os desertores, as condutas criticáveis de alguns oficiais portugueses e outros problemas não encontraram lugar nas páginas da *Memória*.

Nos meses iniciais de 1795, a Divisão Auxiliadora sofreria com o agravamento de problemas disciplinares, especialmente os relativos ao coronel Gomes Freire. A despeito do reconhecido valor na liderança de seus homens nos campos de batalha, ele exibia um comportamento em nada condizente com a ordem militar. O tratamento que dava aos oficiais espanhóis, a alguns de seus colegas e, principalmente, ao comandante Forbes Skelater chegou muito perto de causar a sublevação dos soldados.

As desavenças tiveram início logo nos primeiros movimentos, quando o coronel passou a insultar os oficiais espanhóis e a criticá-los perante os soldados, sendo por isso repreendido por Forbes Skelater. Em outra ocasião, o conde de Assumar foi chamado para que ponderasse com o coronel sobre a gravidade de o mesmo deixar seus homens na montanha e ir passar a noite em Ceret, na casa daquele amigo.

As relações entre Forbes Skelater e Gomes Freire agravaram-se no decorrer da campanha. A cada crítica a suas atitudes, o coronel reagia com mais afinco, acusando o comandante de não ter condições de cumprir suas obrigações, de ser um homem frouxo. Os choques com o coronel Jacob Mestral chegaram ao ponto de causar alguns pequenos confrontos entre o regimento de Freire e o 1º de Olivença, do qual Mestral era comandante.

O caso entre Forbes Skelater e Gomes Freire foi reforçado com as reclamações de Corte Real, que não reconhecia o direito do comandante de escolher outro que não ele para ocupar a função de ajudante-de-ordens deixada vaga pela volta do conde de Assumar a Lisboa. Corte Real passaria então a fazer coro a Freire, amigo e companheiro dos tempos da Rússia.

As reclamações foram formalizadas por todos e suas defesas e acusações encaminhadas a Lisboa. Gomes Freire ficou preso no Castelo de Figueiras até que chegassem ordens para ser imediatamente enviado a Lisboa, em companhia de Corte Real. A disciplina foi restabelecida na Divisão Auxiliadora, que continuou a apoiar as novas investidas de Urrutia e recebeu grandes elogios. O encaminhamento dos acusados à presença do príncipe regente, por meio de sua irmã, a rainha da Espanha, ajudou a restabelecer a imagem de Forbes Skelater, que havia ficado bastante abalada pelas acusações de Freire.

Para Cunha Mattos, a experiência vivida na Divisão Auxiliadora parece ter sido vista como a conclusão de sua formação. A partir dali, considerava-se um soldado maduro e capaz de atuar em nome de seu soberano em qualquer circunstância necessária.

O brigadeiro do exército brasileiro parece ter narrado aquela experiência com o objetivo de oferecer o exemplo dramático para o exército brasileiro de uma guerra real, de grande escala, cuja narrativa destacara as benesses e os castigos relacionados à formação dos soldados e oficiais e à condução das tropas.

## 2.2 Cunha Mattos em São Tomé e Príncipe (1797-1815)

Estas Ilhas são as porções de terra mais desgraçadas do Universo: os seus habitantes têm direito às mais benignas vistas do Seu Soberano. Os homens livres quase andam de nível com os Escravos, e ordinariamente estes gozam mais descanso do que aqueles... .

Luis Joaquim Lisboa, governador (1805-1815)

Após a Guerra do Roussillon e da Catalunha, Raimundo José da Cunha Mattos retornou a Lisboa, mas ali ficaria menos de dois meses. O então cabo-de-esquadra entrou para a artilharia da Marinha e, em 20 de janeiro de 1796, embarcou com a flotilha comandada por Francisco de Paula Leite, cuja missão consistia em conter os conflitos existentes na capitania de São Tomé e Príncipe. Foi o início de sua aventura africana, que duraria até 1815, quando de lá Cunha Mattos partiu em direção ao Rio de Janeiro.

Os ideais reformistas preconizados por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, repercutiram naquela periférica colônia insular, pois era necessário racionalizar a administração e buscar meios para desenvolver a economia da capitania. Cunha Mattos deparou-se com uma oportunidade ímpar logo que chegou às ilhas: alcançar, de um só golpe, a patente de tenente e o posto de comandante da Fortaleza de São Sebastião da Barra. Voltou ao reino de Portugal apenas em 1804, ali permanecendo por quase um ano. A opção de manter-se na ilha de São Tomé impulsionara sua carreira, permitindo-lhe a atingir o posto de capitão depois de aproximadamente dez anos.

Entretanto, num segundo momento, a distância em relação à Coroa e o isolamento da possessão tornaram-se obstáculos para sua incontestável ambição profissional. Era preciso sair logo daquela colônia, que enfrentava graves problemas econômicos decorrentes de alterações nas rotas do comércio de escravos. Além disso, as disputas locais tornavam a governança cada vez mais difícil, e a situação era agravada pelo medo das revoltas de escravos.

O período em que Cunha Mattos esteve em São Tomé e Príncipe tem sido pouco estudado pela historiografia. O principal trabalho encontrado sobre ele foi o de autoria de Carlos Agostinho das Neves, intitulado *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc.*

XVIII.<sup>37</sup> Este autor analisou os efeitos da administração pombalina nas ilhas. Apesar de seu corte cronológico ser os setecentos, Carlos Neves incluiu em suas pesquisas os primeiros anos do século XIX, por considerá-los uma continuidade do período anterior. Esta opção fez com que parte significativa dos temas e da documentação usadas no presente trabalho coincidissem com os usados por aquele historiador são-tomense. Contudo, enquanto Neves se propôs a apresentar um quadro geral da capitania naquele período – em seus aspectos políticos, econômicos e sociais – o presente texto tem por objetivo acompanhar a experiência de Cunha Mattos naquela ilha africana.

### **2.2.1 São Tomé e Príncipe: panorama histórico**

O arquipélago de São Tomé e Príncipe foi ocupado pelos portugueses na última década do século XV. A capitania abrangia as ilhas de São Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Ano Bom. As duas últimas seriam entregues à Coroa espanhola no contexto dos tratados assinados em 1777 e 1778, após séculos de abandono pelo governo português.<sup>38</sup>

A colonização de São Tomé coincidiu com a abertura dos mares e o estabelecimento das rotas atlânticas.<sup>39</sup> Era o início dos contatos entre povos cultural e biologicamente bastante heterogêneos, cujo convívio levou a miscigenações raciais e culturais que geraram sociedades mestiças, como é o caso da são-tomense.

A primeira população da ilha foi constituída por poucos homens brancos livres, um grande número de degredados – entre eles, cerca de duas mil crianças judias cujos pais haviam sido mortos ou expulsos da Península Ibérica – e africanos levados da Costa da Mina.

Os colonos foram estimulados pela Coroa a fazer da produção de açúcar a base econômica da exploração e do povoamento da capitania. Foram criados novos ecossistemas em decorrência da domesticação da cana existente no território e a implantação dos engenhos de açúcar exigiu numerosa mão-de-obra. A inexistência de população autóctone na ilha para

---

<sup>37</sup> NEVES, Carlos Agostinho das. *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII*. Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração da Região Autónoma da Madeira: Funchal, 1998.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>39</sup> As relações comerciais estabelecidas nessa economia atlântica desdobraram-se em complexas realidades culturais. Sobre o tema, ver, entre outros: ELTIS, David. “Atlantic History in Global Perspective”, in: *Itinerário*, volume XXIII, n. 2, Leiden, Grafaria, 1999, pp. 141-161.

suprir tal demanda resultou na importação de escravos através de representantes das redes comerciais africanas que atuavam no litoral do continente.

Os resultados dessas atividades foram muito positivos: nas primeiras décadas, cerca de cinquenta engenhos estabeleceram-se na ilha de São Tomé. A ocupação da ilha do Príncipe seria mais lenta. O modelo de produção de açúcar usado na capitania foi depois transportado para a América, em meados do século XVI.<sup>40</sup> O historiador Filipe de Alencastro considerou a ilha como um “laboratório tropical”<sup>41</sup>.

A economia da capitania de São Tomé e Príncipe foi impulsionada pelo fortalecimento do tráfico de escravos. A proximidade daquelas ilhas com o litoral da África ocidental as transformaria em importantes entrepostos comerciais do norte do Atlântico.<sup>42</sup> Os navios negreiros fundeavam nos portos da capitania oriundos da Costa da Mina e, posteriormente, da Costa do Ouro, em busca de víveres e de escravos para completar suas cargas.

O tráfico atlântico obrigou a capitania a diversificar a produção. Além do açúcar, diversos mantimentos usados no abastecimento dos navios e no escambo com o litoral africano passaram a ser produzidos nas ilhas: arroz, milho, mandioca, inhame, banana, azeites, algodão, gengibre, entre outros, e eram trocados por ouro, tecidos, armas, corais, aguardente e tabaco vindos da Índia, da Europa e de outras localidades africanas. Alguns moradores possuíam embarcações que se dedicavam, principalmente, ao comércio com o continente africano.<sup>43</sup>

Muitos moradores compravam escravos no continente e mantinham-nos guardados para revenda aos negreiros interessados em completar suas cargas. Os grupos ligados ao comércio atlântico enriqueceram e alcançaram importante status, e, juntamente com os funcionários régios, formavam a elite local.

O pequeno número de brancos e a ascensão da população parda envolvida no tráfico induziram a Coroa a conceder à última o direito de ocupar cargos nos ofícios do Conselho, desde que fossem homens de bem e casados. Flexibilizou-se assim a exigência da pureza de sangue para a ocupação dos cargos régios e desconsiderou-se que tais homens pardos traziam a marca da origem escrava. A complexidade das sociedades mestiças criadas no mundo

---

<sup>40</sup> BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. Companhia das Letras: São Paulo, 2008, p. 103.

<sup>41</sup> ALENCASTRO, Luiz Filipe. *O trato dos viventes*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2000, pp. 63-70

<sup>42</sup> BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português...*, p. 110.

<sup>43</sup> NEVES, Carlos Agostinho. *S. Tomé e Príncipe na segunda...*, p. 94.

Atlântico exigiu a adaptação das normas lusas e sua adequação às diversas realidades locais.<sup>44</sup> A falta de homens levaria a novas adaptações do funcionamento do Senado da Câmara já em finais dos setecentos: passaria a ser eleito por três anos e seria aceito qualquer homem livre, inclusive de libertos.<sup>45</sup>

O privilégio dado aos pardos se tornaria ainda mais significativo a partir de 1548, quando o Senado da Câmara de São Tomé recebeu o direito de exercer o governo da capitania na ausência do capitão-mor e, posteriormente, do governador. Diversos funcionários régios consideraram que esse privilégio era fonte de grandes distúrbios na capitania, pois estimulou as já freqüentes disputas locais pelo poder.

Essas situações, que se repetiam em outras possessões portuguesas, tornaram-se inaceitáveis para o governo pombalino. O alvará de 12 de dezembro de 1770 definiu um novo procedimento para a sucessão dos governos coloniais. Ficou determinado que, na ausência dos vice-reis ou capitães-mores, o governo seria exercido pelo bispo ou pelo deão, pelo chanceler da Relação e pelo oficial militar de maior patente, sucessivamente.

Carlos Neves considerou esta medida uma tentativa de diminuição dos conflitos de competência que existiam entre a Câmara e as demais autoridades da capitania, o que resultava em graves perturbações sempre que o Senado da Câmara governava.<sup>46</sup>

Encerrava-se, assim, uma tradição de dois séculos da capitania de São Tomé e Príncipe. O Senado da Câmara foi excluído do ato de sucessão, o que diminuiu sua influência política. Raimundo José seria incisivo em sua avaliação sobre o significado dessa medida: “Esta determinação lançou por terra os interesses e a reputação do Senado da Câmara, que daí por diante ficou considerado um corpo morto, um objeto inconstitucional.”<sup>47</sup> Sua avaliação era, obviamente, exagerada.

A prosperidade da capitania de São Tomé e Príncipe, contudo, não duraria muito tempo. Entre os fatores associados ao início de sua decadência estavam o sucesso da colonização na América e o clima de insegurança da capitania.

---

<sup>44</sup> Sobre a constituição e as funções das câmaras municipais, ver “Conselhos municipais e irmãos de caridade” de Charles Boxer. *O império marítimo português*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002, pp. 286-308. Os ajustamentos locais das câmaras ao longo do império português foram tratados por Maria Fernanda Bicalho em “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”, em: FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (org.). *O antigo regime nos trópicos*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001, pp. 189-221.

<sup>45</sup> AHU, 1798, caixa 29, doc. 13.

<sup>46</sup> NEVES, Carlos Agostinho. *São Tomé e Príncipe na primeira...*, p. 50.

<sup>47</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica das Ilhas de São Tomé ...* obra citada, p. 36.

Em meados do século XVII, os holandeses invadiram São Tomé e ali permaneceram durante aproximadamente quinze anos. A ilha foi incorporada à área de atuação da Companhia das Índias Ocidentais. O interesse da Companhia era garantir a continuidade do abastecimento de mão-de-obra escrava para Pernambuco e demais regiões da América portuguesa sob seu controle.<sup>48</sup> Quando chegaram a São Tomé, os batavos já haviam conquistado Luanda, Benguela e as possessões portuguesas na Costa da Mina. Depois de se verem livres dos holandeses, expulsos por tropas enviadas do Brasil, as ilhas voltariam a ser alvo de ataques estrangeiros, basicamente saques.

Também em meados dos seiscentos, as disputas locais alcançaram níveis muito altos de violência simbólica e física na capitania. Os primeiros choques envolveram os senhores de engenho brancos e os pardos que haviam ascendido socialmente. Estando as elites em disputa, os escravos se rebelaram. Atacaram e queimaram muitos engenhos, levando o terror a toda a ilha de São Tomé. O controle da situação exigiu grandes esforços e demandou considerável tempo. Muitos escravos se refugiaram nas matas e empreendiam ataques ocasionais aos engenhos e povoações, ocorrendo também ataques dos chamados angolares.

Este termo, cunhado por Cunha Mattos, refere-se a uma população de negros que vivia isolada na ilha de São Tomé e que atacavam fazendas e engenhos, roubavam mantimentos e mulheres. A origem desse povo ainda não foi esclarecida. A hipótese mais difundida é a de que descendiam dos sobreviventes de um naufrágio, ocorrido ainda no século XVI. Esta explicação coexiste, contudo, com outras duas: a da povoação do arquipélago anterior à chegada dos portugueses e a de que os angolares descendiam, em sua grande maioria, de escravos fugidos.<sup>49</sup>

Os portos da capitania eram cada vez menos freqüentados. As doenças endêmicas nas ilhas mataram muitos escravos e acarretaram prejuízos para os traficantes, afastando os navios negreiros. Além disto, as ilhas foram tendo papel cada vez mais periférico no comércio atlântico, à medida que a principal área do tráfico português de escravos transferiu-se da África Ocidental para a África Centro-ocidental.

A decadência de São Tomé contrastava com as notícias dos sucessos da América portuguesa. Diante disso, muitos de seus habitantes transferiram-se para o outro lado do

---

<sup>48</sup>GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001, p. 291.

<sup>49</sup>SEIBER, Gerhard. “A questão da origem dos Angolares de São Tomé”. In: Brief Papers, n. 5, Lisboa, 1998.

Atlântico e levaram consigo seus bens e familiares. A população da capitania diminuiu sensivelmente.

A carta régia de 4 de janeiro de 1710 tentou minorar as difíceis condições econômicas das ilhas e favorecer os contatos entre elas e as partes centrais do domínio português. Para isso, determinou que todos os navios oriundos do Brasil que tivessem comércio com a Costa da Mina deveriam aportar em São Tomé, tanto na ida quanto no retorno, para que fossem cobrados os respectivos direitos. Contudo, muitas embarcações deixavam de cumprir tal determinação, limitando-se a pagar à Junta da Fazenda da Bahia os direitos devidos. Essa exigência foi tema de diversas representações de traficantes baianos, que reclamavam do aumento da viagem e do perigo da perda de parte da carga em decorrência das doenças da ilha.<sup>50</sup>

A decadência da capitania parece ter acirrado as disputas locais. A ocupação de empregos régios e a concessão de privilégios tinham peso cada vez maior na manutenção do padrão de vida das elites. Os vizinhos agrediam-se, havia um clima de desconfianças e acusações mútuas. Os funcionários régios viam-se envolvidos em tais disputas logo que chegavam. Embora conflitos desse tipo fossem comuns no mundo português, o contexto de São Tomé e Príncipe era descrito pelos contemporâneos como particularmente conturbado.

Carlos Neves dividiu a sociedade são-tomense do período por ele estudado em três grupos. No topo estariam os oficiais de maior patente: governador, capitão-mor, ouvidor, provedor da fazenda, feitor da fazenda, as dignidades eclesiásticas e oficias militares efetivos, “que auferiam importantes soldos”. Esses funcionários régios possuiriam estatuto equivalente aos ricos proprietários, donos de grandes roças e escravos. O segundo grupo seria o dos oficiais de média patente, tais como sargento-mor, escrivães da fazenda e da alfândega, meirinho, baixo clero e médios proprietários. Por fim, estariam os oficiais de baixa patente e os pequenos roceiros.<sup>51</sup>

Os conflitos entre os locais, e entre esses e os agentes régios, realimentavam-se. Cunha Mattos atribuía as disputas a conflitos de competência: “parece que não se conheciam naquele tempo (assim como ainda agora muitos não conhecem) os justos limites das jurisdições, porque o governador queira ser prelado, o cabildo queira ser governador, o ouvidor queira ser

---

<sup>50</sup> A obrigatoriedade da escala nas ilhas foi denunciada por José Venâncio de Seixas, rico comerciante da praça da Bahia de meados do século XVIII, como uma das razões para a decadência do negócio naquela região africana, pois acarretava prejuízos. NEVES, Carlos Agostinho das. *S. Tomé e Príncipe ...* obra citada, p. 101.

<sup>51</sup> NEVES, Carlos Agostinho das. *São Tomé e Príncipe...*, obra citada, p. 157.

soldado, e todos eles queriam ser tudo.” A disputa de todos contra todos marcará, segundo Cunha Mattos, a história da capitania desde os finais dos quinhentos:

Já a intriga naquelas idades vomitava a infernal peçonha com que infeccionou os novos colonos e os seus sucessores, tanto assim, que repetiam queixas sobre queixas aos pés do real trono, acusando-se reciprocamente dos mais atrozes crimes... Mortes, incêndios, assaltos, raptos, roubos, forças contra os oficiais públicos, desprezo contra os governadores ou capitães, tudo era posto em prática pelos poderosos habitantes de S. Tomé, verdadeiros régulos e tiranos do seu país.<sup>52</sup>

Séculos depois, Carlos Agostinho Neves chegaria a uma conclusão muito parecida em sua tese:

A indefinição dos limites de competência levava a que cada uma das instituições violasse com frequência a esfera de atribuições das outras. Esse facto, que extravasava com frequência do domínio institucional para o pessoal, resultava, sem excepções, em intermináveis guerrilhas entre os órgãos do poder.<sup>53</sup>

O último grande conflito ocorrido antes da chegada de Cunha Mattos à ilha envolveu o governador e o capitão-mor da capitania.

João Baptista e Silva denunciou, em 1794, o governador João Rosendo Leote por envolvimento com o contrabando para o litoral africano. Segundo o capitão-mor, o governador autorizara o funcionamento de uma companhia de comércio francesa na capitania, sediada na ilha do Príncipe. A companhia possuía oito embarcações que operavam nas duas ilhas e transportavam fazenda da Europa para a ilha do Príncipe, além de comercializar com o litoral. As tropas também se envolveram no conflito, e a situação parece ter instigado a eclosão de sublevações.

A substituição do governador Leote por d. Ignácio Francisco da Nóbrega de Sousa Coutinho, em 1797, trouxe alguma estabilidade. Seus poucos dias de governo foram muito

---

<sup>52</sup> CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Corografia histórica das Ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó*. São Tomé: Imprensa Nacional, 1916, p. 11.

<sup>53</sup> NEVES, Carlos Agostinho das. *S. Tomé e Príncipe ... obra citada*, p. 54.

elogiados, mas sua morte súbita causou desconfiança aos simpatizantes. Os soldados apedrejaram a casa do sargento-mor e deram voz de prisão ao cirurgião, suspeitos de envolvimento na morte. Os confrontos entre as tropas e o governo local continuariam durante meses.

As constantes denúncias de contrabando, injustiças e sedições resultaram no envio de uma força-tarefa com a missão de apaziguar as ilhas. A missão foi atribuída a Francisco de Paula Leite, que comandava uma flotilha formada por uma nau, uma fragata e dois brigues. A força era bem armada e com grande número de soldados.<sup>54</sup>

A flotilha encarregada da tarefa levava também um desembargador da Bahia para devassar o ex-governador Leote e o ouvidor Antônio Pereira Bastos Lima Varela Barca, acusado de agir como seu cúmplice. A flotilha aportou em São Tomé em meados de 1797, e nela estava Raimundo José da Cunha Mattos.

Portanto, quando Cunha Mattos chegou à ilha de São Tomé, a capitania encontrava-se em franca decadência econômica, enfrentava a diminuição da população e era palco de constantes disputas entre as elites locais.

### **2.2.2 Primeiros anos de Cunha Mattos na capitania**

O bispo frei Rafael de Castelo de Vide, governador interino da capitania, solicitou ao comandante da flotilha a permanência de alguns oficiais na ilha para impor a disciplina nas tropas, sugerindo os nomes do cadete Nogueira e do “furriel Raimundo José”, ambos da artilharia, além do segundo-cirurgião da fragata Cisne.<sup>55</sup>

Desses, apenas Cunha Mattos permaneceria na ilha. O bispo o designou comandante da Artilharia da Ilha de São Tomé, comandante da Fortaleza de São Sebastião da Barra e inspetor de Artilharia e Fortificação da ilha.

Cunha Mattos ocupou assim uma importante posição na hierarquia militar da capitania. A principal autoridade era o governador, sendo seguido pelo capitão-mor e pelo

---

<sup>54</sup> SOTOMAIOR, João de Melo e Sousa da Cunha. Memória genealógica e biográfica dos três tenentes generais Leites da Casa de S. Thomé d’Alfama, parte II. Imprensa Nacional: Lisboa, 1841, p. 19.

<sup>55</sup> AHU, São Tomé, caixa 28.

sargento-mor. Cada ilha possuía uma companhia de artilharia, sediada na respectiva fortaleza principal, o regimento de milícia e o terço de ordenanças.

Cunha Mattos viria a merecer os maiores elogios do bispo no momento de sua indicação, que o considerava “cheio de ciência e luzes para o desempenho”<sup>56</sup> daquelas funções. Essas qualidades destacadas pelo religioso seriam ‘comprovadas’ por um “pequeno e privado exame” aplicado por Paula Leite. A primeira função de Cunha Mattos foi reorganizar as defesas da ilha. A preocupação do governador interino decorreria da instabilidade das relações internacionais na época e da constante presença de navios estrangeiros na região.

A Companhia de Artilheiros da Fortaleza de São Sebastião da ilha de São Tomé, que seria comandada por Cunha Mattos, era formada por 50 homens. Cinco anos após a sua chegada, a força seria assim descrita:

... muito mal paga [dois mil réis por mês] e isto com algum retalho de fazenda muito má, muito cara e muito velha, e de três em três meses (...) sem mais ração diária nem fardamento. [Os soldados] andam quase nus, descalços, sem chapéu na cabeça, mortos de fome e sempre doentes. Não tem Hospital para serem curados, nem cirurgião que lhes saiba aplicar algum remédio de proveito.<sup>57</sup>

As tropas de segunda linha e as ordenanças também se encontravam em estado lastimável e com os quadros incompletos. O cumprimento dos regulamentos militares na ilha deparava-se com a falta de condições materiais mínimas.

A capitania de São Tomé contava com ordenanças femininas, conhecidas por crioulas, formadas por “moças solteiras que passam por não serem donzelas”.<sup>58</sup> Eram comandadas por “capitanas, sota-capitanas e cabos” e obedeciam ao governador e ao capitão-mor. Cunha Mattos informou que essa instituição remontava ao momento da colonização.

Tais mulheres se ocupavam de “toda qualidade de serviço público” que fosse necessário. Todas as ‘crioulas’ deveriam se conservar muito aseadas, sendo-lhes reservado o sábado para que cuidassem da lavagem de suas roupas. As “buzineiras” serviam de oficiais das companhias e tocavam instrumentos feitos com “dentes pequenos de elefantes, furados”.

---

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>57</sup> Ofício do governador Gabriel António de Franco e Castro. AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 33, doc. 22 de outubro de 1802.

<sup>58</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Compêndio histórico...*, obra citada, p. 159-160.

A hierarquia entre elas era bastante rígida e exteriorizada por sinais de distinção que envolviam o uso de determinadas vestimentas e calçados. Havia também cumprimentos específicos para cada posto:

Não se pode formar idéia do respeito e consideração com que as crioulas e ainda as sota-buzineiras e cabos atendem às suas capitanas: para lhes falarem, põem-se de joelhos; tratam de senhoras donas – SAN DÔNA – e servem-nas em tudo quanto elas querem.

Tais mulheres causariam grande impressão em Cunha Mattos. Ele contaria que conhecera “a capitana Eva Luís, matrona preta respeitada por todas as pessoas da maior autoridade.” Também lhe causaria grande admiração um funeral que testemunhou. O cortejo era formado “por todas as crioulas da cidade, dando gemidos que pareciam chegarem ao céu.”

59

Francisco de Paula Leite apoiou a escolha do bispo e atestou ao Conselho Ultramarino as qualidades daquele jovem oficial, retratado como capaz de desempenhar a contento suas novas atribuições em decorrência de seus conhecimentos práticos e teóricos e do excelente comportamento; destacou ainda que Raimundo José provinha de uma família de militares.

A designação de Cunha Mattos como comando da artilharia causou uma série de reações na ilha. O primeiro-tenente Manoel de Almeida Vianna, sentindo-se prejudicado, peticionou ao rei alegando que a nomeação de Cunha Mattos para capitão da fortaleza era ilegal e injusta. A mencionada promoção não havia obedecido à determinação régia de que as promoções ocorressem de modo gradual. Por fim, o exame ao qual ambos foram submetidos seria considerado por Vianna como apenas um pretexto para “semelhante violência”.<sup>60</sup>

O reclamante parecia desconhecer as determinações do Plano de Artilharia criado por Lippe em 1763, segundo o qual as promoções da artilharia aos postos de oficiais ficavam condicionadas à aprovação em exames. A antiguidade do serviço era então um critério importante para a ascensão na carreira, mas não o principal. Contudo, Vianna estava correto ao reclamar da ilegalidade do ‘salto’ de postos que aquela promoção de Cunha Mattos representou.

---

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>60</sup> AHU, São Tomé, caixa 30.

O Conselho Ultramarino decidiu-se a favor de Cunha Mattos, confirmando-o no posto e promovendo-o a primeiro-tenente em 19 de setembro de 1798. A primazia dos soldados da Divisão Auxiliadora nas propostas de promoção foi acatada pelo Conselho.<sup>61</sup>

O tema da promoção foi usado por João Ferreira Guimarães, capitão-mor da ilha de São Tomé entre novembro de 1797 e março do ano seguinte, contra o governador interino. A promoção de Cunha Mattos seria mencionada como uma de várias improbidades cometidas pelo bispo. Segundo ele, o bispo protegia Cunha Mattos a despeito dos interesses régios.

No entanto, o governador interino, ao contrário do que Ferreira Guimarães afirmou, também criticou o jovem oficial da artilharia junto à Secretaria da Marinha e Negócios Ultramarinos. O bispo reclamaria da insubordinação das tropas e à “relaxação” dos trabalhos na fortaleza. Por fim, Cunha Mattos seria também acusado de envolvimento nas intrigas da ilha e de ter influenciado seus subordinados. O governador interino determinou que ele e toda a companhia de artilharia da Fortaleza de São Sebastião ficassem aquartelados.<sup>62</sup>

Cunha Mattos reagiu e encaminhou representações ao rei, defendendo-se das acusações. Esclareceu que estivera doente, não tendo podido continuar o treinamento das tropas. Queixou-se de ter sido aquartelado na fortaleza, permanecendo praticamente prisioneiro do capitão-mor João Ferreira Guimarães, sem ter sequer a liberdade de se corresponder com o exterior. Na mesma representação, denunciou a desordem e a má administração da Fazenda Régia. Nos documentos pesquisados, não nos foi possível saber os desdobramentos da representação de Cunha Mattos.

Uma década depois, João Ferreira e Cunha Mattos passaram de desafetos a aliados. Os grupos envolvidos nas disputas coloniais eram formados com base na lógica de alianças familiares e de clientelas. Esse seria um dos muitos exemplos da fluidez das alianças no mundo colonial. Organizadas em torno de disputas de poder, as alianças entre os grupos eram feitas e desfeitas de acordo com as circunstâncias. E as disputas pelo poder em São Tomé e Príncipe não diferiram do que acontecia em outros espaços coloniais.

Os conflitos envolvendo os funcionários régios e suas respectivas redes clientelares continuaram muito acirrados nos anos que se seguiram. Os governadores José Baptista e Silva

---

<sup>61</sup> AHU, São Tomé, caixa 29, doc. 59. Sobre este privilégio, ver capítulo 1.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*.

e Gabriel Franco e Castro<sup>63</sup> não conseguiriam completar o tempo previsto na direção da capitania.

Cunha Mattos teve uma atuação muito discreta durante o período. Os documentos do Conselho Ultramarino praticamente não o citam até 1805, quando Luís Joaquim Lisboa assumiu o governo da capitania e fez dele seu principal colaborador e aliado.

### **2.2.3 Cunha Mattos e o governo de Luís Joaquim Lisboa (1805-1815)**

Raimundo José Cunha Mattos conheceu o governador Luís Joaquim Lisboa em Portugal durante os meses em que lá esteve entre 1804 e 1805. Havia ido ao reino com a missão de receber o armamento destinado à capitania e de entregar ao Conselho Ultramarino a correspondência do então governador Gabriel Castro.<sup>64</sup>

A Secretaria dos Negócios da Guerra e dos Domínios Ultramarinos atribuiu ao novo governador a tarefa de encontrar alternativas econômicas para a capitania. Caberia também a Joaquim Lisboa promover a racionalização da administração, com especial atenção para a Fazenda Régia.

Aquela não era a primeira vez que tais orientações chegavam a São Tomé e Príncipe. A nomeação de João Baptista e Silva para o governo da capitania, em 1799, fundamentara-se em seus esforços para melhorar a agricultura da ilha de São Tomé enquanto lá esteve como capitão-mor. Então, ele havia mobilizado os moradores para o aproveitamento dos pés de canela mandados plantar em 1758 e introduzira mudas de café e de cacau para serem aclimatadas na ilha. Levou para São Tomé “38 folhetos pertencentes à Agricultura e mais providências que S. Majestade manda aplicar nas Ilhas do Príncipe e S. Tomé”, atividade da qual dependia “a felicidade dos povos e o aumento dos Reais direitos”.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Durante o período em que Cunha Mattos esteve em São Tomé, foram nomeados como governadores João Baptista e Silva (1799-1802), Gabriel António Franco e Castro (1802-1805) e Luís Joaquim Lisboa (1805-1815).

<sup>64</sup> Tal correspondência continha os documentos de defesa do governador. Ele foi acusado de usurpação da Fazenda Régia, ocupação indevida dos cargos, impedimento da ação da Câmara, desacato aos moradores, entre outros crimes. As denúncias também diziam que vivia constantemente embriagado. AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 37, 1804, sem data.

<sup>65</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 29, doc. 65. É possível supor que tais escritos fossem parte das obras publicadas na Tipografia do Arco do Cego sob orientação de d. Rodrigo de Sousa Coutinho e enviadas às

Durante o curto tempo de seu governo, Baptista e Silva procurou aplicar as orientações da Secretaria. O então secretário d. Rodrigo de Sousa Coutinho buscou reforçar o projeto reformista pombalino para o ultramar. Desde meados dos setecentos, tentava-se implementar uma nova lógica e retórica administrativas baseadas na produção e disponibilização racional de informações sobre os territórios ultramarinos, o que permitiria a elaboração de projetos para o império luso. A correspondência oficial dos agentes régios representou um importante veículo para a divulgação de informações sobre os diferentes espaços portugueses. Havia, assim, um saber sobre os domínios coloniais “depositado nos arquivos e chancelarias régios”.<sup>66</sup>

D. Rodrigo não era mais secretário de Estado quando Luís Joaquim Lisboa assumiu o governo da capitania de São Tomé e Príncipe. Contudo, as intenções reformistas tiveram continuidade.

Reformar exigia conhecer. Joaquim Lisboa foi orientado a obter diversas informações sobre a capitania. Era preciso vasculhar os arquivos e visitar os rincões da ilha, bem como coletar e enviar espécimes vegetais e animais para Lisboa. Tais informações deveriam ser sistematizadas e enviadas à Secretaria. O conjunto das informações serviria para que o governo se instrumentalizasse a fim de substituir o modo de governo pautado pela casuística, por outro que se pretendia universalmente válido, marcando uma nova racionalidade administrativa.

Luís Joaquim Lisboa encontraria em Raimundo José da Cunha Mattos um grande colaborador. O governador convidou-o para ser secretário e ajudante-de-ordens do governo e, nesse papel, auxiliá-lo na execução daquelas tarefas.

Esperava-se que os funcionários régios envolvidos na administração colonial fossem capazes de inventariar a natureza, a população e o território. Tais atribuições demandavam conhecimentos invulgares e uma identificação com as propostas reformistas. A formação recebida por Cunha Mattos na Casa Pia e no Regimento de Artilharia do Algarve lhe garantiram as condições necessárias para cumprir suas atribuições.

---

diferentes partes do Império luso. Sobre o tema, ver: CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.) *A casa literária do Arco do Cego 1799-1801*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999, pp. 15-49.

<sup>66</sup> SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005, p. 58. Sobre a ação pombalina nos espaços atlânticos, ver também PANTOJA, Selma Alves. *Encontro nas Terras de Além-Mar: os Espaços Urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha Moçambique*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP: São Paulo, 1994.

A associação entre a formação militar e a divulgação e execução das reformas administrativas não era novidade nos espaços ultramarinos. Segundo Catarina Madeira Santos, Francisco de Sousa Coutinho, pai de d. Rodrigo, fundou em Luanda uma Aula de Geometria e Fortificação, em 1764, com o objetivo de “formar engenheiros e, assim, através deles, chegar à realização das reformas projetadas pelo Estado. A idéia que sobressai é a de um Estado que faz reformas, através dos seus militares.”<sup>67</sup>

Assim, os novos saberes e os esforços para fortalecer a disciplina resultaram na intervenção dos militares na administração colonial, envolvidos na construção das fortalezas, na elaboração de mapas e em outras atividades em que o conhecimento das matemáticas, ainda que rudimentar, fosse importante. Eram oficiais da artilharia os governadores Gabriel de Franco Castro e Luís Joaquim Lisboa, superiores diretos de Cunha Mattos durante o tempo em que esteve em São Tomé.<sup>68</sup>

Joaquim Lisboa e Cunha Mattos organizaram diferentes tabelas e relatórios referentes aos cofres reais, às tropas, aos servidores e aos produtos depositados na alfândega, entre outros.

As informações sistematizadas durante seu governo seriam muito úteis a Joaquim Lisboa neste momento. Ele usaria os dados para argumentar que a difícil situação das ilhas decorria de fatores alheios à sua vontade e ao seu poder. Referia-se às fortes mudanças econômicas e políticas no mundo atlântico naqueles primeiros anos dos oitocentos, entre as quais estava a abolição do tráfico de escravos por diferentes Estados europeus e pelos Estados Unidos, o que desestruturou parte da complexa rede de comércio no Atlântico. Isso resultou na diminuição do número de navios na região e na conseqüente redução da demanda por produtos das ilhas.

Esse evento poderia levar à “ruína de alguns habitantes que tiravam todos os seus interesses da cultura dos mantimentos e víveres que negociavam com os Mestres dos Navios estrangeiros” e poria fim às experiências positivas de diversificação da produção, comprometendo, por exemplo, a produção de café, comprada principalmente pelos “americanos”.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, p. 448

<sup>68</sup> Sobre a atuação dos militares nos governos ultramarinos ver: MONTEIRO, Nuno G. e SOARES, Mafalda. “Governadores e capitães-mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, em Nuno G. F. Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim (orgs.), *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.191-252.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*.

A situação seria agravada pelas medidas de reorganização do império português tomadas após a mudança da Coroa para o Rio de Janeiro. A abertura dos portos brasileiros foi acompanhada da tentativa de restrição do comércio das demais possessões ao realizado com portugueses. No que se referia a São Tomé e Príncipe, o governador considerou essa resolução um grave erro, já que os cofres reais da capitania dependiam do comércio exterior. O comércio com estrangeiros, ele lembrava, havia sido autorizado pelo foral das ilhas em 1524, sendo, portanto, uma prática de três séculos.

Por outro lado, ela agravaria o isolamento em que vivia a capitania. Os navios portugueses fundeavam cada vez mais raramente nos portos da capitania, e os que ali paravam pagavam suas compras e direitos com letras do tesouro da Bahia, o que era, segundo o governador, prejudicial à Fazenda Régia.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos revisou sua decisão diante dos argumentos do governador e acatou o foral. O comércio com estrangeiros viria, no entanto, a ser bastante prejudicado pelo combate da Inglaterra ao tráfico de escravos no Atlântico. As pressões foram logo sentidas em São Tomé, pois havia uma forte presença de navios ingleses no litoral ocidental africano.

Outra medida que atingiu duramente a capitania no contexto da transferência da Corte para o Rio de Janeiro foi a supressão da obrigatoriedade dos navios que traficavam com a Costa da Mina de fazerem escala em São Tomé. A nova lei, assinada ainda em janeiro de 1808, mantinha a exigência do pagamento dos direitos destinados àquelas ilhas, mas os mesmos seriam feitos na Bahia. Joaquim Lisboa considerou tal decisão uma ameaça ao domínio português das ilhas:

1º em não ter o Cofre Real outras rendas senão os Direitos que estes Navios pagavam para satisfazer aos filhos da folha; 2º na falta de venda dos mantimentos que a tais Navios se prestavam; 3º em não haver mais Europeus ou Brasileiros para casarem com as mulheres brancas e pardas; 4º em acabar de uma vez e não tornar a aparecer mais nenhum grão de ouro para as compras dos gêneros comerciais; 5º finalmente, na falta dos gêneros de primeira necessidade que estes Navios importavam para o resgate dos Escravos.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup>Idem, *ibidem*.

Esses documentos mostram, portanto, que as condições da Fazenda Régia eram cada vez mais preocupantes. Nesse contexto, o governo não conseguia cumprir suas obrigações, e o atraso no pagamento dos “filhos da folha”, ou seja, dos funcionários régios, dos eclesiásticos e das tropas, colocava em questão a própria governança da capitania.

Diante da diminuição do volume do comércio, foi necessário tornar a arrecadação mais eficiente. Preocupação esta, aliás, que era central na administração de d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Para esse fim, o governador designou Cunha Mattos, interinamente, procurador da Fazenda e feitor da Alfândega de São Tomé em novembro de 1810. Sua principal tarefa consistia em organizar uma pauta de avaliação dos gêneros, a ser aplicada pelos oficiais da Alfândega. No cumprimento da tarefa, Cunha Mattos contaria com o auxílio dos oficiais da Alfândega e de dois comerciantes.

A elaboração desse instrumento obedecia a uma necessidade imperiosa. Os poucos direitos régios pagos na ilha eram recolhidos, em sua maioria, em espécie, e as remessas de dinheiro da Junta da Fazenda da Bahia eram muito irregulares. Tal realidade fez com que as fazendas<sup>71</sup> depositadas na alfândega fossem usadas para pagamento dos “filhos da folha”.

O cumprimento dessa incumbência permitiu que Cunha Mattos conhecesse as condições gerais da Fazenda. Constatou que os cofres régios estavam sendo lesados “em grandes somas” por omissão do provedor da alfândega e por interesses pessoais dos escrivões. Os livros da alfândega estavam desorganizados e, durante vários meses, “não tinha o Escrivão das saídas das Alfândegas lançado no seu livro nem um só despacho dos inumeráveis Navios Nacionais e Estrangeiros que haviam tido transações na mesma Alfândega.”<sup>72</sup> Concluída tal diligência, Raimundo José da Cunha Mattos foi dispensado do ofício em finais de 1810.

Menos de um mês depois, o ouvidor geral José Joaquim Cardoso chegaria à ilha e assumiria as tarefas da Fazenda e da Alfândega. Ele era a segunda maior autoridade secular da capitania e, desde o momento em que aportou na ilha de São Tomé, entrou em confronto com o governador.

---

<sup>71</sup> O termo “fazenda” referia-se a vários produtos usados nas trocas do comércio atlântico: tecidos, pregos, cabos de ferramentas agrárias, arames, etc. Como exemplo, ver o instrumento elaborado por aquela comissão. AHU, São Tomé, 1811, caixa 45, doc. 8.

<sup>72</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 45, doc.

N.º 211

Linhas pequenas Ordinarias	.....	160
N.ºs pequenas finas	..... Conforme sua qualidade	14

N.º 211

Obras de Sella e Couros

Arteses para Sella	..... Conforme seu mercadeo	1
Botas	.....	0
Batutas de Mascovia	.....	10000
N.ºs grandes Ordinarias	.....	6000
N.ºs pequenas 2.º	.....	3000
N.ºs Cabitos de Carneira	.....	8000
Cadenas de Campanha	.....	2000
Capotes feitos para homens	.....	1000
N.ºs 2.º p.º mulheres	.....	1000
N.ºs 2.º p.º meninas	.....	1000
Carros para Caducas	.....	1600
Mocios de Sella	.....	2000
N.ºs de Paquetas	.....	2000
Pelas de Cabra	.....	500
N.ºs de Criado	.....	1600
N.ºs de Picurro	.....	11200
N.ºs de Cadevas	.....	2000
N.ºs de Marroquiro	.....	3000
N.ºs de Carneira	.....	1000
N.ºs de Eudado	.....	1000
Pelizes brancas	.....	1000
N.ºs de Cou	.....	1000

Página do instrumento de avaliação das fazendas da Alfândega de São Tomé

Joaquim Cardoso comprara na Bahia um brigue para a capitania e com ele viajara para São Tomé. O governador considerou tal decisão absolutamente imprópria, pois onerava ainda mais a já falida Fazenda Régia. O caso foi enviado ao Rio de Janeiro.

Poucos dias depois, aquele mal-estar acirrou-se. O ouvidor acusou o Luís Joaquim Lisboa de desrespeitar abertamente a lei régia que determinava o modo como se daria a substituição do ouvidor quando esse se ausentasse de uma das ilhas. Na denúncia, o ouvidor destacou que o governador optou por seguir os costumes, sem antes mostrar a autoridade que

possuía para tal decisão, bem como provasse os prejuízos trazidos com o cumprimento da lei. O governador, por seu turno, argumentava que a lei era inapropriada para a realidade da capitania e, mesmo após os argumentos do ouvidor, manteve sua posição.

Aquela não seria a única ocasião em que o governador Joaquim Lisboa defendeu a flexibilização da aplicação das leis. Ele escreveu à Secretaria em diversos momentos buscando demonstrar que a realidade da capitania não permitia o cumprimento exato das determinações régias. O governador destacava o despreparo dos oficiais régios ou a ausência completa de condições materiais para a execução das ordens reais.

Seria o caso das tropas. Cunha Mattos e o governador se esforçavam para aproximar as práticas locais às normas militares. Contudo, a falta de condições materiais exigia do governo medidas alternativas. Nesse sentido, foi determinado que os soldados do regimento de artilharia, comandados por Cunha Mattos, seguissem o sistema de folga dos milicianos, o que lhes permitiria trabalhar nas roças.

O governador justificou essa decisão à Secretaria com o audacioso argumento de que “os pobres soldados não se achavam nas precisas circunstâncias da mesma lei, pois que lhes faltava a ração, o fardamento, o Hospital e o pagamento em moeda cunhada, feito todos os cinco dias...”; portanto, seria ‘justo’ que também não fossem obrigados a cumprir o sistema de guardas determinado em lei.<sup>73</sup> Essa prática era antiga na capitania, e, nas únicas vezes em que foi exigido o cumprimento exato da lei, as deserções foram enormes, concluiria o governador.

As discórdias entre o ouvidor e o governador tornaram-se públicas e mobilizaram os grupos de solidariedade da capitania, que manifestaram suas adesões impulsionados pelos interesses momentâneos e pela dinâmica das alianças de clientelas.

Nesse sentido, o capitão-mor José Ferreira Guimarães aproximou-se do ouvidor e fortaleceu a oposição ao governador. Em linhas gerais, ele reclamou do desrespeito do governador às suas decisões, o que lhe causava embaraços e lhe diminuía a autoridade junto aos soldados. Exigia o respeito às suas competências e reclamava quanto à mudança de tratamento do governador para com ele, pois se considerava praticamente excluído de sua presença.

---

<sup>73</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 46, doc. 92.

Cunha Mattos também viu-se envolvido na questão. O ouvidor atribuiu aos seus maus conselhos a oposição do governador à compra do brigue.<sup>74</sup> José Cardoso esclareceu que não tinha interesse em “mal dizer do Governador”, que reconhecia ser ele “muito honrado, em tudo zeloso pelo Real Serviço”. No entanto, afirmava, estava sendo mal assessorado.

Se o ouvidor foi discreto nas acusações contra o governador, não o seria ao se referir a Cunha Mattos, acusado de receber dinheiro em espécie dos cofres reais e de pagar a tropa com fazendas. Também teria explorado o trabalho dos homens negros da capitania. Cunha Mattos, segundo o ouvidor, trabalhava em causa própria, em detrimento dos interesses régios e do bem comum.

A situação tornou-se tão delicada que Luís Joaquim Lisboa pediu, pela primeira vez, sua substituição ao secretário dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarino. O governador apelou à “economia dos favores”<sup>75</sup> para solucionar aquela desconfortável situação, lembrando ao secretário a aliança clientelar que os unia, haja vista estar ele sob a proteção de sua família, os Mello e Castro, havia décadas.

O parecer do secretário foi bastante favorável a Luís Lisboa e desconsiderou quase todas as acusações relativas à má-administração do governador.<sup>76</sup> No mesmo documento, Melo e Castro questionou as intenções do ouvidor. Que ele se resguardasse de enviar ao rei “...representações vagas, não fundadas e despidas daquelas provas e peças justificativas...”.

A única denúncia feita por Cardoso e acatada pela Secretaria dizia respeito à mencionada sucessão dos provedores e feitores da Fazenda Régia. O governador deveria afastar imediatamente os empregados por ele indicados, em razão da obrigatoriedade de observância da vontade real:

... as Reais Determinações devem ser religiosamente observadas por aqueles a quem cumpre executá-las; ficando-lhes, no caso de o entenderem necessário, o arbítrio de representarem os inconvenientes que da observância de tais Determinações podem resultar à boa ordem do Serviço: E é isto, portanto, o que V. Mercê devia ter feito, e deve ainda agora fazer...<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> AHU, Caixa 45, doc. 13.

<sup>75</sup> HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. Em: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal...*, obra citada, pp. 339-349.

<sup>76</sup> AHU, Códices, Ilha do Príncipe, sem número, f. 52 v – 55

<sup>77</sup> AHU, Códices, Ilha do Príncipe, n. 91.

A gravidade da situação não estava, portanto, na adaptação da norma à realidade local, mas no fato da mesma ter sido efetivada sem a devida autorização da Coroa. O ouvidor bem sabia que nos regimentos dos vice-reis e dos governadores havia cláusulas que lhes autorizavam a desobedecer às determinações régias quando as realidades locais o obrigassem.<sup>78</sup> As mudanças advindas com a administração pombalina, apesar de intentar reforçar a vontade régia como principal fonte do direito, não eliminaram tal prerrogativa dos governadores.

Joaquim Cardoso faleceu antes que a resposta da Secretaria chegasse à capitania, o que resultou no apaziguamento dos ânimos dos grupos em disputa. Além disso, os documentos pesquisados sugerem que o governador teve sua autoridade reforçada pela resposta de Mello e Castro. Os trabalhos eram constantes, e a ilha passou por um período de relativa calma. O governador parece ter sido especialmente hábil em cooptar a elite local, principalmente aquela que ocupava os ofícios públicos. O Senado da Câmara da ilha do Príncipe chegou a solicitar junto ao Rei a permanência de Luís Joaquim Lisboa no governo da capitania, em 1812.<sup>79</sup> Ele já contava, então, com aproximadamente 5 anos de governo.

Em 7 de novembro de 1811, Cunha Mattos foi novamente designado procurador da Fazenda e feitor da Alfândega da ilha de São Tomé em decorrência daquela morte. Miguel José Pereira Rocha Vianna ocuparia os cargos na Ilha do Príncipe. O acúmulo de cargos por alguns funcionários régios decorria da falta de pessoal minimamente qualificado para cumprir as obrigações da governança.

Assim, em finais daquele ano, os livros da Fazenda voltariam a receber toda a atenção do dedicado Raimundo José, cada vez menos benquisto pela população geral da ilha. Para aquele militar, a situação de desorganização era imensa, tendo ele constatado, inclusive, o desaparecimento de livros. O despreparo e a indolência dos oficiais e a falta de estruturas foram apontados como as razões da lamentável situação da Secretaria da Fazenda Régia.

Cunha Mattos, em obediência às orientações do governador, procurou implantar medidas que resultassem na coleta de algum numerário para os cofres régios. Determinou a venda imediata dos gêneros usados no pagamento das ancoragens, e que o total obtido fosse depositado nos cofres. Defendeu também que ele e seu colega só deveriam receber os soldos

---

<sup>78</sup> HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes.” In: FRAGOSO, João; BICHALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos...*, p. 175.

<sup>79</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 46, doc. 1.

relativos ao ofício de provedor da Fazenda, devendo ser depositado os relativos aos demais cargos. Estabeleceu que as embarcações que não tivessem dinheiro para o pagamento dos gêneros deveriam fazê-lo em espécie, desde que tudo fosse vendido imediatamente. Os gêneros usados em tal negócio deveriam, contudo, pagar os direitos devidos e respeitar os preços estabelecidos pela alfândega.

Ainda como provedor da Fazenda Real, Cunha Mattos organizou obras de restauração dos Reais Hospícios de Santo António dos Capuchinhos Italianos e de São Tiago dos Religiosos Descalços. Sem tal trabalho, argumentava ele, “perdiam-se os melhores edifícios Religiosos da Ilha de São Tomé”.<sup>80</sup>

O trabalho de restauração também foi levado à Fazenda da Praia do Melão, onde foram restauradas a “casa nobre” e a “capela de Nossa Senhora da Glória”. Ele destacou que fizera obras com o mínimo de dispêndio à Fazenda Régia, e mesmo esse pequeno custo poderia ser ressarcido pela produção da fazenda. Ela seria então solicitada como sesmaria para Maria Venância Fontes Pereira de Melo, esposa de Cunha Mattos, que recentemente chegara de Lisboa.

Cunha Mattos ocupou os cargos de procurador da Fazenda e feitor da Alfândega da ilha de São Tomé até sua partida para o Rio de Janeiro, em 1815. Com o agravamento da situação, a capitania foi sendo abandonada, perdendo grande número de seus habitantes.

Isso não significa, contudo, que Cunha Mattos e o governador não tenham se envolvido com disputas locais e enfrentado críticas. Em 1809, a Secretaria exigiu do governador explicações quanto a denúncias feitas pelo Senado da Câmara da ilha de São Tomé, três anos antes,<sup>81</sup> acerca da sua responsabilidade na decadência do comércio com o litoral africano.<sup>82</sup>

As iniciativas de Cunha Mattos e do governador Lisboa eram dificultadas pela precária estrutura das ilhas, como a já mencionada falta de moedas. Nos últimos tempos do governo de Luís Lisboa, fez-se uma tentativa de melhorar as condições econômicas da capitania, repassando a ela parte da receita recolhida na Bahia. A escuna real Artilheira desembarcou no final de novembro de 1811 com cinco contos de réis em moedas de três patacas de cobre provincial para servir de giro ao comércio. Contudo, a proibição do tráfico estabelecida em

---

<sup>80</sup> AHU, São Tomé, caixa 49, doc. 5.

<sup>81</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 40, doc. 13.

<sup>82</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 43, doc. 20.

1815 selaria a decadência completa da ilha, situação que só começou a ser alterada com a plantação de cacau em finais dos oitocentos.

A execução das propostas reformistas significava a adoção da administração ativa e a conseqüente intervenção nas formas tradicionais de vida, nas relações de poder e nos interesses dos habitantes locais. Impunha-se, portanto, o estabelecimento do estado de polícia entre homens formados sob o valor da justiça, traço tradicional na cultura política do Antigo Regime, e que se deparavam, então, com o valor da lei. Eram lógicas de governo diferentes que conviviam.

A associação entre o rei e a distribuição da justiça se manteria na cultura política luso-brasileiro por muitos anos. Assim, sempre que os súditos sofriam, ou julgavam sofrerem, injustiças, recorriam ao soberano por meio de petições e de representações. Essas “relatavam as situações de conflito e injustiça que os vassalos viviam na colônia e solicitavam a intervenção do soberano para que aplicasse a justiça, possibilitando, assim, o retorno à situação de harmonia anterior.”<sup>83</sup>

A intervenção real nos conflitos locais foi constantemente solicitada pro diferentes sujeitos em São Tomé e Príncipe durante o período estudado. Os reclamantes eram particulares ou membros de corpos, tal como os deputados do Senado da Câmara, que enviavam à Corte suas reclamações contra os agentes régios. Clamavam por justiça.

O uso do direito como instrumento de resistência foi uma marca do Antigo Regime. O poder legitimava-se, em última instância, pelo exercício da justiça e a conseqüente manutenção do equilíbrio da sociedade. Assim, nas palavras de António Hespanha, “nada mais eficaz, como estratégia de resistência, do que demonstrar que se estava a ser vítima de uma injustiça.”<sup>84</sup>

O governo de Castro e Franco foi objeto do maior número de reclamações durante o período em que Cunha Mattos esteve naquela capitania. Ele conseguiu desagradar grande parte da população local.

Este governador havia sido sargento-mor de Artilharia do comando do Castelo São João Batista da Ilha Terceira dos Açores e fora escolhido como governador da capitania com a manifesta incumbência de fortalecer a sua defesa. Ele tomaria posse em outubro de 1802.

---

<sup>83</sup> KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição e reformismo”. In: *Penélope*. n. 30-31, Lisboa, 2004, p. 86.

<sup>84</sup> HESPANHA, António Manuel. “A resistência aos poderes”. In: Idem, *História de Portugal*, vol. 4..., obra citada, p. 394.

As ações do novo governador focaram-se no conhecimento e no controle da população local. Ele criou a função de inspetor de vilas para auxiliá-lo na obtenção de dados, no ajuntamento dos habitantes nas vilas e na vigilância dos mesmos. Estes agentes seriam oriundos dos corpos militares e deveriam dar especial atenção ao comportamento das tropas em decorrência dos sucessivos levantes de soldados e oficiais da milícia ocorridos nos últimos anos na capitania.

O governador determinou o agrupamento dos “moradores dispersos pelos Campos” nas vilas, que deveriam ter “as ruas limpas e ruas direitas espaçosas, pondo-se sempre batidas para melhor Polícia destas.”<sup>85</sup> Os inspetores deveriam ainda criar nas vilas escolas de ler e de escrever, mesmo que nelas fossem empregados mestres que pouco soubessem.

A dispersão da população seria apontada pelo governador em correspondência à Corte como um dos principais obstáculos para a defesa, a administração e a exploração da capitania, o que fora particularmente sentido no recrutamento de soldados para o aumento da milícia:

Este alistamento não foi tão numeroso como eu esperava, não só por prudência, mas também porque estas vilas, caindo em abandono pelo espaço de três governos sucessivos (...) a maior parte dos moradores se retiraram aos bosques e suas rocinhas do campo para mais Liberdade, mas de tal maneira que havendo numerável gente desta pelos campos, ninguém a conhece nem dão notícia dela, porém lhe hei de ir dando sempre caça enquanto puder.<sup>86</sup>

A documentação trabalhada não esclarece, contudo, o quanto de seus planos foi implantado. O fato é que seu governo sofreu oposição desde os primeiros meses, principalmente em relação às interferências na fazenda real e ao comportamento cotidiano do governador, considerados excessivos, injustos e violentos pela população local. Este descontentamento resultou no envio de numerosas reclamações ao Rei.

Os excessos do governador levaram à fuga de oficiais do Regimento de Milícia, “uns em Navios Estrangeiros e outros metidos no mato, afim de não serem metidos nas Lages da Fortaleza de São Sebastião...”<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> AHU, São Tomé, Caixa 37, 1804, 4 de agosto de 1804.

<sup>86</sup> Idem, ibidem.

<sup>87</sup> AHU, São Tomé, caixa 37, doc. 36, 26 de novembro de 1804.

A representação feita pelos “moradores e o povo” da cidade de São Tomé em 1804 resumiria as principais denúncias e buscaria alcançar a “clemência e piedade de V. A. R.”, dando fim à “escravidão” imposta pelas ações do governador. Entre as improbidades por ele praticadas e mencionadas nesta representação estaria a formação de um “partido” que o apoiava em suas injustiças e as “usurpações da fazenda”, a ocupação indevida dos “cargos mais distintos da *República*”, a manipulação da justiça, a interceptação das representações contrárias ao governador, o impedimento da ação da Câmara no cumprimento de suas obrigações, a apropriação indevida de proventos régios, a depreciação dos moradores com uso de termos “injuriosos” e “indecentes”, entre vários outros. Ainda seria acusado em diferentes momentos de estar continuamente bêbado.

O governador responderia seus detratores e lhes atribuía as mesmas faltas e mostraria os grandes de São Tomé como incapazes, soberbos, temíveis, traiçoeiros, pessoas que geriam a fazenda real em proveito próprio. Gabriel Castro, por fim, concluía que a oposição ao seu governo decorria do rigor com que buscava fazer cumprir as determinações régias.

Os demais governadores tentaram contemporizar as propostas reformistas e os interesses locais, optando pela conciliação. No caso de Joaquim Lisboa, o uso político das nomeações interinas para os ofícios régios parece ter sido uma estratégia bem sucedida para a cooptação das elites locais e dos grupos de clientela a elas relacionados.

É possível supor que outro fator tenha contribuído para que essas elites dessem seu apoio a Joaquim Lisboa: o medo. A ocorrência de levantes escravos fazia parte da história da capitania. Como mencionado anteriormente, a história de São Tomé e Príncipe possuía exemplos de revoltas negras, marcadamente no século XVII, quando grande parte dos engenhos foi queimada e muitos de seus moradores mortos pelos ataques de escravos e dos chamados angolares.<sup>88</sup>

Os medos do imaginário são-tomenses foram reforçados pela Revolução Francesa e seus desdobramentos. Não se sabe se as notícias da sangrenta revolução de São Domingos já haviam chegado a São Tomé e Príncipe quando Cunha Mattos lá esteve. Contudo, o temor de que uma revolução negra, pautada nos valores franceses, ocorresse ali era bastante presente e

---

<sup>88</sup> “Primeira revolta escrava de grande monta no ultramar, os motins de São Tomé despertam no colonato um pânico similar àquele gerado dois séculos mais tarde pela Revolução do Haiti (1791) Ambas as ilhas continham ingredientes potencializadores dos perigos do escravismo: isolamento geográfico, lutas de facções entre os senhores, forte desequilíbrio entre escravos e livres, entre brancos e negros.” ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes...*, obra citada, p. 66.

de longa data, como mostra uma representação da Câmara do Príncipe, de fevereiro de 1796:<sup>89</sup>

... sendo esta ilha povoada de pretos em que se contam para cima de onze mil almas, tem sido sempre governada pelos poucos brancos que tem residido nela, sem que haja memória de ter havido neste numeroso povo indício algum de sublevação, porém, depois da Revolução da França, tem mudado de tal forma os ânimos dos pretos forros que esquecidos daquela antiga obediência e respeito às leis de Sua Majestade, não aspiram se não a viver em liberdade, chegando ao ponto de desertar o regimento da guarnição desta cidade, e a vierem a ela armados sem respeito ao governo nem às justiças de S. Majestade [...] o que tem posto na maior aflição e cuidado a estes poucos moradores brancos, julgando-se perdidos principalmente quando pensam que os escravos poderão ser induzidos pelos forros a entrarem na mesma sublevação; por cuja razão suplicam a V. Ex.<sup>a</sup> queira por na presença de Sua Majestade estes fatos para a dita Senhora dar a mais pronta providência para que se possa evitar a última ruína [...]

Fora este temor, associado aos problemas internos da capitania, que determinou o envio da flotilha na qual Cunha Mattos chegou a São Tomé em 1797.

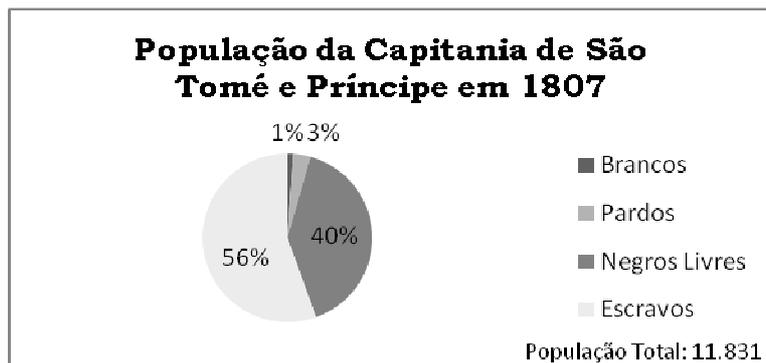
O medo, portanto, pode ter sido usado politicamente por Joaquim Lisboa para manter o apoio das elites. Essa estratégia foi efetivamente usada pelo governador e por Cunha Mattos em sua correspondência com a Corte.<sup>90</sup>

O risco de revoltas era agravado pelo fato das tropas serem formadas, em sua quase totalidade, por negros. Os soldados e oficiais subalternos seriam os principais agentes de contestação da administração de Luís Joaquim Lisboa e de seu colaborador Cunha Mattos.

---

<sup>89</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 27, doc. 5.

<sup>90</sup> Joaquim Lisboa escreveria à corte que temia o dia em que os oficiais e os soldados “passarão de representações a vias de fato e tornará a haver real catástrofe em que talvez sejam vítimas os quase brancos que há nesta Ilha (...)”.AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 44, doc. 64, 23 de novembro de 1810.



População de São Tomé e Príncipe em 1807.<sup>91</sup>

As reclamações dos soldados tiveram início em 1807, quando o governador Lisboa transferiu-se da ilha de São Tomé para a do Príncipe, no cumprimento das ordens régias que haviam feito daquela a capital da capitania. Raimundo José o acompanhou como ajudante-de-ordem e secretário de Governo e orientou os trabalhos de reorganização do aparato defensivo da ilha.

Cunha Mattos coordenou o trabalho de reconstrução das fortalezas da ilha, que foi realizado pelos próprios soldados. Essa decisão, tomada para minimizar o ônus para a Fazenda Régia, teve graves conseqüências políticas, pois resultou numa sucessão de embates entre as tropas da ilha e o governador, chegando-se muito próximo do conflito armado.

Os soldados e oficiais da companhia de artilharia da Fortaleza da Ponta da Mina encaminharam uma representação que clamava por justiça e pela proteção do príncipe regente, a quem pediam socorro diante das “afrontas e vexames do Ilustríssimo Governador Luís Joaquim Lisboa e seu assessor Raimundo José da Cunha Matos”. Os queixosos consideravam-se prejudicados materialmente, e em suas honras, pelas atitudes de seus superiores militares.

Além dos trabalhos de construção, a alteração no sistema de guardas. Ele determinara o cumprimento da lei, ao invés de manter o tradicional sistema de oito dias de guarda para quinze dias de folga, “esquecendo-se, ou fingindo ignorância, da ordenação L. 3º § 64 (...) que diz que o costume longamente usado prevalece às leis Imperiais”.<sup>92</sup> Essa medida, segundo os suplicantes, inviabilizava o serviço, já que os soldados precisavam daquele tempo para o trabalho em suas roças, de onde retiravam o sustento cotidiano diante das incertezas

---

<sup>91</sup> Gráfico elaborado a partir do Mapa da População das Ilhas do Príncipe e S. Tomé no primeiro de Janeiro de 1807. AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 44, doc. 15.

<sup>92</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa, 44, doc. 64.

dos pagamentos da folha. O trabalho das roças não poderia ser feito apenas nos curtos intervalos de folga definidos na lei.

Essa atitude do governador foi explicada na representação como uma retaliação aos suplicantes e não como fruto da observância das leis por Joaquim Lisboa. Os soldados estariam sendo punidos por terem questionado o sistema de pagamento de seus soldos com fazendas. O almoxarife estaria, segundo os queixosos, se beneficiando com essa prática, e Joaquim Lisboa seria cúmplice do negócio.

Por fim, os soldados e oficiais de baixa patente reclamavam também de terem sido afrontados em sua dignidade ao serem tratados pelo governador como “seus Escravos”, obrigados a participar de atividades comumente associadas ao trabalho servil:

e nem o Ilustríssimo Governador trata os recorrentes como vassalos de V. A. R., e nem se lhe dá com nada de benefício dos recorrentes, mas sim tratando-os ao mato em faxina, carregar madeiras, dez pés de pedras cada dia, igualmente burgalhaus e lenhas para se queimar embaixo da ordem, como se fora o serviço de V. A. R. por serem soldados pretos.

Afirmariam ainda que os cortes de madeira resultantes de seu trabalho eram vendidos à Real Fazenda para a reconstrução da fortaleza, com vantagens para o governador Joaquim Luís Lisboa e seu “assessor” Cunha Mattos.

Os suplicantes não reconheciam aquelas árduas tarefas como serviços prestados ao rei e a recusa ao cumprimento das mesmas por alguns dos queixosos não poderia ser vista como um ato sedicioso. Eles revoltavam-se diante das ações dos funcionários régios, as quais o soberano desconhecia.

Os soldados envolvidos em tais trabalhos solicitaram ao governador que fossem pagos, mas isso lhes foi negado ante a falta de recursos da Fazenda Régia. Foi-lhes respondido que, caso fossem pagos os soldados da fortaleza, haveria que pagar também os milicianos e as “mulheres forras”, ou seja, as crioulas da ordenança.

As acusações não foram acatadas pela Secretaria dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarino. Os oficiais inferiores e soldados passaram de suplicantes a suplicados, acusados de calúnia contra o governador.<sup>93</sup> A situação levou apreensão à Secretaria, que

---

<sup>93</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 45, doc. 12.

determinou a execução de uma devassa e passou a organizar uma expedição militar para a ilha à ilha, com o objetivo de garantir o cumprimento das deliberações sobre o castigo dos Réus.<sup>94</sup>

Cunha Mattos e o governador responderam separadamente a tais acusações. Contudo, ambos apontaram alguns soldados que haviam se recusado a trabalhar nas obras da fortaleza da Ponta da Mina como os líderes do que lhes pareceu um movimento sedicioso. Tais homens teriam instigado outros a seguir seus exemplos.

Ele alegou em sua defesa que as injúrias sofridas decorriam do severo cumprimento de suas obrigações “nas Ilhas do Príncipe e São Tomé, a mais desgraçada de todas as [colônias] do universo”, e isso o tornava alvo da perseguição de homens vis e enciumados. Buscou mostrar a retidão de suas ações e sua utilidade para o governo da capitania e, conseqüentemente, para a monarquia:

Ficam a glória de certificar a V. Ex.<sup>a</sup> que ninguém melhor que eu poderá descrever a V. Ex.<sup>a</sup> o estado de todos os negócios políticos destas Ilhas, sobre cada um dos pontos de indústria, e sobre a fiscalização e melhoramento das rendas públicas em que tenho feito a mais séria reflexa [...].

Listava então suas principais ações nas ilhas: orientação dos trabalhos de reconstrução das fortalezas, ensino de manobras militares, treinamento da Companhia de Artilharia, apoio ao governador como secretário. Nessa função, responsabilizava-se pela organização do arquivo da Secretaria e pelo envio de informações sobre os mais diversos aspectos da capitania: a população das ilhas, volumes das munições da artilharia, dados sobre a Fazenda Régia e alfândega. Colaborara, portanto, para a administração da capitania.

Para provar isso, solicitava que se formasse uma comissão militar para averiguar as denúncias, e sugeriu que o relator fosse o ouvidor que estava prestes a chegar. Mencionou, ainda, as dificuldades advindas de sua longa permanência naquelas ilhas pestilentas e, como prêmio por sua dedicação e demonstração da piedade régia, solicitou licença de um ano para providenciar a mudança para o Brasil de sua esposa e filha que estavam em Lisboa<sup>95</sup>.

Agregou ao pedido a promessa da entrega de “algumas memórias” escritas a partir de seus “pequenos estudos” sobre a defesa interna e externa das ilhas, desenvolvimento da

---

<sup>94</sup> Ofício de 27 de Março de 1811, AHU, Códices, ilha do Príncipe, n. 89, f. 49 e v.

<sup>95</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 44, doc. 33.

agricultura, do comércio e da navegação. Esclarecia ainda que não esperava “a menor vantagem de ajuda de custo, gratificação, ou outro emolumento” pela execução dos estudos, pois entendia tal serviço como obrigação do seu posto.

Cunha Mattos tinha consciência de que um trabalho de sistematização de informações era de extremo interesse para a administração colonial e que sua prometida memória poderia resultar em graças pessoais, caso fosse efetivamente apreciada. Naquele momento, a promessa dos escritos já lhe parecia um trunfo suficiente para negociar com a Coroa. Mas não conseguiu a graça solicitada, apenas o compromisso de que a licença seria concedida em outra oportunidade. Foi-lhe pedido, no entanto, o envio imediato das tais memórias.

As notícias de que o governador conseguira controlar as tensões ocasionaram a suspensão de tal missão. A Secretaria não estava, contudo, plenamente convencida do sucesso de Joaquim Lisboa. Ele foi orientado a sondar “mui prudente e cautelosamente [...]o estado de calor e insurreição, em que ali se achasse os ânimos [...]”. No caso de se concluir que não havia força suficiente para tomar as medidas punitivas cabíveis, ele deveria “guardar em si, debaixo do maior segredo, aquela Carta Régia, e informar imediatamente” àquela “Secretaria de Estado da quantidade de reforço de tropa que julga[sse] necessário” para que fossem tomadas “prontamente aquelas Providências e Força armada que S. A. R. julgar a bem de destinar para tão sisuda Comissão...”.<sup>96</sup>

Em fevereiro de 1811, seria a vez de os “oficiais pretos inferiores e soldados do regimento de milícias e ordenanças das guarnições da Ilha do Príncipe” – o que envolvia, portanto, quase toda a população masculina – encaminharem nova representação ao rei. A elaboração da representação ocorreu em meio às disputas entre o governador e o ouvidor José Joaquim Cardoso.

Era um documento longo, dividido em vinte e quatro capítulos, nos quais se denunciavam os agravos feitos pelo governador, seus auxiliares e os homens brancos do Príncipe.

No primeiro capítulo, os representados sintetizaram sua visão da ilha. Para eles, os serviços reais estariam sendo recompensados apenas com “desgostos”, “contínuas aflições, desdêns e injustiças do atual Governador Luís Joaquim Lisboa e seu Assessor e aticador,

---

<sup>96</sup> Ofício de 27 de Março de 1811, AHU, Códices, ilha do Príncipe, n. 89, f. 49 e v.

Raimundo José da Cunha Mattos, induzidos pelos arrogantes moradores brancos estranhos nesta Ilha (...).<sup>97</sup>

A representação mencionava que o maior problema estaria entre os brancos recém-chegados às ilhas, que influenciavam negativamente o governador contra eles “pelo simples pretexto” de serem “pretos”. Argumentavam que a situação era contrária às leis régias que lhes facultariam e habilitariam como naturais da pátria, ou seja, da ilha, de gozarem de todos os privilégios, sem distinção entre brancos, pretos e pardos. Tais disposições régias, concluíram eles, teriam sido obedecidas pelos governadores anteriores.<sup>98</sup>

As tensões decorrentes da ocupação de cargos e ofícios por negros existiam havia muito tempo e estavam entre as principais razões das sublevações ocorridas antes da chegada de Cunha Mattos, como sugere a defesa apresentada pelos soldados em Lisboa, em 1798:

...desejamos saber se somos ou não vassallos de V. Majestade e se devemos ou não ser tratados com aquela honra que V. Majestade recomenda. Também somos muito maltratados pelos Brancos nesta terra, não só militares como Paisanos, que sempre nos chamam negros, sem repararem que ainda que de cor preta, somos soldados de V. Majestade, pois negros não podem ser soldados, e nem existir no Real Serviço de V. Majestade. !!!

A violência contra os direitos dos vassallos “de cor preta” os teria levado à perigosa conclusão de que ali era uma terra de ninguém, não pertencente de fato à rainha, já que lá a sua justiça não chegava. Tal acusação era gravíssima na cultura política do Antigo Regime.

O tratamento injurioso de Cunha Mattos para com essa parcela da população seria apontado em diversas situações. Ele fora acusado de provocar a morte por “desgosto” do capitão Manoel dos Santos Correa, que teria sido ridicularizado por Cunha Mattos em razão de sua candidatura ao posto de sargento-mor da Ilha do Príncipe. Tal oficial teria sido “afrontado e ultrajado com públicos pasquins”, nos quais era representado em uma “forca, ou em seu enterro”, acompanhado por uma patente que conferia ao “dito Manoel dos Santos

---

<sup>97</sup>AHU, São Tomé e Príncipe, caixa, 45, doc. 10.

<sup>98</sup>AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 28, doc. 6.

Correa o Posto de sargento-mor dos cães”. Tais humilhações teriam levado esse oficial ao “ponto de perder o seu Juízo e morrer (...).”<sup>99</sup>

Outro capítulo da representação dizia respeito à reorganização das terras efetivada durante o governo de Joaquim Lisboa, sob ordens da Corte. O arrendamento das terras da Coroa teria mudado a configuração do campo e restringido o acesso à terra. Os denunciante se diziam de tal modo excluídos, que já não teriam “o mínimo de terras” necessárias para “fazer as indispensáveis lavouras para bem de suas famílias”. A tomada das terras teria ocorrido paulatinamente.<sup>100</sup>

Os quatro últimos capítulos da representação consistiam na defesa do vigário João Dias da Conceição, que fora preso na fortaleza da Ponta da Mina como principal instigador dos rebeldes. Tal sacerdote foi descrito na representação como um “amigo de verdade”, o que seria uma das razões para a situação lamentável em que se encontrava. Sua prisão fora feita pessoalmente por Cunha Mattos, que a lera na praça, em frente à casa do governador.<sup>101</sup>

Esse vigário seria apontado pelas autoridades régias da ilha como o principal responsável por aquela situação: “descobriram todos os enredos e toda as falsidades com que o Padre José Dias tem abusado do espírito do povo para o levar a três motins contra os Europeus”. Ele teria produzido “escritos sediciosos, os libelos inflamatórios” nos quais “se mostra[va] que o Povo da Ilha do Príncipe quer[ia] liberdade e igualdade”.<sup>102</sup> As referências à Revolução Francesa eram óbvias e, provavelmente, eram reforçadas com o objetivo de demonstrar para a Secretaria a periculosidade do vigário.

O medo de revoltas conduziu as ações do governador e da elite naquele contexto de indisposição com as tropas. A leitura da correspondência do governador sugere que o medo das revoluções era usado politicamente sempre que ele desejava reforçar sua autoridade ou suas críticas em relação aos seus opositores. Nesse sentido, em 1810, o governador escrevera ter medo de que os soldados e oficiais passassem de “representações a vias de fato” e vitimassem “os quase brancos” da Ilha.<sup>103</sup>

Como medida cautelar, o governador prendeu o vigário João Dias, levando-o posteriormente para a fortaleza de São Sebastião, na ilha de São Tomé, enquanto aguardava

---

<sup>99</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 46, doc. 7

<sup>100</sup> Idem, ibidem.

<sup>101</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa, 45, doc. 10.

<sup>102</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa, 46, doc. 2.

<sup>103</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 44, doc. 65.

sua ida para a Corte no Rio de Janeiro. Os considerados líderes seriam degredados para São Tomé e lá permaneceram até a saída de Cunha Mattos da capitania.

#### **2.2.4 Vulnerabilidade de São Tomé ante os conflitos europeus**

A vulnerabilidade diante das potências européias marcava a situação do império português como um todo<sup>104</sup> e era sentida de modo bastante vívido na capitania de São Tomé e Príncipe. Tal sensação era agravada pela presença constante de navios franceses e ingleses no litoral ocidental africano, pelo isolamento em relação à metrópole e pela incapacidade de defesa da capitania.

O período em que Cunha Mattos ali esteve foi particularmente conturbado no que se refere à política externa portuguesa. Quando ele chegou à capitania, Portugal encontrava-se officiosamente em guerra com a França. A situação deu lugar à reafirmação da política de neutralidade, que seria novamente desequilibrada pelas pressões francesas a partir da Guerra das Laranjas, em 1801<sup>105</sup>, até se chegar à invasão francesa e à reaproximação dos tradicionais aliados, Portugal e Inglaterra, em 1807.

A velocidade com que as alianças eram feitas e desfeitas no reino deparava-se com as dificuldades de comunicação entre a metrópole e aquela colônia, o que levava ao aumento da insegurança em relação à postura que os governantes de São Tomé e Príncipe deveriam ter diante dos navios de tais países.

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro deu início a uma nova fase nas negociações diplomáticas portuguesas, marcadamente no que se referia à abertura dos portos e às pressões inglesas quanto ao fim da escravidão. São Tomé e Príncipe sentiria desde muito cedo as conseqüências dessas pressões, tanto em seus aspectos econômicos – anteriormente

---

<sup>104</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império...*, obra citada, p. 93 e ss.

<sup>105</sup> A chamada Guerra das Laranjas ocorreu na primavera de 1801: a Espanha invadiu Portugal com o objetivo de usar os territórios conquistados como “reféns” nas negociações cujos principais pontos eram a adesão lusitana ao bloqueio continental e o pagamento dos valores estipulados no tratado de 1797 entre França e Portugal em decorrência da guerra do Roussillon e da Catalunha. A Guerra das Laranjas durou aproximadamente 20 dias, não sendo registrados embates mais significativos. As praças de guerra envolvidas renderam-se sem demonstrar oposição. Os invasores também não mostravam entusiasmo. Ambos sentiam-se manipulados por seus respectivos poderosos aliados. Por fim, Portugal terminou cedendo a algumas exigências francesas, mas manteve o discurso de neutralidade. A Guerra das Laranjas resultou na tomada definitiva da vila de Olivença pelos espanhóis. O nome do conflito é atribuído ao envio de galhos de laranjeira da praça de Elvas à rainha espanhola Maria Luísa, como símbolo daquela conquista.

mencionados - quanto na presença de navios ingleses envolvidos em ações concretas contra os navios negreiros.

### **A delicada neutralidade**

Em novembro de 1799, o comandante inglês John Robinson Wade informou às autoridades portuguesas na Corte, Bahia e Angola que havia uma esquadra francesa no litoral africano, tendo feito presas na região da Mina. Em dezembro, os franceses chegaram ao porto da ilha do Príncipe.

A esquadra era comandada por João Francisco de Landolphe, que, segundo Cunha Mattos, teria considerável conhecimento sobre a ilha do Príncipe, onde “havia estado muitas vezes em qualidade de capitão de navios de escravos e era familiar conhecido e amigo dos moradores da colônia.”<sup>106</sup> A seu ver, essas ligações explicariam, em parte, o comportamento impecável do comandante durante o período em que esteve na ilha.

A ilha foi tomada por 400 homens e as autoridades foram convocados a entregar o governo pacificamente, “em nome do Diretório Executivo da República Francesa”. Naquelas circunstâncias, Landolphe comprometeu-se a respeitar as propriedades, a religião e a integridade física dos habitantes. O ultimato foi enviado ao governo interino da ilha, já que o então governador João Baptista e Silva estava em São Tomé. Diante da falta de condições de defesa, a ilha capitulou no mesmo dia em que os franceses desembarcaram.<sup>107</sup>

Após um mês na ilha do Príncipe, o comandante Landolphe ameaçou oficializar o domínio daquela conquista pela adoção da constituição francesa. A gravidade de tal ato era enorme. Além das questões relativas à fidelidade à monarquia portuguesa, a adoção das leis francesas significava a abolição da escravidão naquela ilha, onde a maior parte da população era cativa.

É muito provável que tal ameaça não passasse de um embuste já que, imediatamente, o comandante apresentou-se disposto a desistir de tal pretensão caso lhe fosse pago um resgate de 500 onças (aproximadamente 14 kg) de ouro em um prazo de 24 horas. O que foi aceito.

Antes de partir, contudo, o comandante fazia uma última exigência: a assinatura de um “tratado de amizade e comércio” que franqueava o acesso de todas as embarcações francesas aos portos da ilha e lhes dava o direito de comercializar os produtos apesados sem pagar

---

<sup>106</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica das ilhas de São Tomé...*, obra citada, p. 73.

<sup>107</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 30, doc. 48.

direitos. Além disso, o porto passaria à condição de porto neutro para todas as nações beligerantes. A esquadra partiu no dia 31 de janeiro.

Os envolvidos no caso imediatamente enviaram à Corte um longo processo narrando os acontecimentos e buscando justificar as opções feitas e as autoridades da ilha buscaram demonstrar que a capitulação fora negociada nos termos de se respeitar a religião e a “inviolável fidelidade” à Rainha. Essa fidelidade seria invocada em diferentes passagens do documento, o que sugere o medo de serem acusados de traição. Efetivamente, foram acusados de crime de lesa-majestade, mas nenhum viria a ser condenado.

Cunha Mattos, apesar de não ter estado presente durante os eventos, defendeu em seus livros grande parte da atuação dos governantes, considerando a impossibilidade total de defesa em razão da superioridade da força francesa e do despreparo militar dos oficiais responsáveis pela defesa da ilha. Ele julgava que o contexto exigia a negociação com os invasores, não sendo justo condenar o governo interino por isto. Contudo, a assinatura do tal tratado de comércio fora um acontecimento grave:

(...) o nome de tratado de amizade e comércio entre inimigos choca e indis põe à primeira vista, porque tendo os governadores jurisdição suficiente para fazer tréguas com inimigos (Vatel, Direito das Gentes, livro 3º, capítulo 16, § 237º) eles não se acham autorizados para celebrar convenções, ou tratados de amizade e comércio (idem, livro 2º, capítulo 14º, § 208º).

Era-lhes lícito entrar em diferente ajuste com o inimigo, mas nunca em um tratado de comércio e amizade, cujos termos tanto escandalizam e mostram a inocência ou má-fé dos governadores e a astúcia e malignidade das vistas do chefe inimigo.<sup>108</sup>

Cunha Mattos parecia não acreditar que os envolvidos em tal acordo tivessem completa consciência da gravidade de seus atos, daí afirmar que não os considerava traidores. O desenrolar dos eventos teria decorrido da ignorância daqueles que ocupavam interinamente o governo e da manipulação por parte de Landolphe.

---

<sup>108</sup>Idem, ibidem, p. 74.

Ele também compreendeu que o comandante nunca tivera a intenção de tomar a ilha, afirmando mesmo que “os inimigos só queriam refrescar”<sup>109</sup>. Ao partirem, os franceses ainda distribuíram valiosos prêmios entre os moradores:

Os franceses levaram 500 onças de ouro, mas ninguém ignora que eles deixaram em escravos tomados aos ingleses, em dinheiro e em fazendas, mais de 80 mil cruzados; por tanto a entrega da ilha do Príncipe aos franceses, que ali desembarcaram e pareciam pelo seu comportamento homens de outra nação menos fértil em atos de barbaridade, pode ser contado como visitas de um hóspede, amigo honrado e filantropo, que vem abraçar pessoas que lhe são caras. Os franceses não cometeram o menor insulto na ilha do Príncipe: nenhuma pessoa sofreu o menos desaire.<sup>110</sup>

Apesar da simpatia com que descreveu os franceses, Raimundo José atribuiria o episódio ao que ele entendia como a adesão de parte da população da ilha do Príncipe às idéias sediciosas francesas.

Os portos de São Tomé e Príncipe voltaram a receber abertamente navios de origem francesa após a assinatura do tratado de 1801, que aproximava Portugal da França e de sua aliada, a Espanha, após a conclusão da Guerra das Laranjas em Portugal. Era a vitória momentânea daqueles que tradicionalmente foram chamados pela historiografia de ‘partido francês’, cujo objetivo maior consistiria em defender a neutralidade portuguesa.

A condição de país neutro exigia de Portugal a abertura dos portos às nações aliadas e a garantia da segurança dos navios que ali aportassem. Em agosto de 1803, tal obrigação seria colocada à prova na ilha de São Tomé, quando um navio inglês de Liverpool apresou uma nave francesa de Nantes, levou para bordo a tripulação e alguns escravos e colocou-os a ferros, com exceção dos oficiais. Ambos encontravam-se fundeados naquele porto. Tal atitude constituía uma grande afronta à monarquia portuguesa.<sup>111</sup>

O então governador Antônio Gabriel de Castro e Franco ordenou a Cunha Mattos que abrisse fogo contra o navio inglês, o que foi feito com “maior vivacidade e proveito”, debaixo

---

<sup>109</sup> Idem, *Compêndio histórico das possessões...*, obra citada, p. 168.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, p. 75.

<sup>111</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 36, doc. 23.

da mais perfeita disciplina, forçando o navio inglês a fundear. O comandante inglês foi levado ao governador e obrigado a devolver tudo o que retirara do navio apresado.<sup>112</sup>

A atuação de Cunha Mattos lhe garantiu uma atestação do arrogante plenipotenciário francês em Lisboa, o general Lannes, e isso contou ponto em seu pedido de promoção ao posto de capitão de artilharia.

A insegurança dos navios franceses naquela região era bastante grande, como sugere a insistência do capitão do navio de Nantes, que não estava armado, em ter a autorização do governador para navegar sob a bandeira portuguesa. O pedido foi categoricamente recusado, pois infligiria a condição portuguesa de neutralidade e também porque a estratégia poderia ser usada com má-fé para comercializar produtos em portos portugueses sem pagar os devidos direitos.

Durante quase uma década, não se registraram na correspondência com a Corte casos de apresamento de embarcações nos portos daquela capitania. Esse quadro foi alterado a partir de 1812, quando tiveram início as ações positivas inglesas para coibir o tráfico de escravos.

### **As pressões inglesas para o tráfico de escravos**

Pelo Tratado de Aliança e Amizade assinado com a Inglaterra em fevereiro de 1810, Portugal comprometera-se a adotar medidas que buscassem a “gradual abolição do comércio de escravos” em todo o seu domínio. O primeiro passo seria a restrição do comércio de escravos às possessões luso-brasileiras e aos súditos de d. João VI.

O cumprimento dessas condições parecia não trazer maiores inconvenientes para a continuidade do tráfico, não tendo encontrado resistências nem mesmo entre os negociantes. Os ingleses, todavia, logo surpreenderiam a todos ao começarem a apresarem navios de comerciantes luso-brasileiros. As justificativas para tais ações variavam: o não reconhecimento de navios de construção estrangeira como sendo portugueses; as sociedades – reais ou supostas – entre ingleses e comerciantes luso-brasileiros; divergências quanto à distância entre a Mina e o forte de Ajudá (para os ingleses, muito menor que na acepção portuguesa). A maioria dos apresamentos ocorria no litoral da Mina, prejudicando, especialmente, os negociantes baianos envolvidos no tráfico.

---

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*.

Os navios capturados eram levados a Serra Leoa, onde os apresamentos eram julgados por um tribunal formado por almirantes britânicos. Havia a possibilidade de recurso, mas os documentos exigidos tornavam-no inviável na prática. Tais casos foram um dos principais temas de negociação da diplomacia portuguesa em Viena na época.

Enquanto as relações internacionais eram debatidas nos palácios europeus e da América portuguesa, o intenso movimento no litoral ocidental africano levaria aos portos de São Tomé e Príncipe um elevado e indesejado número de navios da armada inglesa. Cunha Mattos e o governador Luís Joaquim Lisboa acreditavam que os britânicos desencorajavam a aproximação de outros navios que poderiam buscar aquelas ilhas para se refrescarem, o que muito prejudicava os negócios dos ilhéus. Com os apresamentos, parte da correspondência oficial enviada à Corte estava sendo interceptada, dificultando ainda mais a governança daquela frágil colônia.

Os distúrbios causados pela presença inglesa também foram sentidos em terra, onde o comportamento dos marinheiros e militares seria, quase sempre, deplorável. Os aliados ingleses tratavam os portugueses daquela possessão com muito menos respeito, consideração e mesmo civilidade do que os inimigos franceses durante a invasão de 1799.

O governador e as demais autoridades da ilha foram duramente criticados pelo Secretário de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos por não agirem com rigor na punição dos ingleses. Diante do caso do piloto inglês Thomas Bourne, que arrombou a casa do ouvidor e agrediu os escravos que tentaram defendê-la, o ofício foi categórico:

S. A. R. não tolera que se afronte impunemente a submissão e respeito devido às suas Leis e aos seus Magistrados e mais Autoridades pelo Mesmo Senhor estabelecidas (...) não seriam tão freqüentes tais desacatos se os Governadores sustentassem com a devida dignidade e firmeza o decoro Nacional, fazendo respeitar as Leis e sustentando os Direitos da Soberania Territorial...<sup>113</sup>

A Corte acusou os governantes locais de “extrema frouxidão” por não terem punido aquele comportamento criminoso. O ofício irritou bastante o governador Luís Joaquim

---

<sup>113</sup> Ofício de 26 de Janeiro de 1811, AHU, Códices, ilha do Príncipe, n. 73, f. 40.

Lisboa, que descreveu de modo contundente a incapacidade de defesa da capitania, resultante da falta de recursos que deveriam ser disponibilizados pelo governo central:<sup>114</sup>

Agora vou anunciar a V. Ex<sup>a</sup> qual é a razão porque os Ingleses nos desprezam aqui tanto: Eles conhecem tão bem como nós as forças destas Colônias, sabem que a única Tropa que há são as Companhias das Fortalezas, e estas compostas de soldados pretos da terra. Sabem e observam que os Regimentos de Milícias são uns compostos de miseráveis pretos descalços, nus e mortos de fome com oficiais igualmente miseráveis e alguns deles com sapatos que já serviram a dez pessoas, amarrados com cordéis de bananeira. Sabem que as Fortalezas não têm Artilharia, que a pólvora ordinariamente está arruinada ...

O governador mostrava com esse quadro lastimável a total falta de condições militares para tomar atitudes mais enérgicas diante dos arrogantes e bem informados ingleses. A situação era agravada pelas condições gerais da população local, que não oferecia apoio aos agentes régios, sendo essa mais uma razão de preocupação e vulnerabilidade:

[os ingleses sabem] que o povo, principalmente o da Ilha do Príncipe, é covarde, inimigo dos Portugueses, íntimos afeiçoados aos Franceses, e que tanto os brancos como os pretos naturais daquela Ilha espreitam a ocasião de se subterfugirem ao Domínio de S. A. R. a quem tanto aborrecem como a todo o resto dos Portugueses. Sabem que o povo destas Ilhas não conhece a Guerra e que não encontrarão outra resistência mais do que nos oficiais Europeus como se mostrou no ano de 1799, quando os Franceses desembarcaram e mansa e pacificamente tomaram posse da ilha do Príncipe, cujos moradores, para cúmulo de desgraça, fizeram com aquela perversa Nação um Tratado de Comércio e de Amizade.

Como poderiam os agentes régios se impor ante o estrangeiro, estando eles mesmos constantemente sob a ameaça de revoltas negras? “Sabem finalmente que o Governador, os

---

<sup>114</sup> Ofício de 25 de abril de 1812, AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 46, doc. 64.

Magistrados e os Europeus estabelecidos nestas Ilhas acham-se à mercê da gente preta, porque esta é para aquela como 600 para um.”

O governador terminava seu ofício dizendo não estranhar, assim, o descaso dos estrangeiros. Concluiu que verdadeiramente digno de indignação era o modo como os mestres dos navios do Brasil “trata[va]m o povo, os Magistrados, o Governador.”

Os ofícios trocados entre as autoridades da capitania e entre elas e a Corte descrevem numerosas ocorrências envolvendo as ações inglesas contra o tráfico nos anos que se seguiram. O Rio de Janeiro solicitou ao governador que os documentos relativos aos apresamentos fossem organizados e enviados à Corte para serem usados em discussões sobre o pagamento de uma indenização global pelos ingleses, algo sendo negociado desde 1811.

Os ingleses, contudo, condicionavam a assinatura de qualquer acordo ao compromisso português de restringir imediatamente o tráfico no império, o que chegou a ser aceito em Londres por d. Domingos de Sousa Coutinho, conde de Funchal, e completamente rechaçado pelo ministro conde de Galveias no início de 1814.

Em maio de 1815, Cunha Mattos enviou à ilha do Príncipe um ofício para o governador Luís Joaquim Lisboa relatando a intensificação dos ataques ingleses aos navios envolvidos no tráfico. As ofensivas atingiam os navios portugueses que freqüentavam as ilhas em busca de mantimentos.

Os ingleses estariam se portando como “decididos inimigos dos vassalos de Sua Alteza Real, a quem trataram com uma indizível barbaridade, roubando toda a carga dos navios e ainda mesmo a propriedade particular antes de se condenarem as embarcações (...).” Cunha Mattos denunciava que os navios apresados eram bombardeados após terem suas cargas trasladadas para as naus inglesas, “alguns deles sem escravos”. A seu ver, os ingleses desmantelavam as embarcações portuguesas

com as únicas vistas de arruinarem, destruírem e aniquilarem os vassalos de sua Alteza Real e Navegação Portuguesa, valendo-se do seu favorito princípio da extinção de comércio de escravos, e fundando-se em ordens do Almirantado Inglês, para indistintamente capturarem toda a qualidade de embarcação portuguesa, que der indícios de negociar em Escravos.

Ele observava os acontecimentos com olhos de militar, mas também como provedor da Fazenda. Considerava que a continuidade das ações inglesas e o efetivo fim do tráfico de

escravos levariam a ilha à exaustão financeira, sacrificando ainda mais a Fazenda Real. Como oficial, denunciava o comportamento dos marinheiros e oficiais ingleses:

(...) zombam de todas as demonstrações que se fazem contra os seus atos de Barbaridade e Pirataria, declarando que se acham autorizados a dissiparem, destruírem e maltratarem Navios, Cargas e Tripulações que encontrarem. As hostilidades cometidas pelo Capitão Taylor da Fragata Comus absolutamente opostas às Leis da honra, da humanidade e da Guerra faz-nos supor que era Pirata e não Comandante de um Navio de Guerra de Sua Majestade Britânica.

Em terra, os ingleses usurpavam mantimentos e perseguiram os donos de embarcações locais, dedicados ao comércio de víveres com o litoral africano. Cunha Mattos denunciava ainda que uma única divisão fundeada no porto havia tomado mais de 80 bois e todo o inhame armazenado.

A intensificação dos ataques estava associada à assinatura dos tratados de 21 e 22 de janeiro de 1815, após intensos debates entre os representantes portugueses e ingleses durante o Congresso de Viena. Por tais tratados, a Inglaterra pagaria a indenização de 300 mil libras e liberava Portugal da dívida que restava do empréstimo de 600 mil libras feito em 1809, considerava-se nulo o Tratado de Amizade de 19 de fevereiro de 1810, com exceção do artigo 9º daquela convenção, relativo à Inquisição. Em contrapartida, Portugal proibia o tráfico ao norte do Equador e reforçava a interdição do uso de navios portugueses para fornecimento de escravos a qualquer outra região além das possessões luso-brasileiras.

O tráfico de escravos ficava assim abolido na capitania de São Tomé e Príncipe. A gravidade da decisão era clara para a Corte, que insistia na necessidade de se encontrar alternativas econômicas para aquela possessão, entre elas o estímulo à produção de gêneros como café, algodão e azeite de palma, bem explorar o potencial das ilhas como entreposto comercial da costa ocidental africana<sup>115</sup>

A transformação da economia não seria fácil, como afirmou o governador. A tentativa de substituição dos dividendos vindos do tráfico pelos da produção agrícola vinha sendo um

---

<sup>115</sup>Ofício do Marquês de Aguiar para Joaquim Lisboa. 2 de agosto de 1814. AHU, Códice 562, n. 11 f. 87v.- 88v.

dos temas principais das orientações para os diferentes governos daquelas ilhas desde meados do século XVIII, mas poucos resultados foram alcançados.

A proibição do tráfico seria uma limitação para o próprio desenvolvimento agrícola da ilha, posto que impossibilitava a renovação dos escravos. A região seria esvaziada, e a produção local não teria para onde ser escoada. Assim, a salvação da possessão estava muito além da capacidade do governador e de seus auxiliares. A única alternativa para a sustentabilidade da capitania, segundo Luís Lisboa, era a abertura de uma rota de comércio direto entre o Brasil e a capitania.

A decadência que marcou todo o período de Cunha Mattos em São Tomé e Príncipe se acelerara, portanto, com os esforços ingleses contra o tráfico, alcançando o ápice com a assinatura dos tratados de 1815. A correspondência dos anos de 1812 até 1815 traz sucessivos pedidos de licenças dos agentes régios ali estabelecidos.

João Ferreira Guimarães, capitão-mor de São Tomé, partiria para a Bahia “para tratar-se” em 27 de junho de 1815, sendo substituído no governo da ilha por Cunha Mattos, já que era o militar de mais alta patente. O governo interino de Cunha Mattos seria muito breve, pois em 8 de novembro daquele ano ele também partiu para o Brasil, com licença de dois anos, da qual não retornaria. O governador Luís Joaquim Lisboa morreu repentinamente em dezembro daquele ano, na ilha do Príncipe, antes da chegada de seu substituto.

### **Capítulo 3 – Um soldado entre dois Impérios**

Durante os primeiros dez anos no Brasil, Raimundo José da Cunha Mattos dedicou-se, basicamente, à carreira militar. Em 1817, foi designado para lutar contra os rebeldes em Pernambuco, em defesa da monarquia. Na realidade, recebeu funções de natureza técnica: coube-lhe reorganizar o aparato defensivo da capitania, e o bom desempenho lhe garantiu a transferência para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro em 1819.

No Rio, acompanhou as notícias vindas de Lisboa sobre a Revolução Liberal em Portugal, testemunhou os debates na nascente imprensa no reino do Brasil, as tentativas de conciliação dos interesses de Portugal e Brasil no âmbito das Cortes e, por fim, a opção pela independência. Nesse período conturbado, repensou posições políticas e redefiniu questões identitárias.

Ele aderiu à causa brasileira e, como defensor do novo Estado independente, foi nomeado governador de armas da província de Goiás em inícios de 1823. Durante três anos, circulou pelos sertões do império organizando a defesa militar da região. Retornou ao Rio de Janeiro como representante de Goiás na Assembléia Legislativa.

### 3.1 Cunha Mattos em Pernambuco (1817-1819)

Raimundo José da Cunha Mattos seria chamado a participar da Divisão de Voluntários Leais do Rei em abril de 1817, força organizada para combater o movimento republicano na capitania de Pernambuco.

Aquele ano foi cenário para dois movimentos de contestação do sistema político vigente e da unidade do Império luso-brasileiro. Os acontecimentos ocorridos em Lisboa e em Pernambuco foram estimulados por circunstâncias específicas de localidade, contudo, ambos representaram-se como movimentos restauradores. Para os participantes, a construção do poder absoluto do rei por meio do reformismo pombalino significara a usurpação de antigos direitos e o fim do pacto a partir do qual havia sido fundada a realeza lusa.

Com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, acreditava-se que o projeto de se criar um Império a partir de relações de reciprocidade. Entretanto, tanto em Lisboa quanto em Pernambuco, a sensação de que os custos financeiros e políticos para o sustento da Corte no Rio de Janeiro eram excessivos e contrariavam claramente os privilégios conseguidos quando da restauração do controle luso da região.

Insatisfações de natureza econômica, fiscal e política explicavam a adesão de letrados, mercadores, agentes régios, militares, populares e escravos ao movimento rebelde em Pernambuco. De modo geral, o nordeste do reino do Brasil enfrentava um período de dificuldades econômicas decorrentes da seca, do aumento da tributação para financiar a manutenção da Guiana e as ações militares na Banda Oriental.

Havia também problemas nas tropas. A primazia das tropas de primeira linha, formadas majoritariamente por soldados vindos de Portugal, nas listas de promoções era motivo de desconforto entre os oficiais reinóis e os nascidos no Brasil.<sup>1</sup> Além disso, todos estavam insatisfeitos com os baixos soldos, pagos quase sempre em atraso, e com a alimentação precária. A escassez de alguns produtos essenciais agravava a situação.<sup>2</sup>

O movimento pernambucano teve início em março de 1817, quando alguns militares acusados de terem mantido contato com sediciosos em jantares e assembléias resistiram à prisão, e um deles matou seu superior. O tumulto espontaneamente tomou conta das ruas de Recife. No dia seguinte ao início da revolta, o governador fugiu para o Rio de Janeiro e foi

---

<sup>1</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. “Pernambuco, 1817, ‘encruzilhada de desencontros’ do Império luso-brasileiro.” Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/pernambuco1817.pdf>, acessado em 8/07/2008.

<sup>2</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação*. Ed. Hucitec/FAPESP: São Paulo, 2006, p. 271.

instaurada uma Junta Provisória de Governo, que proclamou a República.<sup>3</sup> O movimento rapidamente cresceu, conseguindo diversas adesões, e alcançou a Paraíba e o Rio Grande do Norte. No Ceará e na Bahia, os adesistas foram rapidamente derrotados pelas autoridades locais.<sup>4</sup>

O movimento de 1817 era compreendido por muitos como a Segunda Restauração pernambucana. Deste modo, “o governo provisório não invocava os direitos do Brasil, mas o descumprimento pelos Braganças do pretendido pacto com a capitania (...)”<sup>5</sup>, estabelecido no momento da expulsão dos holandeses. Este sentimento explicaria a coincidência entre o espaço geográfico do “Brasil holandês” e as províncias do norte envolvidas em 1817.<sup>6</sup>

A revolta significou um grave precedente político, pois contestava a o sistema monárquico e mostrou que “um sistema político alternativo poderia funcionar na América portuguesa”.<sup>7</sup> A gravidade dos eventos foi ampliada pela já mencionada velocidade com que outras províncias aceitaram tal proposição, enfraquecendo a unidade política do Reino Unido do Brasil e do império.<sup>8</sup>

Segundo Evaldo Cabral de Mello, durante algum tempo, o objetivo de instalar uma república foi ocultado da população, que continuava fiel a d. João: “dominou nos primeiros dias a impressão de que o movimento não se fizera contra o El Rei, mas sim contra seus agentes, a serem em breve substituídos pelo Rio”<sup>9</sup>. Levou algum tempo até que a Junta Provisória desfizesse o ‘mal-entendido’.

Quando as notícias chegaram à Corte, o tenente-general Luís do Rego Barreto foi designado para comandar a Divisão dos Voluntários Leais d’El Rei. Era um reputado comandante e considerado um dos grandes defensores da dinastia de Bragança. Comandou várias ações contra os franceses em Portugal e na Espanha, atuando no Minho e no Alentejo, além das cidades espanholas de Badajoz e Ciudad Rodrigo. Por tais feitos, Luís do Rego foi

---

<sup>3</sup> Essa junta provisória era constituída por João Ribeiro, Domingos José Martins, José Luís Mendonça, Manuel Correa de Araújo e Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa. Como conselheiros, encontravam-se Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, Antônio Morais e Silva, José Pereira Caldas, Bernardo Luís Ferreira Portugal e Gervásio Pires Ferreira.

<sup>4</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira das Neves & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999, p. 61.

<sup>5</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*. Ed. 34: São Paulo, 2004, p. 45.

<sup>6</sup> SILVA, Luís Geraldo. “ ‘Pernambucanos, sois portugueses!’ Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824.” *Almanack braziliense* n. 01, maio de 2005, p. 71. Disponível em <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/almanack.pdf>, acessado em 18 de abril de 2008.

<sup>7</sup> BARMAN, Roderick. *Brazil – the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford University Press: Stanford, 2000, p.61.

<sup>8</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação...* p. 273.

<sup>9</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*. Ed. 34: São Paulo, 2004, p. 45.

condecorado com grandes honras pelos soberanos de Portugal e Inglaterra. Ele estava na Corte havia pouco tempo quando o ex-governador de Pernambuco, Caetano Pinto Miranda Montenegro lá desembarcou, dando notícias do levante. No dia 2 de abril, o tenente-general partiu com as primeiras tropas com destino a Recife. Recebera plenos poderes como comandante da divisão e futuro governador, cabendo-lhe averiguar os fatos, prender os envolvidos e reorganizar a capitania.<sup>10</sup>

Raimundo José da Cunha Mattos estava no Rio de Janeiro quando foi convocado para fazer parte dessa força, como mencionado anteriormente. Ele teria a importante atribuição de organizar os apetrechos bélicos do Trem da Bahia e comandar a artilharia baiana destinada à batalha.<sup>11</sup> Essa incumbência sugere ter alcançado naquele período uma boa reputação como militar e, muito provavelmente, participar de alguma rede clientelar que permitira sua aproximação do soberano.

Quando chegou a Salvador, o governador conde dos Arcos havia mandado tropas locais encontrarem-se com a resistência que surgira em Alagoas e partirem então ao Recife.<sup>12</sup> Esta iniciativa foi considerada por Cunha Mattos como “uma loucura”, estimulada pelo fato do conde considerar aquela situação muito fácil de ser resolvida. Os oficiais vindos do Rio de Janeiro acreditavam que o conde não estava considerando a questão adequadamente, ignorando os riscos que reveses na campanha contra os republicanos poderiam trazer para o controle final da insurreição. Apenas no caso de ser “coroadado pela ventura propícia” este desacerto poderia ser bem sucedido. Apesar de não citar outros nomes, outros oficiais pareciam compartilhar esta impressão. Os temores, entretanto, não se concretizariam e as tropas regalistas seriam vitoriosas.

Além da rápida reação das autoridades régias, a falta de coesão dos líderes do movimento o enfraqueceu e o tornou pouco sustentável. A própria instalação de uma república resultou em discordância, visto que alguns deles entendiam o movimento como uma restauração. As forças realistas vindas da Corte atacaram as defesas locais organizadas pelos governadores da Bahia e do Ceará. Entrementes, chegou ao Recife uma pequena frota enviada do Rio de Janeiro para bloquear seu porto. Quando as tropas comandadas por Rego Barreto

---

<sup>10</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Topbooks: Rio de Janeiro, 1996, p. 496.

<sup>11</sup> Certidão de fé-de-ofício de Raimundo José da Cunha Mattos, Recife, 25 de agosto de 1819. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Matos, Raimundo José da Cunha.

<sup>12</sup> Sobre as articulações locais contra o movimento revolucionário, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência...*, pp. 54 e ss.

chegaram à cidade, o movimento já estava controlado e muitos dos seus participantes presos. O levante durou pouco: iniciara em 6 de março e capitulou em 20 de maio.

A punição dos participantes do movimento foi bastante violenta; os principais líderes foram executados e vários foram mandados presos para a Bahia. Em 1818, o governador informou que a situação estava controlada.

Na opinião de Barreto, o levante decorreu da “relaxação” do governo anterior, o que teria encorajado “um punhado de facínoras”<sup>13</sup> a defender a perigosa idéia de que os súditos pernambucanos não seriam súditos naturais, mas sim políticos. Os pernambucanos teriam optado por serem súditos portugueses quando da expulsão dos holandeses e que, portanto, tinham o direito de desfazer aquele pacto diante do descumprimento das obrigações régias.

Luís do Rego sugeriu que, uma vez punidos os principais líderes, o rei deveria exercitar sua conhecida clemência para com o povo. A continuidade das averiguações poderia trazer inconveniente, já que “dos grandes filhos do país, não houve um só nas duas comarcas de Recife e Olinda que não fosse rebelde, com mais ou menos entusiasmo ...”.<sup>14</sup> Por fim, concluiria Luís Rego, aquele era o momento para se punir “meia dúzia mais de primeiros Réus justicados e um esquecimento perfeito de tudo”. Em junho de 1818, o rei decretou, no contexto das comemorações de sua coroação, o fim das devassas. No entanto, não mandou libertar os que se encontravam presos, nem tão pouco encerrar aquelas que já estavam em curso. O rei exercitava assim seu papel de justiceiro e, ao mesmo tempo, o de pai, ambos essenciais para a legitimação de seu poder na cultura política do Antigo Regime.<sup>15</sup>

### **3.1.1 Cunha Mattos no Trem de Artilharia**

Cunha Mattos chegou ao Recife quando a insurreição já havia sido controlada. Diante disto, o general Rego mudou sua atribuição e tornou-o Inspetor do Trem da capitania. Os trens eram pequenos arsenais, depósitos de munição e fábricas militares das capitanias. O trabalho de Cunha Mattos consistia em inventariar todos os objetos pertencentes ao trem, avaliar suas condições de uso, providenciar os consertos possíveis. Ele deu início à construção de

---

<sup>13</sup> Ofício de Luís do Rego Barreto à Secretaria dos Negócios do Reino, Recife, 15 de janeiro de 1818. AN, MR – Pernambuco – Correspondência do Presidente de Província, IJJ<sup>9</sup> 242.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>15</sup> HESPANHA, António Manuel. “A punição e a graça”. In: Idem. *História de Portugal...*, p. 221

depósitos e à restauração das instalações existentes. Sugeriu também que armas e artilharia sem uso fossem transferidas das fortalezas para o trem, e ali devidamente aproveitadas<sup>16</sup>.

Os trabalhos no trem eram constantes. Em finais de 1818, havia falta de marceneiros, correiros, funileiros, pedreiros e fundidores. Numa correspondência ao governador, Cunha Mattos gabava-se de que, de todas as atividades a serem desenvolvidas, apenas duas não haviam sido cumpridas, entre elas a venda das armas tomadas dos revolucionários, por serem antiquadas.

Entre os principais projetos de Cunha Mattos estava a criação de um laboratório pirotécnico onde seriam produzidas munições para o Exército, fortalezas e navios de guerra. Até então, a pólvora era fornecida pelo Real Arsenal do Rio de Janeiro. Ele se preocupava com a eficiência do trem e a racionalização da administração. Por essa razão, era um grande crítico do sistema de compras por contratadores, criado em 1818.

Nesse sentido, em fevereiro de 1819, escreveu ao governador Luís Rego reclamando que suas oficinas encontravam-se paradas devido à falta de material para o trabalho, o que era prejudicial à Real Fazenda. A Junta da Real Fazenda, sugeriu ele, deveria comprar os gêneros por licitação pública conforme o menor preço e os melhores prazos de pagamento, abandonando, assim, o sistema de contratadores.

As alterações entre Cunha Mattos e a Junta da Fazenda continuaram. Em abril do mesmo ano, acusou aquela comissão de extrapolar sua competência ao dar-lhe ordens alheias à contabilidade e à arrecadação da Fazenda. No documento que enviou ao governador, recorreu ao argumento de que existia uma separação entre as esferas militar e civil.

Uma das ordens da Junta da Fazenda por ele contestadas dizia respeito ao conserto de um trapiche. A seu ver, aquilo estava fora de suas atribuições:

eu tenho a honra de dizer a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que não sou Arquiteto Civil, que não posso ser ocupado em obras civis, e que como Inspetor deste Real Trem só devo empregar-me em construção de máquinas de Guerra ou em outras cousas pertencentes ao Exército.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos ao governador Luís Rego, 23 de fevereiro de 1818, APEGE, AG – 1.

<sup>17</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos ao governador Luís Rego, 23 de fevereiro de 1818, APEGE, AG – 1, 29 de abril de 1819.

Ele argumentou que os únicos assuntos do trem pertinentes àquela Junta eram a contabilidade dos gêneros armazenados e do pagamento dos artífices, e que aquela ordem não se justificava porque havia em Recife oficiais engenheiros e mestres-de-obras para “construir edificações civis”. Ao concluir, declarou categoricamente que não reconhecia na Junta Real da Fazenda nenhuma autoridade para lhe dar ordens fora do trem ou em questões alheias às suas obrigações: “essa autoridade só reside na pessoa de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup> considerado na qualidade de meu General.”<sup>18</sup>

A gravidade atribuída por Cunha Mattos a essa questão sugere que ele tentava marcar sua identidade como militar. Faria isso em diversas outras ocasiões, mas poucas vezes destacaria de modo tão explícito a separação entre as esferas civis e militares.

### **3.1.2 A reorganização das tropas e recrutamento**

Os sucessos dos trabalhos de Cunha Mattos no Trem de Artilharia fizeram com que o governador Luís do Rego o incumbisse de outras atividades. Em julho de 1818, passou a ficar sob seu encargo a organização da 1<sup>a</sup> Brigada de Milícias. No mesmo mês, coube-lhe proceder ao recrutamento, à instrução e à distribuição dos recrutas pelos respectivos corpos. Em setembro, recairia sobre ele a tarefa de organizar as bateria de defesa do Recife, o que incluía a seleção dos integrantes do Corpo de Artilharia de Posição. Essa última atribuição foi-lhe dada no mesmo ofício em que o governador o nomeava Inspetor do Corpo de Artilharia. Isso foi confirmado pelo decreto de 26 de outubro, quando foi promovido a coronel adido ao Estado-Maior do Exército.

A estrutura militar do Brasil repetia a encontrada no Reino de Portugal. Assim, a tropa de linha, formada por soldados pagos, era reforçada pelos terços de ordenanças e de milícias. Contudo, as normas militares eram lidas a partir das realidades locais, como ocorria com as demais áreas da governança de então.<sup>19</sup> Entre as particularidades locais estava a presença de negros, mulatos, brancos, libertos.

---

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” Em: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (org.) *A nova história militar brasileira*. FGV/Bom Texto: Rio de Janeiro, 2004, p. 117.

A reorganização das tropas impunha-se com urgência como parte das medidas gerais de controle de Pernambuco, já que o movimento de 1817 começara como um levante militar<sup>20</sup> e envolvera grande número de soldados das tropas de linha e de milicianos. Cunha Mattos propôs a reforma de 52 oficiais, número bastante elevado naquele momento.<sup>21</sup> Entre os oficiais reformados, seis constavam como “presos do Estado”. Ao que tudo indica, buscava-se retirar do comando os participantes do movimento.

As vagas abertas nas tropas milicianas deveriam ser preenchidas “pelas pessoas mais ricas e de mais conceito público”. Cunha Mattos tinha autonomia para indicar aqueles que iriam formar o Estado-Maior da milícia, exceto os “oficiais superiores e ajudantes”<sup>22</sup>.

Os regimentos de milícia seriam reorganizados. O governador determinou a dissolução dos regimentos de pretos e pardos, exceto os do Recife. Aí também existiam regimentos mistos. Esse seria o caso da Primeira Brigada de Milícias, formada e comandada por Cunha Mattos, formada por soldados brancos, negros e pardos. Nas demais localidades de Pernambuco, o governador determinou que “todos os homens” deveriam “ser alistados com igualdade”.<sup>23</sup>

O plano de reestruturação das tropas pernambucanas encontrou resistências. O estilo militar era algo estranho, inclusive, para muitos oficiais das tropas de linha e das auxiliares. As orientações encaminhadas pelo governador e por Cunha Mattos não encontraram o apoio indispensável dos oficiais das brigadas: passavam-lhes informações falsas sobre o estado de disciplina e o número de homens sob seu comando.

A reação de Cunha Mattos foi dura. Determinou que os soldados fizessem exercícios todas as noites e usou seus subordinados diretos para fazer cumprir suas ordens. Era preciso, segundo ele, promover a disciplina militar, e isso incluía tanto os soldados quanto os oficiais.

O recrutamento para as tropas de primeira linha também estava sob a supervisão de Cunha Mattos. As dificuldades de tal tarefa eram muitas. Tradicionalmente, o recrutamento era da atribuição das autoridades civis.

---

<sup>20</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 Abril 2008.

<sup>21</sup> No mesmo período, seriam reformados 26 militares na Bahia. KRAAY, Hendrik. *Race, state and armed forces in Independence-era Brazil*. Stanford University Press: Stanford, 2001, p. 71.

<sup>22</sup> Instruções que acompanharam uma circular aos capitães-mores sobre as condições em que devem sentar praça os recrutados. APEJE, Ofícios do Governador-17.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

Composição de um Regimento de Artilharia – 1816 <sup>24</sup>	
Estado- maior	1 coronel 1 tenente-coronel 1 major
Pequeno estado-maior	1 ajudante 1 quartel mestre 1 capelão 1 cirurgião-mor 2 ajudantes de cirurgia 1 tambor-mor 2 pífanos
Oficiais das companhias	10 capitães 10 primeiro tenentes 10 segundo tenentes
Oficiais inferiores	10 primeiro sargentos 20 segundo sargentos 10 furriéis
Praças	60 cabos de esquadra 740 soldados 10 tambores

No Império luso-brasileiro, o serviço militar era visto pela sociedade em geral como “uma forma extrema de degradação social”.<sup>25</sup> Tal sentimento era agravado pela violência do recrutamento forçado, pela indefinição do tempo de serviço e pela falta de identificação imediata entre os interesses do Estado e os dos soldados. A ojeriza pelo ‘tributo de sangue’ – como eram chamadas as levas do recrutamento militar nos oitocentos <sup>26</sup> – levava à fuga dos ‘recrutáveis’ para as matas e aos altos índices de deserção.

<sup>24</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Brasil. Alvará de 09 de fevereiro de 1816.

<sup>25</sup> MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos... p. 125. A resistência ao recrutamento no Reino de Portugal foi ricamente analisada por Fernando Dores Costa, principalmente nos seguintes trabalhos: “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação”. In: *Análise Social*, vol. 30, n. 130, 1995; “O bom uso das paixões”...; e sua tese de doutoramento intitulada *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*, obra citada.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 111.

O trabalho exigia a articulação de diferentes autoridades régias e o apoio dos potentados locais. A efetividade do recrutamento deparava-se com os privilégios de isenção do serviço militar, segundo critérios que poderiam ser inerentes ao *status* dos súditos ou à importância econômica das atividades por eles desempenhadas.<sup>27</sup> O recrutamento estava sob a responsabilidade das autoridades civis e dependia das relações de clientela que articulavam senhores de terra, escravos e pobres livres.<sup>28</sup> A imprecisão dos critérios de isenção, concediam grandes poderes de manipulação e de negociação às autoridades envolvidas com o processo.

Uma forma de escapar da ‘tributação de sangue’ era a “manipulação dos critérios de isenção”.<sup>29</sup> Em 1818, as instruções de Luís do Rego referentes ao recrutamento para as tropas de primeira linha<sup>30</sup> previam a isenção dos casados, dos filhos mais velhos e dos arrimos de família, dos lavradores que não possuíssem escravos, dos menores de 15 e maiores de 30, dos lojistas e dos comerciantes de tabaco. Buscava-se evitar que o recrutamento criasse obstáculos ao aumento da população (daí uma das razões da isenção dos casados) ou produzisse perdas na agricultura e em outras atividades econômicas. Diante disso, os alvos principais eram os vadios, ou seja, aqueles que não trabalhavam regularmente em seus ofícios. Luís Rego incluiu no rol dos recrutáveis os descumpridores de seu papel social, como os homens casados que não sustentavam suas famílias.

Cunha Mattos criticou a isenção dos donos das lojas de fazendas, secos e molhados, privilégio que se estendia aos guarda-livros, aos caixeiros de negociantes e a um caixeiro em cada loja. Informou ao governador que muitos caixeiros estavam se associando aos lojistas para evitar o recrutamento, inclusive muitos rapazes que poderiam ser úteis na tropa de linha. Os milicianos também estavam conseguindo escapar com tal subterfúgio, e isso era prejudicial à disciplina das tropas.

Efetivado o recrutamento, as autoridades locais deveriam enviar os aprisionados aos quartéis para que Cunha Mattos supervisionasse o seu treinamento: determinara o governador

---

<sup>27</sup> COSTA, Fernando Dore. “Os problemas do recrutamento...”, p. 122. Em 1796, estes privilégios foram formalmente abolidos, contudo, já em 1801, o intendente geral de polícia da Corte e do Reino, Pina Manique, apontava os mesmos como o principal empecilho para o cumprimento de sua meta de recrutas. Idem, *ibidem*, p. 131.

<sup>28</sup> KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial.” In: *Diálogos*, vol. 3, n. 1, 1999, p. 115.

<sup>29</sup> MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos...”, p. 127.

<sup>30</sup> Ofício de Luís do Rego Barreto a Raimundo José da Cunha Mattos, 16 de julho de 1818. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Matos, Raimundo José da Cunha.

Luís do Rego. Ali, eles seriam treinados pelos oficiais do Segundo Regimento do Exército de Portugal, “debaixo sempre da sua Inspeção.”<sup>31</sup>

As tropas de linha eram constituídas por voluntários e, principalmente, por soldados de *levas*, ou seja, incorporados por recrutamento.<sup>32</sup> Nesse sentido, as instruções enviadas pelo governador Luís do Rego determinavam o prazo de 15 dias, a partir da publicação dos editais nas vilas, para aqueles que quisessem apresentar-se voluntariamente. Eles teriam o privilégio de servir nas tropas de primeira linha durante apenas seis anos; depois disso, seriam transferidos para as milícias até completarem 40 anos de idade. Os recrutas das *levas* serviriam 10 anos nas tropas de linha e até os 50 anos nas ordenanças.

O estímulo à mobilização voluntária para as armas partia da crença de que os homens que serviam por uma vontade interior teriam mais compromisso com as tropas. Além da diferença de tempo de serviço, os soldados voluntários gozavam de *status* diferenciado em relação aos de *levas*.

A necessidade de marcas de distinção para os soldados voluntários explicava-se pela tradicional associação entre o trabalho servil e o serviço das armas no mundo luso-brasileiro. Os longos anos de serviço, a mencionada falta de sintonia entre os interesses do Estado e os dos homens livres, as situações degradantes decorrentes da falta de rações, os pagamentos atrasados, a impossibilidade de abandonar as linhas sem receber punição, tudo isso indicava fortes semelhanças entre o mundo das armas e o mundo escravo, o que afastava do serviço militar boa parte dos homens livres.

Os índices de deserção eram muito altos.<sup>33</sup> No caso específico de Pernambuco, o governador Luís do Rego considerava que a aceitação generalizada da deserção pela sociedade, que não a via como traição nem covardia, era um considerável empecilho à manutenção dos soldados nas fileiras. Ele defendeu então a criação de medidas punitivas para aqueles que protegessem os desertores. Foi determinado que cada soldado que abandonasse as tropas deveria ser substituído por dois outros homens oriundos da mesma freguesia, de preferência por seus parentes mais próximos, e esses só seriam liberados caso o desertor se

---

<sup>31</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>32</sup> A palavra *recrutamento*, então, pressupunha o uso da força. Ver KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar...”, p. 114.

<sup>33</sup> Fato que não se limitava às tropas luso-brasileiras, mas que nelas alcançava uma dimensão muito significativa. Sobre a resistência ao serviço militar em Portugal, ver: COSTA, Fernando Dóres. *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*. Dissertação de doutoramento em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Hendrik Kraay demonstra que os altos índices de deserção também eram encontrados em outros Exércitos americanos de então, como no caso dos Estados Unidos. KRAAY, Hendrik, *Race, state...*, obra citada, p. 69.

reapresentasse a seu regimento dentro de um período pré-fixado. Determinou-se também a prisão daqueles que abrigassem desertores, e sua soltura ficava condicionada ao pagamento de 200 mil réis ou ao cumprimento de seis meses de prisão.<sup>34</sup>

A documentação sugere que Luís do Rego buscou usar contra os desertores as relações de clientela que tradicionalmente os protegiam: a lealdade aos grupos familiares poderia, a seu ver, coibir a deserção. Essa era um problema grave porque, além de desestruturar as linhas defensivas, produzia um grande número de homens que perambulavam pelas estradas e vilas, tornando-se perigosos para a sociedade. Cunha Mattos deparou-se com um grupo desses e solicitou ao governador o envio de soldados armados para auxiliar o capitão do 2º Batalhão de Milícias no combate a desertores da tropa de linha que atuavam em “bandos armados com baionetas” num lugarejo próximo ao Recife.

Durante o período em que Cunha Mattos atuou em Pernambuco, as relações com o governador foram muito positivas. É possível supor que Luís Rego tenha contribuído para sua efetivação como Coronel do Exército Brasileiro, bem como para a sua indicação para o cargo de Vice-inspetor do Arsenal do Exército e de deputado da Real Junta da Fazenda daquele arsenal, em julho de 1819. O ofício informava que a escolha se devia ao “merecimento, préstimo e bons serviços” por ele realizados na capitania de Pernambuco.<sup>35</sup>

O reconhecimento do mérito não significava, contudo, que Cunha Mattos estivesse fora da economia de favores que marcava a organização social do Antigo Regime. Além de contar com o apoio do prestigioso governador, ele se dirigiu à Corte por duas ocasiões enquanto esteve em Pernambuco. A proximidade dessas viagens com aqueles importantes acontecimentos para sua carreira sugere que tais estadias no Rio de Janeiro foram aproveitadas para promover sua carreira junto às autoridades régias.

O governador Luís do Rego Barreto não poupou elogios a Cunha Mattos quando esse partiu para a Corte, dizendo-se devedor do coronel em virtude da cooperação que dera à capitania e do cumprimento do dever. Exaltou “o seu préstimo incansável, zelo e decidida honra”, que fariam com que não fosse ali esquecido. Exaltou, igualmente, o estado de organização do Real Trem e da Primeira Brigada de Milícias, “que pela sua disciplina e melhor arranjo, não tem hoje inveja a nenhuma outras tropas milicianas.” Concluiu

---

<sup>34</sup> Medidas deste tipo foram empregadas anteriormente em Portugal, todavia, elas pouco resultaram. Quanto a isto, ver trabalhos de Dores Costas.

<sup>35</sup> Ofício de Thomaz Antônio Villa Nova Portugal a Raimundo José da Cunha Mattos, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1819. Seção de Processos Individuais, AHM/DIV/3/7 – Mattos, Raimundo José da Cunha.

afirmando que sua única satisfação no afastamento de “um tão digno camarada” era ver as “qualidades deste Benemérito oficial” sendo reconhecidas pelo rei.<sup>36</sup>

Cunha Mattos não mais voltou a Pernambuco. A partir de novembro de 1820, o governador Luís do Rego enfrentaria pressões decorrentes do movimento constitucionalista que se iniciara no Porto em agosto. Com as tentativas de sublevação das tropas, a organização da Junta Provisória de Governo e a ida de deputados pernambucanos para a Corte, a província de Pernambuco viveria meses conturbados. Por fim, Luis do Rego partiu para Lisboa, onde iria enfrentar as acusações dos deputados da província – alguns deles, rebeldes que haviam ficado trancafiados na Bahia durante anos – com relação ao papel que tivera na repressão do movimento de 1817.<sup>37</sup>

## **3.2 Na Corte**

### **3.2.1 O Arsenal Real do Exército**

Raimundo José da Cunha Mattos desempenharia no Real Arsenal da Corte atividades muito semelhantes àquelas desenvolvidas no trem de Pernambuco, centradas na organização dos espaços físicos e dos soldados que lá prestavam serviços. Suas atribuições eram, essencialmente, técnicas.

Os trabalhos no Arsenal eram muitos e imediatos. O contingente das tropas regulares muito se ampliara após os acontecimentos de 1817. Dois regimentos do Reino foram enviados ao Rio de Janeiro, outro para Salvador e mais um para o Recife. A intenção era garantir a subordinação das tropas locais pela maciça presença de soldados portugueses. O aumento das forças militares também era estimulado pelas aspirações expansionistas de d. João VI estavam por ser concretizadas – mesmo que momentaneamente – com a invasão da Banda Oriental em 1816.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Ordem do dia, quartel-general de Mondego, 24 de agosto de 1819. Idem.

<sup>37</sup> CABRAL, Flávio José Gomes. “Os efeitos da notícia da Revolução Liberal do Porto na Província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no Nordeste do Brasil (1820-1821). Em *Fronteras de la historia*, nº 11, 2006, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá, Colômbia, pp. 389-413. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/833/83301112.pdf>, acessado em 28/4/2008.

<sup>38</sup> BARMAN, Roderick. “Stumbling into Independence, 1820-1822”, In: *Brazil – the forging of a nation...*, obra citada, p. 63.

Cunha Mattos assumiu a função de vice-inspetor do Arsenal em 21 de setembro de 1819 e, menos de um mês depois, proporia mudanças. A primeira delas foi a ampliação da Companhia de Artífices, o que tinha por objetivo dispensar os escravos que trabalhavam nas oficinas do arsenal.

Tal medida relacionava-se com sua crença de que os trabalhos nas oficinas deveriam ser feitos por homens capazes, de preferência formados desde cedo de acordo com as necessidades das construções militares. Diante disso, defendia a criação de uma Companhia de Artífices do arsenal, desvinculada do Regimento da Artilharia, “para obstar as muitas dificuldades e delicadezas que militam entre jurisdições do arsenal e a do chefe do regimento a respeito da disciplina dos soldados artífices”, que não deveriam ser combatentes artilheiros.<sup>39</sup>

Essa iniciativa também visava a impedir que os artífices deixassem a Companhia do Arsenal para atuar em outras quando estivessem bem treinados, causando grande prejuízo “ao adiantamento científico” dos oficiais inferiores.<sup>40</sup> Essa separação havia sido introduzida no Arsenal Real de Lisboa, onde Alexandre Manoel da Cunha Mattos, pai de Raimundo José, servira por quase 40 anos na Companhia de Artífices.

Em agosto de 1820, a proposta de Cunha Mattos de aumentar o número de artífices com o emprego de jovens foi finalmente aprovada pelo então ministro Pedro de Souza Holstein, duque de Palmela. Ele atribuiu a Cunha Mattos a responsabilidade do recrutamento de jovens ainda menores para serem treinados nos trabalhos do arsenal. Esses jovens, segundo o ofício da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, receberiam gratificações proporcionais às suas obrigações. Quando chegassem à idade apropriada, passariam a receber treinamento de recrutas. Era ressaltada, ainda, a necessidade de que o recrutamento ocorresse com a “conveniente discricção, acerto e moderação” para que não gerasse descontentamentos. Contudo, nada disso chegou a ser realizado, pois o vice-inspetor solicitou esclarecimentos sobre o tema ao ministro da Guerra e não obteve resposta.<sup>41</sup>

Os problemas encontrados por Cunha Mattos no Real Arsenal não eram diferentes dos que encontrara em Pernambuco: nos dois casos, os recursos disponíveis eram limitados. Em janeiro de 1821, os credores do arsenal ameaçavam suspender o fornecimento dos gêneros e

---

<sup>39</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos ao Ministro e Secretário Thomaz Antônio Villa Nova Portugal em 30 de novembro de 1819. ANRJ, Arsenal do Rio de Janeiro, IG<sup>7</sup> 36.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

os operários não recebiam seus pagamentos havia quatro meses, o que os obrigava a trabalhar em outros estabelecimentos para garantir a sobrevivência.<sup>42</sup>

As ações de Cunha Mattos não contariam com a simpatia de todos os membros da Junta da Real Fazenda, que o consideravam arrogante e autoritário. A Junta resistia às reivindicações do vice-inspetor do Real Arsenal, que pedia maior autonomia financeira. Questão semelhante já criara problemas para Cunha Mattos em Pernambuco.

O decreto de 4 de maio de 1821 foi um duro golpe nas ações de Cunha no arsenal, pois instituiu o cargo de Diretor do Arsenal Real e designou Gaspar José Marques para ocupá-lo. Com isso, as responsabilidades de Cunha Mattos ficaram reduzidas. Em outubro daquele ano, outro decreto aboliu o cargo de vice-inspetor do Arsenal do Exército por considerar tal função desnecessária. O coronel Raimundo José da Cunha Mattos foi, então, demitido.<sup>43</sup>

### **3.2.2 “Com vistas de ser útil à Pátria”: contribuições de Cunha Mattos à Comissão Militar do Arsenal**

Cunha Mattos encontrava-se no Rio de Janeiro quando as notícias sobre a Revolução do Porto ali chegaram, em outubro de 1820. Diversos fatores impulsionaram aquele movimento iniciado em 24 de agosto na cidade do Porto e que alcançara Lisboa em setembro: a problemática situação econômica do reino de Portugal após as invasões francesas, as frustrações diante da resistência do rei em retornar a Lisboa, a oposição à regência de Beresford e a forte impressão de que os interesses brasileiros predominavam sobre os da antiga sede do império.

Essas circunstâncias, contudo, não eram novas. Em 1817, já haviam levado à contestação do sistema político do império luso-brasileiro, com o abortado levante de Gomes Freire e o movimento ocorrido em Pernambuco no mesmo ano. Em 1820, contudo, a revolução constitucional da Espanha alteraria significativamente a situação política da Península Ibérica, fortalecendo os defensores do constitucionalismo em Portugal.

---

<sup>42</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos ao conde de Palmela, 26 de janeiro de 1821. ANRJ, Arsenal do Rio de Janeiro, Arsenal do Rio de Janeiro, Arsenal de Guerra - IG<sup>7</sup>.

<sup>43</sup> Decreto de 29 de outubro de 1821. *Coleção de Leis do Império (1808-1889)*. Disponível em [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4\\_30.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_30.pdf), acessado em 22/4/2008.

A revolução do Porto começou poucos meses depois do desfecho da revolução na Espanha, com o juramento da Constituição de Cádiz pelo rei Fernando VII em 7 de março de 1820. A adesão da Galiza à revolução liberal espanhola impulsionara o Sinédrio, sociedade secreta da cidade do Porto, em atividade desde 1818, a buscar adesões para a causa da implantação de uma constituição também em Portugal.

Os revolucionários do Porto contavam com o apoio de elementos do corpo diplomático espanhol, conseguindo que as tropas do reino vizinho se aproximassem da fronteira portuguesa na Galiza, “prontas a auxiliar” os portugueses em seus esforços de “independência”.<sup>44</sup> Esse apoio fortaleceu o movimento constitucional português, que era acusado de não ter condições políticas de se sustentar.<sup>45</sup>

Os revolucionários pretendiam restaurar o pacto entre o povo e o soberano, e tal pacto, de acordo com as ‘luzes do século’, seria baseado em condições fixadas numa constituição. Buscava-se garantir o respeito aos direitos individuais e às liberdades, e isso só poderia ser alcançado adotando-se um código de leis fundamentais que limitasse os poderes do soberano e fosse elaborado por uma assembléia dos representantes dos cidadãos.<sup>46</sup>

O governo provisório declarou-se representante do monarca ausente, e em seu nome tomou as medidas necessárias para a implantação das Cortes. A Constituição de Cádiz seria a normatizadora das eleições, mantendo-se a lealdade à casa de Bragança e à religião católica.

A revolução constitucionalista foi feita em torno da idéia de restauração política. Em nome da restauração, os vintistas conseguiram a adesão de Lisboa ainda em meados de setembro e, no mês seguinte, as primeiras notícias do levante do Porto chegaram ao Rio de Janeiro. A Corte estava envolvida em tensos debates sobre a situação do reino de Portugal, trazida à tona com a chegada de Beresford em maio. Apesar de os acontecimentos de 24 de agosto no Porto terem agitado ainda mais os conselheiros régios, a gravidade da situação ficou clara com as notícias de novembro sobre a adesão de Lisboa. Com a chegada do conde de Palmela em finais de dezembro, a dimensão dos eventos seria finalmente conhecida pela Coroa.

---

<sup>44</sup> Sobre as influências hispânicas no vintismo, ver: RAMOS, Luís A. de Oliveira. “A Espanha e o advento do liberalismo em Portugal. Antes e depois de Cádiz.” *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, n. 0, 2003, pp. 413-419.

<sup>45</sup> Documento n. 61, “Proclamação da Junta Provisória do Porto em 2 de setembro de 1820”, publicada em SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil...*, Terceira época, tomo VI. Imprensa Nacional: Lisboa, 1887, p. 263.

<sup>46</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. UNESP: São Paulo, 1999, p. 83.

As primeiras opções oferecidas ao rei pelos conselheiros régios eram, basicamente, o não reconhecimento das Cortes e a manutenção do caráter absoluto de seu poder; a adoção da monarquia constitucional, mas com a apresentação de um projeto enviado às Cortes pelo rei; ou o “abandono” de Portugal, o que significaria o desmembramento do império luso-brasileiro, alternativa que não chegou a ser efetivamente considerada. Tais opções foram defendidas, respectivamente, por Villa Nova Portugal, pelo conde de Palmela e por Silvestre Ferreira.<sup>47</sup>

Os debates desencadeados pela revolução de 24 de agosto de 1820 não ficaram restritos aos corredores e aos salões palacianos, alcançando prontamente as ruas das principais cidades do Brasil. Em dezembro, a província do Pará aderiu às Cortes, sendo logo seguida pela da Bahia e pela do Rio de Janeiro no início de 1821. Essas províncias tinham fortes ligações comerciais e familiares com o reino de Portugal.

A presença de tropas lusas recentemente chegadas e destinadas à guerra no sul e ao fortalecimento de cidades como Recife, em decorrência do levante de 1817, representou um importante fator na adesão às Cortes. Na madrugada de 26 de fevereiro, as tropas da divisão portuguesa no Rio de Janeiro exigiram o juramento prévio da constituição que seria elaborada pela Assembléia Constituinte em Lisboa, enquanto o rei e seus conselheiros discutiam o assunto.

O movimento contou com a articulação de Gonçalves Ledo e seus aliados, principalmente os negociantes das regiões do Recôncavo e de Goitacazes, que incluíram em suas reivindicações a substituição dos ministros de Estado, numa clara tentativa de fortalecer seu grupo. É importante ressaltar que, naquele período, as alianças eram muito fluidas, motivadas por interesses pontuais. Estavam longe de indicar a existência de grupos coesos com ideais constitucionais homogêneos e coerentes, e algumas reuniam apenas temporariamente membros com interesses inconciliáveis.<sup>48</sup>

O príncipe d. Pedro desempenhou o importante papel de interlocutor entre as tropas e seu pai, levando para a Praça do Rossio um decreto datado do dia 24 no qual o soberano declarava sua adesão ao constitucionalismo. Depois de algumas negociações, o rei também aceitaria a troca do Ministério. Os revoltosos alcançaram seus objetivos, mas a intervenção de

---

<sup>47</sup>ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império...*, obra citada, p. 495.

<sup>48</sup>OLIVEIRA, Cecília Helena. *A astúcia liberal*. Universidade São Francisco/Ícone: Bragança Paulista, 1999, p. 107 e ss.

d. Pedro diminuiria o desgaste da imagem de seu pai e o colocou em posição de destaque no cenário político.<sup>49</sup>

O novo Ministério tomou medidas para conter as tropas e acalmar os ânimos em geral, o que incluía o fim da censura prévia dos impressos, o envio de instruções para as eleições dos deputados às Cortes, a avaliação das condições financeiras do Banco do Brasil, a criação do Ministério e da Secretaria da Fazenda. A decisão de d. João VI de retornar à Europa foi publicada no decreto de 7 de março.

Em 22 de abril, outra manifestação agitou o Rio de Janeiro. Ledo e seus aliados viram nas eleições para a Junta de Governo uma grande oportunidade para concretizar suas expectativas políticas. O desenrolar dos eventos levou a uma situação quase incontrolável em decorrência da participação popular na reunião e da conseqüente intervenção das tropas, que agiram sob as ordens de d. Pedro.<sup>50</sup> Naquele dia, ficou resolvida a partida de d. João VI e a permanência de d. Pedro como príncipe regente de todo o Brasil. O rei partiria em 26 de abril.

As adesões dos súditos do Brasil ao constitucionalismo foram muito rápidas. Os constitucionalistas defendiam suas opiniões nos diversos impressos de então e as juntas de governo se organizaram. Muitos procuraram conciliar o novo sistema e a fidelidade à casa de Bragança. Nesse sentido, em 1º de outubro de 1821, data da chegada da família real a Portugal, Cunha Mattos encaminhou ao rei uma declaração de fidelidade à sua pessoa, à monarquia e ao sistema constitucional:

Os sentimentos que me animam a respeito de Sua Majestade são os mesmos com que sempre me distingui na minha larga carreira Militar. Se em outro tempo fui homem de bem, no dia de hoje sou Cidadão honrado. Obediência e fidelidade às Leis, respeito e veneração ao Soberano formam as divisas que unicamente me enobrecem, e no exercício delas, satisfazendo ao que a Nação de mim espera, tenho também o prazer de me confessar.<sup>51</sup>

A transmutação do “homem de bem” no “cidadão honrado” não foi vivenciada por Cunha Mattos, segundo este trecho, como uma ruptura, um processo traumático. As qualidades do cidadão não difeririam das do homem de bem. A principal novidade apontada

---

<sup>49</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada...*, p. 95 e ss.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena. *A astúcia liberal ...*, p. 181.

<sup>51</sup> AHU, Rio de Janeiro, caixa 287, doc. 20317.

neste trecho seria o deslocamento da fidelidade: ao soberano, ele prometia manter o respeito e a veneração, enquanto que sua fidelidade estaria para com as leis, percebidas no sistema constitucional como resultado da vontade da nação.

O sentido do conceito de nação alterava-se naquele contexto. Além significar um conjunto de povos que obedeciam às mesmas leis e ao mesmo sistema de governo, a nação passava a ser compreendida como a origem das principais decisões políticas. Ela era a “fonte, origem e princípio da soberania”, para usar uma definição da época.<sup>52</sup> Vale salientar que no caso específico, a nação em questão era a portuguesa, presente nos dois lados do Atlântico.

Aquele era um momento politicamente muito delicado. Após a partida de d. João, as relações entre o governo do Brasil e as Cortes logo ficaram tensas. Portugal exigiu a ida do príncipe para a Europa, e o soberano congresso deu seu apoio às Juntas de Governo, o que enfraquecia significativamente a autoridade do príncipe regente.

O reino do Brasil contaria então com três poderes em disputa: as Cortes em Lisboa, as Juntas de Governo e o príncipe regente d. Pedro. A expectativa de centralização do poder pelas Cortes desagradava tanto ao príncipe regente quanto aos representantes dos governos locais, o que se agravaria nos primeiros meses de 1822.<sup>53</sup>

Os reverses do processo de constitucionalização portuguesa tornavam cada vez mais possível a ocorrência de conflitos bélicos. Diante disso, d. Pedro decidiu formar uma comissão militar para examinar o estado do Arsenal da Corte e propor as “reformas e melhoramentos” necessários. Apesar de Cunha Mattos não ser um dos integrantes<sup>54</sup>, ele solicitou ao príncipe regente autorização para encaminhar à comissão uma memória por ele elaborada, baseada na sua experiência como vice-inspetor.

Em 27 de maio de 1822, ele enviou à comissão a *Memória estatística-económica-administrativa sobre o Arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de*

---

<sup>52</sup> *O Constitucional n. 5*, 1822, citado em: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. Ed. Revan/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2003, p. 210. O significado ampliado desse vocabulário foi difundido pelas publicações que invadiam as ruas dos centros urbanos de Portugal e Brasil naquele início da década de 1820.

<sup>53</sup> BARMAN, Roderick. “Stumbling into Independence, 1820-1822”, em: *Brazil – the forging of a nation...*, obra citada, pp. 65-96.

<sup>54</sup> Os membros da comissão eram: Manoel da Costa Pinto, coronel inspetor da Artilharia da Corte; Isidoro de Almada e Castro, coronel comandante das Brigadas de Artilharia Montada; Antônio Eliziário Miranda e Brito, sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros; Francisco de Paula Vasconcelos, sargento-mor graduado e lente do Regimento de Artilharia da Corte; e, como secretário, José Pedro Ferro. Decreto de 12 de março de 1822. Idem, disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F\\_7.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_7.pdf), acessado em 22/4/2008.

*Janeiro*.<sup>55</sup> Cunha Mattos explicou a aceitação dessa sua colaboração por d. Pedro como demonstração de que ainda se encontrava nas boas graças do príncipe, o que permitia, segundo ele, apagar a “idéia duvidosa que o público podia formar sobre o conceito” que ele lhe tinha.<sup>56</sup> O desprestígio que significou sua demissão e os inconvenientes monetários dela decorridos levaram-no a sugerir a distribuição dos funcionários beneméritos do arsenal, no caso da necessidade de dispensa dos mesmos, para outras repartições, onde poderiam ser mais úteis ao Estado.

Cunha Mattos ressaltou a importância crucial do trabalho da comissão do arsenal naquele momento político, observando que as resoluções apontadas deveriam ter como horizonte a concretização dos desejos de “que a Capital do vasto império do Brasil” alcançasse os “altos destinos, que parece que lhe estão reservados”. Ao referir-se ao Império do Brasil, Cunha Mattos não defendia qualquer tese separatista. A intenção de se estabelecer um ‘novo império’ português com sede na América era de longa data. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e alguns dos seus principais colaboradores atuaram nesse sentido.<sup>57</sup>

A localização do arsenal foi apontada por Cunha Mattos como um dos mais sérios problemas naquela conjuntura, pois, “no caso eventual de ser entrada a barra por uma respeitável força inimiga”, seria a primeira parte da cidade a ser bombardeada, “batida, e incendiada, o que não é impossível a olhos Militares entendedores”. A maior parte dos recursos bélicos do reino seria destruída de uma só vez.

Além dessa vulnerabilidade, as instalações do arsenal eram inadequadas, segundo Cunha Mattos, devido ao acanhamento de suas oficinas e armazéns, cujas estruturas estavam comprometidas pelos cupins. Sugeriu a transferência da parte principal do arsenal para o Hospício de São Cristóvão, conhecido como Hospital dos Lázaros, que oferecia segurança e dimensões adequadas para tão importante estabelecimento.<sup>58</sup>

A *Memória* seria a grande oportunidade de sistematização e defesa das propostas apresentadas por Cunha Mattos no tempo em que servira no arsenal, apresentando “aqueles mesmos sentimentos, as mesmas opiniões, os mesmos projetos, e os mesmos trabalhos”<sup>59</sup>. De modo geral, suas considerações giravam em torno da concepção de que um corpo de militares

---

<sup>55</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memória estatística-económica-administrativa sobre o arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de Janeiro*. Prefaciada e anotada por LIMA, Henrique de Campos Ferreira. Vila Nova de Famalicão, 1939.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>57</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império...*, p. 119.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, p. 14 e 15.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

e civis, escolhidos por critérios meritocráticos e, por conseguinte, capazes de cumprir suas distintas obrigações deveria gerir o arsenal. Não estava em seus planos, portanto, a transformação do Arsenal em um espaço estritamente militar. Tal separação estava fora do horizonte de expectativas de então.

Ele acreditava que o arsenal deveria estar vinculado diretamente à secretaria de Estado dos Negócios da Guerra “em tudo aquilo” que se referisse a “objetos Militares”. O Tesouro Público, por sua vez, seria responsável pela fiscalização e contabilidade das despesas. A administração geral deveria estar a cargo de oficiais com “vastos conhecimentos teóricos e práticos da sua profissão” e que possuíssem reconhecida “firmeza de caráter e estímulos de honra a toda a prova.” Sugeriu o nome do brigadeiro Manuel da Costa Pinto, Inspetor de Artilharia da Corte, “um dos mais instruídos Artilheiros do Universo” e um dos membros da comissão para a qual Cunha Mattos escrevia.

O coronel defendia ainda que os arsenais militares deveriam atuar como uma “grande escola de Artes e Ofícios, escolas públicas” com o objetivo de habilitar “o cidadão pobre” para “ser útil a sua Pátria”. Encontra-se aí a idéia da educação como caminho para a promoção do gênero humano, civilizando os povos por sua valorização moral e intelectual, perspectivas marcantes na educação ilustrada.

Era preciso começar a formação desse novo homem o mais breve possível. Assim, Cunha Mattos propunha que os aprendizes do Arsenal Real deveriam ter aproximadamente 12 anos de idade e que ficassem sob a orientação dos mestres artífices, sendo treinados como recrutas quando alcançassem a idade devida. Essa iniciativa permitiria a formação do caráter dos jovens e evitaria que o serviço nos arsenais funcionasse como fuga ao recrutamento.

Era preciso garantir a continuidade dos trabalhos para que treinamento fosse constante. Assim, ele sugeria que os mestres e seus aprendizes pudessem executar obras particulares nas oficinas do arsenal, o que garantiria trabalhos regulares e ainda evitaria demissões.

Para o melhor desenvolvimento dessa ‘escola pública’, Cunha Mattos defendia a reabertura de uma “aula de desenho”, criada por ele logo que chegara à Corte em “benefício do adiantamento e perfeição dos trabalhos”. A autorização régia para tal empreendimento foi concedida em virtude das “vantagens que de outra semelhante escola havia recebido em Pernambuco”. Em 8 de setembro de 1820, por ordem de d. João VI, a aula de desenho viria a tornar-se “pública para todos aqueles que se quisessem dela aproveitar”, atendendo a uma solicitação do vice-inspetor.

Cunha Mattos criou também um arquivo “para se conservarem arranjada e sistematicamente os desenhos, modelos, livros que auxiliem a inteligência dos Oficiais

diretores, Mestres de Oficinas, e outras pessoas científicas e curiosas”. Contando, mais uma vez, com o apoio do soberano, iniciou a formação de uma pequena biblioteca:

Para este Arquivo comprei uma pequena, mas preciosa coleção de livros de artes, Ofícios e outros objetos, a qual continuará a aumentar-se com novas obras que mandei vir da França, Inglaterra e Portugal no caso que não fosse demitido do Serviço do Arsenal.<sup>60</sup>

O arquivo contava com uma espécie de museu onde seriam expostas máquinas e armas de guerras antigas e modernas e “máquinas hidráulicas”. O acervo ainda contaria com amostras de madeiras do Brasil e do exterior. Intentava-se demonstrar em um só lugar o progresso de tais máquinas e as utilidades da sistematização do conhecimento. Partes do acervo pertinente à província do Rio de Janeiro já estavam reunidas, aguardando “para serem analisadas e classificadas e arranjadas segundo a ordem que se observa nos grandes Arsenais da Europa”.<sup>61</sup>

As semelhanças entre a escola criada por Cunha Mattos e a Casa Pia de Lisboa onde ele estudou são significativas. Em ambas, buscava-se difundir os princípios da Ilustração relativos à valorização do conhecimento útil e ao melhoramento da população pela educação. Tal iniciativa era uma oportunidade para os meninos de origem modesta acessarem as novidades da ciência e, com isso, tornarem-se homens capazes de buscar sua felicidade e a do Estado.<sup>62</sup>

Outro ponto abordado por Cunha Mattos naquela *Memória* dizia respeito à administração da rotina do arsenal. Ele acreditava que os esforços de racionalização dos trabalhos também deveriam passar pela padronização geral dos armamentos e dos apetrechos da infantaria, da cavalaria e da Artilharia de todo o Brasil, evitando assim compras ou produção de material com dimensões e qualidades inadequadas. Esse trabalho deveria ser executado por uma comissão de “Oficiais inteligentes”, que construiriam modelos padronizados, sujeitos a alterações propostas exclusivamente pela Secretaria de Estado da Guerra.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*, p. 28

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

<sup>62</sup> Sobre a Casa Pia, ver o primeiro capítulo.

<sup>63</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memória estatística-econômica-administrativa...*, obra citada, p. 38.

Cunha Mattos acreditava que a qualidade dos trabalhos feitos pelo arsenal dependia da boa formação técnica dos oficiais e do trabalho de fiscalização nas oficinas.

A satisfação dos artífices também influenciaria o resultado dos trabalhos. Ele defendeu então a adoção do sistema de empreitadas naquelas repartições do arsenal:

Todos os Povos do Mundo conhecem que o interesse é o maior estímulo do homem: o interesse dos artífices é o aumento do seu jornal, ou o maior prêmio do seu trabalho. Em ele reconhecendo que as suas fadigas laboriosas são recompensadas, capricha, desembaraça-se e adquire uma habilidade, que não é capaz de produzir um sistema constante ou monotonia de vencimento. Em todos os Arsenais é adotado o sistema de empreitadas; em todas as lojas particulares observa-se este costume.<sup>64</sup>

Segundo essa lógica, os contratados por soldos pré-determinados e os escravos seriam um impedimento à melhoria da produtividade das oficinas, já que nenhum deles trabalharia com entusiasmo: os primeiros, por saberem que ganhariam seus soldos independentemente de haver ou não trabalho, e os segundos, por terem os seus donos como únicos beneficiários de seus esforços. Assim, o homem que tivesse uma recompensa proporcional à quantidade e à qualidade de sua produção seria muito mais interessante para o serviço nos arsenais.

Mais uma vez, o exemplo de Pernambuco seria evocado: “Eu segui este sistema em Pernambuco e dei-me com ele muito bem.” As obras feitas pelos artífices empreiteiros em Pernambuco teriam elevado as construções “a um grau de perfeição e celeridade” superiores às da Corte. Tal sistema, contudo, dependeria do pagamento sistemático das empreitadas realizadas, advertia o coronel.<sup>65</sup>

A racionalização da administração alcançaria o sistema de compras do arsenal. As aquisições deveriam ser realizadas por leilão público e “concurso de quem os tiver para serem escolhidos os de melhor qualidade, menor preço e a pagamentos em épocas favoráveis.”<sup>66</sup> Era preciso, segundo ele, afastar os intermediários que então eram os responsáveis pelo abastecimento do Real Arsenal e de grande parte dos trens de artilharia. Cunha Mattos ressaltou que tais negociantes eram responsáveis por diversos tratos prejudiciais ao erário régio, visto atuarem em benefício próprio.

---

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, p. 23.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, p. 23.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 26.

Todas essas sugestões haviam constado da correspondência com os ministros da Guerra na época em que Cunha Mattos atuara como vice-inspetor, sendo que muitas delas haviam sido postas em prática naquele período. Contudo, as intrigas levaram ao abandono de grande parte das idéias “pelo único motivo” de terem sido feitas por ele, acusava Cunha Mattos.<sup>67</sup>

A iniciativa de oferecer-se como colaborador resultou na indicação de Cunha Mattos para deputado da comissão do arsenal em junho daquele ano, aproximando-o do futuro imperador d. Pedro I e de alguns importantes nomes do cenário político da época.

Desde o início daquele ano, ele participava dos debates políticos que agitavam as principais cidades do Brasil e de Portugal sobre os destinos do império. A posição política de Cunha Mattos pode ser antevista em algumas breves passagens da *Memória*, apesar de ela haver sido escrita como um texto predominantemente técnico.

### **3.2.3 “Verdades que declaro com a pena”: a participação de Cunha Mattos nos debates de 1822**

Não me sentindo com bastantes forças para entrar na lista dos honrados escritores que com as suas luzes têm mostrado aos habitantes do Rio de Janeiro e ainda mesmo aos de todo o Brasil os verdadeiros interesses da sua Pátria; não querendo até agora que as minhas fracas reflexões tomassem o lugar que deverão merecer objetos mais importantes em seu Periódico e tendo talvez aversão a questões políticas com indivíduos teimosos, que por vaidade, orgulho ou por se fazerem célebres escrevem e falam a torto e a direito contra opiniões geralmente recebidas pelos homens sensatos e desapaixonados, vejo-me, contudo, compelido por certa força oculta a sair a campo para mostrar ao furioso Redator do Semanário Cívico da Bahia que se a ele causou nojo a Segarrega e o Relato verdadeiro, muito maior é o nojo, fastio e dissabor que nos motivam as suas impertinências, as suas teimas, os seus impotentes furores e a sua antipolítica inimizade contra este País,

---

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

contra seus habitantes, contra Portugal, contra o Congresso Nacional, finalmente, contra os seus próprios e mais íntimos interesses.

Com esse texto, Raimundo José da Cunha Mattos dava início à sua participação na ‘rede de polêmica’ que se formou, no contexto da revolução ocorrida no Porto, em torno da adesão do império luso-brasileiro ao sistema constitucional e da independência do Brasil.<sup>68</sup> O folheto foi publicado em março de 1822, quando as articulações políticas para o desmembramento do império começavam a exibir sua força, embora a opção pela independência ou mesmo por d. Pedro como governante de toda a América portuguesa ainda não dominasse completamente o horizonte de então.

Com o fim da censura, os acontecimentos políticos dos dois lados do Atlântico passaram a ser amplamente divulgados. Escritos até então considerados sediciosos eram vendidos publicamente. A partir de 1820 e, no caso brasileiro, de 1821, numerosos periódicos e folhetins veiculando as novas idéias e polemizando acerca de concepções caras ao constitucionalismo monárquico invadira as ruas de diversas cidades: Lisboa, Porto, Coimbra, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, entre outras.<sup>69</sup> Os temas agitavam os nascentes espaços públicos – cafés, sociedades secretas, salões – e alcançavam também as ruas e praças onde ocorriam manifestações populares.<sup>70</sup>

Os autores daqueles textos seriam protagonistas nos acontecimentos da década. Muitos foram eleitos para as Cortes de Lisboa e, com o decorrer dos eventos, para a Assembléia Constituinte do Brasil. Em sua maioria, eram homens fortemente influenciados pelo reformismo esclarecido, fosse por terem passado pela Universidade de Coimbra ou por outras instituições de ensino – tais como as academias militares e o Seminário de Olinda – ou por terem ocupado cargos administrativos. Muitos foram também marcados pela política de d. Rodrigo de Sousa Coutinho e por seu projeto da construção de um grande império luso-brasileiro, o que os tornava mais refratários a ideais separatistas. Essa elite, que assumiria a tarefa de educar a sociedade para o sistema representativo, compartilhava uma cultura política

---

<sup>68</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais...*, obra citada, p. 40. Da mesma autora, ver “Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823)”. Em: idem (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Revan/UERJ: Rio de Janeiro, 2001, pp. 73-101.

<sup>69</sup> Ver os trabalhos de Lúcia Pereira das Neves anteriormente mencionados.

<sup>70</sup> Espaço público é compreendido aqui como “a cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas.” MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos*. Editora Hucitec: São Paulo, 2005, p. 18.

que dispunha de “todos os ingredientes que permitiam o desenvolvimento do constitucionalismo moderno.”<sup>71</sup>

As propostas reformistas dos finais dos setecentos, marcadamente as do período pombalino, e seus desdobramentos durante os governos de d. Maria I e de d. João VI forneceram um campo jurídico propício para a implantação do constitucionalismo no mundo luso-brasileiro. Entre as condições necessárias para isso estariam: a formação de um “Estado legal, baseado num direito igual, geral e abstrato...”, no qual o direito era concebido como resultado da observação da natureza humana e da sociedade, e não da “pura e arbitrária vontade do soberano”; a mudança da própria função de governar, que passara a incluir, cada vez mais, uma administração ativa que realizava ações intervencionistas na sociedade; e, por fim, a centralização do poder, que permitiria a imposição da nova ordem aos segmentos tradicionais da sociedade através de aparelhos administrativos criados ou aprimorados pelos reformistas.<sup>72</sup>

Muitos funcionários régios envolvidos nos esforços de execução dos projetos reformistas aderiram ao movimento constitucionalista português, tanto no Brasil quanto em Portugal. Cabia, entretanto, discutir os termos da adesão e as condições de conservação da união entre os dois reinos.

As delicadas nuances desse quadro político ficaram retratadas no plenário das Cortes e nos debates impressos. As tensões crescentes resultaram na independência do Brasil, em decorrência, principalmente, da inadequação das expectativas dos grupos políticos dos dois lados do Atlântico.

### **“Na lista dos honrados escritores”**

Entre março e julho de 1822, Raimundo José da Cunha Mattos publicou folhetins defendendo a opção unionista perante seu público alvo, os portugueses dos dois hemisférios. Ele polemizava com os que buscavam reforçar “a imagem da luta entre colônia e metrópole”,

---

<sup>71</sup> HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível...*, p. 45. A participação dos “oficiais da monarquia” no processo de adesão ao sistema constitucionalista também foi marcante no mundo hispânico. Sobre esse assunto, ver: PORTULLO VALDÉS, José M. « Constitucionalismo antes de la Constitución. La Economía Política y los orígenes del constitucionalismo en España », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2007, Disponível em <http://nuevomundo.revues.org//index4160.html>, consultado em 28/4/ 2008.

<sup>72</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais...*, obra citada, p. 50.

que tinham então no *Revérbero Constitucional* um de seus principais veículos,<sup>73</sup> e com aqueles que apregoavam que a concretização da separação não significaria grandes perdas para Portugal.

Em março daquele ano, publicou a *Carta histórico-político-militar...*<sup>74</sup>, em resposta a um artigo publicado no *Semanário Cívico da Bahia*, que, a seu ver, defendia uma “doutrina falsa” ao tentar “mostrar a nulidade absoluta do Brasil”, idéia também defendida no discurso de “um espanhol Europeu Deputado de Cortes em Madrid”, segundo o qual o Brasil seria nada sem Portugal.

No ano de 1820 e início do seguinte, antes que chegasse a Portugal a notícia da adesão de d. João à Constituição, discutia-se nas páginas dos impressos portugueses se o Brasil teria ou não condições de se tornar independente. Em finais de 1821, a questão foi retomada. O *Semanário Cívico* apontava como impedimentos para a concretização da independência a falta de integração das províncias, a incapacidade de defesa e o perigo da eclosão de uma revolução nos moldes da ocorrida no Haiti. Os defensores de tais argumentos nas Cortes de Lisboa os usavam como base para o confronto político com as autoridades instituídas no Brasil.<sup>75</sup>

Cunha Mattos não reconhecia alguns dos problemas mencionados e negava que a gravidade dos existentes pudesse impedir iniciativas de formação de um Estado soberano.

A seu ver, as condições de autonomia do reino haviam sido comprovadas com a decisão de se transferir a Corte para a América portuguesa, e os grandes benefícios daí decorrentes haviam fortalecido ainda mais a posição do Brasil:

Parece-me que fica claro que se o Brasil no ano de 1807 se achava nas circunstâncias de figurar mui dignamente entre as Nações do Mundo como Estado Livre Independente, capaz de se defender, de conquistar e de ter no seu Seio o Soberano e uma numerosa Família Real, também agora por muito mais fortes razões do aumento da sua população e agricultura, estabelecimentos literários, força física e moral das suas

---

<sup>73</sup> Idem, ibidem, 189.

<sup>74</sup> *Carta histórico-político-militar dirigida a certo redator refutando a doutrina do nº 49 do Semanário Cívico da Bahia*. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822. Não foi possível localizar nenhum exemplar desse número do *Semanário Cívico da Bahia*, apesar dos esforços empreendidos. As citações seguintes são desta fonte.

<sup>75</sup> ALEXANDRE, Valentim. “O processo de independência do Brasil”. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (org.) *História da expansão portuguesa*. Vol. IV. Círculo dos Leitores: Lisboa, 1998, p. 36.

Tropas, poderá representar dignamente como Nação livre Soberana, absoluta e independente...

No entanto, ele não via a separação do império luso-brasileiro como a opção desejável. O Brasil poderia contar “entre as mais ilustres potências do Universo...”, mas a sua grandiosidade seria ainda maior mantendo-se “ligado ao Reino de Portugal, também livre, Soberano, absoluto e independente”. Ele acreditava na relação entre iguais, a mesma nação portuguesa vivendo nos dois reinos, sujeita “ao mesmo excelso Monarca e, na sua ausência, a seu Augusto filho primogênito e herdeiro, Regente deste Reino do Brasil, e nele Lugar-Tenente imediato à Sua Pessoa.”

A verdadeira condição de igualdade dependeria da existência de uma assembléia legislativa no reino do Brasil, responsável pela adequação da Constituição à realidade local. Tal concepção fora apresentada oficialmente por Clemente Pereira em 9 de janeiro de 1822, o célebre dia do Fico. Tal proposição foi amplamente apoiada. Nesta ocasião, o então Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro conclamava a necessidade de um centro de poder no Brasil, com um representante do poder executivo e com um corpo legislativo próprio, o que garantiria a sua governança e a sua unidade. Clemente Pereira observava que tal medida era necessária para que Portugal e Brasil continuassem sendo “sempre uma só grande família irmã, um só povo, uma só nação, um só império.”<sup>76</sup>

Essa idéia havia sido apresentada no Brasil por outros letrados e levada às Cortes pelos deputados de São Paulo. O redator do *Semanário Cívico* a atacou enfaticamente: “Não pode haver em uma mesma Monarquia dois poderes Legislativos e dois poderes Executivos, aliás, ofende-se a união de suas partes e a Nação perde sua indivisibilidade”<sup>77</sup>. Tal concepção recebeu as mais duras críticas de Cunha Mattos, que acusou o redator de agir com “demasiada acrimônia e com espírito hostil contra a integridade do Brasil”, o que se explicaria pela influência que sofria das “idéias ultra-Constitucionais-Lisbonenses”. Apelou aos exemplos europeus para demonstrar a viabilidade da existência de corpos legislativos em diferentes partes de um império, mencionando os casos da Rússia, Áustria e Grã-Bretanha. Sugeriu que o editor baiano examinasse os casos de “Lord Londonderry, ou do Príncipe Metternich” e ponderou:

---

<sup>76</sup> Citado em: LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império... , p. 205.

<sup>77</sup> Citado por Cunha Mattos. Idem, ibidem, p. 21.

Se os Soberanos Europeus, que possuem mais de um reino acham conveniente e a benefício dos Povos que os Seus Estados (...) Dietas, Parlamentos, Stortings, e outras quaisquer Assembléias se Congreguem nas Capitais dos respectivos Estados, que não ficam muitas léguas distantes da Sede da Monarquia, como há de haver absurdo na Convocação ou ajuntamento das Cortes do Brasil na Capital do mesmo reino e não na Capital do reino de Portugal? Que inconveniente se segue daqui ao bem geral da nação? Perde Portugal nisto alguma coisa? Vem-lhe daqui algum dano ou prejuízo? Se aqueles reinos da Europa se não desligam dos Soberanos que os Governam, como se há de separar o Brasil de Portugal pelo mero fato de ter aqui as suas Cortes Legislativas[?]

A seu ver, havia particularidades no Brasil – suas dimensões, diversidade, e distância em relação a Lisboa – que tornariam seu governo inviável se em tudo dependesse das resoluções de Portugal, sendo necessária a presença de representantes dos três poderes na América. Para ele, a ‘salvação do Brasil’ viria da “convocação e existência das Cortes na Capital do mesmo Reino”, onde estaria presente uma “Delegação Onipotente do Executivo.” As dificuldades em colocar sob uma só Constituição realidades tão diversas como a dos reinos europeus e as dos Estados americanos foram observadas por Jeremy Bentham ao referir-se à Constituição Gaditana, elaborada pelas Cortes de Cádiz sem considerar as particularidades das estruturas sociais americanas.<sup>78</sup>

Essa concepção era contrária às teses dos integracionistas que viam as Cortes de Lisboa como representantes de toda a nação portuguesa, não sendo aceitável a defesa de interesses locais, o “que retirava ao Brasil e a Portugal o caráter de corpos políticos distintos”<sup>79</sup> que lhes fora atribuído quando da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, agora (re)unificados sob o mesmo poder legislativo.

Cunha Mattos provavelmente se referia aos integracionistas ao falar dos “ultra-Constitucionais-Lisbonenses” que tiveram em Fernandes Tomás um de seus principais expoentes. O grupo apregoava a obediência completa das províncias às determinações das

---

<sup>78</sup> MORELLI, Federica. “La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América”, em: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, número 8 – 2008, disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document19413.html>, acessado em 25/2/2008.

<sup>79</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Obra citada, p. 551.

Cortes, posto pertencerem à nação portuguesa representada naquele congresso ou, no caso contrário, a justa separação das mesmas.<sup>80</sup> Contudo, os integracionistas não eram majoritários no Congresso, apesar de muito influentes e eficazes em suas manobras para evitar a votação de pontos contrários aos seus ideais, tendo por oposição aqueles que acreditavam que a unidade do império deveria merecer prioridade. A opção pela independência não era ainda uma solução aceita pacificamente em nenhum dos reinos portugueses.

O risco da fragmentação do império não estava restrito à cisão entre os dois reinos. O Brasil, com suas grandes dimensões e os diversos interesses locais, agravados pelas dificuldades de comunicação pontuadas pelo redator do *Semanário Cívico da Bahia*, estava longe de constituir uma unidade política. Muitos viam em d. Pedro, como príncipe regente e herdeiro da Coroa, a força aglutinadora capaz de evitar que a América portuguesa seguisse os passos da espanhola, que até então se encontrava às voltas com revoluções e guerras. Assim, Cunha Mattos consideraria d. Pedro como “a única tábua de nossa salvação”, à qual não se deveria largar, a despeito dos esforços do Redator do *Semanário Cívico da Bahia*.

Os defensores dessa opção tiveram no episódio do Fico<sup>81</sup> uma grande vitória. Desde os últimos dias de 1821, a presença de José Bonifácio ao lado do príncipe regente seria um fator decisivo para as articulações entre o governo do Rio de Janeiro e as lideranças das diferentes províncias, que começavam a duvidar das intenções das Cortes em decorrência da imposição dos governadores de armas, o que significara a diminuição das autonomias locais.

A insistência das Cortes na partida de d. Pedro para Lisboa atuou como fator agregador daqueles que viam na permanência do príncipe no Brasil a condição para a construção do almejado grande império, mesmo que esse deixasse de ser luso-brasileiro para tornar-se brasileiro.

Em abril de 1822, Cunha Mattos publicou o texto intitulado “Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns

---

<sup>80</sup> No mesmo mês em que Cunha Mattos defendia a manutenção do Império, aquele deputado português declararia em plenário: “... se o Brasil com efeito não quer unir-se a Portugal, como tem estado sempre, acabemos logo de uma vez com isto: passe o Sr. Brasil muito [bem], que cá nós cuidaremos de nossa vida.” Idem, *ibidem*, p. 619.

<sup>81</sup> Cecília Oliveira demonstrou que a adesão de nomes como Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa fora “ambígua e oportunista”. Embora Clemente Pereira, como presidente do Senado da Câmara, aceitasse levar as representações populares que solicitavam a permanência do príncipe regente, não tomou as medidas necessárias para conter as tropas e os eleitores que desejavam a formação de uma Junta de Governo no Rio de Janeiro. Independentemente do desfecho de 9 de janeiro, ele e os “liberais do Recôncavo e de Goitacazes” teriam ganhos políticos. OLIVEIRA, Cecília Helena. *A astúcia liberal...*, obra citada, p. 185.

portugueses europeus e brasileiros...”.<sup>82</sup> Nele, pretendia ilustrar as razões da animosidade entre portugueses reinóis e portugueses da América, inspirado pela ata do governo da Bahia que apontava a “funesta rivalidade entre Naturais e Europeus” como a origem da ameaça da “total ruína deste País”.<sup>83</sup>

Segundo ele, a situação deveria ser superada de modo a evitar que ocorressem no Brasil as desgraças que a Europa havia experimentado em decorrência “de tantas revoluções”. Cunha Mattos evocava assim o exemplo do velho continente, que assistira à “decadência de uns Impérios, à aniquilação de outros”, para então sentenciar que “o espírito de partido, as inimizades de família, a odiosa tirania dos Nobres, a desenfreada licença do Povo, a extinção do Patriotismo, o esquecimento da sã moral foram motivos destas desgraças”. A manutenção da animosidade poderia levar à guerra civil e à tão temida revolução: “Portugueses Europeus inimigos de Brasileiros! estes adversários daqueles!! Que fratricídio, que impolítica, que calamidade, que imoral!”.<sup>84</sup>

Era preciso encontrar algo que atuasse como elemento aglutinador capaz de construir a idéia de uma identidade coletiva que subjugasse as identidades locais. Se em seu folheto de março Cunha Mattos havia apontado o príncipe regente como tal fator, em abril seus argumentos focariam a pátria: “os interesses de todos os habitantes de Portugal e de todos os habitantes do Brasil devem ser a salvação, a glória e a felicidade da Pátria!”

O sentido dado por Cunha Mattos neste texto ao conceito de *pátria* não era o atribuído normalmente ao vocábulo, ou seja, “lugar de nascimento, de onde se era natural”. Ele considerava que o uso político dessa concepção era fator de discórdia e portador de grandes perigos para o Brasil, sendo necessário, por isso, combatê-lo: “Muitos filósofos dizem que Pátria é a terra do nascimento, que a Pátria de um Romano é a Cidade de Roma, a de um Lisbonense, a Cidade de Lisboa! Que estouvada filosofia própria para criar egoístas!”

Ele queria evocar com a noção de pátria o sentimento de pertencimento a uma comunidade política singular, geograficamente definida e que deveria ser depositária de todas

---

<sup>82</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros, ou elucidação de um período da célebre ata do Governo da Bahia, datada de 18 de fevereiro do ano corrente . Typigraphia de Mos Garcez: Rio de Janeiro, 1822.

<sup>83</sup> Ata do Governo da Bahia de 18 de fevereiro de 1822, citado em: MATTOS, Raymundo José da Cunha. Ensaio histórico-político sobre a origem..., obra citada, p. 2.

<sup>84</sup> Idem, ibidem, p. 4.

as lealdades de seus membros, dos quais se esperava estarem dispostos a sacrifícios pessoais.<sup>85</sup> Definiu-a nos seguintes termos:

Pátria é a cousa pública: o Rei é Pátria: o Governo é Pátria: o País que habitamos é Pátria: a Coleção dos nossos Concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos, de nossos parentes, de nossos Amigos é Pátria: o nosso próprio bem estar é Pátria, entidade sagrada e por cuja conservação tudo devemos arriscar. Tal é a definição de Pátria dada por um sábio Espanhol!<sup>86</sup>

A referência era ao beneditino espanhol Frei Benito Feijoo, que discutira em 1726 as distinções e as tensões existentes entre o que ele chamou de ‘Pátria comum’ e a ‘pátria local’. A primeira seria entendida como “a República, o Estado, cujos membros somos”, “unidos pelos laços das mesmas leis”, “sob um governo civil”. Os interesses dessa entidade política deveriam ser defendidos heroicamente, estando acima dos “interesses particulares”. O amor exacerbado à “*pátria chica*” –“à Província, à Diocese, à cidade, ao distrito onde cada um nasce”, seria, por outro lado, nocivo à *Res publica*, posto que induziria “alguma divisão nos ânimos que deviam estar reciprocamente unidos, para tornar mais firme e constante a sociedade comum, como também porque é incentivo de guerras civis e de revoltas contra o Soberano...”.<sup>87</sup> As ‘pátrias locais’ seriam um dos elementos constituintes da “Pátria comum”.

Não se sabe se Cunha Mattos lera Feijoo ou se teve contato indireto com as idéias do beneditino. A definição de pátria associada à coisa pública havia começado a ser mais difundida na Península Ibérica com as invasões napoleônicas. Cerca de “2.000 panfletos, folhas volantes, caricaturas e proclamações”<sup>88</sup> circularam em Portugal durante a ocupação

---

<sup>85</sup> Lúcia Pereira das Neves observou que Cunha Mattos “definiu a palavra [pátria], dotando-a de um sentido moderno e revolucionário.” *Corcundas e Constitucionais...*, p. 205.

<sup>86</sup> Num dos exemplares desse folheto pertencente à BNRJ, encontra-se um comentário anônimo ao lado dessa passagem: “Rejeito completamente a definição, quer no material, quer em seu sentido imaterial”, o que é um indício da novidade do significado trazido por Cunha Mattos.

<sup>87</sup> FEIJOO Y MONTENEGRO, Benito Jerónimo. *Obras escogidas*. Organizado por Vicente de La Fuente. M. Rivadeneira: Madrid, 1863, p. 145.

<sup>88</sup> ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. “As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais.” Em: TORRALBA, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (org.) *História de Portugal, quinto volume – o Liberalismo (1807-1890)*. Editorial Estampa: Lisboa, p. 43

francesa, e vários eram traduções de obras espanholas. Entre eles estava o *Catecismo civil*<sup>89</sup> que circulou em Lisboa em 1808, ano em que fora publicado na Espanha.

Tal escrito apregoava que o “espanhol” deveria ser conduzido pela sua “sábua mãe, a pátria”, definida como “o ajuntamento ou congregação de muitos Povos regidos por El Rei e governados por umas mesmas leis”, cujos interesses deveriam dizer respeito a todos os povos que a constituíam, em decorrência da “obrigação natural que têm todos de amparar-se, ajudar-se e defender-se reciprocamente.” O combate aos invasores caberia aos filhos dessa “mãe”, que deveriam fazer uso, inclusive, das armas com o objetivo de salvar a “Pátria”, defender o “Estado” e os “irmãos” e alcançar a “glória imortal da Nação”. Nessa comunidade, o “melhor e mais nobre” filho seria aquele que suportasse os sacrifícios por ela “com mais honra, valor e desinteresse próprio, seja quem for”.

A revolução pernambucana de 1817 tornaria o conceito de pátria um ponto chave do movimento, marcado pela ideal da defesa do bem público, o que “tornou-se um programa visível em textos e nas atitudes do curto governo revolucionário.” Buscava-se então “defender a Pátria de homens com pátrias diferentes”, recorrendo-se à articulação de diferentes identidades coletivas sem que a existência de uma significasse a eliminação de outra, como demonstra a célebre passagem da proclamação do governo republicano em 1817: “a Pátria é nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos lusos, sois portugueses, sois americanos, sois brasileiros, sois pernambucanos”.<sup>90</sup>

A palavra pátria e seus derivados, patriotismo e patriota, demonstrariam grande capacidade aglutinadora nas revoluções atlânticas por apelarem a uma “lealdade ‘filial’, localizada e territorializada”, materializada no mundo conhecido e, por isso, convocada de modo imediato. Tais expressões seriam mais usadas nos debates políticos de grande parte dos oitocentos do que o “polissêmico” conceito de nação.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> *Catecismo civil e breve compendio das obrigações do hespanhol, conhecimento prático da sua liberdade, e explicação de seu inimigo: mui útil nas atuais circunstâncias, posto em forma de diálogos (traduzido fielmente do impresso em hespanhol)*. Typographia Lacerdina: Lisboa, 1808, disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Catecismo/Catecismo\\_master/Catecismo.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Catecismo/Catecismo_master/Catecismo.pdf), acessado em 9/5/2008.

<sup>90</sup> Márcia Berbel considera que apenas em 1817 o vocábulo pátria teria “adquirido uma nova identidade política...”. BERBEL, Márcia. “Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1824): nação, identidade e vocabulário político”. Disponível em [www.estadonacional.usp.br/pesquisa/Textos/patriaepatriotas.pdf](http://www.estadonacional.usp.br/pesquisa/Textos/patriaepatriotas.pdf), acessado em 10/5/2008. Há uma vasta bibliografia sobre a importância e as diferentes acepções do conceito de pátria para o movimento Pernambucano de 1817. Entre eles, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e cavalgados...*, obra citada.

<sup>91</sup> QUIJADA, Mónica. “¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano.” Em: ANNINO, António & GUERRA, François-Xavier (org.). *Inventando la nación*. Fondo de Cultura Económica: México, 2003, p. 291. Quanto à preferência do uso de Pátria ao de nação no caso brasileiro, ver BERBEL, Márcia. “Pátria e patriotas em Pernambuco...”, obra citada. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra*

Em 1822, Cunha Mattos empregou o conceito de pátria como fator aglutinador de “todos os portugueses de ambos os hemisférios”, os “patrícios”.<sup>92</sup> A Pátria em questão era a dos portugueses nascidos no Brasil e nas demais partes do império português. Com base nessa concepção, enfatizava as vantagens da manutenção do império luso-brasileiro. Contudo, sua estratégia de convencimento seria, no mínimo, arriscada.

Num primeiro momento, ele procurou mostrar a reciprocidade das agressões entre “europeus” e “brasilienses”. Todavia, seria muito duro quanto ao tratamento empregado pelos reinóis: “Desejara eu bem poder lançar um denso véu sobre as atrocidades cometidas por muitos paxás contra os miserandos Luso-Brasileiros!”.<sup>93</sup> Estava se referindo ao período colonial do Brasil. Em sua opinião, a opressão e o desrespeito teriam se manifestado desde a chegada de Thomé de Souza, quando os que o acompanhavam começaram a hostilizar os “lusobrasileiros nascidos nas Colônias pelos epítetos de – Marcados ou Degradados – Negros – Mulatos – Bodes – Cabras – Judeus; e quando muito favor lhes faziam, davam-lhes nobre epíteto de Caboclos ou Tapuias.”<sup>94</sup>

Ele continuava sua lista de erros da administração portuguesa no Brasil. A supremacia dos “interesses da Mãe Pátria” havia “semeado a cizânia e a discórdia” entre os portugueses reinóis e americanos. O “detestável sistema colonial” fundamentava-se em práticas muito prejudiciais à colônia, tais como:

Sistema de monopólio absoluto = Exclusão de Estrangeiros = Entraves ao adiantamento das Ciências = Preterições sistemáticas do Exército = Governadores sem responsabilidade ou com ela puramente nominal = Estudo constante de transferir para a Mãe Pátria toda a riqueza das colônias = Extirpação e completa ruína das nossas pequenas, mas brilhantes fábricas de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais!!!<sup>95</sup>

A seu ver, o período de angústias vividas pelos ‘brasileiros’ parecia ter chegado ao fim com a “restauração política” e a elaboração da “santa constituição” pelos “patrícios”. O

---

*independência...*, obra citada. MOREL, Marco. *Frei Caneca: entre Marília e a Pátria*. FGV: Rio de Janeiro, 2000.

<sup>92</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. Ensaio histórico-político sobre a origem..., obra citada, p. 5.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, p. 28.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, p. 30.

movimento constitucionalista foi inicialmente por ele interpretado como a oportunidade de pôr fim a “uma escravidão de três Séculos”.

Contudo, as atitudes tomadas pelas Cortes contrariavam tais expectativas. Ele apontou as medidas que promoviam o completo isolamento político “e moral das Províncias do Brasil” e a exigência do retorno de d. Pedro, personificação da esperança e “âncora” de “salvação”, como as principais demonstrações da má-fé das Cortes para com os ‘portugueses brasileiros’. E esses também seriam acusados por Cunha Mattos de serem parcialmente responsáveis pela situação: estariam apenas recebendo a “recompensa dos precipitados juramentos”.<sup>96</sup>

Apesar do discurso severo, a manutenção do império luso-brasileiro continuou sendo defendida pelo autor: “portugueses, todos somos Irmãos, filhos da mesma Pátria”, unidos pelos “vínculos de sangue, de Religião, com os mesmos costumes, prejuízos e inclinações”, sendo aquele o momento propício para a reconciliação: “Resta agora dizer-vos, meus amados concidadãos, que é tempo de abandonarmos prejuízos, preocupações, rivalidades, antipatias e inimizades”. O prêmio por tais esforços seria a construção de um futuro grandioso.

Sua defesa da manutenção do império era feita em nome do futuro e a despeito de muitas das experiências do passado.<sup>97</sup> A seu ver, a situação conflituosa somente seria resolvida com a reestruturação do império, cuja nova arquitetura deveria ter como premissa as relações recíprocas de seus membros para garantir que todas as partes fossem de algum modo beneficiadas. Cunha Mattos demonstrava reafirmava sua forte identificação com as proposições da elite ilustrada que formou-se ao redor de d. Rodrigo.

A transferência da família real para o Brasil exigiu adaptações e justificativas para o deslocamento da sede do novo Império luso-brasileiro. Para Cunha Mattos, o rei deveria estabelecer-se na “parte mais importante, rica e segura dos Estados”, sendo-lhe facultada a circulação pelos reinos do império.<sup>98</sup> Apesar de não dizê-lo explicitamente, tal parte do Império era o Brasil.

Ele insistiu então ser imprescindível a existência de “cortes legislativas” no Brasil e em Portugal, bem como a indicação de uma “Regência ou Delegação onipotente do Poder

---

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*, p. 31.

<sup>97</sup> Sua lógica estava muito próxima da de Ernest Renan, que, no final dos oitocentos, defenderia a necessidade do esquecimento de certos episódios históricos para a formação das nações: “Ainda que a essência de uma nação seja que o conjunto de seus indivíduos possua muitas coisas em comum, é também necessário que eles tenham esquecido muitas coisas.” RENAN, Ernest. “What is a Nation?”. Em: ELEY, Geoff & SUNY, Ronald Grigor (ed.). *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 45.

<sup>98</sup> MATTOS, Raymundo José da Cunha. Ensaio histórico-político sobre a origem..., obra citada, p. 36.

executivo” no “País” onde o rei não estivesse, cujas ordens seriam dadas em nome do monarca, a fim de “se conhecer que o Rei é um só e só uma a Monarquia”.

Cunha Mattos listou as medidas que lhe pareciam essenciais para que o Brasil alcançasse o lugar de destaque entre as nações. A maior parte delas referia-se aos cidadãos, cuja sorte deveria ser melhorada. Era necessário promover o aumento do “seu número pela via de emigrações estrangeiras e pela emancipação dos Escravos pardos”. A delicadeza do tema exigia que as condições dessa emancipação fossem determinadas pelo “Congresso Nacional”; adiantou, entretanto, que os escravos pertencentes aos “Corpos de mão morta”<sup>99</sup> eram os mais adequados. Ele também reivindicava medidas que buscassem diminuir “os males [de] que padecem os outros infelizes Escravos”, que deveriam ficar sob “uma restrita e mui sisuda vigilância”. O medo de uma revolução escrava acompanharia todas as discussões sobre o tema ao longo dos oitocentos. A punição de “três ou quatro portugueses degenerados que promovem por todos os meios a decadência, a anarquia e a escravidão do Brasil” seria uma exigência para se evitar a ocorrência de conflitos mais significativos.

Apesar de Cunha Mattos referir-se ao ‘Brasil’, seu texto indica que ele considerava essa entidade política mais um desejo que uma realidade no momento em que escrevia, dada a oposição de muitos à autoridade de d. Pedro. A unidade do império dependeria, primeiro, da unificação dos ‘brasis’:

Se todas as Províncias se ligarem cordialmente e reconhecerem sua Alteza Real como Centro de União do Brasil e Lugar-Tenente d’El Rei seu Pai e Nosso Monarca durante a ausência deste; se nos amarmos reciprocamente os Portugueses de ambos os Mundos, se assim fizermos, oh Portugueses, está consumada a nossa felicidade e preenchidos os fins que devemos esperar.<sup>100</sup>

O entendimento de que o Brasil inexistia como uma realidade política unificada foi mantido em outro folheto publicado em finais de julho<sup>101</sup> e intitulado *Nova questão política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união*

---

<sup>99</sup> Referia-se às instituições religiosas que prestavam serviços assistenciais.

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>101</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Nova questão política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal?* Typographia do Diário: Rio de Janeiro, 1822. O autor menciona um impresso anterior, de sua autoria, que não foi localizado, intitulado “Qual será a sorte dos Reinos do Brasil e de Portugal no caso de romperem hostilidades?”

*sincera, pacífica e leal?*. Cunha Mattos acreditava que o Brasil havia existido como “um corpo político formado de todas as suas Províncias” apenas durante o período em que esteve sob o governo de d. João VI.<sup>102</sup> A mudança de estatuto ocorrera, portanto, não com a elevação formal do mesmo à categoria de reino, mas pela presença unificadora do soberano em seu território.

Conclamando a todos para que agissem guiados pelo bom-senso, ele apontou as vantagens da manutenção da união entre Portugal e Brasil. As principais razões eram de cunho econômico. A união evitaria a dramática e cara experiência da guerra, cujos custos arruinariam a economia do Brasil.

Suas teses lhe renderiam grandes críticas, principalmente por parte dos portugueses europeus que o acusavam de incendiário e inimigo de Portugal, aos quais respondeu: “Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro e de sentimentos tão puros como o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um e outro Reino ...”.<sup>103</sup>

Persistente na defesa da monarquia dual, o coronel deu início a outro trabalho no qual pretendia demonstrar a impropriedade da tese de que o Brasil poderia ser substituído pelas possessões portuguesas em África:

A malícia mais refinada, a ignorância (...), o ódio mais implacável contra o Brasil e a hostilidade mais cruenta para com os portugueses europeus, são os motivos estrondosos de uma doutrina tão absurda e tão alheia da prudência como a que vemos escrita por homens conhecidamente sábios.<sup>104</sup>

Acreditando que essa doutrina fosse fruto da má-fé de alguns homens que desejavam a separação dos reinos e também da falta de informações sobre aquele continente, decidiu escrever uma “abreviadíssima” obra histórica que pudesse “mostrar aos portugueses de ambos os hemisférios” as dificuldades da exploração da África. Tal empreendimento seria dispendioso e perigoso, podendo “sacrificar e sepultar nas ditas praias da Guiné e da Etiópia

---

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, p. 1.

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>104</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. O estado presente das colônias portuguesas na Costa d’África. Manuscrito do Real Gabinete Português de Leitura.

muitos milhares de cidadãos portugueses dignos de outra sorte”, além de poder resultar infrutífero. Ele pretendia demonstrar os poucos frutos dos trabalhos portugueses no continente africano, no qual, a despeito dos séculos de contato, a presença branca era muito reduzida.

No entanto, não deixaria de reconhecer que o sucesso da América portuguesa tornara-se um empecilho para o desenvolvimento da África. A falta de investimentos na agricultura em decorrência dos lucros rápidos com a venda de escravos foi apontada como um exemplo disso. Embora sugerisse o fim do tráfico, o fato de o mundo atlântico dele depender o levava a propor que fosse feito de modo lento e gradual.

O projeto de escrever essa história africana foi abandonado em decorrência da independência do Brasil, o que, a seu ver, tornava a exploração da África um problema para os lusitanos. Essa explicação consta da última página do manuscrito, com data de 22 de agosto.<sup>105</sup> Na ocasião, Cunha Mattos sintetizou o processo que levou à tão indesejada separação entre Portugal e Brasil:

... apareceu o resultado da maligna animosidade dos inimigos do Brasil que faltando à fé jurada, propuseram-se ainda menos do que reduzir o vasto continente das antigas possessões portuguesas da América ao abjeto estado de servidão, e ao estado de colônia subjugada. Os brasileiros, ressentidos do mau tratamento que se lhes dava, e do nenhum decoro com que era tratado o seu Príncipe Regente, filho e herdeiro do Senhor Rei d. João VI, separaram-se de Portugal, proclamaram a sua Independência política e colocaram sobre o excelso trono do Brasil o seu mesmo Regente, aclamando-O Imperador desta vasta porção do Hemisfério Ocidental.

A dissolução do Império luso-brasileiro seria conseqüência de um conjunto de atos das Cortes que eram interpretados, naquele contexto, como esforços de recolonização da América portuguesa.<sup>106</sup> Assim, a formação do império do Brasil era o resultado da resistência ao

---

<sup>105</sup> Sobre a construção do dia 7 de setembro como data da independência ver, entre outros, SANDES, Noé. *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*. Ed. UFG: Goiânia, 2000.

<sup>106</sup> A interpretação dos atos das Cortes como recolonizadoras foi divulgada já na segunda metade de 1821 e veio a ser explicado no relatório da Comissão de Constituição como razão das adversidades existentes entre portugueses brasileiros e portugueses europeus. ALEXANDRE, Valentim. “O processo de independência do Brasil”..., p. 33.

“despotismo parlamentar” lisboense e, conseqüentemente, um ato legítimo contra a escravidão e o servilismo.

A independência, contudo, ainda não estava concluída. Os dias que se seguiram testemunhariam importantes eventos, tal como a ida do príncipe à província de São Paulo, o célebre 7 de Setembro e a aclamação e coroação de d. Pedro como imperador do Brasil. O Brasil tornara-se uma entidade política autônoma, seguindo um caminho deveras distinto dos demais Estados americanos. Estabeleceu-se uma monarquia nas Américas, cujo soberano recebera o título de imperador, e as fronteiras coincidiam quase totalmente com as do período colonial.

Cunha Mattos havia acompanhado de perto todo esse processo. Sua resistência diante da possibilidade da independência não parece ter-lhe trazido problemas políticos, pois foi nomeado para o cargo de governador de armas<sup>107</sup> da província de Goiás em março de 1823.

### **3.3 Cunha Mattos em Goiás**

Raimundo José da Cunha Mattos serviu como governador de armas em Goiás entre meados de 1823 e início de 1826. Chegou à cidade de Goiás em 15 de julho, depois de pouco mais de dois meses viajando pelos sertões brasileiros na companhia do alferes José Antônio da Fonseca, seu “oficial de ordens”, de Ângelo José da Silva, de um tropeiro que lhes servia de guia e de alguns de seus escravos pessoais.

A função de governador de armas havia sido criada no Brasil pelo decreto das Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1821. Esse decreto determinou a separação entre o poder civil e o militar nas províncias. O primeiro seria exercido pelas Juntas Provisórias de Governo, formadas por 7 ou 5 membros eleitos entre os mais cidadãos mais célebres por seus conhecimentos, probidade e fidelidade à causa constitucional.

---

<sup>107</sup> Sobre esse período, existe a grande contribuição da memória “Cunha Mattos em Goiás”, escrita por Americano Brasil e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, vol. 150, 1924. Além de uma síntese da atuação do então governador de armas de Goiás, encontramos em suas páginas a

O governo militar, por sua vez, seria encarregado aos governadores de armas, nomeados pelas Cortes. Eles deveriam zelar pela observância das ordens e manutenção da disciplina, cuidando especialmente da satisfação e execução da justiça nos assuntos militares. Apesar de as questões civis estarem fora de sua competência, eles deveriam remeter à Corte os casos em que fossem constatados “alguns descaminhos prejudiciais ao governo público da Justiça ou Fazenda”, como determinava o regulamento de 1º de junho de 1678.<sup>108</sup>

As Cortes buscaram com tal decreto enfraquecer os poderes constituídos no Brasil, pois retirava qualquer autoridade do Príncipe herdeiro sobre as províncias – o que tornava sua permanência na América inútil e mesmo desonrosa, dizia o decreto – ao mesmo tempo em que punha representantes diretos das Cortes ao lado das Juntas Provisórias de Governo.

É provável que as primeiras notícias da Revolução do Porto tenham chegado informalmente àquele sertão do Brasil levadas pelos tropeiros e viajantes que ali passavam vindos do Pará, da Bahia e da Corte. O pronunciamento oficial na capital da província foi feito pelo capitão-general Manuel Inácio de Sampaio em 25 de abril de 1821, após saber da adesão de d. João e da determinação de que fossem eleitos representantes para o congresso em Lisboa.

Ele falou aos povos de Goiás sobre a “regeneração da monarquia portuguesa” como um evento esperado do qual deveria resultar a “prosperidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, felicidade essa garantida pelo juramento do rei d. João VI e pela convocação dos deputados do reino do Brasil. Considerava ser impossível “calcular as vantagens que uma tão nobre resolução deve resultar aos portugueses de um e outro hemisfério”.<sup>109</sup>

O temor das revoluções acompanhava grande parte dos agentes régios luso-brasileiros e estava presente nas falas de Sampaio, que buscava reforçar a necessidade de manutenção da ordem pela obediência aos poderes estabelecidos, nos quais se incluía.

---

<sup>108</sup> O posto de governador de armas era bastante antigo no reino de Portugal, criado no contexto das guerras de restauração. “Regulamento dos governadores de armas, seus auditores e assessores” de 1º de junho de 1678, disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=102&id\\_obra=63&pagina=146](http://www.iuslusitaniae.fcsb.unl.pt/verlivro.php?id_parte=102&id_obra=63&pagina=146), acessado em 4/2/2008; e *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, disponível em: <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.c1821>, acessado em 4/2/2008.

<sup>109</sup> Proclamação de Manuel Inácio de Sampaio aos povos de Goiás, citado em: MACEDO, Tairone Zuliani. *Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2004, p. 98. O processo de independência de Goiás também foi trabalhado, entre outros, por: MOREYRA, Sérgio Paulo. “O processo de independência em Goiás” em MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822 *Dimensões*. Perspectiva: São Paulo, 1972; LACERDA, Regina. *A Independência em Goiás*. Oriente: Goiânia, 1972; BRASIL, Americano do. *Pela história de Goiás*. Ed. UFG: Goiânia, 1980.

As elites goianas, contudo, se agitaram e viram na formação de uma Junta Provisória de Governo a oportunidade de confirmar seu poderio local. Sampaio insistiu em que aquele não era o caso de Goiás, visto que ele, como capitão-general, havia aderido ao movimento e tomado as medidas necessárias para a eleição dos deputados para o ‘soberano congresso’. Os potentados da província não se conformaram, e as disputas se arrastaram sem que nenhum dos grupos conseguisse sobrepor-se aos demais no Centro-Sul. Sampaio acabou aceitando a formação da Junta, para a qual foi eleito presidente, mas não conseguiu manter-se no cargo. A rotatividade dos deputados continuou até meados de 1823.

A instabilidade da província foi aguçada pela criação de um governo independente na comarca do norte, instituído em 14 de setembro de 1821, sob a justificativa de que o sul não conseguira libertar-se do despotismo. Contudo, mesmo após a formação de uma Junta em Goiás, o norte optou por permanecer autônomo, dando como justificativas a distância entre as comarcas, o descaso com que era tratado pelo sul e a exploração de que era vítima.

O movimento do governo da vila de Cavalcante teve como principal nome o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, que foi eleito para as Cortes. Ele tomou posse em Lisboa e lá permaneceu depois que a maioria dos deputados já havia sido retirada do Brasil. Enquanto o governo do sul da província reconhecia no príncipe regente a autoridade maior do reino do Brasil, a Junta de São João das Duas Barras buscou o reconhecimento das Cortes por considerar que apenas a elas estava subordinada.

Essa decisão relacionava-se, entre outros fatores, às ligações existentes entre o atual estado do Tocantins – cujo território coincide quase completamente com o que se encontrava sob a competência da Junta Provisória do Norte – e o Pará, que permaneceria fiel às Cortes até sua ‘adesão’ pelas armas à “causa do Brasil”. Apesar do sucesso inicial, as disputas entre os potentados de Cavalcante, Palmas, Arraias e Natividade levaram ao desgaste daquele governo independente e à sua posterior dissolução, sem que para isso fosse necessária uma intervenção do sul.

A cerimônia de posse de Cunha Mattos como governador de armas ocorreu no palácio do conde dos Arcos no dia seguinte à chegada da pequena comitiva, sendo oficiada pelo presidente da Junta Provisória de Governo, Álvaro José Xavier Guimarães, na presença dos deputados. O governador de armas jurou sobre os evangelhos defender o imperador, o império, a constituição que estava sendo elaborada e a província de Goiás.

O coronel não se limitou aos juramentos de fidelidade, mas comprometeu-se a emprestar ao governo civil seus conhecimentos técnicos para realizar os trabalhos de

melhoramento da província. Apresentou um verdadeiro plano de governo, segundo o ofício que enviou à Secretaria e Ministério da Guerra:

Ofereci-me à Junta do Governo Provisório com quem conservo a mais admirável harmonia e boa inteligência, não só a ir examinar os trabalhos, canais, e máquinas das minas de Ancuns, as do Rio Claro, Diamantina e quaisquer outras das riquíssimas desta Província do ouro e preciosidade, posto que pobre ou indigente, como a tomar a meu cargo o conserto, cobertura das novas estradas, construção e reparo das pontes e braços dos rios, conserto de limpeza das fontes e calçadas, e mostrar como se quebram e se extraem pedras, a ensinar à mocidade os princípios da matemática, a língua francesa e inglesa (...).<sup>110</sup>

Cunha Mattos tinha consciência de que tais trabalhos estavam muito além de suas atribuições como comandante militar da província, mas se propunha fazê-los como uma contribuição à Pátria. A ‘abnegação’ da oferta seria reforçada pelo esclarecimento à Secretaria de que, “por estes ou quaisquer outros trabalhos civis”, não seria necessário nenhum tipo de “gratificações, remunerações, ajudas de custo nem vencimentos”, visto serem suficientes os que recebia na sua “qualidade de militar”. O principal prêmio esperado pelo então coronel era a “glória e prosperidade” do Brasil, sua “Pátria adotiva”, “a honra e magnificência de Sua Majestade Imperial” e o bem-estar dos súditos do novo império.

Ficava aí evidente sua concepção de governo, que pressupunha a intervenção executiva que visasse a melhorar a sociedade. Naquele contexto, isso significava civilizar. Os ideais do governador de armas causaram certo estranhamento na província, levando-o a afirmar, pouco mais de dez dias após sua chegada, que todos o olhavam “como para pessoa que há de causar incômodo ou introduzir um sistema de vida diametralmente oposto aos seus desejos...”.<sup>111</sup>

Ele já havia percebido nos contatos iniciais alguns problemas administrativos da província. No primeiro ofício enviado à Corte, afirmava que ver entre os deputados da Junta

---

<sup>110</sup> Ofício de 23 de junho de 1823 de Raimundo José da Cunha Mattos à Secretaria dos Negócios da Guerra, em: BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás” em: *RIHGB*, tomo 96, vol. 150, 1924, p. 218.

<sup>111</sup> Ofício do Governador de Armas à Secretaria dos Negócios da Guerra em 26 de junho de 1823. ANRJ, IG<sup>1</sup> 255.

do Governo Provisório “bons desejos”, mas “pouco trabalho”.<sup>112</sup> Ao que tudo indica, os ideais administrativos do recém-chegado produziram algum desconforto entre os membros da Junta de Governo e deram início ao que seria um difícil convívio entre os governos civil e militar da província durante os três anos de Cunha Mattos em terras goianas.

É preciso considerar que Goiás não possuía atividade econômica de monta. Estava excessivamente longe dos portos e dos grandes centros. Assim, a ocupação de cargos públicos era a principal fonte de rendas e de prestígio. A burocracia ocupava, assim, papel crucial na dinâmica econômica e social da província. A atuação de agentes exteriores, tal como Cunha Mattos, alterava os jogos políticos locais.<sup>113</sup>

Cunha Mattos parece não ter se esforçado em aproximar-se da maioria dos membros da Junta. Ele articulou-se principalmente com os oficiais e soldados e com os potentados das povoações menores. A Junta o retrataria em seus ofícios ao governo central como arrogante, auto-suficiente, soberbo, prepotente, intrigante e preconceituoso.

A desconfiança seria reforçada no final daquele mês de junho. Cunha Mattos resolvera testar a capacidade de mobilização das tropas no caso de alguma urgência. Determinou que fosse tocada a *general*<sup>114</sup> pouco antes de uma hora da madrugada do dia 29. O resultado foi frustrante: o comparecimento de uma parcela muito pequena dos oficiais e soldados da tropa de linha, das milícias e das ordenanças causou-lhe “o maior desgosto”, segundo seu ofício à Corte. Os mesmos resultados foram apresentados de modo mais positivos na correspondência que ele enviou à Junta Provisória de Governo, na qual declarou que se “apresentaram em parada todos, ou quase todos, os militares da cidade.”<sup>115</sup>

O exercício daquela madrugada produziu grande alvoroço na cidade. Os documentos permitem supor que os habitantes ficaram temerosos de que o governador de armas dissolvesse a Junta Provisória. Nos dias que se seguiram, a constatação de que não havia sido essa sua intenção não foi suficiente para trazer de volta a tranqüilidade. A *general* poderia ter sido um aviso ou uma ameaça velada: foi essa a interpretação que correu pelas ruas da cidade, segundo os documentos.

---

<sup>112</sup> BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás”..., obra citada, p. 218.

<sup>113</sup> MACEDO, Tairone Zuliani. *Império e região...*, p. 113.

<sup>114</sup> Generala era um toque de alarme ao som do qual os soldados deveriam apresentar-se com as armas e demais apetrechos e colocar-se em formação à espera das ordens dos superiores. Era um toque de alarme máximo. As bandas militares do século formação de bandas militares deu

<sup>115</sup> Idem, ANRJ, IG<sup>1</sup> Rel. 1A; Ofício do Governador de Armas à Junta Provisória de Governo, 2 de julho de 1823, AHEG, livro manuscrito 119.

As tensões levaram Cunha Mattos a escrever à Junta esclarecendo sua posição. Lembrou que os deputados haviam sido avisados pelo sargento-mor Francisco de Alexandria do exercício programado e lamentou, tomado pela “mais pungente dor”, que o fato estivesse sendo usado para alimentar aquela “absurda novela”. Observou que tais calúnias eram infundadas e evocou “as atenções e respeito” com que sempre havia tratado os deputados da Junta, aos quais estava ligado por laços de fidelidade decorrentes de serem eles os “representantes da Augusta pessoa de Sua Majestade Imperial”. Portanto, estava disposto a defendê-los com sua própria morte e a de seus soldados.

A resposta da Junta de Governo chegou aproximadamente uma semana depois. Os deputados confirmaram que, naquela madrugada, haviam realmente temido que o governador pretendesse “capturar e depor os Membros deste governo”, possibilidade que lhes trouxera uma “pungente dor”. Concluíram que toda a situação havia sido criada “pelos inimigos desta Junta e da tranqüilidade pública”.<sup>116</sup>

O episódio pode ser parcialmente atribuído às “convulsões políticas”<sup>117</sup> que haviam tomado conta da província desde a chegada das notícias da Restauração em Portugal e que inauguraram as longas, porém pouco violentas, disputas pelo controle político de Goiás.

Cunha Mattos teve que enfrentar os ‘fantasmas’ deixados por essas disputas. Além da desconfiança encontrada na cidade de Goiás, foi obrigado a lidar com o que considerava a frágil adesão do norte à causa brasileira.

O mencionado ofício encaminhado por ele à Secretaria dos Negócios da Guerra de 23 de junho trazia como primeiro tópico as questões do norte, cuja iniciativa de emancipação seria explicada como fruto da vontade “dos seus principais habitantes” de formarem um “governo particular e muito conforme aos seus interesses familiares”. Isso os teria levado à adesão ao “sistema de Portugal” e a não reconhecerem imediatamente “a feliz Regência e a Soberania de Sua Majestade Imperial”.

Segundo o governador, a posição da comarca do norte seria devida a interesses bastante particulares, e mais a desavenças ante o mau governo do centro-sul da província do que à fidelidade às Cortes ou à identificação com elas. Ressaltava, no entanto, que a

---

<sup>116</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Junta Provisória de Governo, 2 de julho de 1823; Ofício da Junta Provisória de Governo ao Governador de Armas da Província de Goiás, 8 de julho de 1823. AHEG, Livro Manuscrito 119.

<sup>117</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Secretaria dos Negócios da Guerra. BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás”..., obra citada, p. 218.

localização daquela comarca tornava-a potencialmente instável, visto “se achar fronteira às Províncias do Pará, Maranhão e Piauí”.<sup>118</sup>

Logo que chegou à cidade de Goiás, o governador de armas foi informado de que o deputado padre Gonzaga Fleury partira em direção ao norte para consolidar a união daquela área da província e defender os rios que poderiam ser usado para ataques portugueses à região. Contudo, a ação do deputado parecia ter restabelecido a tranqüilidade na região, conseguindo fazer com que “a causa brasileira [fosse] abraçada em todo Goiás sem derramamento de sangue.”<sup>119</sup>

Apesar disso, em 25 de agosto chegaram ao governador notícias preocupantes do norte, demonstrando que a causa brasileira ainda não era uma questão resolvida. Enquanto ele se encontrava numa viagem pelo sul da província desde o início do mês, inspecionando as condições das tropas, “chegou por parada violenta (correndo a galope) um soldado dragão de Goiás” trazendo a comunicação da Junta Provisória de Governo de que “as Tropas Portuguesas do Maranhão” estavam em vias de entrar “no território norte da Província de Goiás”. O padre Gonzaga Fleury pretendia seguir ao encontro das forças inimigas comandadas pelo major Francisco de Paula e, ainda, enviar o sargento-mor José Antônio Ramos Jubi para contatar o governo do Pará. Tais notícias lhe foram transmitidas com grande gravidade e, segundo ele, a Junta o responsabilizava “pela segurança da Província”.

O governador de armas imediatamente ordenou ao comandante das tropas da cidade de Goiás que tomasse as providências necessárias para que os soldados da primeira linha marchassem rumo ao norte. Foi igualmente solicitada à Junta de Governo que fornecesse os recursos para se “ir debelar o inimigo no meio do deserto, 300 léguas distantes da Cidade!”<sup>120</sup>

Cunha Mattos questionou a gravidade da situação, apesar de partir prontamente para o norte. A seu ver, o real interesse da Junta era ficar “a coberto”, evitando ser acusada de omissão ante desdobramentos negativos. Ele observou ironicamente em suas anotações que, “se as Forças Portuguesas se achassem na Capela de Santa Bárbara da cidade de Goiás, a Ex.<sup>ma</sup> Junta não escreveria com maior susto e aceleração.”

O mesmo receio de ter que responder pela improvável, mas ainda possível, perda da parte setentrional da província levaria Cunha Mattos a ter uma conduta semelhante à da Junta,

---

<sup>118</sup> BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás” ... p. 215.

<sup>119</sup> Ofício da Junta Provisória de Governo ao Governador de Armas, 28 de junho de 1823, AHEG, Livro Manuscrito 119.

<sup>120</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Vileneuve e Cia: Rio de Janeiro, 1836, p. 158.

o que, mais uma vez com ironia, admitiu: “mas eu devo e mando pegar em armas por também desejar acobertar-me”. De qualquer modo, concluiria ele, a viagem deveria ser proveitosa, visto oferecer a oportunidade de “examinar as terras da Província desde o extremo sul até aos últimos sertões do Norte.”<sup>121</sup>

O governador considerava que o padre Gonzaga provavelmente exagerara quanto à gravidade da situação, em razão do “terror de que sua alma está dominada”. As intenções e o desprendimento do padre Fleury mereciam a maior consideração do comandante militar, mas isso não o impediu de avaliar as iniciativas do plenipotenciário da Junta naquela região como muito temerárias e instigadas por seu despreparo militar.

O diagnóstico do perigo concreto, todavia, não podia ser realizado desde aquela distância em virtude da imprecisão das informações e da ausência de dados para a ação militar: “disse que há inimigos, mas não se nos declara número, tempo, nem lugar; disse-nos que a Província está cercada de revolucionários, mas não se aponta a sua força, intenção, nem a distância a que ficam de nós”.<sup>122</sup>

Cunha Mattos não imaginava a grande confusão que seria causada pela marcha. A Junta, que havia enviado os ofícios de Fleury ao governador de armas em caráter de urgência, solicitando sua presença no norte, começava a questionar a necessidade da marcha, “debaixo do pretexto de não haver meios de suprir as despesas para isso necessárias.”<sup>123</sup> No dia 14 de setembro, Cunha Mattos participou de uma conferência com o governo civil. Os debates foram acalorados. Ele inquiriu a Junta sobre as reais condições do norte e, ao final, exigiu o apoio necessário:

Eu perguntei à Junta se eram verdadeiras as notícias da invasão da Província pelas forças portuguesas do Maranhão: respondeu-me pela afirmativa. Pois bem, disse eu: Reputa VV. EE indispensável a minha presença no Norte da Província? – Reputamos. – Existem forças suficientes na Comarca do Norte? – Não. – Julgam VV EE que um General sem ter soldados pode bater-se com um inimigo invasor e aguerrido, como avaliam aos que entraram? – Não. – Nesse caso querem VV EE entregar-me e entregar a Província aos Portugueses inimigos do

---

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>122</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Junta de Governo Provisório, 13 de setembro de 1823, AHEG, Livro Manuscrito 119.

<sup>123</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro...*, obra citada, p. 174.

Império. – Isso não: V. E. dará lá as providência que julgar necessárias com o destacamento que se acha com o Sr. Deputado Luiz Gonzaga Fleury. Ex.mos senhores! Eu sem tropa não respondo pela salvação da Província, e se VV EE se opuserem à marcha da primeira linha para o Norte, a fim de expulsar os Portugueses, recairá sobre VV EE a culpa da invasão. Eu, como Governador das Armas, posso mover a primeira linha dentro da Província e devo quanto antes marchar com ela para o Norte ou ir para o Rio de Janeiro.<sup>124</sup>

A primeira reação da Junta foi acatar as ponderações de Cunha Mattos. Começou a tomar as primeiras providências para dar início à marcha, chegando a contrair um empréstimo urgente de 12 mil cruzados para o pagamento das tropas, cujos soldos estavam atrasados havia meses. Contudo, na véspera da partida, a Junta determinou a suspensão da marcha. Os deputados goianos defendiam a necessidade da presença do governador de armas no norte da província, mas consideravam os custos da marcha muito altos. Cunha Mattos deveria partir, mas sem tropas.

O coronel ficou enfurecido. Os reveses da Junta colocavam sua autoridade em questão e agravava o clima de desconfiança entre os poderes locais. Cunha Matos escreveu à Junta Provisória de Governo informando não estar disposto a se expor a possíveis questionamentos sobre sua adesão à ‘causa do Brasil’. Ele argumentava que poderia vir a ser “tratado logo de traidor e prosélito das infames e malvadas Cortes de Portugal” no caso de ficar tranqüilamente observando os acontecimentos na fronteira entre a província de Goiás e o resistente Pará, em decorrência de sua condição de “português de nascimento”. Tal difamação poderia ocorrer “não obstante ser conhecido como um dos mais honrados Brasileiros de convicção, amante do Imperador e do Império”.<sup>125</sup>

Os temores de Cunha Mattos eram razoáveis. Com a efetiva separação entre Portugal e Brasil, teve início o complexo processo de construção da identidade nacional. O discurso elaborado sobre a ‘mãe-pátria’ direcionou as críticas feitas contra as Cortes, desde a segunda

---

<sup>124</sup> Idem, *ibidem*, p. 175.

<sup>125</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Junta de Governo Provisória, 18 de setembro de 1823, AHEG, livro manuscrito 119.

metade de 1821, para Portugal e os portugueses de um modo geral. Esses eram elevados à categoria de inimigos.<sup>126</sup>

Aquela era uma experiência muito nova. Até os finais do ano de 1822, o termo brasileiro referia-se aos habitantes no Brasil súditos de d. João VI, fossem eles portugueses europeus ou portugueses americanos. Havia, contudo, espaço para os ‘bons portugueses’, compreendidos por aqueles que aderiram à causa da independência.<sup>127</sup> Cunha Mattos precisava, portanto, marcar seu lugar entre esses.

Um segundo ofício foi encaminhado à Secretaria dos Negócios da Guerra e denunciava o que lhe parecia ser um complô armado por “alguns membros do Governo” contra a existência de um governador de armas na comarca. Tal adversidade seria explicada por Cunha Mattos como fruto da inveja instigada pelo “respeito e a amizade” que lhe tinham “o Povo e a Tropa”.<sup>128</sup>

Ao marcar tal apoio, o governador de armas reforçava sua autoridade na Província e a sua importância para a manutenção da tranquilidade da mesma, já que ambos, povo e tropa, eram os principais agentes de inquietação política naqueles primeiros momentos do Brasil como Estado independente. Chegou mesmo a afirmar que sustentava a autoridade do governo, por “forças de palavras e por escrito”, conclamando o povo e a tropa a se manterem obedientes aos poderes estabelecidos, a despeito das insatisfações decorrentes da má administração da Junta e das constantes e notórias desavenças entre seus membros.

As acusações feitas por Cunha Mattos à Junta de Governo eram muito graves, visto que a própria manutenção da unidade do império brasileiro estava sendo posta em risco pela improbidade do governo civil, retratado como inoperante, abusivo e, em termos contemporâneos, corrupto.

A reação de Cunha Mattos não parece ter surpreendido a Junta. Ela também recorreu à autoridade régia e buscou justificar sua postura, usando para tanto o fato de o próprio governador haver duvidado da seriedade das notícias enviadas por Gonzaga.<sup>129</sup>

Cunha Mattos estava numa situação muito delicada, parecendo-lhe inviável sua simples subordinação à vontade da Junta, fosse por uma questão de competência, fosse por

---

<sup>126</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Faperj / Relume Damará: Rio de Janeiro, 2002, p. 59 e seguintes.

<sup>127</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>128</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Secretaria dos Negócios da Guerra, 19 de setembro de 1823, AHEG, Livro Manuscrito 118.

<sup>129</sup> MACEDO, Tairone Zuliani. *Império e região...*, obra citada, p. 105.

seu orgulho pessoal. Aproveitando-se do fato de grande parte da oficialidade da província encontrar-se então na capital, ele decidiu convocar um conselho de guerra para deliberar sobre o assunto. No caso de uma decisão favorável, o que era provável, tal dispositivo legitimaria suas decisões e seus diagnósticos frente à Corte.

No dia 19 de setembro, “os coronéis, os sargentos-mores, capitães e oficiais subalternos da Tropa de Linha, Milícias e Ordenanças” reuniram-se em conselho para ouvir as ponderações do governador de armas sobre a situação. Terminada a exposição, o coronel retirou-se do recinto para que o conselho pudesse discutir a partir de tudo que havia sido dito e da análise da correspondência enviada pelo deputado Luís de Gonzaga Fleury.<sup>130</sup> O debate foi longo, mas o fórum acabou acatando a posição do coronel, aprovada pela maioria esmagadora dos votos dos participantes: “Estava vencida a Junta Provisória, estava salvo o prestígio militar do futuro representante goiano.”<sup>131</sup>

No dia 20 de setembro, depois desses tumultuados eventos, o governador de armas partiu com sua pequena tropa rumo aos sertões setentrionais de Goiás. Raimundo José permaneceria longe da capital da província durante aproximadamente um ano. Antes, porém, deixou um oficial de sua confiança na cidade de Goiás com a responsabilidade de mantê-lo a par dos principais eventos do sul e dos movimentos da Junta, o que revela a falta de confiança existente entre aqueles agentes régios.

No oitavo dias da marcha recebeu notícias do norte que informavam sobre a vitória dos moradores da vila de Pastos Bons, auxiliados por quinhentos índios apinagés das aldeias da Carolina e de Santo Antonio, sobre as forças invasoras na fronteira entre Pará e Goiás. Contudo, o major José Antonio Ramos Jubé, enviado à cidade do Pará pelo deputado Gonzaga Fleury com proclamações do imperador, havia sido aprisionado pelo general português José Maria de Moura e estava sob ameaça de ser despachado para Portugal.<sup>132</sup>

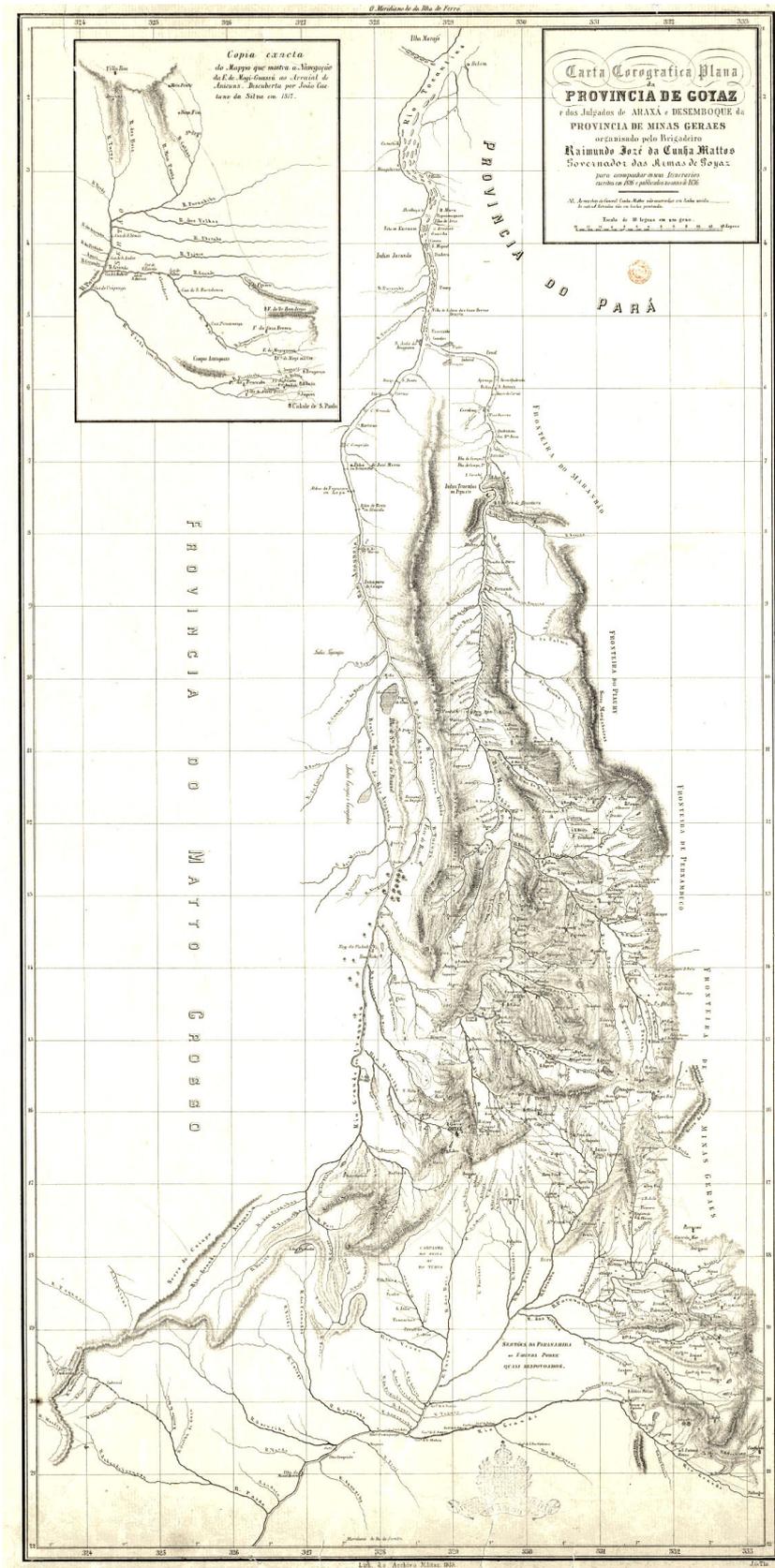
O fim do perigo da iminente invasão pelos “bárbaros lusitanos” que pretendiam “escravizar” os brasileiros da comarca do norte alterou os objetivos da viagem. Tratava-se agora da avaliação das tropas locais e da coleta de informações sobre os mais diversos aspectos da província. A expedição podia prosseguir com mais vagar.

---

<sup>130</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Secretaria dos Negócios da Guerra, 19 de setembro de 1823, AHEG, Livro Manuscrito 118.

<sup>131</sup> BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás”, obra citada, p. 195.

<sup>132</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro...*, obra citada, p. 180.



Mapa de Goiás que acompanha o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836.

Cunha Mattos aproveitaria a longa viagem pelos sertões goianos para dar início à escrita de um itinerário. Eles tinham por objetivo primeiro promover a melhoria da comunicação entre localidades separadas por regiões pouco habitadas. Eram fornecidas informações quanto às estradas, o tempo de viagem entre as localidades intermediárias e as condições de estadia. Articulavam-se descrições geográficas e ‘antropológicas’, para usar um termo atual.<sup>133</sup> A iniciativa de tais empreendimentos visavam favorecer a apropriação político-administrativa pelo Estado brasileiro dos espaços que ele pretendia unificar e, com isso, nacionalizar.

Mesmo longe da sede do governo civil, as tensões entre a Junta Provisória e o governador de armas voltariam a aumentar em fevereiro do ano seguinte, quando chegou a Goiás a lei de 20 de outubro de 1823, aprovada pela Assembléia Constituinte, dando nova organização à administração das províncias.<sup>134</sup>

Cada uma seria administrada por um presidente “executor e administrador”. Ele contaria com o auxílio de um conselho provincial eletivo, que se reuniria em sessão ordinária uma vez por ano, com duração inferior a dois meses. Em situações extraordinárias, o presidente teria autonomia para convocar o conselho, cujas principais atribuições eram a fiscalização das contas da província e o aconselhamento nas questões de maior significado, tal como a intervenção em jurisdições de outros agentes.

A nova lei conservou a separação entre o poder militar e o civil nas províncias, mas introduziu mudanças que resultaram na diminuição da autonomia do comandante militar em relação ao presidente da província. Tal tema havia sido objeto de intensos debates na Assembléia Constituinte, sendo a existência de governadores de armas provinciais associada às ‘ações despóticas das Cortes’.

Foi retirada do comandante militar qualquer atribuição fiscalizadora, colocando-o sob a autoridade do presidente, que passou a ter o direito de, inclusive, afastá-lo de suas atribuições, desde que respaldado pelo conselho provincial.

O ofício da Junta Provisória informando sobre essa lei chegou a Cunha Mattos no dia 9 de fevereiro de 1824, quando estava na vila de Cavalcante. Entendendo que a nova organização administrativa teria efeito imediato, escreveu cumprimentando o “Senhor

---

<sup>133</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 112.

<sup>134</sup> Lei de 20 de outubro de 1823, Coleção de Leis do Império (1808-1889), disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F\\_82.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_82.pdf), acessado em 7/2/2008.

Presidente e Administrador interino da Província”, sem citar nomes, e apresentando seu “respeito e obediência”.

Outro ofício foi encaminhado ao coronel João José de Azevedo Noronha e Câmara, comandante das tropas da cidade de Goiás. Cunha Mattos informava que via “estar abolida” a Junta Provisória e orientava o comandante local para tratar com todo o respeito o presidente interino da província. Esclarecia também que as tropas de ordenanças passavam a responder ao governo civil e que seria necessária a aprovação do presidente quando as tropas de segunda linha marchassem para além do espaço dos respectivos regimentos.

A Junta de Governo reagiu de modo bastante dramático a esse último ofício, exigindo esclarecimentos de João José de Azevedo.<sup>135</sup> Buscou o apoio do comandante local, mostrando que as demais Juntas Provisórias continuavam existindo nas outras províncias. Usou a correspondência da Corte para provar que o Soberano ainda reconhecia a Junta como a principal autoridade da província de Goiás, situação que só se alteraria quando chegasse o presidente nomeado ou pelo uso das armas. Finalmente, solicitou uma cópia da correspondência recebida do governador de armas, para enviá-la à Corte.

O tom da Junta seria amenizado com o correr dos dias e com a contínua troca de ofícios entre as autoridades. Cunha Mattos portou-se com atípica diplomacia naquelas circunstâncias. Esclareceu que, apesar de discordar da interpretação dada pela Junta, não lhe cabia interpretar as leis, apenas “obedecer cegamente ao governo civil”, e, por isso, continuava a reconhecer a autoridade da Junta. Argumentou que sua atuação não deveria ser entendida como uma ameaça às autoridades estabelecidas: “Eu não sou chefe de Revoluções, não consentirei que as haja enquanto puder, e por isso sempre obro com brandura e boa fé”.<sup>136</sup>

A relação entre a manutenção da ordem e a obediência às leis e ao imperador seria reforçada por ele na correspondência seguinte:

Para mim é absolutamente indiferente obedecer a Vossas Excelências, ao Juiz de Fora da Cidade, a um Cabo de Esquadra ou a um Lavrador chamado pela Lei e revestido de autoridade pelo Imperador: aquele que governa não o faz em seu nome, mas sim em nome da Lei, e em voz do

---

<sup>135</sup> Ofício da Junta de Governo Provisório ao Comandante Militar da Capital da Província de Goiás. 17 de fevereiro de 1824, ANRJ, IG<sup>1</sup> 217. O artigo 19 determinava que: “em falta do Presidente, Vice-Presidente, Conselheiros e Suplentes, o Presidente da Câmara da Capital servirá de Presidente da Província para expedir aqueles negócios que são da mera competência do Presidente.” Lei de 20 de outubro de 1823, obra citada.

<sup>136</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Junta de Governo Provisório, 25 de março de 1824. AHEG, Livro Manuscrito 119.

Soberano, e por isso em os homens sendo obedientes à Lei, conserva-se o Estado em tranqüilidade.<sup>137</sup>

Apesar do tom cordial, cópias de todos os documentos foram enviadas à Corte pelos envolvidos, como garantia de que os ‘mal-entendidos’ sobre o tema não alcançassem os ouvidos régios.

Em setembro, a Junta Provisória de Governo foi substituída pelo presidente de província Caetano Maria Lopes Gama. Ele nascera em Recife em 1795 e havia estudado em Coimbra. Estava em Alagoas, ocupando o cargo de ouvidor da comarca, quando ocorreu a Revolução do Porto. Era um defensor entusiasta do sistema constitucional, vindo a ser eleito presidente da Junta Provisória e, posteriormente, deputado por Alagoas na Assembléia Extraordinária das Cortes de Lisboa. Lopes Gama ocupou importantes postos ao longo de sua vida: deputado por Goiás na segunda legislatura, desembargador da Relação da Bahia, intendente de polícia da Corte, senador e ministro, tendo recebido o título de visconde de Maranguape.

O primeiro encontro entre Cunha Mattos e o presidente foi muito rápido. Comentou-o em ofício à Secretaria da Guerra, no qual a cumprimentava pela escolha de um homem “adornado de qualidades mais brilhantes e mais próprias” para executar o que ele chamou de “curativo político radical” daquela província.<sup>138</sup>

A chegada de Lopes Gama não trouxe, contudo, o fim das disputadas entre as autoridades régias. Os principais pontos de discórdia decorriam da falta de clareza da lei de 20 de outubro no que dizia respeito às atribuições do governo civil e da autoridade militar. Além disso, o atraso dos pagamentos dos soldos e demais despesas com as tropas, de responsabilidade do governo civil, foi uma constante origem de desavenças.

O presidente de província não compartilharia das preocupações do governador de armas quanto à segurança da província. Para ele, a posição geográfica da província a protegia de ataques estrangeiros e a tranqüilidade interna tornava desnecessária a manutenção de um grande contingente de soldados.<sup>139</sup> Lopes Gama demonstrou ter mais convicção sobre a unidade do império do que seu colega militar.

---

<sup>137</sup> Idem, 26 de março de 1824. AHEG, Livro Manuscrito 119.

<sup>138</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Secretaria dos Negócios da Guerra, 11 de setembro de 1824, AHEG, livro manuscrito 119.

<sup>139</sup> Ofício de Caetano Maria Lopes Gama a Raimundo José da Cunha Mattos, 25 de outubro de 1824, ANRJ, IG<sup>1</sup> 217.

Cunha Mattos, por seu turno, entendia que forças externas também poderiam chegar pelos grandes rios que cruzavam o interior do Brasil. Além disto, percebia a inexistência de laços identitários entre a grande maioria da população do novo império, e por isso acreditava que a manutenção da unidade dependeria, pelo menos naquele momento, do controle dos povos e da presença de d. Pedro. A seu ver, a população indígena era um obstáculo adicional a ser vencido para que a formação do império fosse efetivamente consolidada. A consolidação do Império brasileiro dependia, conclui-se, de constante vigilância.

A Confederação do Equador reforçou essa posição cautelosa de Cunha Mattos em relação à unidade do império. Ele retratou o movimento nortista como uma “guerra civil”<sup>140</sup> e solicitou ao imperador que lhe fossem dadas ordens para combater os separatistas com as tropas goianas; tal pedido foi negado.

Esses pontos foram destacados na correspondência com o presidente Lopes Gama na qual defendia a necessidade de recursos para as tropas estacionadas no norte. Segundo ele, seu conhecimento da província, adquirido nas viagens “de uma a outra extremidade”, lhe possibilitara conhecer as “opiniões políticas de grande número de indivíduos” e ter contato com as tribos “selvagens”.

O presidente de província e o comandante de armas avaliavam a província de formas muito distintas. Lopes Gama a retratava como tranqüila, fiel ao monarca e ao Brasil, enquanto Cunha Mattos a pintava com tons dramáticos: “devo estar alerta e pronto a afrontar qualquer tentativa de homens vertiginosos que conspirem contra a integridade do Império e ainda da Província, e não quero um dia dizer – Eu não esperava.”<sup>141</sup>

Ele associava as condições de Goiás às do norte separatista. A seu ver, o levante das províncias do atual nordeste poderia ter sido evitado caso os governantes não tivessem descuidado da segurança por excesso de confiança:

Diz V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que a Província é central, que não pode ser atacada e que não há perigo a temer. Essas mesmas idênticas palavras enchiam, e ainda enchem, as folhas públicas da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão e Pará, pelo que respeita aos inimigos

---

<sup>140</sup> Idem, 17 de junho de 1824, AHEG, Livro Manuscrito, 119.

<sup>141</sup> Idem, ibidem.

internos, mas nós todos sabemos que o centro, os lugares mais remotos destas Províncias, têm ardido em fogo da mais cruel guerra civil.<sup>142</sup>

O militar acusaria sutilmente o presidente de ter uma visão estreita da situação da província, inclusive no que dizia respeito às rendas da Fazenda Real. Em sua opinião, as estreitas ligações entre os oficiais da Junta da Fazenda e os moradores da província impediam a devida cobrança dos direitos régios. Além disso, afirmava que a pobreza da província era resultado do descaso com que o governo português – faria questão de salientar – a tratara.

Mais uma vez, Cunha Mattos abordava questões administrativas fora de sua alçada. Tais comentários seriam considerados por Lopes Gama como “inteiramente estranhos ao Serviço Nacional e de S. Majestade”. Eles serviriam apenas, continuaria o presidente de província, para “desafiar uma correspondência polêmica e pouco ajustada com a harmonia que deve existir entre as autoridades a quem Sua Majestade Imperial confia a gestão dos negócios Públicos.”<sup>143</sup>

Um dos pontos de tensão nesse evento seria, mais uma vez, a questão da competência. Em determinado momento, Cunha Mattos afirmou em um ofício que a segurança da província cabia “privativamente” a ele, opinião que o presidente considerou inapropriada.

Efetivamente, o ofício enviado para o presidente de província possuía um tom assaz agressivo. É possível supor que o mesmo tivesse no Ministro da Guerra – a quem fora enviado cópia – e, em última instância o próprio Imperador, o principal destinatário daquela correspondência. A resposta dada por Lopes Gama indica que ele dominava bem as regras do jogo político de então.

Em fevereiro de 1825, voltou a consultar o Ministério dos Negócios da Guerra sobre as atribuições militares dos presidentes, e escreveu em tom de desabafo sobre:

... a exaltada paixão do mesmo Presidente contra mim por eu obstar aos seus desígnios de me reduzir a um mero fantasma nesta Província, desígnios patenteados ainda antes que ele pusesse os pés no território de Goiás. Eu tenho sofrido os maiores desgostos, a paciência está

---

<sup>142</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos a Caetano Maria Lopes Gama, 8 de novembro de 1824, ANRJ, IG<sup>1</sup> 255.

<sup>143</sup> Ofício de Caetano Maria Lopes Gama para Raimundo José da Cunha Mattos, 16 de dezembro de 1824. AHEG, Livro Manuscrito, 119.

cansada e já procuro meios de não entrar na lista fatal dos sacrificados.<sup>144</sup>

O ano de 1825, porém, traria mudanças alentadoras para o comandante. Ele foi eleito deputado da Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil, em eleição realizada em fevereiro. A segunda vaga foi preenchida pelo ouvidor-geral João Francisco de Borja Pereira. As circunstâncias em que Cunha Mattos candidatou-se são desconhecidas.

Com a justificativa de que a Assembléia se reuniria no dia 3 de maio, ele organizou sua saída da província o mais rápido possível, deixando como substituto o tenente-coronel Luiz da Costa Freire de Freitas.

Cunha Mattos chegou ao Rio de Janeiro em abril, quando foi informado de que a Assembléia só se reuniria no ano seguinte, em decorrência da dificuldade de realização de eleições nos lugares mais afastados. Mas aquela viagem não seria em vão.

Tudo indica que ele aproveitou a oportunidade para articular em sua rede de relações o recebimento dos prêmios por seus trabalhos na longínqua província de Goiás. No ano anterior, ele teve a grande decepção de ver seu pedido de promoção a brigadeiro e da mercê do título de oficial da Ordem de Cristo negados pelo imperador. Ele atribuiu sua preterição à distância em que se encontrava da Corte. De acordo com os códigos de então, escreveu ao Ministro da Guerra lembrando seus serviços e afirmando seu merecimento:

V. Excelência sabe mui bem o pouco que mereço: não falo em serviços antigos que não deixaram de merecer atenções, falo de serviços modernos: como governador de Armas, tratei dos negócios militares desta Província com todo o desvelo, sem olhar os perigos eminentes; como filósofo, esquadrinhei os segredos naturais desta imensa porção de terra; como geógrafo, escrevi uma larga e completa corografia histórica dela; como político e filantropo, meti mão ao grande trabalho da civilização dos índios, alcançando a glória de atrair à paz os mais cruéis inimigos dos habitantes da Província, expondo-me a todos os riscos e fazendo grandes despesas da minha fazenda: os Índios de toda a província seriam reduzidos dentro de dois anos se eu continuasse a servir nela e se tivesse autoridade e os meios necessários e que existem

---

<sup>144</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos à Secretaria dos Negócios da Guerra, 5 de fevereiro de 1825, AHEG, livro manuscrito 118.

dentro da mesma província, creio, portanto, que outras pessoas com menores requisitos têm alcançado maiores prêmios do que aquele que eu suplico agora [...].<sup>145</sup>

Cunha Mattos sentia-se injustiçado, pois esperava que seus bons serviços resultassem no recebimento daquelas graças. A busca pelo prestígio e pelas benesses decorrentes das graças solicitadas e o recurso às redes de clientelas em nada contrariavam seus esforços de racionalização administrativa e valorização do mérito pessoal. Existia uma forte relação entre competência técnica e relações de confiança.

O pertencimento dele a redes de clientelas é indiscutível. Além de ser improvável – senão impossível – alcançar os altos postos militares em um Exército marcadamente aristocrático sem participar da economia dos favores, a própria permanência de Cunha Mattos como governador de armas durante tanto tempo, a despeito dos contínuos conflitos com o governo civil, é um forte indício de que ele contava com influentes protetores junto ao Conselho Militar e ao Imperador.

Não foi possível localizar na documentação as estratégias usadas por Cunha Mattos sobre essa questão. Todavia, ele foi muito bem sucedido. Passado aproximadamente um mês de sua chegada ao Rio de Janeiro, ele voltava a Goiás com a prestigiosa patente de Brigadeiro Efetivo do Exército Brasileiro e de Oficial da Ordem do Cruzeiro.

Cunha Mattos chegou à vila de Goiás com sua autoridade e seu prestígio reforçados. Aproveitou-se disso para efetivar uma subscrição voluntária em benefício do Hospital Militar e apoiou a iniciativa da criação de um Hospital da Misericórdia. Por fim, haveria a aproximação com o governo civil: esta trégua seria, porém, bastante curta.

Em julho do mesmo ano de 1825, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império ao governo provincial um relatório no qual fossem apresentadas as causas e a sugestão de soluções para a decadência da província de Goiás. Lopes Gama solicitou a Cunha Mattos seu auxílio como deputado eleito. A resposta do já então brigadeiro foi contundente e lhe granjeou um grande número de inimizades. Logo no primeiro parágrafo, afirmava:

---

<sup>145</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos para a Secretaria de Estado de Negócios da Guerra. 26 de fevereiro de 1825, AHEG, livro manuscrito 119.

A ruína desta Província (pode dizer-se que se acha de toda arruinada) procedeu do cruel sistema, ou jugo colonial, da absurda e geral prática do celibato, da incapacidade, prepotência e desleixo dos governantes e da preguiça e crassa ignorância dos governados.<sup>146</sup>

Os problemas estariam na própria estrutura da sociedade provincial. Os erros cometidos no período colonial impregnavam o presente e, se nada drástico fosse feito, alcançaria o futuro. Ele era muito pessimista quanto à possibilidade de se melhor tal quadro. Para isso, seriam necessárias medidas radicais por parte dos administrados e dos governado:

(...) cumpre-se dizer a Vossa Excelência que não acho remédio ao cancro que corrói o corpo moral desta Província senão aplicando-lhe enquanto há tempo os mais fortes e ardentes escaróticos; gema, embora, um ou outro interessado no abuso das Leis; sobra aquele que semelhante à sanguessuga esgota pouco a pouco a substância do Estado; acabe o egoísmo, sejamos todos verdadeiros e todos cidadãos de um nascente Império, de uma devastada Província, de uma pátria desprezada; exponhamo-nos, sacrifiquemo-nos e talvez a barca será salva.

A essa afirmação bombástica o brigadeiro acrescentou estar ciente da repercussão de suas palavras e da pouca aplicação de suas sugestões, devido a falta de predisposição da população de Goiás e de seu governo. Ainda assim, e apesar de descrente, ele apresentou seus “apontamentos econômico-políticos sobre a receita e despesa da Fazenda Nacional”, que continham 28 itens.

Em linhas gerais, propunha a reestruturação de toda a máquina de arrecadação e fiscalização, a ocupação dos cargos por critérios meritocráticos e não por “proteções”, a atribuição de responsabilidades aos magistrados e aos fiscais, a transparência dos negócios da Fazenda Pública, a exigência de garantias para empréstimos e outros negócios com o Estado, o incentivo à produção agrícola e à mineração, e a melhoria dos caminhos imperiais. Sabendo que seu escrito seria enviado à Corte e antecipando-se à reverberação que tais idéias certamente teriam, destacou que suas sugestões “só em Goiás podem ter lugar, e absurdo seria o propô-las como gerais para todo o Império.”

---

<sup>146</sup> Ofício do Governador de Armas ao Conselho de Governo da Província de Goiás de 27 de setembro de 1825, livro manuscrito 119. As próximas citações são desse documento.

Quando o ofício chegou ao conhecimento de Lopes Gama e do Conselho de Governo, criou-se uma inquietação geral na vila, tomada, nas palavras do próprio brigadeiro, por “confusão, susto, terrores, homens pálidos, espíritos abatidos, ânimos consternados (...)”<sup>147</sup>. Reunido o conselho, funcionários régios foram chamados a prestar depoimentos com o intuito de comprovar ou, mais provavelmente, refutar as denúncias.

Resolveu-se que o caso deveria ser levado ao Ministério e que um novo ofício fosse enviado ao governador de armas exigindo esclarecimentos. A réplica de Cunha Mattos foi ainda mais cortante. Nomes foram citados, fatos ocorridos já na administração de Lopes Gama trazidos à tona, e as relações tornaram-se ainda mais delicadas entre os dois representantes do Estado imperial.

No ofício enviado ao Conselho de Governo, sabendo que o mesmo seria encaminhado ao Ministério, Cunha Mattos explicitou que os apontamentos enviados estavam respaldados por seus conhecimentos sobre a província – tanto no presente como no passado, já que no ano anterior concluíra o *Compêndio Histórico da Província de Goiás* –, na sua experiência como funcionário do império luso-brasileiro em África – que lhe trouxera conhecimentos bastante pertinentes à questão, já que atuara como procurador dos feitos e responsável pelo plano de arrecadação de São Thomé e Príncipe –, e como defensor da causa do Brasil.

Entretanto, sua legitimidade encontrava-se, em última instância, na condição de “deputado estribado em princípios políticos”, cuja opinião fora solicitada como tal pelo próprio presidente, sendo absolutamente incompreensível qualquer retaliação por ter respondido de modo franco ao solicitado.

O caso foi levado formalmente ao imperador, mas não teve maiores desdobramentos: apesar de todos esses eventos, o brigadeiro foi reeleito deputado para a 2ª Legislatura da Câmara dos Deputados, de 1830 a 1833. Em março de 1826, Cunha Mattos deixou Goiás e partiu para o Rio de Janeiro, onde residiu até o final da vida.

---

<sup>147</sup> Ofício do Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos, ao Conselho de Governo da Província de Goiás de 8 de outubro de 1825, publicado em BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás”... , pp. 237-251.

## Capítulo 4 - Pelo amor à pátria

### 4.1 Cunha Mattos na Câmara dos Deputados (1826-1833)

Dizem que sou falador: sim, Sr. Presidente, porém se esses que me chamam falador soubessem que eu nasci algarvio, não se haviam de admirar, mas pergunto eu, tenho eu falado alguma coisa oposta à verdade? Não, Sr. Presidente, sou homem de bem, homem honrado (Apoiado, apoiado), homem amigo de minha pátria (apoiado, apoiado), amigo do governo: não falo senão o que devo.

Dizem que sou o padre José Custódio Dias militar! Estimo muito, Sr. Presidente, que me reputeem animado dos mesmos sentimentos do patriotismo e filantropia que tanto distinguem a este honrado deputado. Esta sala tem sido a minha fortaleza, a minha praça d'armas, o meu campo de batalha: aqui, Sr. Presidente, aqui é que hei de defender os interesses do povo do Brasil até a última extremidade, aqui é que hei de defender a Constituição, o governo, a nossa religião e todos os interesses que são mais caros ao Brasil, o mais não é próprio a um homem de bem.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Raimundo José da Cunha Mattos, ACD, sessão de 10 de agosto de 1826, tomo IV, p. 99.

Em 6 de maio de 1826, ocorreu a abertura da Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil. Durante três anos, o imperador governara apenas com o auxílio do Conselho de Estado.

Na fala do trono da sessão imperial daquele ano, d. Pedro I conclamou a harmonia entre os poderes e reafirmou sua fidelidade aos compromissos estabelecidos no momento da independência. Entre esses estava a implantação plena do sistema constitucional no Brasil, cujo processo seria coroado pela abertura dos trabalhos da Câmara e do Senado.

O imperador continuou seu discurso apresentando os principais acontecimentos do período em que a Assembléia estivera suspensa. O primeiro tópico se referia à questão Cisplatina. As pretensões separatistas da província foram atribuídas por d. Pedro à interferência de Buenos Aires.

Apesar desse confronto, a política externa daqueles primeiros anos de independência seria festejada no discurso. Ele relatou com satisfação o reconhecimento da independência do Brasil por diferentes nações, entre elas, Portugal.

A morte de d. João VI e a abdicação do trono português mereceram também as considerações do imperador. Sua atitude de entregar a Coroa de Portugal à filha, d. Maria da Glória, era, segundo ele, a confirmação de seu compromisso com a independência brasileira. Ele desejava que aquela decisão influenciasse os ainda incrédulos a reconhecê-lo como Defensor Perpétuo do Brasil.

Contudo, havia uma desconfiança em relação a d. Pedro. O fechamento da Assembléia Legislativa e a demora em convocar as eleições para a Assembléia Geral foram algumas das principais razões desse mal-estar. Tal sentimento seria sintetizado pelo deputado Souza França já nos primeiros meses de atividade da Câmara dos Deputados: “Por uma vez, senhores: leis nunca fizeram a felicidade dos povos. É a execução da lei que os pode fazer felizes. [...] os executores não só não executam as leis, mas violam-nas a todos os instantes!”<sup>2</sup>

Era preciso defender a lei e fortalecer as instituições para se garantir a independência: essa foi a temática principal do parlamento na primeira legislatura. Nesse sentido, o Poder Legislativo atuou como guardião da independência nacional pelo exercício de suas atribuições estritamente legislativas, e também na sua confirmação como lugar privilegiado da política,

---

<sup>2</sup> Discurso de d. Souza França. ACD, sessão de 26 de maio de 1826, Tomo II, p. 138.

em seu sentido largo. A ação da Câmara dos Deputados foi decisiva para os eventos políticos que resultaram na queda do primeiro imperador.

Raimundo José da Cunha Mattos figurou naquela assembléia como representante da província de Goiás nas duas primeiras legislaturas. Sua participação foi intensa. Constan no *Índice Onomástico da Câmara dos Deputados*<sup>3</sup> mais de mil falas entre 1826 e 1833.

Grande parte de suas intervenções naquela plenária concentrara-se na primeira legislatura (1826-1829) e no primeiro ano da segunda. Em meados da sessão legislativa de 1831, quatro meses após a abdicação de d. Pedro I, Cunha Mattos partiu com toda a família para Portugal, de onde retornaria apenas no início de 1833. Apesar de ter retomado sua cadeira no parlamento, sua atuação foi muito mais contida. Enfrentou duras críticas de alguns colegas do parlamento, que o acusavam publicamente de ser simpático ao retorno de d. Pedro. Cunha Mattos o negava categoricamente.

A rica experiência de vida de Cunha Mattos, seu gosto pelos estudos e uma personalidade bastante forte deram-lhe condições de opinar sobre os mais diversos assuntos. Assim, considerar a sua participação no parlamento, nos limites propostos nesta tese, exigiu a seleção de alguns temas.

## 4.1 Do governo das províncias

Cunha Mattos era o governador de armas de Goiás quando foi aprovada a lei de 20 de outubro de 1823 que definiu forma de governos das províncias. Desde o primeiro momento, ele criticou a falta de clareza dessa lei no que se referia às atribuições das autoridades provinciais. Assim que ficou a par dos termos da lei, em fevereiro de 1824, escreveu à Secretaria da Guerra e à Junta Provisória de Governo de Goiás e ponderou sobre os perigos de sua implantação.

Nessa ocasião, ele afirmou categoricamente junto ao governo do Rio de Janeiro que aquela lei era “uma das peças mais monstruosas” que haviam “aparecido no Mundo Político e Literário”. Ela criava “um governo polifacetado”, no qual o Presidente de Província era um

---

<sup>3</sup> CAMARA DOS DEPUTADOS. *Índice onomástico dos Anais da Câmara. (1826-1889)*. Senado Federal/EdUSP: Brasília, pp. 1816-1827.

“brinco ou autômato” do Conselho Provincial, cujos membros eram “seus necessários inimigos”.<sup>4</sup>

Ao usar o termo ‘inimigos’, Cunha Mattos potencializava as tensões existentes entre os interesses do poder central – representado pelo Presidente de Província e pelo Governador de Armas – e os das elites locais, presentes nos conselhos. Como mencionado no capítulo anterior, ele considerava o predomínio dos interesses das ‘pátrias locais’ como um grande risco para o projeto de construção do Império brasileiro.

A lei de 20 de outubro, segundo Cunha Mattos, enfraquecera ainda mais a presença do poder central nos rincões brasileiros ao subordinar o Governador de Armas ao governo civil. A falta de autonomia do comandante militar punha em razão em causa a sua própria razão de ser.

A Cunha Mattos também parecia que os legisladores ignoraram, ou desprezaram, a realidade das províncias brasileiras quando aprovaram aquele dispositivo legal. Sua execução seria largamente incompatível com as dimensões territoriais, dadas as condições das Fazendas provinciais e a força dos interesses locais na administração.

Os incômodos causados pela execução dessa lei em Goiás parecem tê-lo marcado, já que, menos de 15 dias após a abertura dos trabalhos da Câmara, ele apresentou um projeto que visava alterá-la.<sup>5</sup> Em linhas gerais, as novidades contidas em seu projeto centravam-se na restrição da autonomia dos presidentes de província e na demarcação de suas atribuições militares.

Cunha Mattos considerou necessário que esses tivessem suas imagens fortalecidas, apresentando-se como representantes do imperador. Nesse sentido, todas as determinações deveriam ser introduzidas pela fórmula: “em nome de Sua Majestade o Imperador – determina o Presidente de Província.” Além disso, a posse do presidente deveria se dar numa grande cerimônia a ser assistida pelas principais autoridades locais. Era preciso que o poder do soberano ficasse visível através de seu representante.

O projeto de Cunha Mattos também propunha o detalhamento das atribuições do presidente. O governo civil seria responsável pelas questões de polícia da província, o que envolvia a execução de censos e de outras pesquisas sobre as condições locais, a serem realizados a cada cinco anos; a promoção do estabelecimento de instituições beneficentes; a

---

<sup>4</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos para a Secretaria da Guerra, 4 de janeiro de 1824, AHEG, livro manuscrito 119.

<sup>5</sup> ACD, sessão de 17 de maio de 1826. V. 1, p. 71.

construção e manutenção de estradas e pontes que facilitassem a comunicação; a criação de estabelecimentos de ensino. Como representante do soberano, também teria atribuições de Poder Moderador, cabendo-lhe decidir sobre os conflitos de competência locais. Contudo, a proposta tirava do governo civil o poder de demitir os magistrados e os comandantes militares.

No que se refere às defesas, Cunha Mattos esforçou-se em separar as atribuições do governo civil e as do militar. Assim, caberia ao presidente de província o comando das ordenanças, o recrutamento para as tropas da primeira e da segunda linhas e a construção das instalações militares, tais como hospitais, arsenais e depósitos. Contudo, ficaria vetada a interferência do presidente de província nas questões econômicas, disciplinares e internas relativas aos corpos de primeira e segunda linhas. Estariam também fora da competência do presidente os assuntos referentes aos hospitais de campanha ou regimentais e a organização dos trens, depósitos e quartéis do regimento. Esses assuntos seriam da competência do comandante militar.

A proposta de Cunha Mattos pretendia, portanto, conceder maior autonomia aos governadores de armas naquilo que fosse estritamente militar e reduzir os conflitos de competência.

O projeto Mattos afirmava a função dos conselhos gerais provinciais como corpo consultivo, cujas decisões deveriam ser efetivamente observadas pelo presidente de província. Esse tópico era determinado pela constituição. Ele observava, contudo, que nos casos de urgência, os presidentes poderiam agir sem antes consultar o Conselho. Ao membro mais votado do Conselho caberia governar a província no caso da morte do seu presidente.

Além do Conselho Geral da província, Cunha Mattos propunha a formação de outro, com atribuições estritamente consultivas. Ele seria formado pelo próprio presidente de província, pelo prelado, pelo magistrado de maior graduação, pelo comandante militar, por um comerciante de grosso trato e, por fim, por um agricultor. Portanto, por homens cujos interesses e relações extrapolavam os limites locais.

Haveria duas reuniões por semana, e não eram previstos recessos. Tal conselho desempenharia também a função de fiscalizar as ações do presidente de província e encaminhar denúncias ao Poder Executivo, desde que as mesmas fossem acompanhadas pelas devidas provas.

É possível relacionar tal proposta às preocupações do deputado com a unidade do império. As experiências de Cunha Mattos em suas viagens pelos sertões de Goiás convenceram-no de que a grande maioria dos brasileiros ignorava o significado das mudanças

políticas ocorridas no império, e, portanto, cabia ao imperador um papel fundamental na manutenção da unidade e no “aprendizado” do sistema constitucional por todos os povos que compunham o novo país. O texto foi enviado à Comissão de Leis Regulamentares, mas não chegou a ser votado.

A temática dos conflitos entre os governos militar e civil nas províncias incomodava a outros deputados. Queiroz Carreira solicitou às comissões de Leis Regulamentares e de Guerra que definissem as atribuições e as competências de tais autoridades, de modo a se evitar qualquer conflito de competência e, principalmente, os abusos dos governadores de armas.<sup>6</sup> O tema era ainda muito sensível, dadas as associações entre essas autoridades militares e o antigo despotismo.

Dois dias depois da proposição de Queiroz, Cunha Mattos apresentou um novo projeto sobre o assunto, mas com outra abordagem: propunha a regulamentação das funções do governador de armas.<sup>7</sup> Tratava, porém, dos mesmos pontos do projeto relativo aos presidentes de província, com mais detalhes. O projeto era dividido em: definição do governador de armas e atribuições gerais; temas militares a serem tratados com primazia pelo presidente de província; competências privativas dos governadores de armas.

De modo geral, caberiam ao presidente as medidas necessárias à garantia da segurança interna da província e as questões que redundassem em custos para a Fazenda. Ao governador de armas, por seu turno, caberia a administração dos edifícios militares – fortalezas, quartéis, armazéns, hospitais dos regimentos –, seus equipamentos, e o comando, treinamento e disciplina dos corpos de primeira e segunda linhas. Ficava também definido que, no caso de guerra, o governador de armas teria muito mais autonomia na movimentação dos corpos e no aumento dos efetivos. O projeto também foi enviado à Comissão de Regulamentação e, como no caso anterior, não foi discutido. O mesmo destino teria o longo projeto do deputado Antônio Feijó sobre o governo das províncias, apresentado na sessão de 11 de julho.<sup>8</sup>

As atribuições das autoridades provinciais, marcadamente as do presidente, demonstraram-se ser uma questão muito delicada. Apesar dos esforços de Cunha Mattos e de Feijó, apenas em 1834, com a Reforma Constitucional, o assunto veio a ser efetivamente tratado.

---

<sup>6</sup> ACD, sessão de 20 de maio de 1826, tomo I, p. 104.

<sup>7</sup> ACD, sessão de 22 de maio de 1826, tomo I, p.125.

<sup>8</sup> Sobre o tema, ver: SLEMIAN, Andréia. “ ‘Delegados do chefe da nação’: a função dos presidentes de província na Formação do Império do Brasil.” Em: *Almanack Braziliense*, n. 6, novembro de 2007. Disponível em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/6/06\\_artigo-01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/6/06_artigo-01.pdf), acessado em 4/4/2008.

### 4.1.2 Para o bem da indústria nacional

Naqueles primeiros dias de trabalhos legislativos, Cunha Mattos apresentou mais um projeto. Dessa vez, causaria muita controvérsia. Ele pretendia que todas as repartições públicas, igrejas e corporações religiosas adquirissem produtos nacionais. Seu objetivo era estimular o crescimento econômico do jovem país e garantir, com isso, a “verdadeira independência”.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Dez dias depois, a comissão apresentou parecer contrário à proposta, recusando-a integralmente. O parecer ressaltava que a precariedade da indústria no Brasil não permitia nem mesmo que tal proposição fosse considerada, visto ser absolutamente impraticável. A comissão também considerava uma ‘anomalia’ a proibição, por lei, do consumo de produtos cuja importação era livre. Por fim, tal obrigatoriedade foi considerada injusta para com as igrejas, por acarretar gastos extraordinários.<sup>9</sup>

Cunha Mattos conseguiu apoio suficiente para que o parecer fosse posto em discussão, apesar de não estar previsto na pauta. Tomou a palavra e disse concordar com a comissão quanto à incapacidade da indústria nacional de responder imediatamente às demandas existentes. Entretanto, argumentou que tal circunstância decorria, em grande parte, dos erros administrativos do governo. Ele não distinguia, no caso, entre os governos pré e pós-independência.

A seu ver, a indústria brasileira, mais que nascente, era decadente. Ele apontou a abertura dos portos em 1810 como a razão primeira para aquele estado de coisas.<sup>10</sup> Para fortalecer seus argumentos, listou várias iniciativas industriais que faliram devido à presença maciça dos produtos internacionais, principalmente dos ingleses.

O deputado acusou o governo de dar preferência aos produtos estrangeiros, mesmo nos casos em que os nacionais estavam disponíveis ou, o que era raro, eram de melhor qualidade. Esse seria o caso dos selins produzidos em Barbacena, que contavam com a preferência de vários estrangeiros.

---

<sup>9</sup> ACD, sessão de 31 de maio de 1826, tomo I, p. 198.

<sup>10</sup> Sobre os embasamentos econômicos do Tratado de 1810 e as articulações de sua assinatura, ver: VAZ, Francisco António. *Instrução e economia. As Ideias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*. Ed. Colibri: Lisboa, 2002.

A qualidade dos produtos comercializados no Brasil pelos negociantes estrangeiros também foi posta em dúvida. Ele relatou que, quando era vice-inspetor do arsenal do Exército da Corte, evitara que fossem aceitos muitos apetrechos bélicos vindos da Inglaterra em estado deteriorado, com madeiras apodrecidas e metais enferrujados.

Em seu discurso, Cunha Mattos cobrou do governo o cumprimento de seu papel de promotor do enriquecimento do país e da felicidade dos povos. Tais obrigações estavam sendo desprezadas quando o governo aderira a tratados excessivamente francos:

Sr. Presidente, daqui tem resultado estarmos tão atrasados a respeito de construção naval, manufaturas, artes e em tudo quanto é útil: temos afugentado os artífices e inutilizado as fábricas. Daqui vem que não temos hoje meia dúzia de carpinteiros capazes de construir uma lancha, tendo-se afugentado os bons oficiais, que podiam fazer desenvolver a mocidade brasileira nesta profissão tão necessária.<sup>11</sup>

Essa realidade decorrera, segundo ele, da idéia equivocada de que as iniciativas para diversificar os produtos brasileiros prejudicariam a agricultura. Tal compreensão lhe parecia um grave erro econômico, pois ignorava as relações existentes entre “as artes” e o comércio, e lamentou que os membros da comissão não conhecessem as obras de “Rochefoucauld, Azara, Humboldt, e outros viajantes”, que lhes poderiam dar uma percepção mais ampla da questão.

A inexistência de atividades fabris no Brasil deixava o país na condição de dependência, principalmente diante da Inglaterra e da sua poderosa marinha. Isso seria prejudicial também do ponto de vista militar: “Se desgraçadamente, nos virmos em um bloqueio, havemos de mandar vir por máquinas aerostáticas dos outros países o que for necessário para subsistirmos e defendermo-nos?”

O estímulo à indústria nacional, a cujo sucesso estava sujeita a “verdadeira independência nacional”, era, a seu ver, uma obrigação do governo e do corpo legislativo.

O projeto foi discutido na sessão do dia 7 de junho.<sup>12</sup> O deputado José Bernardino Baptista Pereira apresentou uma longa defesa do parecer da comissão, da qual era membro. Ele considerou que o discurso de Cunha Mattos não constituía uma defesa da proposta, pois apenas ratificara a impossibilidade de ser posta em prática. Além disto, discordava da

---

<sup>11</sup> ACD, sessão de 31 de maio de 1826, v. 1, p. 202.

<sup>12</sup> ACD, sessão de 7 de junho de 1826, vol. 2, p. 62.

efetividade da providência sugerida por ele para o desenvolvimento industrial, posto não se poder confundir entre compras forçadas e proteção. Essa sim, segundo Baptista Pereira, traria o “adiantamento das artes.” Era preciso estimular e convidar os negociantes, oferecer isenções, importar máquinas que seriam usadas como modelos, oferecer empréstimos aos proprietários e taxar os produtos no seu consumo, em especial os de luxo.

O deputado analisou a situação à luz das teses de Adam Smith, discorrendo sobre a divisão do trabalho e a incapacidade das produções brasileiras concorrerem com os produtos dos países industrializados, destacando, obviamente, os da Inglaterra. No caso do Brasil, a agricultura era a única atividade econômica em condições vantajosas, o que deveria ser aproveitado. Repetiria, por fim, o corolário de Adam Smith segundo o qual a busca pelo bem pessoal acarretaria o bem da sociedade, acrescentando que, se a industrialização oferecesse benefícios, não seria necessário criar uma lei tão extemporânea para fomentá-la.

Nessa defesa das vantagens da agricultura, Pereira Baptista buscou também o auxílio de Malthus. Apresentou-se como alguém que trocara a magistratura pela lavoura e assumiu-se como um defensor dessa atividade econômica, que, segundo ele, impulsionaria “todas as artes” e mereceria todas as considerações. As demais atividades econômicas seriam secundárias.

O discurso de Baptista teve um duplo objetivo: primeiro, reafirmar o parecer da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes e, segundo, responder ao que lhe pareceu ser uma afronta de Cunha Mattos, que duvidava das luzes de seus integrantes.

Os debates se seguiram por mais duas sessões. A proposta de Cunha Mattos quase desapareceu, ofuscada pela controvérsia quanto à aplicabilidade ou não dos corolários do liberalismo econômico ao Brasil. Na sessão de 8 de junho, o primeiro a se pronunciar foi Manoel José de Souza França.<sup>13</sup> Ele considerou a proposta quimérica e prejudicial à liberdade de comércio. Além disso, observava ser odiosa toda lei que fosse contra a liberdade dos cidadãos de comprar e vender – de quem, a quem, quando e como quisessem. Os melhores incentivos à industrialização seriam a taxação dos produtos importados, opção seguida pelas mais ricas nações.

Alguns opositores ao projeto de Cunha Mattos trataram a questão em termos de um antagonismo entre a agricultura e a indústria. José da Cruz Ferreira, por exemplo, considerou que o projeto punha em risco toda a economia brasileira, já que dificilmente os estrangeiros

---

<sup>13</sup> ACD, sessão de 8 de junho de 1826, vol. 2, p. 65.

comprariam do Brasil suas matérias-primas se o país não estivesse também disposto a comprar deles outros produtos.

José Clemente Pereira, também membro da comissão, disse não ser contrário ao princípio do projeto, mas aos dispositivos. Sua aplicação seria benéfica para poucos e formaria um monopólio. Contudo, argumentou que algumas indústrias estratégicas deveriam merecer tratamento especial, tal como as de pólvora e ferro, por suas utilidades militares. Por fim, observou que aquele não era o momento de se sacrificar grande numerário para o benefício de poucos, sendo muito mais útil o investimento na abertura dos caminhos do império, com a construção de estradas e de canais que permitissem o escoamento da produção do interior.

A primeira fala a relativizar os valores liberais seria a de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Ele observou reconhecer a utilidade das teorias políticas “no exame prático da natureza das coisas”, mas considerou que as mesmas poderiam tornar-se nocivas quando usadas sem atenção às questões concretas. Na análise do projeto e do parecer da comissão, era necessário “descer deste mundo ideal ao prático.” No que se referia às teorias do livre comércio, o autor dizia desconhecer algum país que as tivesse posto em prática no grau proposto pela comissão: nem mesmo na Inglaterra e França, berços dos seus principais teóricos.

Ele considerou inegável a importância da agricultura para o Brasil, mas defendeu que essa teria grandes benefícios com a diversificação da economia, pois o mercado consumidor seria ampliado. Mas era preciso atentar para as especificidades das províncias centrais, cujas distâncias e dificuldades dos caminhos impediam que os agricultores conseguissem bons preços para seus produtos. Portanto, era necessária a promoção de outras atividades. Se o Brasil não possuía indústrias e manufaturas suficientes para a execução do projeto, que fossem concedidas vantagens às existentes.

Vergueiro seria o único a apoiar o projeto. Contudo, vários discordaram das premissas liberais da comissão. Esse seria o caso de José Lino Coutinho. Segundo ele, aqueles que defendiam a existência de um só princípio de economia política desconsideravam as particularidades dos países. Ele combatia duas idéias defendidas anteriormente no plenário: a da superioridade da agricultura em relação à indústria e a universalidade do que chamou de “teoria geral da liberdade do comércio”. Lino Coutinho propunha a co-existência de lavoura e de manufaturas e defendia a industrialização do Brasil voltada para o beneficiamento das matérias-primas produzidas no país. O sucesso dessa iniciativa permitiria vender seus

produtos por metais, e não por “trapos”, concluiria o deputado. Contudo, ele também foi contra a proposição de Cunha Mattos, considerando-a ineficaz.

Cunha Mattos também voltaria a se pronunciar naquele 8 de junho. Ele se disse surpreso com os desdobramentos de sua proposta e, apesar de o projeto haver sido recusado, estava satisfeito. Esclarecia que seu objetivo era colaborar para o bem do Brasil e que não tivera sua vaidade atingida, pois o projeto “morreu com honra”. Talvez também em busca dessa honra, fez questão de esclarecer suas motivações e intenções. Buscou mostrar que a idéia básica de sua proposição, considerada “absurda e monstruosa” pela comissão, era antiga e já estava presente no alvará de 28 de abril de 1809.<sup>14</sup> Cunha Mattos leu trechos do alvará e depois comentou, com pouca prudência: “Parece que naquele tempo havia mais patriotismo, mais providências do que desgraçadamente vemos hoje.”

Os defensores do livre comércio e do exclusivismo da agricultura foram acusados pelo deputado de Goiás de não considerarem as peculiaridades do interior do Brasil e voltarem-se apenas para as questões do mercado externo. No caso dos produtores das províncias interioranas, o escoamento da produção para o litoral era inviável. A abertura de estradas, inquestionavelmente necessária, demandava esforços, recursos e tempo. Era preciso, portanto, estimular outros “ramos da indústria”<sup>15</sup>, além da agricultura, para que essa tivesse consumidores em todos os lugares do Brasil, e não apenas no estrangeiro ou nas principais cidades.

Aqueles que defendiam a dependência da economia brasileira ao comércio internacional de produtos agrícolas desconsideravam ainda, continuava Cunha Mattos, os sinais de mudança no mercado. Os Estados americanos que se viam livres dos conflitos internos começavam a competir com o Brasil, o que acarretava a diminuição dos preços.

O valor da agricultura era inquestionável, concluiu, mas era preciso diversificar. Para isso, contudo, havia que estimular as manufaturas e investir na educação. A falta de estabelecimentos de ensino seria a principal diferença entre os países que haviam se industrializado e o Brasil, concluiu o deputado.

---

<sup>14</sup> Esse alvará trazia um verdadeiro plano de estímulo às produções nacionais, que contavam com a disponibilização de recursos, isenções de direitos na compra de matérias-primas e máquinas, estímulo a invenções de máquinas e a obrigatoriedade da compra dos fardamentos de manufaturas do Reino e a preferência aos produtos nacionais nas aquisições realizadas pelo Estado. O principal objetivo era reduzir as perdas de “alguns ramos de manufaturas” portuguesas. BRASIL. *Coleção de Leis do Império*. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3\\_14.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_14.pdf), acessado em 8/3/2007.

<sup>15</sup> Indústria era concebida como “ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção.” SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 1979, p. 73.

Outros ainda fizeram uso da palavra defendendo a necessidade de estímulo e vendo na obrigatoriedade da compra de alguns gêneros um caminho viável, apesar de discordarem da forma sugerida por Cunha Mattos. Ele foi acusado pela comissão de se recusar a apresentar alterações que viabilizassem a proposta. Após dias de discussão, o parecer da comissão foi aprovado.

As idéias defendidas por Cunha Mattos e pelos que o apoiaram, mesmo parcialmente, fundamentaram a criação de algumas importantes instituições do período imperial destinadas a promover o desenvolvimento do Brasil. Entre essas, duas contaram com a participação de Cunha Mattos: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### **4.1.3 Recrutamento**

Em sessão de 18 de maio de 1826, Cunha Mattos defendeu a urgência da criação de uma lei que regulamentasse a organização das tropas brasileiras. Falava em apoio à proposta apresentada pelo deputado José Antônio da Silva Maia de que a Comissão de Marinha e Guerra, da qual Cunha Mattos fazia parte, procurasse os meios necessários para o cumprimento do art. 150 da Constituição.

Na defesa de urgência da proposta, Cunha Mattos observou não haver no Brasil homogeneidade na organização das tropas, já que o repertório normativo era excessivamente amplo e confuso. Assim, as lideranças militares faziam os arranjos das tropas de acordo com sua compreensão das leis e das negociações locais. Outro resultado dessa confusão era a estagnação em que se encontravam as tropas, sem que fosse possível oferecer benefícios aos soldados, tais como um plano de promoções e aumentos do soldo. Essa última condição dificultava a concretização de qualquer proposta de profissionalização das armas, pois não havia nenhuma motivação para alguém entrar nas fileiras do exército e servir com um mínimo de dedicação.

Aprovado o caráter de urgência da proposta, a comissão começou os trabalhos. Já na sessão seguinte, propôs que a Câmara solicitasse ao governo informações sobre as condições das tropas, das instalações militares e do arsenal do Brasil, tanto no que dizia respeito à Marinha quanto ao Exército. Também deveriam ser enviados à Câmara dos Deputados os trabalhos apresentados pela Comissão do Arsenal, criada em 1822, as propostas de criação do montepio militar e informações sobre o sistema seguido pelo comissariado da Corte.

A empreitada era mais difícil do que parecia. As informações demandadas não existiam, e as que foram enviadas pelo ministério estavam muito desorganizadas, comprometendo a compreensão do quadro geral das forças militares.<sup>16</sup>

Enquanto a Comissão de Marinha e Guerra esforçava-se para criar uma lei geral para as tropas brasileiras, outro assunto militar tomou conta da Assembléia: o recrutamento.

No dia 26 de maio, Cunha Mattos discursou sobre as condições dos recrutas: “homens desgraçados sobre quem pesam todos os flagelos da tirania de pessoas malévolas e despóticas”.<sup>17</sup> Essa circunstância, segundo ele, poderia ser evitada pela obediência às instruções de 10 de julho de 1822 pelos comandantes de distritos, apontados por Cunha Mattos como os principais responsáveis pela violência dos recrutamentos.

As instruções mencionadas<sup>18</sup> definiam os critérios de recrutamento em termos de cores e idades. A base dos recrutáveis seria constituída pelos homens brancos solteiros e pelos pardos libertos, entre 18 e 35 anos, que não constassem da lista de exceções. Era determinado que os recrutas recebessem 60 réis diários desde o momento do recrutamento e que fossem enviados aos quartéis gerais sem que lhes fossem postas “correntes, algemas ou manilhas.”<sup>19</sup>

Entre os isentos do recrutamento estavam os homens casados, os filhos órfãos responsáveis pela subsistência dos irmãos, o filho único do lavrador ou um à sua escolha e os filhos únicos de viúvas. Estavam também livres do serviço nas fileiras de primeira linha os feitores e administradores que tivessem sob sua responsabilidade mais de seis escravos, os tropeiros, boiadeiros, mestres de ofício com lojas, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores, desde que exercessem suas atividades e tivessem bom comportamento. A isenção era também prerrogativa de alguns caixeiros do comércio de grosso trato.

A lógica do recrutamento continuava a ser a mesma encontrada em Portugal nos finais dos setecentos, quando a formação das tropas tentava equilibrar-se com as necessidades do sistema produtivo e com a dinâmica das clientelas. Os considerados marginais – vadios, arruaceiros e ladrões – eram comumente tidos como os mais adequados para o recrutamento, pois havia a possibilidade de torná-los úteis ao Estado e à sociedade. Além disso, eles estavam

---

<sup>16</sup> Sessão de 14 de junho de 1826. ACD, Tomo II, p. 131.

<sup>17</sup> Sessão de 26 de maio de 1826. ACD, Tomo II, p. 136.

<sup>18</sup> BRASIL. *Instruções para o recrutamento na Corte*. 10 de julho de 1822. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F\\_62.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_62.pdf), acessado em 5/10/2007.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*.

fora das redes de influência que, pela manipulação das isenções, livravam das levas muitos homens.<sup>20</sup> Cunha Mattos, entretanto, se oporia a essa noção geral. Em sua opinião, era preciso melhorar as condições do recrutamento e das próprias tropas para que fossem minimamente atrativas para os homens de bem.

Na opinião de Cunha Mattos, o governo estava sendo tíbio por não exigir o cumprimento de suas determinações. Seu discurso seria bastante mais condescendente com o governo do que os dos demais deputados que debateram o tema naquela circunstância. Para muitos, o governo acumulava a culpa de não zelar pelo cumprimento da lei e de determinar que fosse feito o recrutamento, quando esse era uma prerrogativa da Câmara dos Deputados.

O debate durou meses. O Ministério da Guerra respondeu à Câmara que não considerava a determinação mencionada como uma lei de recrutamento. Além disso, a Constituição determinava que, enquanto aquela assembléia não definisse as condições do recrutamento, esse seria uma atribuição imperial.

A Comissão de Marinha e Guerra apresentou então uma proposta de lei que consistia na atualização das instruções de 10 de julho de 1822. A continuidade das discussões levou à substituição de alguns pontos, dentre eles o fim da exclusão do negro e do liberto da lista dos recrutáveis. Outros defendiam que o Exército deveria ser formado exclusivamente por cidadãos. Tais posicionamentos desdobraram-se em um curto, mas interessante, debate sobre a cidadania.

Os deputados preocupavam-se também em definir o número de anos de serviço na tropa. A indefinição do tempo de serviço era considerada uma das principais razões da ojeriza pelo serviço militar. Dando continuidade às práticas portuguesas, foram previstos tempos de serviço diferenciados para os soldados voluntários e os recrutados, ou de levas.

Essa distinção foi defendida por quase todos os deputados que fizeram uso da palavra. Eles concordavam quanto à necessidade de oferecer benefícios aos voluntários. Segundo Cunha Mattos, a melhoria moral e o desempenho das tropas dependia do aumento da participação desse grupo de soldados nas fileiras do Exército.

Os militares dão o nome de recrutas, propriamente ditos, àqueles indivíduos que vêm servir coatos nas fileiras do exército.

---

<sup>20</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro”. Em: Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38, São Paulo Out. 1998.

Estes homens devem servir muito mais tempo que aqueles, que se oferecem voluntariamente: uns mostram virtude e outros apresentam indiferença: aqueles devem ser animados, posto que os últimos não devam ser perseguidos. Animando os voluntários, evitaremos essa terrível deserção e horror ao serviço, que tanto aniquila e paralisa os corpos militares e as suas operações praticadas a maior parte das vezes por esqueletos miseráveis.<sup>21</sup>

Contudo, ele defendeu na Câmara que esse tempo não fosse muito curto, pois era preciso transformar os soldados em veteranos. Eram esses que ganhavam as guerras, enquanto que os recrutas – ele citaria Bonarparte – eram material cru: um soldado da infantaria ou de cavalaria, para ser considerado veterano, precisava cumprir pelo menos quatro anos de serviço, enquanto que o artilheiro, seis. Ser soldado exigia, em sua opinião, ter conhecimentos técnicos. Seu discurso era orientado por uma vontade de profissionalização do Exército, o que poderia começar com a tão almejada regulamentação geral.

Ele defendeu também que a liberação do soldado estivesse vinculada à sua atuação. A conduta de cada militar deveria ser acompanhada e registrada e, no tempo de sua dispensa, tais anotações seriam avaliadas.

A questão do recrutamento viu-se envolvida em um verdadeiro escândalo: foi denunciada a morte de centenas de recrutas cearenses que estavam sendo transportados até a Corte. O acontecimento foi tão grave que a Comissão de Constituição fez questão de observar que a mortandade dos navios negreiros era muito mais baixa que a constatada nos navios que levavam os recrutas.<sup>22</sup>

A sessão foi descrita nas atas como repleta de demonstrações de emoção. Os deputados choravam, muitos falaram em nome da justiça, foram traçados paralelos entre os soldados e os escravos. Era a vergonha pública.

A situação era dramática. Estimava-se que um terço da população do Ceará fugira em decorrência do recrutamento. Os deputados exigiam esclarecimentos por parte do governo e a punição dos culpados. Cunha Mattos fez um discurso bastante alterado:

---

<sup>21</sup> Sessão de 3 de agosto de 1826. ACD, tomo IV, p. 20.

<sup>22</sup> Sessão de 10 de agosto de 1826, ACD, tomo IV, p. 99.

Olhem para as atas e para os diários, lá se vão minhas expressões. [...] eu então mostrei os horrores praticados com os recrutados; tem-se realmente praticado horrores no Brasil, Sr. Presidente, que nunca se viram nas páginas da história.

Veremos os provinciais do Ceará, S. Paulo, Minas Gerais, finalmente, Sr. Presidente, todas as províncias ficarem desertas, se assim continuar, se se continuam a desprezar as sábias determinações do governo, se se continuar a olhar para os homens como para vis insetos.

Tem-se tratado estes recrutados com a maior barbaridade, com a mais criminosa indiferença e iniquidade, sem se olhar que são homens de bem, que todos são descendentes dos mesmos cidadãos brasileiros, que apresentaram intrépido e brioso peito às balas dos inimigos ingleses, franceses, holandeses e, finalmente, portugueses!!<sup>23</sup>

A ocorrência dos recrutamentos era normalmente associada à desestruturação das forças produtivas locais. Em um país como o Brasil, repleto de ‘desertos’, a perda de população era uma consequência muito grave. Tais atos de violência atingiam os cidadãos, então tratados como “insetos”, e o próprio futuro do império, por trazer constrangimentos ao seu crescimento. A lei do recrutamento demonstrava-se, portanto, urgente.

O trecho também indica que, naqueles primeiros meses no parlamento, Cunha Mattos mantinha um discurso próximo ao do Antigo Regime no que se refere à culpabilidade do soberano. Os responsáveis por aquela tragédia não eram nomeados. Seria o presidente de província? O governador de armas? Quem dera aquelas ordens? Ele insistiria na inocência do governo, afirmando que foram enviadas determinações acertadas, mas que não haviam sido obedecidas.

Ele desresponsabilizava, assim, o soberano e os ministros, chefes do Poder Executivo. Considerando os valores e interesses de Cunha Mattos, é possível supor que visse as instituições brasileiras como ainda excessivamente frágeis para que se pusessem em questão as ações do imperador. D. Pedro I continuava a ser o elo que mantinha a tão desejada unidade do império brasileiro.

Vários deputados envolvidos no debate foram mais incisivos em relação aos culpados. Muitos atribuíram a responsabilidade aos desmandos do governador de armas da província do

---

<sup>23</sup> Sessão de 10 de agosto de 1826, ACD, tomo IV, p. 100.

Ceará: conforme a lei de 20 de outubro de 1823, o encargo do recrutamento caberia ao governo civil, o que intensificava o caráter despótico das ações ilegais do governador.

Os governadores de armas continuavam a ser vistos como resquícios do “despotismo” e da “tirania” contra os quais se fizera a independência, daí os esforços dos deputados em evitar sua ingerência no processo de recrutamento. É importante lembrar que os governadores de armas eram indicados pessoalmente pelo imperador.

O deputado Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, contudo, afastou-se levemente da linha de discurso de seus colegas parlamentares. Ele considerou o presidente de província o principal culpado, fosse por haver coordenado aquelas infelizes levadas de recrutas, ou por haver permitido que o governador de armas o fizesse. Se a segunda alternativa se confirmasse, o presidente de província teria cometido um grave erro ao permitir que cidadãos civis ficassem sujeitos à autoridade militar, algo só admitido no caso de delitos. Lembrou ainda que o presidente de província tinha autoridade para destituir o governador de armas. Portanto, ele seria o principal responsável.

Essa comoção não se foi suficiente para apressar a conclusão da lei do recrutamento, pois o projeto ainda estava sendo discutido quando faltava apenas um mês para o final da sessão legislativa. A falta de informações sobre as condições gerais das tropas, o longo debate sobre o recrutamento e a urgência da determinação das “forças de terra e mar” por parte da Assembléia Geral – conforme estabelecia a Constituição – resultaram na proposição de um projeto paliativo que propunha a aplicação das instruções de 10 de julho de 1810 a todo o império, sem alterações. A proposição foi aprovada.

Em 8 de agosto do ano seguinte, Cunha Mattos apresentou mais uma proposta de lei sobre o tema. O recrutamento recairia sobre os “brasileiros livres naturais”, entre os 18 e 30 anos. O serviço na tropa de linha seria, portanto, exclusivo dos brasileiros. Além disso, o universo de recrutáveis não teria mais a cor como critério de exclusão, mas sim a marca da escravidão. A idade limite seria reduzida para os 30 anos.

A lista das exceções é bastante longa e parece ter buscado incorporar o máximo de atividades produtivas, além de preservar os responsáveis por familiares desvalidos, fossem esses mulheres, doentes, velhos, crianças ou deficientes. Os que se dedicavam a atividades intelectuais também estariam livres do recrutamento. Os isentos deveriam providenciar comprovantes junto aos estabelecimentos de ensino, chefes, governo e magistrados.

Uma grande novidade da proposta era a exclusão dos que tivessem sido presos “por culpa provada” de furto ou roubo violento. Tais homens, como mencionado anteriormente, eram vistos como os mais adequados para ingressar nas fileiras do exército.

O recrutamento seria responsabilidade dos presidentes de província e realizado por sorteio. O processo envolveria muitas autoridades da justiça local e seria efetivado, em última instância, pelos juizes de paz, de acordo com a cotização determinada pelo governo da província.

A exemplo do que Cunha Mattos experimentara em Pernambuco, seu projeto previa o envolvimento dos chefes das casas, a quem recaía a responsabilidade de informar sobre os filhos, clientes e agregados. Os recrutas voluntários serviriam seis anos, e os de levas serviriam oito anos.

O documento sugere que Cunha Mattos continuava duvidando da identificação do povo com os novos ideais políticos, incapazes então de fomentar relações de fidelidade em grande parte da população. Para tentar contornar essa realidade, ficava determinado que uma autoridade eclesiástica fizesse um sermão aos recrutas, com o objetivo de fazê-los conhecer “os deveres de todos os cidadãos para o bem da defesa da pátria e os castigos divinos e humanos” que recaíam “sobre os que não se sujeitam às leis a aos públicos encargos da sociedade.”<sup>24</sup>

Um dos objetivos do projeto era conter a violência. Nesse sentido, era exigido que as autoridades tomassem alguns cuidados com a integridade física dos recrutados. Eles deveriam marchar livres; ter garantidos os mantimentos necessários para as viagens; e, quando embarcados, ter um abrigo. Seria proibido o embarque de recrutas sem que fossem antes vacinados.

A trágica lição dos recrutas cearenses parece ter inspirado muitos dos artigos desse projeto. Além disto, também é possível constatar a influência das normas de recrutamento usadas no reino de Portugal nos finais dos setecentos, quando a Intendência Geral de Polícia ficou responsável pela coordenação da “tributação militar”.<sup>25</sup>

Outras propostas de lei para o recrutamento foram apresentadas no período em que Cunha Mattos esteve na Câmara, mas nenhuma chegou a ser votada.

---

<sup>24</sup> Projeto de Lei. 8 de agosto de 1827. ACD, tomo IV, p. 76.

<sup>25</sup> A expressão é de Fernando Dores Costa. “O recrutamento militar no final do século XVIII”. In: *Análise Social*, vol. XXX (130), Lisboa, 1995, 1, 121-155.

#### 4.14 Cunha Mattos: As relações internacionais

Durante os anos em que a Assembléia Geral esteve fechada, o corpo diplomático brasileiro dedicou-se à negociação dos termos do reconhecimento da independência do Brasil pelos demais Estados. Esses esforços resultaram na assinatura de aproximadamente 20 tratados entre 1825 e 1829. O primeiro deles foi formalizado com Portugal. Além disso, naqueles anos teria início a Guerra da Cisplatina.

As negociações com outras nações eram atribuições do Poder Executivo, que recebeu da Constituição de 1824 o controle quase que total da política externa do império. Coube-lhe a nomeação dos embaixadores e demais agentes diplomáticos, a direção das negociações políticas com outros Estados, o estabelecimento de tratados de aliança ofensiva e defensiva, os de subsídio e de comércio, a autoridade para declarar a guerra e fazer a paz e, por fim, a concessão da carta de naturalização, na forma da lei.<sup>26</sup>

A Assembléia Geral seria consultada apenas nos casos dos tratados de aliança e nos de declaração de guerra ou estabelecimento da paz. Nessas circunstâncias, os acordos seriam encaminhados ao parlamento após sua conclusão, e apenas nos casos em que os interesses e a segurança do Estado o permitissem. A ratificação dos tratados pela Assembléia Geral só seria necessária quando envolvessem a cessão ou troca de território ou de possessões a que o império tivesse direito.

O parlamento não se privou, contudo, de debater arduamente a política externa durante o Primeiro Reinado, principalmente sobre o que a Câmara dos Deputados convencionou chamar de “o sistema de tratados”. As ferrenhas críticas daquela casa colaboraram para a diminuição da autoridade do imperador e sua conseqüente queda, em abril de 1831. É bastante sintomático o fato de ter sido atribuída ao parlamento a tarefa de aprovar ou recusar os tratados internacionais pouco mais de um mês após o início do governo regencial. O desdobramento último dessa oposição parlamentar foi o próprio fim da “diplomacia dos tratados” na década de 1840.<sup>27</sup>

Cunha Mattos participou ativamente dos debates sobre as relações internacionais do império. Em 9 de maio, passou a integrar a Comissão de Estatística e Diplomacia. Também

---

<sup>26</sup> BRASIL. “Constituição Política do Império do Brasil”. BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*. Senado Federal: Brasília, 1978, pp. 483-508.

<sup>27</sup> CERVO, Amado Luiz. *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Ed. UnB: Brasília, 1981, p. 26.

seriam membros da comissão o bispo do Maranhão, Miguel Calmon du Pin de Almeida, Pedro de Araújo Lima e Luiz May.

## **Cisplatina**

Sua autoridade sobre tais questões havia sido fortalecida com uma brevíssima participação na Guerra Cisplatina. Designado integrante do estado-maior, foi levado ao sul pelo marquês de Barbacena. Chegou a Porto Alegre em 17 de dezembro de 1826 e, já em finais de fevereiro, estava de volta à Corte. Durante esse breve período, assumiu a direção das tropas durante uma enfermidade de Barbacena.

Seu retorno antecipado à Corte deu margens a especulações. *O Spectador Brasileiro* do dia 7 de março de 1827 trazia uma carta assinada pelo “Velador da Constituição” questionando as relações entre os oficiais Cunha Mattos e Barbacena, bem como se referindo a notícias de desordem no exército e risco da existência de conspirações. Ao final do texto, o Velador clamava por esclarecimentos por parte de Cunha Mattos,<sup>28</sup> cuja resposta foi publicada no mesmo periódico dez dias depois. Ele negava qualquer conflito com o general-em-chefe. Apresentou breves críticas quanto à situação das tropas e às opções estratégicas tomadas por Barbacena. Por fim, explicou que havia sido enviado à Corte com documentos confidenciais e informações verbais destinadas ao imperador e aos ministros.<sup>29</sup>

Durante o ano de 1826, houve um grande silêncio na Câmara acerca da Cisplatina. Apesar de ter sido um dos temas da fala do trono, esteve ausente durante todo o restante da sessão legislativa. No ano seguinte, voltou a ser tema da sessão imperial, agora num tom muito mais grave. D. Pedro I defendeu a guerra e informou que ela duraria até que fossem expulsos os invasores de Buenos Aires.

Os ânimos estavam mais exaltados. A temática da guerra instigara muitas participações no debate sobre a resposta à fala do trono.<sup>30</sup> Destacava-se, de modo geral, a legitimidade do conflito. Ele se dava em nome da unidade do império, atendendo a uma determinação constitucional. Por outro lado, era a honra do Brasil que estava em questão. Os deputados se perguntavam: como poderia uma pequena república como Buenos Aires contrapor-se a um gigante como o Brasil? A situação não poderia continuar.

---

<sup>28</sup> *O Spectador Brasileiro*, Rio de Janeiro, 7/3/1827. Coleção de Periódicos da Biblioteca Nacional.

<sup>29</sup> *O Spectador Brasileiro*, Rio de Janeiro, 17/3/1827.

<sup>30</sup> Sessão de 12 de maio de 1827, ACD, tomo I, p. 60.

Portanto, os erros de comando já começaram a ser apontados desde os primeiros dias de trabalho do ano de 1827. Alguns pareciam achar que a guerra estava perdida. Cunha Mattos se opôs a tal perspectiva. Ele calculou que as tropas brasileiras poderiam atingir 40 mil soldados de primeira linha e 200 mil milicianos, números mais que suficientes, mas era necessário colocar o contingente sob as ordens de oficiais preparados.

Dias depois, o deputado Francisco Xavier Ferreira submeteu o tema à discussão novamente. Sua fala sugere que ele estivesse quebrando algum acordo tácito, pois observava que poderia ser censurado por falar àquele respeito na plenária.

Cunha Mattos não deixaria de se pronunciar a respeito. Responsabilizou os comandantes da guerra pelos desdobramentos desastrosos do conflito. As tropas estavam mal-orientadas e, nos últimos tempos, sofriam inclusive com graves problemas logísticos. O então comandante-em-chefe, marquês de Barbacena, foi descrito por Cunha Mattos como um homem valoroso, mas inadequado para a função.

Suas críticas recaíram também sobre o Ministério, que escolhera mal os oficiais. O comando estava nas mãos de generais com grandes qualidades, mas inexperientes. A debilidade da liderança dos oficiais levava à indisciplina dos corpos. Ele fez questão de apontar a injustiça de considerar covardes os soldados. Concluiu enfático: “O mal principiou desde o começo da guerra, e agora a nomeação do general, o marquês de Barbacena, consumou a nossa desgraça: nomeação esta que foi inteiramente de encontro à opinião pública.”<sup>31</sup>

Lino Coutinho concordou com Cunha Mattos e com Xavier Ferreira quanto aos problemas de direção da guerra, mas observou que não se tratava de uma guerra impopular. As objeções seriam em relação à má-administração e à direção do governo. A causa era justa: a defesa da honra nacional. A Guerra da Cisplatina contava com o apoio do parlamento e foi entendida como uma intervenção de Buenos Aires nas questões brasileiras. Além disso, lutava-se em prol da tão estimada unidade do território nacional.

O deputado Vergueiro aproveitou-se da circunstância para apontar outras atitudes indevidas do governo, que estaria tomando uma séria de medidas fora de suas atribuições. Os ânimos se exaltaram. Batista Pereira acusou raivosamente o ministro conde de Lages pelos desastres da guerra, já que nomeara um general absolutamente inexperiente para o comando

---

<sup>31</sup> Sessão de 18 de maio de 1827. ACD, tomo 1, p. 121.

das tropas. Era preciso exigir a substituição imediata do comandante. O debate continuou, com algumas falas mais condescendentes. Ao final, o tema foi encaminhado a uma comissão.

Apesar de tudo isso, o governo conseguiu, ao longo do conflito, todo o apoio solicitado ao Parlamento.

A impopularidade da guerra cresceu com o transcorrer do tempo. Os gastos e os constantes recrutamentos provocaram a insatisfação popular. O conflito tornou-se insustentável para as partes envolvidas. Em 27 de agosto de 1828, a guerra chegava ao fim.

### **“Tratados extorquidos”**

Apesar do Poder Executivo ter a prerrogativa sobre as relações internacionais, a Câmara dos Deputados envolveu-se profundamente nos debates acerca dos tratados de reconhecimento da independência do Brasil.

A intervenção dos deputados justificava-se sob dois princípios. O primeiro dizia respeito aos desdobramentos dos mesmos nas questões internas do país. Nestes casos, era preciso avaliar se os termos das convenções não extrapolavam as prerrogativas do poder Executivo.<sup>32</sup> Este seria o caso das que fossem contrárias às leis estabelecidas, das que envolvessem alterações nas despesas públicas, das que resultassem na contratação de empréstimos e das que envolvessem a entrada de forças estrangeiras no território nacional: todas estas seriam prerrogativas do Poder Legislativo.

O segundo, dizia respeito ao dever do Parlamento de zelar pela obediência à constituição e de promover o bem geral da nação. À Câmara dos Deputados ainda cabia o exame das ações governativas e as sugestões para correção dos erros constatados.<sup>33</sup> Estas atribuições colaboraram para que o Parlamento fosse, no século XIX, “o principal foro de estudo e debates dos problemas nacionais”, segundo Amado Luiz Cervo.<sup>34</sup>

Os questionamentos quanto às condições estabelecidas pelos tratados de reconhecimento da independência chegaram à plenária da Câmara dos Deputados ainda em 1826. Em 19 de maio, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos solicitou que o Ministro

---

<sup>32</sup> BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito público brasileiro...*, obra citada, p. 244.

<sup>33</sup> BRASIL. “Constituição Política do Império do Brasil”, obra citada, pp.485-489.

<sup>34</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores...*, obra citada, p. 13.

da Fazenda fosse questionado quanto às razões dos produtos ingleses pagarem taxas menores em relação aos produtos dos demais países. Todos sabiam que decorria do tratado de 1810... O deputado Pires Ferreira observou que aquele ainda estava em vigor, já que seu último artigo o definia como perpétuo. Vasconcelos respondeu a isto de modo categórico: “Sr. Presidente, o tratado já caiu, não há dúvida alguma a este respeito: já não tem vigor, porque com a nossa separação acabou-se este tratado, que foi feito com Portugal.”<sup>35</sup>

A provocação de Vasconcelos não teve maiores desdobramentos naquele momento. No ano seguinte, contudo, o tema passaria a ser central. De um modo geral, pode-se considerar que Câmara dos Deputados entendeu os tratados economicamente prejudiciais ao Brasil e um sinal de fraqueza, principalmente do que lhe parecia ser a ganância dos Estados europeus.

Um dos primeiros debates sobre o tema ocorreria em julho de 1827.<sup>36</sup> Cunha Mattos era então membro da Comissão de Diplomacia e Estatística da Câmara dos Deputados. Esta comissão havia sido incumbida de apreciar o tratado que determinava o fim do tráfico de escravos, assinado entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Em linhas gerais, a convenção determinava o fim de todo o tráfico de escravos no prazo de três anos. Ao final deste período, ele seria considerado um ato de pirataria. Isto significava dizer que os envolvidos seriam julgados por um tribunal inglês e estariam sujeitos, inclusive, à pena de morte.

O ofício que encaminhou o tratado para a apreciação da Câmara dos Deputados esclareceu que o governo brasileiro resistiu à sua ratificação em decorrência da reabertura da Assembléia Geral, o que teria mudado as circunstâncias políticas. Todavia, continuava o ofício, o plenipotenciário inglês não aceitara os argumentos e lembrou que os portos africanos estariam fechados em seis meses se os ingleses resolvessem exigir de Portugal o cumprimento dos tratados. A mensagem indireta deixada pelo ofício do ministério era a de que o Brasil ratificou o tratado sob ameaça velada.

O parecer da comissão teve um tom apaziguador. Considerava inicialmente ser inegável os prejuízos que tal proposição traria para a agricultura, que seria privada da possibilidade de renovar sua principal mão-de-obra. Contudo, ponderava ao observar a incompatibilidade existente entre as ‘luzes do século’ e a manutenção do tráfico, que inevitavelmente chegaria ao fim. O parecer observaria, sem muita veemência, que o governo

---

<sup>35</sup> Sessão de 19 de maio de 1826. ACD, tomo I, p. 91.

<sup>36</sup> Sessão de 2 de julho de 1827. ACD, tomo III, p. 10.

extrapolara suas atribuições ao determinar punição para os transgressores brasileiros do tratado, o que seria uma prerrogativa do Poder Legislativo do Império.

Este parecer não contou com os votos de todos os membros da comissão. Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May se opuseram a ele e, por isto, apresentaram seus votos em separado no plenário.

O deputado Luiz May se recusou a assinar o parecer da Comissão por considerar que a Câmara não devia se pronunciar a respeito, já que não fora consultada antes da ratificação do tratado, como determinava a Constituição. Este fora estabelecido em circunstâncias completamente irregulares. Primeiro, o procedimento do ministério era contrário ao estabelecido na constituição, pois só havia sido enviado após a sua ratificação. Segundo, o ofício do ministro havia deixado claro que os diplomatas brasileiros assinaram tal tratado sob coerção inglesa. A aprovação do parecer significava que a Câmara anuía à decisão.

Em seguida, Cunha Mattos apresentou sua declaração de voto. Ele concordou com seu colega de comissão quanto às irregularidades do tratado. Contudo, apesar de ter consciência que a convenção era já um fato, fez questão de declarar que ela “era de sua natureza nula” e, portanto, não deveria “produzir efeito contra o Brasil!”. Os pressupostos dessa rigorosa conclusão seriam apresentados em pormenores.

A convenção foi considerada por Cunha Mattos como fruto de uma extorsão e, portanto, sem validade legal. Ele argumentou que a condição primeira para a os tratados estabelecidos nos tempos de paz era a liberdade dos contratantes. Sua opinião, enfatizou o deputado, baseava-se na prática de muitos países que contestavam os “tratados extorquidos”.

A ação inglesa feria a soberania nacional. Ele defendeu que o tráfico deveria cessar o quanto antes, mas de modo conveniente ao Brasil e por um “decreto do corpo legislativo brasileiro e não pela intervenção armada da Inglaterra”. A submissão aos desejos britânicos colocava a independência do país em questão: “A convenção [...] é o último anel da grande cadeia com que fica manietada a nação brasileira.”

O discurso filantrópico e moral que legitimava as ações intervencionistas inglesas na promoção do fim do tráfico de escravos foi questionado por Cunha Mattos:<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Andréia Firmino Alves explorou em sua tese de doutorado os aspectos desse discurso de Cunha Mattos relacionados à escravidão. *O parlamento Brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, 2008.

Tenho ouvido louvar muito a filantropia dos ingleses, eu bem conheço que entre eles há inumeráveis moralistas, verdadeiros amigos da humanidade; mas também sei que muitos desses que se chamam filantropos são mais políticos do que amigos da humanidade ou da proteção dos pretos africanos!

Se a filantropia fosse autêntica, ela teria se voltado também para os povos oprimidos europeus e para a escravidão de outras regiões, concluiu o deputado. Mas por que a África?

Cunha Mattos considerava a retórica da filantropia um instrumento político que visava favorecer o poderio inglês pelo mundo e, especificamente, para o domínio da África: “Os ingleses querem fazer-se senhores da África, assim como já estão da Ásia, Deus nos ajude; falem-nos verdade e não nos venham iludir com filantropias imaginárias.”

Ele voltaria a falar neste assunto em termos ainda mais categóricos:

Eis aqui, senhores, os motivos da decantada filantropia inglesa a respeito do tráfico de escravos; a agricultura do Brasil e outros países da América meridional que não pertencem aos ingleses deve acabar, porque eles desejam constituir-se senhores da costa da África, fechar hermeticamente os seus portos a todos os estrangeiros e destruir as fontes de riquezas que os podem incomodar.<sup>38</sup>

O discurso de Cunha Mattos parecia tentar convencer os defensores das benesses do livre comércio que a assinatura do tratado não garantia a manutenção dos ingleses como principais compradores dos produtos brasileiros. A África e a Ásia poderiam oferecer produtos muito similares aos do Brasil. Portanto, aquele grande sacrifício podia redundar em nada.

Cunha Mattos, portanto, via as ações diplomáticas inglesas com bastante desconfiança. A continuidade de suas falas no parlamento sobre este assunto mostraria, no entanto, que este sentimento não se restringia aos britânicos:

Confesso, Sr. Presidente, que muitas vezes me lembro da opinião do sábio brasileiro o Sr. José Bonifácio de Andrada, quando dizia que a

---

<sup>38</sup> Sessão de 03 de julho de 1827. ACD, tomo III, p. 33.

política do Brasil relativamente a negócios diplomáticos, devia ser semelhante à política chinesa: amizade com todas as potências da Europa, sem ligação de tratados de qualquer natureza, que eles fossem (...).<sup>39</sup>

Ele duvidava das intenções européias e entendeu os tratados como instrumentos de manutenção da ingerência daquele continente sobre as jovens nações da América. O estabelecimento de convenções pautadas em princípios de reciprocidade de concessões entre nações tão desiguais – como eram o Brasil e as “potências da Europa” –, necessariamente, resultaria em danos para as mais fracas. Depreende-se das falas de Cunha Mattos que, para ele, a “verdadeira independência” – para usar uma expressão sua – estava ainda a ser conquistada:

Todas as convenções e tratados que celebramos com os potentados da Europa serão tratados de lobos ou leões com cordeiros! Onde há suma desigualdade, não existe, nem pode existir, perfeita reciprocidade: o maior há de suplantar o menos e o mais fraco é quem há de pagar as custas do tratado.

Por estas mesmas razões, Cunha Mattos considerava que o Brasil deveria buscar na América seus principais aliados. As jovens nações compartilhavam de circunstâncias políticas e econômicas muito mais próximas. Além disto, o Brasil estaria em posição privilegiada entre os países americanos. Juntas, poderiam se opôr aos interesses europeus:

é com as nações americanas que nós devemos ter íntimas relações diplomáticas, tanto por serem nossas vizinhas, como para fazer barreira contra as desordenadas pretensões da velha Europa.

Na América figuramos como potência de 1ª ordem, ao mesmo passo que no antigo mundo nos classificam a par do rei de Sardenha.

---

<sup>39</sup> Sessão de 02 de julho de 1827. ACD, tomo III, p. 16

Cunha Mattos defendia, assim, a desvinculação das relações exteriores brasileiras da efetivação de tratados. Apregoava a cautela constante em relação aos contatos com a Europa e, por fim, elegia o espaço americano como lugar privilegiado para a ação da diplomacia, com vista à redução da influência do velho continente.

Entretantes, o Brasil precisava marcar sua condição de país independente ante os europeus e, principalmente a Grã-Bretanha. Caso contrário, os desdobramentos seriam imprevisíveis.

Senhores, nós hoje temos um tratado em que se abalam os direitos do povo brasileiro, sujeitando-nos contra nossa vontade às justiças inglesas. Esperemos que daqui a pouco tempo nos proponham, com o auxílio do canhão, outro tratado para lhe cedermos alguma província e logo depois esperemos que a Santa Aliança decrete a revogação da nossa carta constitucional! Eu devo esperar tudo isto da filantropia do século, pois que nada deveremos ter oposto aos desejos e opiniões daqueles que forem mais fortes do que nós.<sup>40</sup>

Além das ameaças inglesas, Cunha Mattos elencaria outras razões pelas quais o tratado deveria ser considerado nulo. O segundo argumento era, em suas palavras, “mui saliente”. Tratava-se do que ele chamou de ataque na base da lei fundamental do Império, qual seja, a divisão dos poderes.

Cunha Mattos não desenvolveu em sua fala o significado de tal violência, contudo, sua gravidade era óbvia. A constituição definia a “divisão e harmonia” como o “princípio conservador dos direitos dos cidadãos”.<sup>41</sup> Tal divisão seria o fundamento do sistema de governo representativo e o que o diferenciava, em essência, dos governos absolutos: “Sem ela o despotismo necessariamente deverá prevalecer...”, afirmaria trinta anos depois o Marquês de São Vicente.<sup>42</sup>

Cunha Mattos não discutia, como Luiz May, quanto ao fato do governo ter enviado os termos da convenção à Câmara dos Deputados após aquela já estar ratificada. Sua questão referia-se aos atos legislativos de tal convenção, marcadamente, a proibição dos cidadãos

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, Art. 9. Obra citada, p.484.

<sup>42</sup> BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro...* . Obra citada, p. 33. Grifo do autor.

brasileiros efetivarem o tráfico e a imposição de penalidades àqueles que insistissem nessa atividade:

... vão os cidadãos brasileiros a ser julgados por juízes estranhos, em terras estranhas, por crimes e com castigos não declarados pelos seus representantes, estabelecendo-se por semelhante maneira comissões especiais compostas de estrangeiros contra a letra expressa da Constituição.<sup>43</sup>

A noção de que tal tratado extrapolava as atribuições do Poder Executivo seria compartilhada por muitos outros deputados. Contudo, enquanto Cunha Mattos acusava ‘o governo’, outros responsabilizaram nominalmente o ministro e os plenipotenciários.

Os demais argumentos apresentados por Cunha Mattos contra o tratado eram, fundamentalmente, econômicos. A sua execução seria desastrosa para as rendas públicas e para as atividades produtivas do país.

Ele retomou, então, algumas idéias do debate ocorrido na sessão legislativa anterior quando defendeu a proteção das manufaturas e indústrias nacionais. Seu principal objetivo era deslegitimar a aplicação indiscriminada das teorias européias - “Filantropias, economias políticas, teorias inglesas e francesas, e outra imensa série de coisas boas para ler e muito más em prática, deram com os nossos comerciantes em vasa-barris!”<sup>44</sup>

O deputado denunciava que todos os setores da economia seriam atingidos pelos nefastos resultados daquele tratado. O comércio atlântico se veria sem sua principal mercadoria e os produtos brasileiros usados no tráfico perderiam seus compradores. Em consequência, a marinha mercante era condenada à decadência, pois as rotas entre Brasil e África eram mais importantes e seriam abandonadas. As rendas públicas se veriam privadas dos direitos de entrada na alfândega pelos escravos e demais produtos negociados nas redes de comércio atlântico.

A agricultura também seria muito prejudicada, haja vista a futura dificuldade em se repor os escravos. A dureza do trabalho nas roças e as particularidades do clima resultavam na superação do índice de mortalidade em relação ao de natividade entre os escravos. Haveria, portanto, um inevitável déficit de mão-de-obra.

---

<sup>43</sup> Sessão de 2 de julho de 1827, ACD, tomo III, p. 14.

<sup>44</sup> Idem.

Ele considerava que substituição dos escravos por trabalhadores livres era então inviável. O Brasil deparava-se com o problema de não ser atrativo para os imigrantes que, naquele momento, tinham nos Estados Unidos seu principal destino. Diante destas circunstâncias, Cunha Mattos não era otimista quanto ao futuro daquela que era a principal ‘indústria’ do país:

Ninguém me pode convencer de que em cessando o comércio de escravos não há de diminuir grandemente ou pelo menos ficar por muito tempo paralisada a agricultura! E até penso que as terras em que no dia de hoje há grandes plantações, hão de vir a ficar cobertas de matos e as estradas cheias de capim!

Cunha Mattos lançou então um audacioso argumento: a vinda de africanos era importante não apenas como mão-de-obra, mas para o aumento populacional do país.

Ele insistiu então nas dificuldades encontradas para se atrair imigrantes. Forneceu dados dos habitantes do Brasil que voltaram para Portugal desde a ida de d. João VI: “talvez toda esta gente montasse a 30 mil almas!” Desde então, poucos europeus haviam vindo para o Brasil: alguns soldados e “um grupo de desgraçados que povoavam os cárceres de Hamburgo, Lubek e Bremen”. Tais iniciativas haviam se demonstrado pouco eficientes e caras. Diante de tais dificuldades, a ocupação territorial por descendentes de escravos pareceu-lhe uma opção viável.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que os pretos e os pardos, em todos os tempos, prestaram relevantes serviços ao Brasil. Henrique Dias era um preto: na nossa marinha no nosso exército há muitos pretos e pardos dignos de todo o louvor.

Eu creio que nenhum de nós se acha animado do espírito de puritanismo para não cairmos no grande defeito de nossos maiores, que sempre querem ser fidalgos, ainda que nas raízes das suas árvores genealógicas estivesse um mouro, um negro ou um judeu.

Após recitar uns versos satíricos populares sobre as origens de um nobre português<sup>45</sup>, Cunha Mattos concluiu:

Estas poucas linhas mostram a ridicularia dos puritanos e daqueles que pensam que no Brasil só os brancos devem como puros servir dos nossos exércitos. Os holandeses sabem quanto sofreram dos pretos de Henrique Dias. As castas melhoram: venham para cá pretos, logo teremos pardos e finalmente brancos, todos descendentes do mesmo Adão, de um mesmo pai!

Como um defensor do monogenismo, Cunha Mattos acreditava na origem comum dos homens, o que acarretaria na possibilidade de um desenvolvimento potencialmente homogêneo da humanidade. Esta perspectiva fazia da problemática em torno da formação racial do brasileiro uma questão menor, visto que o uso de estratégias eficazes poderia levar os grupos marginais a se enquadrarem nos padrões desejados.<sup>46</sup>

O debate acerca do parecer da Comissão e dos votos Cunha Mattos seria muito vivo e longo. Diversos deputados fizeram questão de se colocar. A maioria concordava com as teses apresentadas nos votos em separado quanto à invasão da atribuição legislativa pelo governo. Ao final, foi decidido que a Câmara não se pronunciaria a respeito do tratado. A Câmara esta decisão em relação aos tratados que a ela fossem enviados já ratificados.

A fala do trono no ano seguinte desencadearia uma série de contestações. A Câmara dos Deputados passaria então a exigir explicações dos ministros e as suas demissões. As novidades vindas da Europa, principalmente de Portugal, agitavam cada dia mais os debates da Câmara.

Os desgastes do governo de d. Pedro I agravaram-se nos anos seguintes. A ferrenha oposição da Câmara dos Deputados às medidas do Imperador consideradas despóticas, a oposição popular, a pressão de parte das tropas, entre outros tantos fatores, tornaram seu governo insustentável. O seu governo acabaria em 7 de abril, dando início ao período regencial.

---

<sup>45</sup> "O mestre sacerdote / De Barcellos natural / Houve de uma moura tal / Um filho de boa sorte. / Pedro Esteves se chamou, / Honradamente vivia, / E de amores se casou / Com uma formosa índia. / Desta pois, nada se esconde, / Nasceu Maria Pinheira / Mãe da mãe daquele conde / Que é o conde da Castanheira."

<sup>46</sup>Sobre a questão da raça no século XIX brasileiro, ver: SCHWARCZ, Lília. O espetáculo das raças. Companhia das Letras: São Paulo, 1993.

O início da Regência, contudo, não favoreceu Cunha Mattos. Desagradaram-lhe algumas das primeiras medidas do novo governo, tal como a drástica redução das tropas, a proposta de reforma dos oficiais que ficassem sem regimento e a demissão dos funcionários régios suspeitos de apoiarem a regeneração do trono de d. Pedro.<sup>47</sup> Também demonstrou alguma resistência à criação da Guarda Nacional e de outras medidas que pudessem enfraquecer a unidade do Império. Se opôs ferrenhamente a todas as medidas que lhe pareceram resultar das paixões momentâneas. Temia, como muitos outros políticos, as conseqüências da radicalização do movimento.

Em meados daquele ano, ele solicitou licença para a Câmara, alegando questões pessoais e partiu para Portugal com a família. Desta viagem, voltaria em 1833, trazendo consigo uma obra sua sobre as aventuras de d. Pedro na guerra contra seu irmão.<sup>48</sup>

O ano de 1833 seria ainda mais duro para o velho oficial. A Câmara dos Deputados o recebeu com muita desconfiança sobre os reais motivos de sua ida para Portugal. Isto parece ter sido agravado pelo fato de Cunha Mattos ter se encontrado com o ex-Imperador, então duque de Bragança.

Os debates acerca dos perigos da ‘restauração’ eram calorosos. Sobre este tema, Cunha Mattos se pronunciou no plenário relatando uma conversa que havia tido com d. Pedro. Segundo ele, o duque de Bragança lhe pedira para esclarecer que não havia perigo de seu retorno, posto que ele não tinha o menor interesse em tal feito. O deputado, contudo, fez questão de esclarecer que, apesar de estar transmitindo tal mensagem, ele convinha que d. Pedro era muito volúvel em suas decisões.

Sua situação no parlamento não ficou confortável. O deputado Montezuma o acusaria abertamente de contribuir para o retorno de d. Pedro. Cunha Mattos negaria veementemente tal idéia. Ele buscou lembrar a plenária dos confrontos que tivera com o então Imperador e sua atuação na Câmara quanto aos tratados e demais assuntos. Dizia ser pública a antipatia de d. Pedro para com ele. Seus argumentos parecem não ter sido suficientes. O tão eloqüente Cunha Mattos permaneceria aquela sessão legislativa em quase total silêncio.

---

<sup>47</sup> Sessão de 25 de junho de 1831. ACD, tomo I, p. 171.

<sup>48</sup> Não foram localizados documentos sobre esta estada de Cunha Mattos em Portugal.

## **4.2 Um homem de letras**

Os últimos anos de Raimundo José da Cunha Mattos foram dedicados a trabalhos administrativos e acadêmicos. Contudo, isso não significava que tivesse se afastado do poder ou desistido da política. Suas atividades intelectuais, que o consagrariam naqueles anos, podem ser entendidas como uma forma de intervenção política voltada para a transformação da sociedade por meio da difusão das ‘luzes’.

Ainda em 1833, foi indicado para integrar a comissão responsável pela elaboração do projeto de organização das ordenanças do Exército e, logo depois, designado Comandante da Academia Militar, que havia acabado de ser reformada.

A Real Academia Militar foi criada por d. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1810,<sup>49</sup> segundo o modelo da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho inaugurada em Lisboa em 1790. Ambas as academias visavam à formação de um oficialato instruído nas matérias consideradas úteis na “ciência da guerra”, especialmente engenharia e artilharia. Os regimentos foram elaborados pelo então ministro da Guerra, e a instituição era aberta aos civis que quisessem cursar engenharia.

A necessidade de reformas na Academia Militar era ponto passivo desde o início da Regência. Já em 1831, foi criado um novo estatuto que determinava a junção da Academia Militar e da Academia de Guardas-Marinha. Dois anos depois, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, ministro da Guerra, promoveu uma nova reforma. A mudança foi justificada pelos problemas que haviam resultado da união das academias.

O ministro defendia a militarização da Academia. Para tanto, os novíssimos regulamentos determinavam que a direção da instituição deveria ser dada a um oficial-general capaz de elevar o nível do treinamento militar. Para essa importante atribuição, escolheu Cunha Mattos, cujas opiniões sobre a urgência de se oferecer uma sólida formação aos oficiais eram bem conhecidas.

Os documentos sugerem que Cunha Mattos assumiu a tarefa com grande gosto. Na ordem do dia de 3 de março de 1834, ele se dizia orgulhoso por estar à frente de um corpo que

---

<sup>49</sup>Carta Régia de 4 de dezembro de 1810.

era a “parte mais brilhante do Exército”.<sup>50</sup> Na ocasião, Cunha Mattos expôs sua expectativa quanto ao comportamento ideal do soldado:

A honra, a dignidade, o zelo da Classe Militar pelas nossas Instituições; a fidelidade ao Augusto Monarca O Senhor d. Pedro II; o respeito à Regência do Império; a exata observância das Leis; o comportamento decente, honesto para com os nossos Camaradas, tudo isto, e tudo quanto pode praticar o homem honrado, são o que o Comandante da Academia se lisonjeia de ter de encontrar nos Alunos com que serve.

Ele esperava que seus subordinados na Academia se comportassem como ‘soldados cidadãos’. Para que tais objetivos fossem alcançados, seria necessária uma sólida formação nas ‘ciências’ auxiliares da guerra, e também a interiorização da disciplina militar.

Tendo isso em mente, ele implantou uma nova rotina na Academia. A primeira novidade foram as ordens do dia. Insistiu também na criação de um uniforme acadêmico, que deveria ser usado por todos os alunos civis e pelos oficiais que cursavam a Academia. Em correspondência com o ministro, ele se dizia muito incomodado em ver alunos com roupas civis; era necessário promover a padronização dos comportamentos.

Cunha Mattos também cuidou da organização dos espaços físicos. Encontrara muitos materiais destinados às aulas largados pelos cantos e nos depósitos. Promoveu a catalogação dos equipamentos, a organização dos apetrechos e buscou também criar um pequeno museu. Solicitou os equipamentos necessários para a montagem de laboratórios e para o aumento das instalações da Academia. Sua intenção era criar um ambiente propício para a formação dos oficiais.

Foram também revistos os conteúdos programáticos de cada ano – tarefa desempenhada pelo conselho dos professores – e promovidos concursos para completar o quadro docente. Além dos conteúdos programáticos das disciplinas, Cunha Mattos mandou acrescentar o estudo dos regulamentos militares.

Esses estudos teóricos seriam complementados com os práticos. Ele propôs que os oficiais que estudavam na Academia trabalhassem no Arsenal de Guerra para aprender

---

<sup>50</sup> Ofício de Raimundo José da Cunha Mattos a José Antero Ferreira de Brito. 4 de março de 1834. ANRJ, Fundo Ministério da Guerra, IG3

técnicas de conserto e fabricação dos apetrechos, o manuseio e a nomenclatura das armas e de suas peças.

A Academia precisava ensinar, mas também treinar os alunos. Assim, o ápice do ano letivo seriam os acampamentos. Estavam previstos desde o estatuto de criação, mas Cunha Mattos foi o primeiro a implementá-los.

Durante o mês de janeiro de 1835, os oficiais e professores da Academia acamparam na Praia Vermelha para executar os exercícios práticos, que consistiam em trabalhos de geodésia, levantamentos topográficos, montagem e utilização dos armamentos, exercícios de tiro e prática de acampamento, entre outros.<sup>51</sup> Uma das principais vantagens desse exercício, segundo Cunha Mattos, era o fato de promover a imersão dos oficiais no ambiente militar. A necessidade de afastar da cidade as tropas de linha era um tema recorrente em suas falas desde, pelo menos, 1830. Para ele, a verdadeira disciplina militar dependia disso.

As iniciativas de Cunha Mattos, contudo, encontraram resistência entre alunos e professores, que solicitaram ao Ministério a suspensão de algumas determinações. Foi o caso da exigência dos uniformes. O acampamento de janeiro também não havia agradado: foi considerado muito duro e dispendioso.

A troca de ministros em janeiro de 1835 fez Cunha Mattos perder apoio e, em março, a reforma dos estatutos foi revogada. O posto que ele ocupava desapareceu.

Novamente, sua demissão não significou seu ostracismo: naquele mesmo ano, recebeu a patente de marechal-de-campo. Chegara ao auge de sua carreira, conseguindo um posto importante e difícil de ser alcançado por um soldado de origem modesta. Ainda em 1835, teve mais uma oportunidade de pôr seus conhecimentos a serviço do Estado, sendo designado vogal do Conselho Supremo Militar.

O Conselho havia sido criado pelo príncipe regente d. João em 1º de abril de 1808 e acumulava funções administrativas e judiciárias. Era constituído por três conselheiros de Guerra e do Almirantado e por oficiais nomeados como vogais. Atuava como tribunal de segunda instância para os crimes de foro militar. Com a criação das Juntas de Justiça Militar também por d. João VI, as atribuições do Conselho ficaram limitadas: as Justas desempenhariam as mesmas funções do Conselho, embora em apenas algumas províncias e em caráter extraordinário. Esse processo de redução do poder do Conselho Militar foi

---

<sup>51</sup> MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1844. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 2001, p. 63.

agravado pela aprovação do Código Criminal de 1834, que transferiu muitos crimes antes julgados pelo Conselho Militar para a justiça civil.<sup>52</sup>

A escolha de Cunha Mattos para o Conselho Supremo Militar foi influenciada pelo fato de ele haver publicado no ano anterior o primeiro tomo do seu *Repertório da Legislação Militar Atualmente em Vigor no Exército e Armada do Brasil*.<sup>53</sup> A maior parte da legislação então vigente era dos tempos coloniais e refletia a lógica do Antigo Regime. O *Repertório* buscava sistematizar a pluralidade de normas que orientavam a organização militar brasileira; estava dividido por temas e remetia à legislação correspondente. Alguns dos vernáculos receberam breves definições.

O primeiro volume do *Repertório* foi o segundo livro publicado por Cunha Mattos, e fazia parte da agenda de produção intelectual que implementara durante aqueles anos. Desde São Tomé e Príncipe, havia se dedicado à coleta de informações acerca dos lugares em que estivera. Na correspondência enviada à Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1813, ele já se referia ao projeto da escrita de alguns livros. Além da memória sobre São Tomé, prometera ao secretário uma “nomenclatura Militar ou Dicionário dos Termos Técnicos da Ciência Militar”.<sup>54</sup>

O primeiro livro de Cunha Mattos foi publicado em 1833: *Memória da Campanha do Senhor d. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no Reino de Portugal, com Algumas Notícias Anteriores ao Dia do seu Desembarque*.<sup>55</sup> O tema, indubitavelmente, era um dos que mais interesse despertava na época. O livro narrava os acontecimentos do cerco da cidade do Porto e as aventuras do ex-imperador em Portugal. Não é um livro simpático a d. Pedro. Ele aparece retratado como político pouco confiável e general medíocre. As primeiras páginas são especialmente ácidas em relação ao ex-imperador. Contudo, à medida que a narração do cerco se desenrolava, Cunha Mattos viu-se obrigado – essa é a impressão deixada pela leitura do livro – a reconhecer a bravura de d. Pedro no campo de batalha, sua ação incansável durante os bombardeios e a solidariedade para com seus soldados. O livro foi publicado antes do final

---

<sup>52</sup>SOUZA, Adriana Barreto. “Duque de Caxias e a Justiça Militar no Império”. Anais do XII Encontro Regional de História - Anpuh-Rio: Usos do passado. Rio de Janeiro, 14 a 18 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Adriana%20Barreto%20de%20Souza.pdf>, acessado em 9/5/2008.

<sup>53</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Repertorio da Legislação Militar, Atualmente em Vigor no Exercito e na Armada do Império do Brasil*. Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp.: Rio de Janeiro, 1834-1842. O último volume foi publicado em 1842.

<sup>54</sup> AHU, São Tomé e Príncipe, caixa 48, doc. 13.

<sup>55</sup> Idem. *Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas notícias anteriores ao dia do seu desembarque*. Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp.: Rio de Janeiro, 1833.

do conflito e da vitória do Duque de Bragança, que faleceu poucos meses depois de reconquistar a Coroa para sua filha.

Já em 1836, seria a vez do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*.<sup>56</sup> Essa obra contém, basicamente, os diários da viagem feita por Cunha Mattos ao sertão do centro do Brasil. Traz muitas informações sobre os caminhos, o tempo dos trajetos, as condições dos pontos de paragem e o modo como os viajantes são recebidos. É, basicamente, um roteiro de viagem recheado de comentários sobre a população.

Além do *Itinerário*, outras duas obras de Cunha Mattos retratavam partes do território brasileiro: *Corografia Histórica da Província de Goiás* e *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. A primeira foi escrita ainda em Goiás, sob ordens do então imperador d. Pedro I. A segunda seria escrita em 1837 e oferecida aos habitantes de Minas Gerais em gratidão por ter sido eleito para Deputado por aquela província na eleição para a 1ª Legislatura.<sup>57</sup> Contudo, seriam publicadas apenas no século XX.

Cunha Mattos acreditava que o Brasil ainda era uma ‘obra inacabada’. Entre as providências necessárias para a construção e afirmação do país como unidade política estava a promoção do conhecimento sobre o território. Eram necessários dados que tornassem possível a configuração mental da unidade territorial brasileira. As corografias, os mapas, os dicionários geográficos e os escritos de viajantes eram importantes instrumentos para o conhecimento e conseqüente domínio do espaço nacional.

Já próximo de sua morte, entre os anos de 1835 e 1836, Cunha Mattos escreveu o *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Trata-se de uma obra póstuma. O manuscrito pertence ao Instituto Histórico e está incompleto. Na introdução, o marechal sintetizou o roteiro do livro e nomeou os leitores aos quais era dirigido: “Parecendo-me conveniente oferecer à mocidade portuguesa em um pequeno quadro as notícias interessantes a respeito das colônias de Portugal nos Mares e Continente da África, oriental e ocidental, escrevi este compêndio (...)”.<sup>58</sup>

O *Compêndio Histórico* foi escrito durante um período particularmente tumultuado da história lusa. Portugal acabara de sair de uma guerra civil e perdera, havia aproximadamente

---

<sup>56</sup> Idem. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836.

<sup>57</sup> Cunha Mattos foi eleito por Goiás e Minas, e assumiu a cadeira por Goiás.

<sup>58</sup> Matos, Raimundo José da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 23.

uma década, sua principal colônia. A obra era então uma colaboração do ‘ex-português’ ao soerguimento de Portugal. A seu ver, o império luso encontrava-se em um “estado cadavérico”, mas ainda era possível recuperar-se, desde que se partisse de uma visão realista.<sup>59</sup>

Uma curiosidade acerca desse livro é a dedicatória. Ele foi “composto e oferecido à Sua Majestade Fidelíssima a Rainha de Portugal”, por “seu mais submisso servidor”. Essa última expressão causa um duplo estranhamento. Primeiro, o fato de Cunha Mattos ter-se colocado como servidor de um soberano estrangeiro, indicando que talvez sua fidelidade estivesse ligada à Casa de Bragança, e não exclusivamente ao Brasil. Por outro lado, a expressão “submisso servidor” destoa da linguagem usada em seus escritos, fossem eles literários ou oficiais.

O conjunto das obras escritas ou publicadas por Cunha Mattos nesse período reforça a tese acerca de sua identificação com o ideal ilustrado de se buscar o ‘conhecimento útil’. Foi também para promover as luzes e obter reconhecimento – que poderia desdobrar-se em benefícios pessoais – que ele se dedicou a duas de suas últimas obras, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo a d. Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. Apesar de se tratar de uma associação privada, a primeira mesa diretora da Sociedade foi designada por d. Pedro I. Compreendendo “indústria” como toda atividade econômica, seus membros preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal atividade industrial da época: a agricultura. A Sociedade Auxiliadora visava a promover a agricultura, as artes, os ofícios, o comércio e a navegação do Brasil. Foram criados prêmios para os que investissem nas manufaturas e em outras indústrias. Também eram realizadas exposições de produtos e maquinários.<sup>60</sup>

Segundo Werneck Silva, muitos dos membros da Sociedade Auxiliadora eram herdeiros da tradição do conhecimento do século XVIII e marcados pelo pragmatismo e pela busca do progresso. Essa ligação com os ideais da Ilustração seria reforçada pelo intercâmbio com academias portuguesas e de outras localidades da Europa. No caso de Portugal, a

---

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, p. 24.

<sup>60</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 1979, p. 98. A ata de criação da SAIN encontra-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

principal influência viria da Academia Real das Ciências de Lisboa. Werneck Silva também encontrou paralelos entre a Sociedade Auxiliadora e a Junta de Comércio.

As questões da mão-de-obra e da educação para o trabalho estavam entre os principais interesses da Sociedade Auxiliadora,<sup>61</sup> que propôs ao governo a criação de escolas de ensino superior e técnicas. Entre elas estava uma fazenda-escola de agronomia destinada a brasileiros (excluindo, portanto, os escravos e os africanos libertos) com idade entre 12 e 18 anos. Também foi criada uma Sociedade de Colonização para promover a imigração e proteger os recém-chegados.

Os temas discutidos nas reuniões da Sociedade Auxiliadora, bem como as pesquisas e artigos produzidos pelos sócios e o material estrangeiro traduzido, eram publicados na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, cujo primeiro número saiu em 1833. A revista teve uma tiragem média anual de 1.000 exemplares ao longo do século XIX.

Fazendo parte de um corpo técnico cujo objetivo era orientar o Estado sobre os investimentos e as novas técnicas, sobretudo agrícolas, os membros da Sociedade estavam a par dos debates e descobertas científicas que aconteciam na Europa. Eles se preocupavam com as questões da modernidade e desejavam o reconhecimento do lugar do Brasil no mundo civilizado. Para isso, o Brasil precisava apresentar-se culto, com um soberano capaz de exercer o poder de modo sábio em nome do bem público.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por sua vez, foi criado como um desdobramento das propostas da Sociedade Auxiliadora e por iniciativa de Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, que haviam participado intensamente do contexto da independência e atuado lado a lado na Câmara dos Deputados. Ambos viam na educação, no fortalecimento das instituições constitucionais e na criação de laços identitários entre os cidadãos brasileiros das diversas partes do império os caminhos para a construção de um Brasil unido e civilizado.

Enquanto a Sociedade Auxiliadora estava voltada para a capacitação técnica dos produtores, o Instituto destinava-se à formação de um corpo burocrático orientado para a racionalização da administração:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja,

---

<sup>61</sup> PERUGINE, Edna, citada em: idem, ibidem, p. 54.

pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, *é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento dos brasileiros.*<sup>62</sup>

Para ser mais bem governado, o que também incluía a criação de laços de identidade no âmbito nacional, o Brasil precisava ver-se por inteiro. No discurso de criação do Instituto Histórico, Januário da Cunha Barboza lembrava a importância e a dificuldade de levar a cabo a configuração territorial do país.<sup>63</sup> A história e a geografia brasileira precisavam ser escritas, a despeito das dificuldades ampliadas pela imensidão do território nacional. Tal obra seria, necessariamente, coletiva.

Para alcançar tão difícil objetivo, fazia-se necessária a cooptação de representantes das diversas regiões do país, homens que estivessem dispostos a trabalhar nessa grandiosa tarefa. Para tanto, além da participação dos sócios correspondentes, a proposta de criação do Instituto Histórico previa sua ramificação nas províncias<sup>64</sup>. Seria responsabilidade dos sócios correspondentes e dos Institutos regionais o envio ao Instituto Histórico de documentos, artigos e memórias relevantes para a história e a geografia nacionais. Ali eles seriam destinados ao arquivo ou publicados na revista, de acordo com a avaliação de sua importância e oportunidade. Os trabalhos de cunho regional seriam publicados nas revistas dos próprios institutos provinciais<sup>65</sup>. O Instituto Histórico atuaria como depósito da memória nacional.

Os membros do Instituto deveriam eleger temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país. O Brasil

---

<sup>62</sup>BARBOZA, Januário da Cunha e MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Revista do IHGB, tomo I, Rio de Janeiro, 1839, 5.

<sup>63</sup>Idem. “Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” Revista do IHGB, tomo I, Rio de Janeiro, 1839, pp. 9-20.

<sup>64</sup> Segundo Schwarcz (1989), os IHGs provinciais e, posteriormente, estaduais somaram mais de 20, tendo sido criados ao longo de um século. Em um movimento contrário ao estabelecido nos estatutos, que previam a criação das associações congêneres a partir da iniciativa do IHGB, o primeiro desses institutos regionais foi criado no Rio Grande do Sul, em 1861, sob a iniciativa de um grupo local. Sua existência foi noticiada por meio de um ofício que pedia seu reconhecimento por parte do grêmio carioca.

<sup>65</sup> Com isso, a escrita da história nacional acabou sendo identificada, basicamente, com a história do Sudeste, com a exceção de acontecimentos regionais excepcionais que porventura fossem vistos como de interesse nacional.

precisava descobrir quais os elementos que caracterizariam a nação, quais deles o aproximariam das “nações civilizadas” e quais o diferenciariam delas. Era um movimento de duplo sentido, voltado tanto para seu interior quanto para o exterior.<sup>66</sup>

Com esse propósito, Cunha Mattos apresentou, na sessão de 19 de janeiro de 1839, o trabalho intitulado “Dissertação acerca do Sistema de Escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil”. Na oportunidade, ele conceituou a história nos seguintes termos:

A história é a ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e passados. (...) A história abrange todos os ramos dos conhecimentos humanos: pode ser geral ou particular e divide-se em seções principais, que são subdivididas em particulares ou especiais. Ela, em matéria, ordem e estilo, deve ser escrita por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro possível; e o fim principal da história política e civil é encaminhar os homens à prática das virtudes e ao aborrecimento dos vícios que aí resulte o bem-estar das sociedades.<sup>67</sup>

Assim, para Cunha Mattos, a história consistia em uma narração que conjugava dois compromissos, com os fatos e com a arte da escrita, tornando a leitura dos textos de história um exercício prazeroso e útil. Sua concepção estava relacionada à idéia de história pragmática, no sentido de ser instrumento para o aprimoramento da sociedade e das instituições, daí que sua escrita fosse basicamente expositiva, tendo por base o uso de documentos fidedignos. Ele também listou as fontes que considerava mais interessantes e aceitas para a escrita da história nacional:

Os melhores materiais para escrever a história do Brasil (e a de outros lugares) são os monumentos e inscrições abertas em lâminas metálicas, os diplomas legislativos, as cartas imperiais ou régias, os regulamentos ou regimentos, resoluções, avisos, provisões e patentes. Termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, oficiais municipais e das

---

<sup>66</sup> GUIMARÃES, Manuel Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.1, 1988, p. 6.

<sup>67</sup> Revista do IHGB, tomo XXVI, Rio de Janeiro, 1863, p. 137

outras classes de empregados públicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoadores.<sup>68</sup>

A necessidade da crítica documental também foi destacada por ele: em cada documento, deveriam ser observados a letra, o tipo e cor da tinta usada, cotejados os personagens, os acontecimentos e as datas citadas. Era preciso, portanto, realizar um rigoroso trabalho de autenticação dos documentos baseado na paleografia e na cronologia.

Estando na diretoria do Instituto Histórico, Cunha Mattos claramente elegeu os documentos escritos e, especificamente, as fontes oficiais do Estado como as mais recomendadas. Era natural que as percebesse como mais fidedignas, dado ser ele um militar que atuara como representante do poder imperial português na África, servira ao império e construíra toda a sua obra baseando-se naquele tipo de documentação. Essa preferência pelas fontes oficiais também poderia estar relacionada à sua pretensão de elaborar uma história nacional. A atuação do Estado seria o eixo central, visto ser um dos elementos comuns às várias partes que compunham o Brasil.

A apresentação da *Dissertação* foi o último ato de Cunha Mattos nas assembléias do Instituto Histórico. Logo depois, adoeceu, falecendo em 23 de fevereiro de 1839. Deixou dois filhos, Libânio Augusto da Cunha Mattos e Maria Eugênia da Cunha Mattos, ainda solteira. Sua filha mais velha, Graça Hermelinda, morrera poucos meses antes dele.

Sua personalidade prática e metódica esteve presente até em seus momentos finais. Quando os médicos o desenganaram, passou a tomar todas as providências necessárias. A primeira foi a atualização de seu testamento.<sup>69</sup> Deixou registrado seu desejo de ser sepultado, em uniforme militar, na Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, da qual esperava os bons ofícios decorrentes do seu compromisso como membro da ordem. Nomeou como testamenteiros sua esposa, d. Maria Venância de Fontes Pereira de Mello, e Thomaz Pereira de Castro Vianna. Declarou que a esposa era uma senhora capaz e responsável pelos negócios de sua casa e, por isso, reconhecia qualquer dívida que ela tivesse feito. Para ela e para a filha, ainda solteira, deixava seu Monte Pio dos Servidores do Estado; como dote, Maria Eugenia ainda receberia a terça parte de seu patrimônio. Sua esposa foi nomeada tutora e administradora dos bens da filha e, no caso de sua ausência, o sr. Thomaz Pereira seria o

---

<sup>68</sup> Idem, p. 129.

<sup>69</sup> Testamento de Raimundo José da Cunha Mattos. Seção de Processos Individuais do Arquivo Histórico Militar de Portugal, AHM/DIV/3/7 – Matos, Raimundo José da Cunha.

responsável. Poucos anos depois, esse se casou com d. Maria Venância e, acompanhados de Maria Eugênia, estabeleceram-se em Portugal.

Em seu testamento, Cunha Mattos não mencionou bens. Observou que sua prataria estava reduzida porque tivera que usar parte dela para cobrir despesas, e que devia à filha o valor de 700.000 réis em função de ter alienado quatro escravos seus para arcar com as despesas da viagem ao Porto. Esclareceu que tudo o que caberia ao filho Libânio já havia sido dado quando de seu casamento.

Antes de falecer, solicitou a visita de Januário da Cunha Barbosa e por ele enviou uma mensagem aos sócios da Sociedade Auxiliadora e aos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Declarou-se grato pela estima e respeito recebidos de todos os sócios e disse-se pesaroso por “não haver contribuído bastante, como esperava, para a prosperidade e glória de tão úteis associações”.<sup>70</sup> Informou haver deixado separadas as memórias que lera nas sessões do Instituto Histórico, ao qual deveriam ser doadas.

Cunha Mattos sempre foi um homem empenhado em defender suas opiniões, e, no momento da morte, não poderia ter sido diferente: por discordar do diagnóstico dado pelo médico, exigiu que fizessem uma autópsia em seu corpo. O fato ficou registrado no testamento nos seguintes termos:

Motivou esta autópsia o seguinte fato:

Raimundo Jose da Cunha Mattos sofria de estômago, e teve um dia vômito de sangue. Em resultado deste acontecimento, realizou-se uma consulta médica. Não concordando o doente com a opinião dos médicos, disse: – apesar de eu ser um leigo em matéria médica, sempre quero dar a minha opinião. Se o vômito que eu tive fosse no meu tempo de África, seria o vômito negro; depois do tempo que vai decorrido e achando-me eu no Rio de Janeiro, tal vômito deve ser resultado de um cancro.– E acrescentou: – “E eu o provarei”. – Esta frase tudo explica.

---

<sup>70</sup> BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio Histórico do falecido vice-presidente o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos.” *Revista do IHGB*, tomo I, Rio de Janeiro, 1839, p. 289.

## Considerações finais

Cunha Mattos era um reformista. Ao longo de sua vida, em sua *estratégia* de ascensão profissional, colocou-se ao lado de forças reformadoras e grupos identificados com os ideais ilustrados. Ele foi da geração de funcionários régios que trabalhou sob a orientação de d. Rodrigo de Souza Coutinho em seu projeto de construção de um Poderoso Império luso-brasileiro.

Sua trajetória iniciou-se em Portugal, onde seus antepassados haviam sido oficiais medianos do corpo de artilharia em um exército aristocrático. O exército português era conhecido por seus soldados valorosos, mas insubmissos, e pelo despreparo de seus oficiais. O Marquês de Pombal pretendeu mudar esta realidade com a contratação do Conde Lippe e a implantação de reformas. Dava-se início a um ousado projeto de aculturação do exército que tinha por objetivo final sua ‘militarização’.

Apesar da controvérsia existente quanto à efetividade das reformas de Lippe, Cunha Mattos se dizia, décadas depois da passagem do oficial germânico por terras portuguesas, herdeiro desse exército reformado. Ele explicava sua ascensão profissional como decorrente do cumprimento do dever, do domínio de conhecimentos importantes para sua função, do

respeito pela *res publica* e pela valorização da disciplina militar. O que era, em essência, as bases da pretendida reforma.

Vivia-se, todavia, em uma cultura política cujas práticas eram pautadas em lealdades pessoais e no pertencimento a grupos. Assim, não teria sido possível a ele atingir o posto de marechal sem ter participado de redes de clientela. Nesta cultura ‘pré-burocrática’, o mérito buscava conciliar-se com a economia de favores. De modo coerente com seu tempo, Cunha Mattos circulou por diferente grupos, em um ‘dança fluida’ em que muitos inimigos de um dia passavam a parceiros em outro.

Estes ideais reformistas alcançaram Cunha Mattos também no Colégio S. Lucas da Casa Pia de Lisboa, onde estudou sob o projeto pedagógico de José Anastácio da Cunha, que privilegiava o caráter utilitário da educação. Era preciso formar súditos úteis ao Estado. A Casa Pia fazia parte dos ideais de criação de um estado de polícia, cujo objetivo era estabelecer uma ordem social e institucional racional, que propiciasse o bem-estar dos súditos e que os conduzisse à felicidade.

O estudo de matemática, de química e de outras importantes disciplinas das ciências naturais iniciado na Casa Pia por Cunha Mattos seria complementado nas aulas do Regimento de Artilharia do Algarve. Ali, teria lugar sua formação militar sob a condução de oficiais identificados com as propostas de ‘militarização’ do exército português.

O discurso reformista de Cunha Mattos apareceria em sua memória sobre a participação portuguesa na guerra do Roussillon e da Catalunha, na qual participara como voluntário. Tal experiência concedeu-lhe o estatuto de soldado prático e teórico e uma condecoração que lhe deu prioridade nas promoções.

Em seus escritos, ele retratou a força expedicionária portuguesa de forma idealizada. Tais tropas forneceriam, junto com as francesas, os felizes exemplos de exércitos profissionais. Em oposição a esses, estaria o exército espanhol, marcadamente aristocrático. O texto foi escrito próximo da Guerra Cisplatina, na qual Cunha Mattos teve brevíssima participação. Possivelmente, a motivação de escrever sobre eventos acontecidos há quase trinta anos esteve ligada a um desejo de fazer uma crítica à condução desta guerra e ao Exército brasileiro que era aristocrático.

Ao final da guerra, Cunha Mattos partiu para o além-mar. Em seus primeiros anos em São Tomé e Príncipe atuou como funcionário régio na gestão de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Esse pretendia o estabelecimento de novas bases para o império, idealmente pautado em relações de reciprocidade. Com a ameaça dos franceses, ele defenderia a transferência da Corte para a América. Aqui, seria possível construir um novo e vasto

Império: quiçá, o Quinto Império de Pe. Antônio Vieira. Por fim, a transferência da capital para o Rio de Janeiro garantiria segurança à Corte contra as ameaças francesas, inglesas e espanholas.

Cunha Mattos sobreviveu 20 anos em uma colônia decadente, onde a maioria dos funcionários régios durava alguns meses, vindo a falecer em decorrência de *envenenamento*, *bruxaria* ou o que quer que fosse. Possivelmente, a constituição de uma família com uma nativa tenha contribuído bastante para sua longevidade. Sua esposa portuguesa e prima, com quem havia convivido alguns meses, ficara em Portugal há dez anos, grávida de uma filha que não conhecia.

No Brasil, a sua formação e experiência africana capacitaram-no a desempenhar funções técnicas no trem de artilharia de Pernambuco e, mais tarde, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Nestas duas localidades ele fundou escolas para a formação técnica de jovens, em um modelo muito próximo do que conhecera na Casa Pia.

Nos debates de independência, Cunha Mattos mostrou-se fiel às propostas reformadoras e à Casa de Bragança. Inicialmente, foi uma voz moderada que buscava a reconciliação e a unidade do Império luso-brasileiro. Progressivamente, no entanto, foi se colocando ao lado da causa brasileira à medida que as Cortes passaram a exigir o retorno da Corte à Lisboa. A opção de Cunha Mattos não foi um caso isolado e foi compartilhada por um grupo de funcionários régios da geração de 1790 que se constituíram nos ‘patriarcas da independência’.

Em sua cruzada reformista, Cunha Mattos antagonizou as elites locais de Goiás no período em que foi governador de Armas com propostas de reformas educacionais e de racionalização da administração. Aplicando a doutrina de conhecer para governar, percorreu toda a província. Isso lhe rendeu material para elaborar uma corografia, um itinerário e muitas críticas aos potentados locais.

Apesar dos atritos com o governo civil da província, ele soube se articular de forma a obter ser eleito por dois mandatos como deputado por Goiás e a promoção a brigadeiro. Isto demonstra sua articulação com grupos na Corte. Apesar de sua lealdade pessoal ao Imperador d. Pedro I, Cunha Mattos se notabilizou na Câmara como uma dos mais mordazes críticos dos Tratados de Independência. Ele os considerava afrontas à soberania e aos interesses brasileiros, além de serem inconstitucionais. O agravamento dos conflitos entre o Imperador e a Câmara dos Deputados contribuiu para o afastamento de d. Pedro I e seu retorno à Portugal.

Curiosamente, Cunha Mattos retornou àquele reino europeu e permaneceu na cidade do Porto no período em d. Pedro I lá lutava contra seu irmão d. Miguel, visando retomar a

Coroa portuguesa para sua filha, d. Maria II. Seu testemunho na guerra permitiu-lhe escrever um livro sobre os recentes acontecimentos europeus logo que retornou ao Brasil.

Anos mais tarde, ele dedicaria à Rainha de Portugal um livro sobre as possessões lusas em África. Em sua dedicatória, ele referiu-se a si mesmo como ‘submisso súdito’. Estes episódios sugerem a disposição de Cunha Mattos em manter a opção de retorno a Portugal, o que podia refletir sua incerteza sobre o seu futuro no Brasil. Naqueles anos, o anti-lusitanismo fortalecia-se.

Cunha Mattos partiu de Portugal em um momento em que tudo indicava a derrota de d. Pedro. Chegado ao Brasil, enfrentou duras críticas e severas acusações quanto às ligações com sua pátria local, principalmente na Câmara dos Deputados. Eram momentos difíceis para os ‘brasileiros nascidos em Portugal’, o que pode explicar a postura muito discreta adotada por ele no Parlamento no resto daquela legislatura.

Logo teria sua última oportunidade como reformador. Ele foi nomeado comandante da Academia Militar. Durante a sua administração esforçou-se para militarizar aquela instituição, o que fica demonstrado pela efetivação dos primeiros treinamentos de campo na praia Vermelha e pela adoção de um regimento que enfatizava a disciplina. Enfrentaria resistências de alunos e de professores e, com a saída do ministro que lhe indicara, ele foi demitido do cargo.

Em seus últimos anos, foi secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e participou da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que nos próximos cem anos seria o principal lugar da produção historiográfica do país.

No IHGB participou da concepção um projeto historiográfico que tinha como meta tecer os laços identitários que iriam unir a antiga colônia portuguesa e resgatar o projeto de um Poderoso Império. A ideia do gigante adormecido e do Império do futuro marcariam a alma brasileira.

### Fontes

#### 1) Diversos

- BRASIL. “Constituição Política do Império do Brasil”. BUENO, José Antônio Pimenta. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império. Senado Federal: Brasília, 1978, pp. 483-508.
- BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Anos 1826-1833. Disponível em: [www.imagem.camara.gov.br](http://www.imagem.camara.gov.br) , acessado entre 03/2004 a 06/2008.
- BRASIL. Coleção de Leis do Império. Anos 1808-1839. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> , acessado entre 03/2004 a 06/2008.
- Cathecismo civil e breve compendio das obrigações do hespanhol, conhecimento prático da sua liberdade, e explicação de seu inimigo: mui útil nas atuais circunstâncias, posto em forma de diálogos (traduzido fielmente do impresso em hespanhol). Typographia Lacerdina: Lisboa, 1808, disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Catecismo/Catecismo\\_master/Catecismo.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Catecismo/Catecismo_master/Catecismo.pdf), acessado em 9/5/2008.
- Ius Lusitaniae. Fontes Históricas do Direito Português. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/> , acessado entre 06/2006 e 08/2007.
- MONTESQUIEU. *De l'esprit des lois*. Tome I, P. Pourrat F<sup>tes</sup>: Paris, 1831.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Elogio acadêmico da Senhora d. Maria Primeira”, recitado por José Bonifácio de Andrada e Silva em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, aos 20 de março de 1817. Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito: Rio de Janeiro, 1839.

#### 2) Publicações de Cunha Mattos

- *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963.
- *Corografia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Governo do Estado do Amazonas, 1979.

### 3) Arquivo Histórico Estadual de Goiás

- Livro Manuscrito - Temas gerais em documentos diversos.
- Livro Manuscrito - Correspondência do Governador das Armas com os comandantes dos distritos.

Livro Manuscrito - Correspondência do e para o comandante das Armas em Goiás-1823-1825.

Livro Manuscrito - Correspondência do e para o comandante das Armas em Goiás para a Corte.

### 4) Arquivo Histórico Militar - Lisboa

- Boletins do Arquivo Histórico Militar
- Divisão 3/ 5 – Instrução Militar: caixas 1, 3, 4, 5, 79.
- Divisão Campanhas na Metrópole e Europa: Campanha do Rossilhão e Catalunha.
- Seção de Processos Individuais do Arquivo Histórico Militar de Portugal, AHM/DIV/3/7

### 5) Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – Lisboa

- Conselho de Guerra – Decretos.
- Desembargo do Paço – Cortes, Estremadura e Ilhas.
- Intendência Geral de Polícia
- Intendência Geral de Polícia - Papéis Diversos – Documentos relativos à Casa Pia de Lisboa, a outros papéis diversos
- Livro de Registo de Mercês d. Maria II.
- Ministério do Reino – Decretos.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros – Legação de Portugal no Brasil.
- Tribunal do Santo Ofício – Inquisição de Coimbra

### 6) Arquivo Público do Estado de Pernambuco – APEJE

- Arsenal de Guerra.
- Ofícios do Governador-17

### 7) Arquivo Histórico Ultramarino

- Códices:

- 478 a 480 - Registro de consultas de S. Tomé e Cabo Verde – 1673-1833, 3 volumes.
- 560 a 563 – Registro de documentos oficiais para as ilha de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó. 1770 a 1834.
- Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro, caixa 287.
- Conselho Ultramarino – São Tomé e Príncipe: caixas 28 a 52.

#### 8) Arquivo Nacional

- Arquivo Geral de Mercês e Graças Honoríficas
- Arquivo da Academia Real Imperial – IG3 – Fundo Ministério da Guerra
- Arquivo da Escola Militar – IE3 – Fundo Ministério da Educação.
- Coleções Particulares:
- Correspondência do Presidente de Província de Goiás com o Ministro da Guerra – IG1
- Correspondência do Governador de Armas da Província de Goiás com o ministério da Guerra – IG3
- Arsenal do Reino – IG7

#### 9) Biblioteca Nacional

##### a) Seção de Manuscritos

- MATTOS, Raimundo José da Cunha Mattos. Memórias políticas, militares e biográficas. 10, 2, 016.
- \_\_\_\_\_ . Corografia histórica das Ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó, oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor por Raimundo José da Cunha Mattos, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, Major da Praça com Exercício de Comandante da Fortaleza de S. Sebastião da Ilha de São Thomé, Procurador da Fazenda Real, Feitor da Alfândega da mesma Ilha. Segunda Edição correta e muito aumentada com notas. Tomo 1º, São Thomé, 1813. I – 32, 34, 035.
- Documentos biográficos. C – 1081, 3.

##### b) Seção de Obras Raras

- Anônimo. *Verdades oferecidas aos brasileiros por um verdadeiro amigo do Brasil*. Rio de Janeiro, 1825. Reimpresso na Typographia de São Paulo.
- Correspondência – Revérbero Constitucional Fluminense n° 7, 09/07/1822.

- MATTOS, Raimundo José da Cunha. Carta histórico-político-militar dirigida a certo redator refutando a doutrina do nº 49 do Semanário Cívico da Bahia\*. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, ano de 1822 (39,08,14)
- \_\_\_\_\_. Ensaio histórico-político sobre a origem, progressos e merecimentos da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasilienses, ou elucidação de um período da célebre ata do Governo da Bahia, datada de 18 de fevereiro do ano corrente. Rio de Janeiro: Typographia de Mor. e Garcey, 1822.
- \_\_\_\_\_. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás. Obra dedicada ao exmo. sr. Diogo Antonio Feijó.* Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Constitucional de J. Vileneuve e Cia, 1836.
- \_\_\_\_\_. *Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque.* Rio de Janeiro: Tipografia Imp. E Const. De Seignot-Plancer e Cia, 1833.
- \_\_\_\_\_. Nova questão política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal? Typographia do Diário, 23/07/1822.
- \_\_\_\_\_. *Repertório da legislação militar atualmente em vigor no Exército e Armada do Brasil.* Rio de Janeiro, 1834- 1837 - 1842.
- O Spectador Brasileiro, 07/03/1827.
- O Spectador Brasileiro, nº 30, 17/03/1827.

#### 10) Biblioteca Nacional – Lisboa

- ALMEIDA, António de. “Anaes Vaccinicos de Portugal.” *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa.* Typographia da Academia: Lisboa, 1816, p. 45.
- ANDRADE, Gomes Freira de. *Memoire raisonnée sur la retraite de l’armée combinée espagnole et portugaise du Roussillon, effectué sous les Ordres du Comte de l’Union, le 1er Mai 1794 avec un exposé dès premières opérations de la campagne.* 1795.
- ANDRADE, Gomes Freire de. *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército relativo à população, agricultura e defesa do país.* Nova Officina de João Rodrigues Neves: Lisboa, 1806.
- CORDEIRO, João Manuel. *Apontamentos para a História da Artilharia portuguesa.* Tipografia do Comando Geral da Artilharia: Lisboa, 1895.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Corografia histórica das Ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó.* São Tomé: Imprensa Nacional, 1916.

- LIPPE, conde de. *Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de infantaria dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima*. Secretaria de Estado: Lisboa, 1763.
- LIPPE. Memória sobre os exercícios de meditação militar para se remeter aos senhores Generais e Governadores de Províncias. Lisboa: Oficina de João António da Silva, 1782.
- LOPES, João Baptista da Silva. *Corografia ou memória econômica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*. Academia das Ciências de Lisboa: Lisboa, 1841.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Memória estatística-económica-administrativa sobre o arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Corte do Rio de Janeiro*. Prefaciada e anotada por LIMA, Henrique de Campos Ferreira. Vila Nova de Famalicão, 1939.
- RIBEIRO, José Silvestre. História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia, Academia das Ciências de Lisboa: Lisboa, 1871-1914, tomo I, 306.
- SOTOMAIOR, João de Melo e Sousa da Cunha. Memória genealógica e biográfica dos três tenentes generais Leites da Casa de S. Thomé d' Alfama, parte II. Imprensa Nacional: Lisboa, 1841.

11) Real Gabinete Português de Leitura

- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *O estado presente das colônias portuguesas na Costa d'África*. Manuscrito.

## Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Filipe. *O trato dos viventes*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. "O processo de independência do Brasil". In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (org.) *História da expansão portuguesa*. Vol. IV. Círculo dos Leitores: Lisboa, 1998, pp. 10-45.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALVES, Andréia Firmino. *O parlamento Brasileiro: 1823-1850. Debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal*. Livros Horizonte: Lisboa, 2003.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. Annablume: São Paulo; UFJ: Juiz de Fora, 2006.

BARATA, Themudo e TEIXEIRA, Severino. *A nova história militar de Portugal*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford University Press: Stanford, 2000.

\_\_\_\_\_. “Os imaginários, os valores e os ideais da guerra.” In: HESPANHA, António Manuel. *Nova História militar de Portugal*. Vol. II. Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, pp. 36-62.

\_\_\_\_\_. *A pena de marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Minerva: Coimbra, 2000.

BELLEGRARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839.

BERBEL, Márcia. “Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1824): nação, identidade e vocabulário político”. Disponível em [www.estadonacional.usp.br/pesquisa/Textos/patriaepatriotas.pdf](http://www.estadonacional.usp.br/pesquisa/Textos/patriaepatriotas.pdf), acessado em 10/5/2008.

BETHENCOURT, Francisco & CHADHURI, Kirti (dir.) *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África*. Círculo de Leitores: Lisboa, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português – séculos XVI a XIX*. Alameda: São Paulo, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”, em: FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (org.). *O antigo regime nos trópicos*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001, pp. 189-221

BITTENCOURT, Feijó. Instituto Histórico: os fundadores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938.

BORGES, João Vieira. *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*. Instituto de Altos Estudos Militares. Ed. Atena: Estoril, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Papirus: Campinas, 1996.

BOXER, Charles. *O império marítimo português*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002

BRASIL, Americano. “Cunha Mattos em Goiás”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, vol. 150, 1924.

CABRAL, Flávio José Gomes. “Os efeitos da notícia da Revolução Liberal do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no nordeste do Brasil (1820-1821). Em *Fronteras de la historia*, nº 11, 2006, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá, Colombia, ICANH, pp. 389-413. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/833/83301112.pdf>

CAMARA DOS DEPUTADOS. *Índice onomástico dos Anais da Câmara. (1826-1889)*. Senado Federal/EdUSP: Brasília, pp. 1816-1827.

CARDIM, Pedro. “ ‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda, Vera Lúcia Amaral FELINI (org.). *Modos de Governar*. Alameda: São Paulo, 2005, pp. 45-68.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: A elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 Abril 2008.

CASTELO-BRANCO, Fernando. “O valor historiográfico da obra de Cunha Matos sobre S. Tomé”. In: *Svudia*, Lisboa, n. 35, dez. 1972, pp. 45-52.

CASTRO, Celso (org.) *Nova história militar brasileira*. FGV: Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Jorge Zahar Editor, 1990.

CASTRO, Zília Maria Osório de. *Cultura e política: Manuel Borges Carneiro e o vintismo*. Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade de Nova Lisboa, 1990, 2 v.

CERVO, Amado Luís. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: UnB, 1981.

CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Bibliex: Rio de Janeiro, 1961.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Martins Fontes: São Paulo, 1996

COELHO, José Maria Latino. *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII até 1814*. Vol. III. Imprensa Nacional: Lisboa, 1874.

COSTA, A. M. Amorim da. “As ciências naturais na reforma pombalina da Universidade ‘estudos de rapazes, não ostentação de príncipes.’” In: *O marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, 165-190.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. Grijalbo: São Paulo, 1977.

COSTA, Fernando Dóres. “Guerra no tempo de Lippe e de Pombal”, In: HESPANHA, António Manuel. HESPANHA, António Manuel. *Nova História militar de Portugal*. Vol. II. Circulo de Leitores: Lisboa, 2004, PP.331-350.

\_\_\_\_\_. “Fidalgos e Plebeus”, in: HESPANHA, António Manuel. *Nova História militar de Portugal*. Vol. II. Circulo de Leitores: Lisboa, 2004, PP. 105-111.

\_\_\_\_\_. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar.” In: *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5º), p. 993.

\_\_\_\_\_. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação”. In: *Análise Social*, vol. 30, n. 130, 1995.

\_\_\_\_\_. *Insubmissão, aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII*. Dissertação de doutoramento em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. “As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII”. Em: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 63, 2002. Editora UFPR, disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2689/2226>, acessado em 9/4/2008.

CUNHA Maria João de Mello e Sousa da. *Memoria genealogica e biografica dos três tenentes generaes Leites da Caza de S. Thome d'Alfama - Lisboa - Typ. da Academia de Bellas Artes – 1838*.

CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.) *A casa literária do Arco do Cego 1799-1801*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999, pp. 15-49.

ELEY, Geoff & SUNY, Ronald Grigor (ed.). *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996.

ELTIS, David. “Atlantic History in Global Perspective”, in: *Itinerário*, volume XXIII, n. 2, Leiden, Grafaria, 1999, pp. 141-161.

ESTRADA, Maria Fernanda. “José Anastácio da Cunha: Vida e Obra” In: RALHA, Maria Elfrida (org.) *José Anastácio da Cunha. O tempo, as Idéias, a Obra e... Inéditos*. Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga: Braga, 2006.

FERRO, João Pedro (ed.) *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra*. Introdução, transcrição e notas. Palas: Lisboa, 1987.

FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade” in: *Microfísica do Poder*. Graal: Rio de Janeiro, 1999.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes de poder na América portuguesa – o caso dos homens-bons do Rio de Janeiro. (1790-1822)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, São Paulo, pp. 197-330.

\_\_\_\_\_. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001, pp. 285-315.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Fondo de Cultura Económica: México, 1992.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, nº 388, pp. 459-613, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.1, 1988  
SOUZA, Adriana Barreto. “Duque de Caxias e a Justiça Militar no Império”. *Anais do XII Encontro Regional de História - Anpuh-Rio: Usos do passado*. Rio de Janeiro, 14 a 18 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Adriana%20Barreto%20de%20Souza.pdf>, acessado em 9/5/ 2008.

HESPANHA, Antônio Manuel e SANTOS, Maria Catarina. “Os poderes num império oceânico”. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal*. IV volume: O antigo regime (1620-1807). Editorial Estampa: Lisboa, 1993, pp. 395-413.

HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. Em: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal: o antigo regime*. Editorial Estampa: Lisboa, 1998, pp. 339-349.

\_\_\_\_\_. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Almedina: Porto, 2004.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Editora SENAC: São Paulo, 2000.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição e reformismo: a justiça no ultramar português”. *Penélope*, n. 30/31, 2004

\_\_\_\_\_. “Voltaire: a conquista da felicidade terrena”. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. Contexto: São Paulo, 2003, p. 358-359.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of Conceptual History*. Stanford University Press: Stanford, 2002.

\_\_\_\_\_. *Futuro passado*. Contraponto: PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2006.

KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial.” In: *Diálogos*, vol. 3, n. 1, 1999, pp. 113-151.

\_\_\_\_\_. *Race, state and armed forces in Independence-era Brazil*. Stanford University Press: Stanford, 2001.

LARIGA, Sabina. “A biografia como problema.” In: RAVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. FGV: Rio de Janeiro, 1998, PP. 225-249.

LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. Contexto: São Paulo, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

LYNN, John A. “Forum: Toward an Army of Honor: the moral evolution of the French Army, 1789-1815”. Em: *French Historical Studies*, Vol. 16, No. 1. (Spring, 1989), p. 158.  
Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0016-1071%28198921%2916%3A1%3C152%3ATAAOHT%3E2.0.CO%3B2-E>.

LYRA, Augusto Tavares de. *Instituições políticas do Império*. Senado; Ed. Unb: Brasília, 1979.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. “Memória da Independência: marcos e representações simbólicas.” *Revista brasileira de história*, São Paulo, nº 29, 1995.

\_\_\_\_\_. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política: 1798-1822*. Livraria Sette Letras Editora: Rio de Janeiro, 1994.

MACEDO, Tairone Zuliani. *Império e região: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2004.

MALATO, Maria Luísa & MARINHO, Cristina Alexandre (Ed.). *José Anastácio da Cunha: obra literária, Vol. 1, Poesia*. Porto: Campo das Letras, 2001. Idem, *ibidem*, vol. 2, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

MARQUES, Fernando Pereira. *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. . Ed. Cosmos/ Instituto de Defesa Nacional: Lisboa, 1999.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. Em: *Educar, Curitiba*, n. 25, p. 39-57, 2005.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Editora FUNAG e UnB, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. Ed. Acess: São Paulo, 1994.

MAXWELL, Kenneth. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Editora SENAC: São Paulo, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*. Ed. 34: São Paulo, 2004.

MELLO, José Brandão Pereira de. (capitão) “O coronel António Henriques da Cunha Mattos (1810-1890)”. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 18, 1948.

MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro”. Em: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, São Paulo Out. 1998.

\_\_\_\_\_. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” Em: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (org.) *A nova história militar brasileira*. FGV/Bom Texto: Rio de Janeiro, 2004.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1991.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira “Aulas de Fortificação do Recife – 1701”, in: Pergaminho, revista eletrônica de história - UFPB - ano 1 - n. zero - out. 2005, PP. 99-108.

MONTEIRO, Nuno G. e SOARES, Mafalda. “Governadores e capitães-mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, em Nuno G. F. Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim (orgs.), *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp.191-252.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Comandos militares e elites sociais.” In: HESPANHA, António Manuel. In: HESPANHA, António Manuel. *Nova História militar de Portugal. Vol. II. Circulo de Leitores: Lisboa, 2004, pp. 103-105.*

\_\_\_\_\_. “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime.” Em: *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2º), p. 335-368.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Ed. Hucitec: São Paulo, 2005.

MORELLI, Federica. “La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América”, em: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, número 8 – 2008, disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document19413.html> , acessado em 25/2/2008.

MOREYRA, Sérgio Paulo. “O processo de independência em Goiás” em MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: *Dimensões*. Perspectiva: São Paulo, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) 1822: *Dimensões*. Perspectiva: São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Editora SENAC: São Paulo, 2000.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1844*. Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 2001.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823)”. Em: idem (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Revan/UERJ: Rio de Janeiro, 2001, pp. 73-101.

\_\_\_\_\_ & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Editora Revan/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Maria de Fátima. *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências*. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860), Lisboa: INIC, 1988.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*. CEDAPH: São Paulo, 1999.

PANTOJA, Selma Alves. *Encontro nas Terras de Além-Mar: os Espaços Urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha Moçambique*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP: São Paulo, 1994

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Editora da UFPR: Curitiba, 1996.

PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, o clemente*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2006.

PEREIRA, Jorge. *Pensamento político e mercado colonial. Portugal no século XVIII – Antônio Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1983.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. Edusp: São Paulo, 2003.

PORTULLO VALDÉS, José M. « Constitucionalismo antes de la Constitución. La Economía Política y los orígenes del constitucionalismo en España », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2007, Disponível em <http://nuevomundo.revues.org//index4160.html>, consultado em 28/4/ 2008.

QUEIRÓ, João Filipe. “José Anastácio da Cunha: um matemático a recordar, 200 anos depois”. Disponível em: <http://www.mat.uc.pt/~jfqueiro/cunha.pdf> , consultado em 02/04/2007.

QUIJADA, Mónica. “¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano.” Em: ANNINO, António & GUERRA, François-Xavier (org.). *Inventando la nación*. Fondo de Cultura Económica: México, 2003.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (Ed.). “Sobre os ilustrados da Academia de Coimbra”. Em: idem. Estudos em homenagem a João Francisco Marques. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2001, p. 313-326.

\_\_\_\_\_. “A Espanha e o advento do liberalismo em Portugal. Antes e depois de Cádiz.” *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, n. 0, Porto, 2003, pp. 413-419.

\_\_\_\_\_. “A irreligião filosófica na província vista no Santo Ofício pelos fins do século XVIII”, in: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Universidade do Porto, n. 5, 1988, p. 173-188.

RENAN, Ernest. “What is a Nation?”. Em: ELEY, Geoff & SUNY, Ronald Grigor (ed.). *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 45.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Faperj / Relume Damará: Rio de Janeiro, 2002.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Academia das Ciências de Lisboa: Lisboa, 1871-1914.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Papyrus Editora: São Paulo,

RODRIGUES, José Honório. “Nota Preliminar”. In: MATOS, Raimundo José da. *Compêndio Histórico das possessões de Portugal na África*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1963, pp. 7-21.

RODRIGUES, M. A “A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial.” *Revista de História das Idéias*, volume 12/1990.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. ‘Do amor da pátria, do amor das letras’: as origens da nação na *Revista do IHGB (1839-1889)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

ROTHENBERG, Gunther E. The Origins, Causes, and Extension of the Wars of the French Revolution and Napoleon. Em: *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 18, No. 4, The Origin and Prevention of Major Wars. (Spring, 1988), pp. 771-793. Consultado em

10/02/2008, disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-1953%28198821%2918%3A4%3C771%3AATOC%3E2.0.CO%3B2-N>

SALES, Ernesto Augusto Pereira. *O conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de História Militar, 1936.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. Estação Liberdade: São Paulo, 2003.

SANCHES, António Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2003, p. 25. Disponível em [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/cartas\\_educacao\\_mocidade.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf), acessado em 12/12/2007.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*. Ed. UFG: Goiânia, 2000.

SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

SANTOS, Maria Emília Madeira. “Rotas Atlânticas, o caso da carreira de São Tomé.” *Actas do II Congresso Internacional de História da Madeira*, Lisboa, 1990.

SANTOS, Valdez dos. “As fontes escritas da ciência e história militar portuguesa.” Pp. 125-136. In: *Actas do I Colóquio Comissão portuguesa de história militar: “Para uma visão global da História Militar*. Actas. Lisboa, Sala da Independência, 4 e 5 de Dezembro de 1990.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 12, acessado em [www.fgv.br](http://www.fgv.br), acessado em 14/11/2003.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. IDESP: São Paulo, 1989.

SEIBER, Gerhard. “A questão da origem dos Angolares de São Tomé”. In: Brief Papers, n. 5, Lisboa, 1998.

SILVA, Alfredo Pretextato da. Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1906-1907.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portrait d' un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Volume I. Centre Culturel Calouste Gulbenkian Lisbonne: Paris, 2002, p. 642.

SILVA, César da. *Real Casa Pia de Lisboa*. Typographia Brito Nogueira: Lisboa, 1896.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras Célebres*. Garnier: Rio de Janeiro, 1862.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 1979

SILVA, Manuel Cícero Peregrino da. “O «Compêndio histórico das possessões da Coroa de Portugal nos mares e continentes da África Oriental e Ocidental» de Raimundo José da Cunha Mattos.” Atas do I Congresso da História da Expansão portuguesa no mundo. Lisboa, 1938.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) *Nova história da expansão portuguesa, volume VIII: o império luso brasileiro, 1750-1822*. Editorial Estampa:Lisboa, 1986.

\_\_\_\_\_. A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à Independência. Ed. Estampa: Lisboa, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A liberdade antes do liberalismo*. UNESP: São Paulo, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

SLEMIAN, Andréia. “ ‘Delegados do chefe da nação’: a função dos presidentes de província na Formação do Império do Brasil.” Em: *Almanack Braziliense*, n. 6, novembro de 2007. Disponível em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/6/06\\_artigo-01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/6/06_artigo-01.pdf) , acessado em 4/4/2008.

SOARES, Gerusa. *Cunha Mattos, 1776-1839*. Paulo, Pongetti e cia: Rio de Janeiro, 1931.

SOUSA, Adriana Barreto. “Duque de Caxias e a Justiça Militar no Império”. Anais do XII Encontro Regional de História - Anpuh-Rio: Usos do passado. Rio de Janeiro, 14 a 18 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Adriana%20Barreto%20de%20Souza.pdf>, acessado em 09/05/2008.

\_\_\_\_\_. *Caxias e a Formação do Império Brasileiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ: Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *O exército na consolidação do Império*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. UNESP: São Paulo, 1999.

SUBTIL, José. “Os poderes do centro: Governo e Administração.” In: HESPANHA, António Manuel (org.) *História de Portugal, vol. IV – O Antigo Regime (1620-1807)*. Editorial Estampa: Lisboa, 1998, PP. 141-173.

TAVARES, Adérito e PINTO, José dos Santos. “Documentos”. In: *Pina Manique: um homem entre duas épocas*. Casa Pia de Lisboa: Lisboa, 1990.

TELLES, P C S. *História da Engenharia no Brasil: Séculos XVI a XIX*. 2 Ed. Rio de Janeiro, Clavero, 1994.

TENEIRO, Francisco. *A ilha de S. Tomás*. Lisboa, 1961.

\_\_\_\_\_. “Aspectos da colonização da ilha de São Tomé nos séculos XVI-XX, XIII”. Congresso Luso-espanhol, t. V, 5 seção, 1950.

VARNHAGEN, Francisco de Adolfo de. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. Melhoramentos: São Paulo, 1972.

VAZ, Francisco António. *Instrução e economia. As Ideias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*. Ed. Colibri: Lisboa, 2002.

VELHO, Gilberto. “Ciências Sociais e biografias individuais”, in: *Estudos Históricos*, n. 38, 2006.